

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ JOAQUIM FRANZE

ESPAÇOS MUNICIPAIS MOÇAMBICANOS NO CONTEXTO DA
CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE DE HOMICÍDIOS E ASSALTOS À MÃO
ARMADA EM CHIMOIO, GONDOLA E MANICA

CURITIBA

2021

JOSÉ JOAQUIM FRANZE

ESPAÇOS MUNICIPAIS MOÇAMBICANOS NO CONTEXTO DA
CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE DE HOMICÍDIOS E ASSALTOS À MÃO
ARMADA EM CHIMOIO, GONDOLA E MANICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Paraná
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Sociologia, Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Franze, José Joaquim

Espaços municipais moçambicanos no contexto da criminalidade : uma análise de homicídios e assaltos à mão armada em Chimoio, Gondola e Manica. / José Joaquim Franze. – Curitiba, 2021.
262 f.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

1. Crimes contra a pessoa - Moçambique. 2. Jovens – Violência. 3. Exclusão social. 4. Espaços públicos. I. Moraes, Pedro Rodolfo Bodê de, 1960-. II. Título.

CDD – 364.086923

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **JOSÉ JOAQUIM FRANZE** intitulada: **Espaços municipais moçambicanos no contexto da criminalidade: Uma análise de homicídios e assaltos à mão armada em Chimoio, Gondola e Manica**, sob orientação do Prof. Dr. PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica
04/03/2021 17:00:06.0
PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
03/03/2021 14:34:48.0
RODRIGO BUENO GUSO
Avaliador Externo (ACADEPOL/SC)

Assinatura Eletrônica
03/03/2021 14:38:07.0
ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
04/03/2021 01:42:40.0
JOAQUIM MIRANDA MALOA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ROVUMA MOÇAMBIQUE)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos vão para à minha mãe, Helena Cussumusse Sitole que sempre esteve ao meu lado, apoiando me material e moralmente em momentos turbulentos da minha vida, dando me coragem em nunca desistir dos estudos.

À minha esposa, Adelcia Costa Francisco Chale, às minhas filhas, Jesuíta José Franze e Helenyce José Franze pela paciência que tiveram de viverem longe do papai durante o curso de doutorado na diáspora.

Ao meu querido orientador Pedro Rodolfo Bodê de Moraes por ter me aceite como orientando e pela paciência e simplicidade verificadas durante a orientação da presente tese. À todos os membros da banca de qualificação desta tese, a saber: Professor Doutor André Ribeiro Giamberardino e Prof. Doutor Joaquim Miranda Maloa pela simplicidade e pelas ricas contribuições dadas durante a qualificação e pelo tempo dispendido na leitura do trabalho.

Aos servidores da secretária do programa de Sociologia da UFPR, Katiano Cruz, Marcel Santos, Marcelo Santos e Luciane pela forma sábia como têm atendido as demandas dos estudantes.

À todos professores e Professoras do programa de Sociologia, colegas de doutorado e do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (CESPDH) pelos ricos debates acadêmicos verificados em salas de aula e em grupo de pesquisa, respectivamente.

Ao ministério do Interior nas pessoas do Ministro, Comandante Geral e Secretário permanente, por terem autorizado a minha liberação para a continuação de estudos. Sem se esquecer da Prof^a. Dr^a Maria Los Angeles Arias Guivara pelas ricas dicas dadas durante a compilação e sistematização do material de campo.

Por fim, à todos os entrevistados e aos que direta ou indiretamente contribuíram para que esta tese se tornasse uma realidade.

“O homem pode ser condicionado pelas circunstâncias sociológicas ou psicológicas, porém consegue superar vários obstáculos [...]. Nem sempre o mais feio é culpado [...]. Julgar alguém pela sua aparência é pura discriminação. Supor que a criminalidade é somente algo do pobre é ignorância”

LUÍS FLÁVIO GOMES, 2006

RESUMO

A presente tese visa compreender em que medida o crescimento urbano dos municípios de Chimoio, Gondola e Manica, condiciona a prática diferenciada de homicídios e assaltos, ambos cometidos à mão armada, com o envolvimento maioritário da camada jovem e identificar o principal móbil da sua reiterada prática naqueles locais se comparados com os outros, ainda que tenham mesmas condições socioeconômicas. A criminalidade por ser um fenômeno social multifatorial na sua ocorrência, tem estado a causar consequências imensuráveis para o Estado, em virtude de os homicídios na sua maioria atingirem pessoas economicamente ativas (jovens), gastos econômicos pela construção de presídios, formação de agentes penitenciários, policiais, magistrados, gastos em seus salários, alimentação dos presidiários e por retrair diversos investimentos socioeconômicos públicos e privados. Por outro lado, para às vítimas afetadas. Para a operacionalização desta tese, recorreu-se a abordagem qualitativa coadjuvada com a quantitativa, visando descrever e interpretar o significado que os sujeitos atribuem ao fenômeno pesquisado. Como instrumentos e técnicas de coleta de dados deu-se primazia a pesquisa bibliografia, análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados apontam que a violência criminal se encontra distribuída sócio-espacialmente de forma diferenciada, tendo em conta aos aspectos econômicos, sociais, culturais e do *design* urbano. A sua prevenção para além de ser da responsabilidade do Estado, ela deve ser também compartilhada por toda a sociedade, desde a socialização primária e secundária dos jovens, *design* urbano, provimento de condições sociais básicas, tais como: iluminação pública, saneamento do meio, escolas organizadas, lugares de lazer, postos de emprego à denúncia dos criminosos de que ela tem conhecimento.

Palavras-chave: Juventude. Violência Criminal. Sistema de justiça criminal. Espaços municipais. Exclusão social. Crenças culturais.

ABSTRACT

The present thesis aims to understand the extent to which the urban growth of the municipalities of Chimoio, Gondola and Manica, conditions the differentiated practice of homicides and robberies, both committed by armed hand, with the majority involvement of the youth layer and to identify the main motive of their repeated practice in those places compared to others, even though they have the same socioeconomic conditions. Crime, as a multifactorial social phenomenon in its occurrence, has been causing immeasurable consequences for the State, due to the fact that the majority of homicides affect economically active people (young people), economic expenses for the construction of prisons, training of prison officers police officers, magistrates, spending on their salaries, food for prisoners and for retracting various public and private socioeconomic investments. On the other hand, for affected victims. For the operationalization of this thesis, a qualitative approach was used, along with a quantitative one, aiming at describing and interpreting the meaning that the subjects attribute to the researched phenomenon. As instruments and techniques for data collection, bibliography research, document analysis, semi-structured interviews and direct observation were given priority. The results show that criminal violence is distributed socio-spatially in a different way, taking into account the economic, social, cultural and urban design aspects. Its prevention, in addition to being the responsibility of the State, must also be shared by the whole society, from the primary and secondary socialization of young people, urban design, provision of basic social conditions, such as: public lighting, sanitation, organized schools, places of leisure, jobs to denounce the criminals of which she is aware.

Key-words: Youth. Criminal Violence. Criminal justice system. Municipal spaces. Social exclusion. Cultural beliefs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-MAPA DE MOÇAMBIQUE.....	21
FIGURA 2. ORDEM DE SERVIÇO PARA EXECUTAR TRAIADORES DA PÁTRIA.....	22
FIGURA 3. UM HOMEM EM CHICOTEAMENTO PÚBLICO.....	23
FIGURA 4. MODELO DA ESTRUTURA URBANA MOÇAMBICANA.....	45
FIGURA 5 MODELO DA ESTRUTURA URBANA DE HOYT.....	51
FIGURA 6-MAPA DA ARGÉLIA.....	56
FIGURA 7-MAPA DA ÁFRICA DO SUL.....	60
FIGURA 8. TRIÂNGULO DO CRIME.....	93
FIGURA 9-MAPA DA PROVÍNCIA DE MANICA	117
FIGURA 10-MAPA DO MUNICÍPIO DE CHIMOIO.....	131
FIGURA 11-MAPA DO DISTRITO DE GONDOLA.....	140
FIGURA 12-HOMEM FLAGRADO COM OSSADAS HUMANAS.....	146
FIGURA 13-JOVENS CONSUMINDO MACONHA DE FORMA DESCONTRAIDA.....	159
FIGURA 12-MOSTA RESIDÊNCIAS FORTEMENTE GRADEADAS.....	148
FIGURA 13-A PREVENÇÃO SITUACIONAL EM UMA CASA PRECÁRIA	162
FIGURA 14- RESIDENCIAS FORTEMENTE GRADEADAS NA PERIFÉRIA.....	175
FIGURA 15 PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME EM CASA PRECÁRIA.....	176

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- PRINCIPAIS TEORIAS LIGADAS A DE CONTROLE SOCIAL.....	88
QUADRO 2-TIPOS DE ADAPTAÇÃO DOS INDIVÍDUOS CONFORME MERTON.....	90
QUADRO 3-PERFIL DOS ENTREVISTADOS COM SEUS NOMES FICTÍCIOS.....	104
QUADRO 4- PERFIL DOS ENTREVISTADOS E CRITÉRIO PARA A SELEÇÃO.....	112
QUADRO 5- OBJETIVOS PELOS QUAIS SE CONSOME DROGAS.....	157
QUADRO 6-CONDICIONANTES DA PRÁTICA DIFERENCIADA DO CRIME.....	163
QUADRO 7- MOTIVAÇÕES DE HOMICÍDIOS NESTES MUNICÍPIOS.....	170
QUADRO.8- PERFIL DAS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE NESTES MUNICÍPIOS...	191
QUADRO 9-PRINCIPAIS INCIVILIDADES E CRIMES A ELAS CONEXOS.....	212

LISTA DE TABELAS

TABELA 1-FAMÍLIAS CONFORME O TIPO DE CASAS EM CHIMOIO.....	118
TABELA 2- FAMÍLIAS CONFORME O TIPO DE CASAS EM GONDOLA.....	119
TABELA 3-FAMILIAS CONFORME O TIPO DE CASAS EM MANICA MANICA.....	120
TABELA 4-DISTRIBUIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM CHIMOIO.....	132
TABELA 5- SITUAÇÃO DE ÁGUA CONSUMIDA EM CHIMOIO.....	138
TABELA 6-DISTRIBUIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM GONDOLA.....	141
TABELA 7- ILUSTRA A SITUAÇÃO DE ÁGUA CONSUMIDA EM GONDOLA.....	142
TABELA 8- CRIMINALIDADE VIOLENTA NO MUNICÍPIO DE MANICA	145
TABELA 9- SITUAÇÃO DE ÁGUA CONSUMIDA NO MUNICÍPIO DE MANICA.....	147
TABELA 10- FONTE DE ENERGIA USADA PELA POPULAÇÃO EM CHIMOIO.....	150
TABELA 11-TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA EM CHIMOIO.....	150
TABELA 12- FONTE DE ENERGIA USADA PELA POPULAÇÃO EM GONDOLA.....	151
TABELA 13- TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA EM GONDOLA...	151
TABELA 14.-FONTE DE ENERGIA USADA PELA POPULAÇÃO EM MANICA.....	152
TABELA 15-TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA EM MANICA.....	152
TABELA 16-CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE MANICA.....	197
TABELA 17- CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE GONDOLA.....	197
TABELA 18- CRIMINALIDADE EM CHIMOIO.....	199
TABELA 19-CRIMES E MULHERES PRESAS NA CADEIA FEMININA DE CHISSUI..	199

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-CRIMES REGISTRADOS PELA POLÍCIA EM TODO O PAÍS.....	27
GRÁFICO 2- PERCENTUAL DA CRIMINALIDADE POR TIPOLOGIA.....	28
GRÁFICO 3-EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NOS MUNICÍPIOS....	39
GRÁFICO 4-CRIMES VIOLENTOS PRATICADOS EM CHIMOIO.....	129
GRÁFICO 5-CRIMES VIOLENTOS PRATICADOS EM GONDOLA.....	129
GRÁFICO 6-CRIMES VIOLENTOS PRATICADOS EM MANICA.....	130
GRÁFICO 7-CONDICIONANTES DE CRIMES CONFORME ENTREVISTADOS.....	168
GRÁFICO 8.- OPINIÃO POPULAR SOBRE A PREVENÇÃO DO CRIME.....	179
GRÁFICO 9-OPINIÃO DE PRESOS ENTREVISTADOS SOBRE O CRIME.....	203

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1-RELAÇÃO ENTRE A INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESVIO SOCIAL.....	69
ESQUEMA 2-RELAÇÃO ENTRE INCIVILIDADE E CRIME.....	70
ESQUEMA 3-RELAÇÃO ENTRE A URBANIZAÇÃO E O DESVIO SOCIAL.....	72
ESQUEMA 4-ATUAÇÃO DE CRIMINOSOS EM CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO....	84
ESQUEMA 5-ATUAÇÃO DOS CRIMINOSOS EM CRIMES CONTRA PESSOA.....	195
ESQUEMA 6- ATUAÇÃO DE CRIMINOSOS EM CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO..	196
ESQUEMA 7- ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA POLÍCIA A NÍVEL DISTRITAL..	224
ESQUEMA 8-ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR.....	225
ESQUEMA 9-ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	226

LISTA DE SIGLAS

CP-Código penal

CRM-Constituição da República de Moçambique.

DII-Departamento de Informação Interna.

EUA-Estados Unidos da América.

FRELIMO-Frente de Libertação de Moçambique.

GAMFVVD-Gabinete do atendimento a mulher e família vítima de violência doméstica

INE-Instituto Nacional de Estatística

PRM-Polícia da República de Moçambique

PTC-Polícia de Transporte e comunicações

RENAMO-Resistência Nacional Moçambicana

SMO-Serviço militar obrigatório

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO PAÍS E A CRIMINALIDADE URBANA.....	20
1.2 CONTEXTO DO SURGIMENTO DA MUNICIPALIZAÇÃO NO PAÍS.....	26
1.3 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA MOÇAMBICANA.....	30
1.4 CONSTRUINDO QUESTÕES DA PESQUISA	35
1.5 JUSTIFICATIVA	40
2 TEÓRIAS SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E CRIMINALIDADE	43
2.1 MUNICÍPIOS MOÇAMBICANOS E SUA ESTRUTURA URBANA.....	45
2.2 INTERAÇÃO SOCIAL E A CRIMINALIDADE URBANA.....	54
2.2.1 Espaço urbano e a criminalidade em África, caso de Argélia	55
2.2.2. Espaço urbano e a criminalidade na África do Sul	59
2.2.3 Condicionantes do comportamento desviante no meio urbano	67
2.3 ASSIMETRIAS SOCIAIS E A CRIMINALIDADE URBANA.....	77
2.4 CONTROLE SOCIAL DO CRIME NO MEIO URBANO.....	81
2.5 UTILITARIZAÇÃO CRIMINOSA E O ESTILO DE VIDA DA VÍTIMA.....	88
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	94
3.1 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	101
3.2 POPULAÇÃO ALVO E GRUPO AMOSTRAL	107
3.2.1 População alvo	107
3.2.2 Detalhamento do grupo amostral.....	107
3.2.3 Técnicas usadas para análise do material coletado	112
4 DOS DADOS DE CAMPO À ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO	115
4.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS	118
4.2 CRIMINALIDADE EM MANICA, GONDOLA E CHIMOIO.....	123
4.2.1 Localização sócio-espacial da violência criminal em Chimoio.....	131
4.2.2 Localização da violência criminal em Gondola	139

4.2.3	Localização espacial da violência criminal em Manica	143
4.3	FATORES DA VIOLÊNCIA CRIMINAL NESTES MUNICÍPIOS.	148
4.4	VARIÁVEIS QUE CONCORREM PARA A CRIMINALIDADE	163
5	O PAPEL DA COMUNIDADE NA PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME ..	172
5.1	FORMAS COMUNITÁRIAS DE REAÇÃO AO CRIME.....	182
5.2	LINCHAMENTOS PÚBLICOS E PREVENÇÃO CRIMINAL COMUNITÁRIA	182
6	PERFIL SOCIAL DAS VÍTIMAS E DOS CRIMINOSOS NOS MUNICÍPIOS.....	188
6.1	PERFIL DAS VÍTIMAS	189
6.2	PERFIL DOS CRIMINOSOS	192
6.3	RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E A VIOLÊNCIA CRIMINAL ...	204
6.4	CRIMINALIDADE E A INCIVILIDADE NESTES MUNICÍPIOS	209
7	SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E A POLÍTICA CRIMINAL NO PAÍS.....	214
7.1	POLICIAMENTO E A PREVENÇÃO FORMAL DO CRIME NESTES MUNICÍPIOS	214
7.2	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E A PREVENÇÃO CRIMINAL.	226
7.3	SAZONALIDADE CRIMINAL NESTES MUNICÍPIOS	227
7.4	PROVENIÊNCIA DE ARMAS DE FOGO USADAS EM CRIMES	230
	CONCLUSÃO	237
	REFERÊNCIAS.....	245
	ANEXOS.....	258

1 INTRODUÇÃO

No cotidiano nota-se que em Moçambique, as manchetes dos jornais¹ credíveis e de maior circulação no país, rádios e televisão, tem apresentado de forma sistemática, matérias relacionadas com a violência criminal. Mesmo algumas conversas de esquina têm sido da criminalidade. Esta violência criminal tem ocorrido um pouco por todo o país, sobretudo nas suas áreas periféricas excluídas ou desprovidas de condições sociais básicas.

Como este fenómeno é global para todo o país, por razões óbvias, o presente estudo pretende fazer sua análise na província de Manica², concretamente nas autárquias de Manica, Chimoio e Gondola, que tem experimentado nos últimos anos um crescimento de seus espaços autárquicos e da violência criminal, com objetivo geral de compreender em que medida o crescimento urbano dos municípios de Chimoio, Manica e Gondola, condiciona a prática de homicídios e assaltos, ambos cometidos à mão armada, com o envolvimento maioritário da camada jovem. Igualmente têm como objetivos específicos: identificar a interseção entre o processo organizacional dos espaços autárquicos durante a sua expansão e a prática da violência criminal; Mapear o período do dia, dia da semana e as áreas dessas autárquias, onde os jovens cometem com frequência esta violência criminal; Identificar os fatores e motivações que levam os jovens ao cometimento diferenciado de homicídios e assaltos entre áreas das mesmas autárquias; Identificar como é que as políticas públicas de segurança e as de segurança pública urbana estão sendo implementadas, tendo em conta ao crescimento de espaços autárquicos e a ocorrência da violência criminal.

Sendo assim, consideramos as seguintes proposições desta pesquisa empírica: As diferentes condições socio-espaciais municipais como a segregação social, a ocupação desregrada dos espaços residenciais, sem serviços e infraestruturas sociais básicas (escolas organizadas, locais de lazer, iluminação pública, saneamento do meio, vigilância policial, saúde, emprego), bem como as crenças culturais dos residentes, contribuem de forma positiva para o envolvimento de jovens em práticas diferenciadas da violência criminal nestes distritos municipais; As assimetrias socio-econômicas generalizadas entre os moradores municipais, a saber, o nível de escolaridade, a renda ou privação relativa, o desemprego, o lazer, são fatores favoráveis que concorrem para o envolvimento de jovens na prática destes fenómenos criminais nestes municípios; A fraca implementação de políticas públicas de segurança e as

¹ Folha de Maputo, 7 jun., 2018; Jornal verdade, 3 jan. 2018; Jornal Domingo, 22 abr. 2017 e Jornal Zambeze, 8 mar. 2018 [online].

² O distrito *Manica* coincide com o nome da província “*Manica*” e tem 12 distritos, nomeadamente: Bárue, Chimoio, Gondola, Guro, Macate, Machaze, Macossa, Manica, Mossurize, Sussundenga, Tambara e Vanduzi, respectivamente.

de segurança pública em geral na gestão de espaços urbanos, propicia a manifestação desta violência criminal; O próprio passado histórico da província e suas crenças culturais, concorrem para a prática assimétrica desta violência criminal, devido à motivações diversificadas para um determinado tipo de delito

Para além de procurar entender como é que se dá essa violência criminal, tendo em conta o crescimento urbano municipal no período que vai desde 2007 a 2017, pretende-se também compreender a sua desigual distribuição sócio espacial entre áreas destes municípios e a sua relação com as políticas públicas de segurança e de segurança pública³. Trata-se de crimes praticados maioritariamente por jovens com recurso à armas brancas (facão) e de fogo, em vias públicas, em residências e em estabelecimentos comerciais ou empresariais, que nos últimos anos tem colocado a população local apreensiva. Por outro lado, tem retraído diversos investimentos públicos e privados, incluindo estrangeiros⁴(JORNAL VERDADE, 3 jan. 2018, *online*).

Outro grande clamor popular em relação a este fenómeno social é o fato das ações de *homens catana* (usuários de facão), incidirem na via pública e em residências, somente no período noturno, em lugares sem iluminação pública, com deficiente ou ausência de patrulhamento policial e vias públicas intransitáveis por conta da erosão do solo e de residências construídas de maneira desordenada.

A motivação pela pesquisa surge pela experiência do pesquisador na área de Segurança Pública, em que observava o impacto pernicioso deste fenómeno na vida socioeconômica das vítimas e do país por retraindiversos investimentos socioeconômicos, ou seja, durante os primeiros anos da sua carreira profissional, trabalhou como oficial de permanência (plantão) em diversas Esquadras policiais (delegacias), recebendo e atendendo casos criminais 24/24h, para além de ter trabalhado como chefe de operações e comandante em delegacias da Polícia⁵, onde observava de perto o sofrimento das vítimas da brutalidade criminal e também lidava-se com

³ Entende-se como políticas de segurança pública, todas as ações desenvolvidas por órgãos pertencentes ao sistema de justiça criminal para prevenir e combater o crime, por exemplo: patrulhamento policial, aplicação efetiva das leis por parte dos tribunais, ao passo que as políticas públicas de segurança são aquelas proporcionadas pelo governo ou órgãos municipais para a prevenção do crime, nomeadamente: iluminação pública, arruamento dos bairros residenciais, abertura de vias de acesso a nível dos bairros, construção de escolas organizadas, saneamento do meio, criação de emprego, saúde, locais de lazer, entre outras (OLIVEIRA, 2002; FILOCRE, 2009).

⁴JORNAL VERDADE. Ância portuguesa morta por desconhecidos em Chimoio-Manica. 3 janeiro, 2018. “No dia 30 de dezembro de 2017, no período de noite, um grupo de indivíduos desconhecidos, invadiram a residência de uma empresária de nacionalidade portuguesa, tendo-lhe agredida mortalmente por meio de instrumentos contundentes, desta ação macabra, os criminosos não apoderaram dos seus pertences”. Disponível em <http://www.verdade.co.mz/newsflash/64519-ancia-portuguesa-morta-por-desconhecidos-em-manica>. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁵Vilas municipais de Gondola e Sussundenga.

diversos criminosos, dentre eles, homicidas e assaltantes com recurso à mão armada. Ainda por conta do cargo, participava em conselhos coordenadores do Comando Provincial da Polícia em Manica, onde eram apresentados relatórios policiais, quer mensais, quer anuais, com estatísticas criminais referentes a doze distritos que constituem a província de Manica, dentre eles municipais e não municipais, onde se constatava maior sentimento de medo e insegurança pública, não só pela prática reiterada desta criminalidade, mas também pela forma cruel como eram praticados os homicídios e assaltos à mão armada nestas três autarquias se comparado com outros distritos da província em geral.

Outrossim, os relatórios do Comando Geral da Polícia, apontavam a província de Manica, através destes municípios, como um dos epicentros de homicídios e assaltos recorrentes a facção e a armas de fogo, para além de reportagens jornalísticas em forma escrita, radiofônica e televisiva, que com frequência relatavam essa modalidade de violência criminal nestas autarquias, criando deste modo um sentimento generalizado de medo e insegurança pública, daí surgiu a necessidade de compreender como é que se dava esta violência criminal e qual era o móbil da sua reiterada prática naqueles locais se comparado com os outros com semelhantes condições socioeconômicas, relacionando-a com as políticas públicas de segurança e as de segurança pública. Ademais, durante a pesquisa do trabalho de mestrado sobre a criminalidade em Moçambique, despertou-me uma atenção relativa a prática diferenciada de homicídios e assaltos à mão armada em diversas áreas do país, sendo algumas áreas com idênticas condições socioeconômicas, mas por questões ligadas ao foco da pesquisa de mestrado, o pesquisador acabou abrindo mão, mas com interesse de incluir em futuras pesquisas científicas.

Outra motivação não menos importante que esteve na origem da pesquisa, é o fato de que poucos estudos existentes sobre a criminalidade em Moçambique faziam uma abordagem genérica do problema, sem no entanto olhar para as especificidades de cada região (província, cidade, localidade, bairro) em termos geográficos, nível socioeconômico e crenças culturais prevalentes em cada área, mesmo as políticas de segurança pública são igualmente traçadas de forma vertical a nível central (Comando Geral da Polícia) sem olhar as especificidades de cada região, o que torna difícil a sua prevenção e combate local, uma vez que as motivações criminosas variam de região para região ou de área para área.

Quanto à sua localização geográfica, Moçambique é um país do continente africano, localizado no sudeste e é banhado pelo Oceano Índico a leste e a norte faz fronteira com a Tanzânia; a noroeste com Malawi e Zâmbia; a oeste com Zimbabwe e a sudoeste com Suazilândia e África do Sul. Ele tem 11 províncias (Estado no Brasil). O país atualmente conta

com 154⁶ distritos, sendo 53 municipalizados. Neste contexto, os municípios de Chimoio, Manica e Gondola, situam-se na província de Manica, centro do país. A autarquia de Chimoio constitui a cidade capital desta província e localiza-se aproximadamente a 67 quilômetros da autarquia de Manica e a 26 quilômetros da de Gondola. As suas economias são efetivamente dependentes das pequenas indústrias transformadoras de produtos meramente agropecuários localmente produzidos, com maior notoriedade para o tabaco, cítricos, cereais, gado bovino e aves. Trata-se de centros autárquicos caracterizados por um maior aglomerado populacional proveniente de outros pontos da província e do país⁷. Ademais, tem sido notória a presença de imigrantes estrangeiros, mormente zimbabwuanos, nigerianos, somalis, paquistaneses, indianos, bengalis, entre outros.

Conforme dados tornados públicos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017)⁸, referentes aos resultados definitivos do Censo geral da população e habitação havido em 2017, a população moçambicana atualmente é de cerca de 28.861.863 habitantes contra 20.366.795 habitantes do Censo de 2007, sendo atualmente 15.061.006 de sexo feminino e 13.800.857 do sexo masculino. Esta atual população está distribuída em onze províncias⁹. A sua faixa etária maioritariamente é de jovens. Neste contexto, a autarquia¹⁰ de Chimoio atualmente é habitada¹¹ por um total de 372.821 habitantes contra 238.976 habitantes do Censo de 2007; a autarquia de Manica é habitada por 70.433 habitantes contra 63.561 habitantes do Censo de 2007 e de Gondola habitada por 49.556 habitantes contra 33.877 habitantes do Censo de 2007 (INE, 2007; 2017, *Online*).

Este aumento populacional nestas autarquias está implicando a identificação de novos espaços para a edificação de novas moradias, porque os espaços outrora planificados mostram-se tão exíguos para atender a demanda pelo solo urbano. Nesta demanda pela ocupação do espaço residencial, tem-se assistido à ocupação desordenada de espaços existentes no interior da cidade “cimento”¹². Por outro lado, tem-se notado a ocupação legal de espaços nas áreas periféricas por meio de projeção de novos espaços residenciais urbanizados, os conhecidos

⁶MMO-MOÇAMBIQUE MEDIA ONLINE. Moçambique passa a ter mais 13 novos distritos. 22 março, 2013 [online]. Disponível em: <https://noticias.mmo.co.mz/2013/03/parlamento-aprova-criacao-de-13-novos-distritos-no-pais.html>. Acesso em: 8 jun. 2018.

⁷ Informação coletada durante a pesquisa exploratória junto aos residentes destes municípios (2017).

⁸Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017>. Acesso em 28.03.2018.

⁹ No Brasil denomina-se Estados.

¹⁰ Em Moçambique o termo autarquia é usado para designar município, embora alguns autores distingam estes dois conceitos.

¹¹ Os habitantes acima mencionados somente pertencem à zona autárquica.

¹² Zonas pavimentadas dos municípios.

comumente por "zonas residenciais de expansão" e zonas residenciais ilegais, os denominados "zonas verdes"¹³ e conseqüentemente resulta em uma mistura de indivíduos com variadíssimos valores culturais e diversas condutas no mesmo meio social.

Este processo ocupacional dos espaços municipais, aliado as assimetrias sociais, tem sido acompanhado, vezes sem conta, com o elevado índice da violência criminal, com maior destaque para: assaltos à mão armada em estabelecimentos comerciais, em residências, em vias públicas e homicídios sob diversas modalidades, dentre eles qualificados e não qualificados, sobretudo nas suas zonas residenciais periféricas¹⁴.

Esta dinâmica da violência criminal, já está tornando apreensiva as entidades governamentais, religiosas, políticas, acadêmicas e a sociedade civil em geral, suscitando debates a nível deste estrato social, visando a busca pelas estratégias mais consentâneas para mitigar esta problemática social. A título exemplificativo, no mês de junho de 2016, no município de Chimoio, indivíduos não identificados, raptaram e esquartejaram um menor de 6 anos de idade, portador de albinismo¹⁵. O corpo do finado de nome Faztudo, foi encontrado junto a linha férrea local, mas com a ausência de braços, pernas e cabelos, com sinais evidentes de ter sido executado a facção (FOLHA DE MAPUTO¹⁶, 7 jun. 2016, *online*). Esta barbaridade, chocou não só aos familiares e amigos da vítima, mas também a sociedade em geral, demandando pelas formas mais humanizadas de respeitar a dignidade do ser humano. Ademais, todos clamavam pela neutralização e condenação exemplar dos criminosos, como forma de desencorajar tais práticas bárbaras que tendem a se alastrar um pouco por toda a província. É neste contexto que este trabalho objetiva discutir a relação existente entre o cometimento da violência criminal, políticas públicas de segurança adotadas e o crescimento socioespacial das áreas municipais durante o seu processo expansivo.

Para a operacionalização deste trabalho, recorreu-se a abordagem qualitativa coadjuvada com a quantitativa, baseada na revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Não obstante o uso de entrevistas informais durante a

¹³São zonas que pelo estudo do impacto de natureza ambiental ou por outros motivos se proíbe a edificação de residências. Trata-se de zonas não parceladas ou urbanizadas, informação dada oralmente pelo Conselho Municipal da cidade de Chimoio na pessoa do diretor de urbanização e infraestrutura, 16 maio, 2018).

¹⁴Dados extraídos dos relatórios anuais do Comando Provincial da Polícia de Manica, referentes aos anos de 2009, 2013, 2015 e 2016.

¹⁵Indivíduos albinos são aqueles que apresentam problemas de pigmentação da pele e segundo a crença satânica, as partes do seu corpo representam um alto poderio mágico-religioso para enriquecimento de forma rápida.

¹⁶FOLHA DE MAPUTO. **Desconhecidos esquartejam albino em Chimoio**. Moçambique, 7 de junho, 2016. Disponível em: <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/desconhecidos-esquartejam-albino-em-chimoio/>. Acesso em 26 jan. 2018.

pesquisa exploratória feita. O trabalho está subdividido em sete capítulos, mas antes, consta a introdução, servindo-se de cartão de visita. Nela consta a súmula daquilo que será tratado ao longo do presente trabalho, desde os objetivos do trabalho, motivações pela escolha do tema, densidade demográfica das áreas em estudo, proposições da pesquisa, entre outros aspectos.

A primeira parte constitui o primeiro capítulo, neste capítulo, fizemos menção a contextualização histórica do país e a violência, sua evolução criminal ao longo dos 11 anos (2007-2017) e explicamos como decorreu o processo de autarcização do país até a municipalização destes distritos. Igualmente fez-se a delimitação do tema, justificativa e foram levantadas as principais questões da pesquisa, por se tratar de linha de orientação da mesma.

A segunda parte, comporta o segundo capítulo. Neste capítulo, discutimos o assunto “espaços urbanos e o fenômeno criminal” na visão de vários autores africanos, brasileiros e norte americanos, que com elevada mestria e reconhecimento inegável, debruçaram-se sobre esta temática. Iniciou-se por conceitualizar teoricamente o conceito município ou autarquia¹⁷, diferenciando-se do urbanismo e urbanização, relacionando com as diversas tipologias criminais, com destaque para a violenta. Fez-se menção ao modo de vida citadino em geral, suas consequências para o social, descreveu-se o modelo estrutural da cidade de Maputo, capital moçambicana, conforme o entendimento dos únicos autores moçambicanos que realizaram os estudos estruturais desta cidade, não só, mas também fez-se menção aos estudos realizados por autores internacionais em diversos países africanos e não africanos, com destaque para Argélia, África do Sul, Brasil e Estados Unidos da América, com o fito de melhor entender qual é modelo que se adequa a realidade atual destes municípios moçambicanos, devido ao elevado nível de mobilidade social, quer interna, quer externa, movida pela globalização crescente.

A terceira parte, constitui o terceiro capítulo, onde consta a metodologia usada. Neste, descrevemos como será operacionalizada a pesquisa para se tornar viável, sendo assim, descreveu-se os caminhos trilhados para obtenção do material a partir de técnicas e instrumentos de coleta de dados junto a população alvo, selecionou-se o grupo amostral, coletou-se dados e consequentemente sua análise e interpretação. O ponto de partida para este capítulo foi análise documental, seguido da bibliográfica até as entrevistas, sem descuidar a observação direta em todo este processo, visando obtenção da realidade do fenômeno em estudo. Posto

¹⁷ Embora outros autores fazem distinção entre autarquia e município, entendendo a autarquia como algo maior que município, podendo esta, ter mais que um município, mas para o presente estudo usamos como palavras sinónimas em obediência ao tratamento a que é feito em Moçambique (DO AMARAL, 2003; REBELO, 1999).

isso, seguiu-se a análise destes dados para posterior sistematização e interpretação na tentativa de entender melhor como é que este fenômeno se dá a nível destes espaços municipais.

A quarta parte, refere-se ao quarto capítulo. De forma geral, neste e nos capítulos seguintes, procurou-se responder as questões da presente pesquisa de tese, com intuito de compreender como é que se dá esta violência criminal nestes três municípios, mapeando as áreas com maior incidência e identificar os fatores que estão por detrás deste fenômeno criminal nestas áreas em relação as outras com menores incidências destas práticas.

A quinta parte, comporta o quinto capítulo. Neste capítulo, procuramos compreender qual seria o papel da comunidade na profilaxia criminal, partindo do princípio de que para que haja o “crime” é fundamental que haja “vítima, criminoso motivado e oportunidade”, ou seja, estes três elementos coincidentes no tempo e no espaço constituem uma condição *sine quanon* para que se pratique qualquer crime. Mostramos que quanto mais a vítima aumentar os custos de se praticar o crime, através da prevenção situacional do crime, menor é a probabilidade da sua ocorrência

A sexta parte, é o sexto capítulo. Neste capítulo, identificamos o perfil das vítimas e dos criminosos por cada área mapeada, tendo em conta a tipologia criminal prevalecente e seus *modus operandi*, e exploramos porque é que essas práticas ocorrem mais nestas áreas, comparativamente às outras dos mesmos municípios e de outros a nível da província e do país. Abordamos a relação entre a escolaridade e a criminalidade, e contribuição de algumas incividades na prática de crimes.

A sétima e última parte, comporta o sétimo capítulo. Neste, fez-se menção as diversas formas de prevenção criminal nos municípios, tendo como seu enfoque as formas tradicionais de prevenção (controle informal) até as modernas formas de prevenção do delito (controle formal), mostrando as suas potencialidades e fragilidades na prevenção e combate a criminalidade, em particular a violenta. Também fez se menção a sazonalidade criminal nestas autarquias.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO PAÍS E A VIOLÊNCIA CRIMINAL URBANA

Moçambique, pela sua localização geográfica na costa oriental do Oceano Índico, com existência de belas praias, de recursos naturais e por estar localizado estrategicamente ao longo do corredor, ligando grandes países do *Interland*,¹⁸ dentre eles a Suazilândia e Zimbabwe, tem

¹⁸ Países do interland são países que não fazem limite com o mar, sendo assim dependem dos países ligados ao mar para realizarem as diversas transações comerciais, através da fácil mobilidade humana e de mercadorias, via marítima, rodoviária e ferroviária.

sido um país atrativo e privilegiado para a realização de transações comerciais e prática do turismo, fazendo com que muitos nacionais de outros países africanos e não africanos, se sintam na necessidade de fixar suas residências. Este país, é na verdade usado como corredor por diversos países africanos que não fazem contato direto com o Oceano Índico, através de seus portos de Maputo, Beira e Nacala, que servem de recepção de mercadorias vindas de todos os cantos do mundo para os países da África Austral, com destaque para os do *Intarland*, nomeadamente: Zimbabwe, Malawi, Zâmbia, Tanzânia, Botswana e Suazilândia, e destes países para o resto do mundo, vice e versa. Trata-se de um país multicultural e com um passado histórico violento, mas nas últimas décadas tem experimentado avanços significativos na sua economia e nas suas relações diplomáticas com o resto do mundo.

FIGURA 1. MAPA DE MOÇAMBIQUE FAZENDO LIMITES COM PAÍSES DO *INTERLAND*



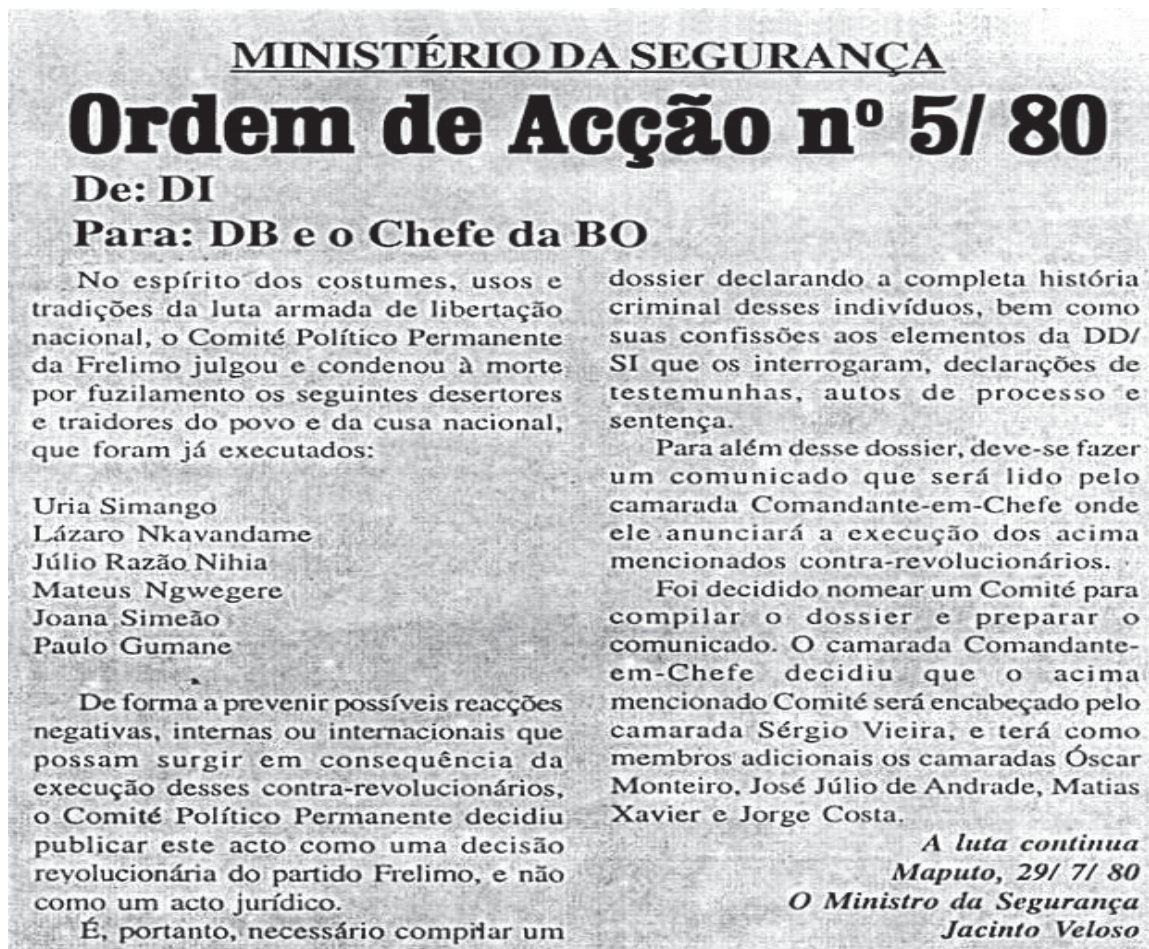
Fonte: http://embassyofmozambique.be/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=198&lang=pt.

Como se disse acima, o país tem um passado histórico, caracterizado por violência, ou seja, passou do confronto sangrento de duas guerras, uma contra os portugueses (1964-1975) e a outra foi o conflito armado entre a Frente de Libertação moçambicana –FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique –RENAMO (1976-1992), tendo saldado em milhares de vítimas humanas, dentre elas mortais e mutiladas.

Ademais, durante e depois da luta contra os portugueses, os moçambicanos que eram conotados como traidores e antirevolucionários da pátria, eram sujeitos a pena de morte por meio de fuzilamentos públicos, como uma alternativa encontrada no momento para desencorajar os outros. Nesta campanha contra os “traidores da pátria”, foram executados por fuzilamento, diversas personalidades, ainda que pertencessem ao mesmo partido FRELIMO,

dentre elas se destacam o vice-presidente¹⁹ da FRELIMO, Urias Simango, Lázaro Nkavandame e Joana Simeão. A seguir mostrar-se-á um documento ilustrativo da legitimação dessas ações de violência que o país viveu.

FIGURA 2- ORDEM DE EXECUÇÃO DE INDIVÍDUOS CONSIDERADOS TRAIDORES DA PÁTRIA



Fonte: Delagoabay (2016)²⁰.

Para além da pena de morte por fuzilamento público, aplicava-se também a pena de chicotada em público, quando o crime não fosse por eles considerado muito grave. É neste diapasão que a Comissão permanente da Assembleia Popular, como órgão legislativo, decretou em 1983, a lei número 5/83, de 31 de março, prevendo a pena de chicotada e de morte. Conforme o mesmo decreto lei, essas penas seriam aplicadas: aos autores, cúmplices e encobridores de delitos consumados e frustrados contra a segurança do povo e do Estado popular; aos candongueiros em todas as suas manifestações, dentre as quais: especulação, tráfico ilegal de divisas e contrabando; aos casos de assalto à mão armada, organização

¹⁹Urias Simango, Co-fundador da Frente de Libertação de Moçambique –FRELIMO, executado por fuzilamento em 1979.

²⁰ Disponível em <https://delagoabayword.wordpress.com/category/historia-mocambique/a-morte-de-uria-simango/>. Acesso em 10.12.2017

criminosa; roubo; estupro de mulheres, homicídios, furtos, tráfico de estupefacientes e outras formas da delinquência (BOLENTIM DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, 31 março, 1983). Conforme a lei, a pena de chicotada era aplicada em público de três a trinta chicotadas por séries em espaço de tempo não inferior a oito dias, dependendo da gravidade do dano causado, num autêntico suplício (FOUCAULT, 2014). A seguir as imagens ilustrativas da pena de chicotada aplicada em público a um suposto criminoso sob olhar atento da população. FIGURA 3-UM HOMEM EM CHICOTEAMENTO PÚBLICO NA PROVÍNCIA NORTENHA DO NIASSA



Fonte: jornal macua²¹ [Online]

Este fenômeno da violência física registrado no período colonial e pós-colonial nas palavras de Borges Coelho (2003) fez com que a violência ficasse na memória de muitos moçambicanos e como resultado, vem sendo propagada até aos dias que correm em forma de homicídios (linchamentos públicos), ameaças e ofensas corporais (GRANJO, 2015). Esta forma de violência física encontra-se hoje institucionalizada ou enraizada em muitas famílias moçambicanas, alegadamente por encontrar nela, uma forma eficaz de corrigir a conduta desviante de um indivíduo, podendo ser um membro da família ou suspeito de práticas criminais. Exemplo inequívoco destas práticas violentas são pequenas pancadas dadas a uma criança em caso de desobediência aos parentes e linchamentos públicos que infelizmente

²¹ JORNAL MÁCUA [online]. Os campos da vergonha: A história inédita dos centros de reeducação em Moçambique. Disponível em: http://macua.blogs.com/.shared/image.html?/photos/uncategorized/2008/01/06/magazine1995camposfrelimo_img_0a.jpg. Acesso em 14 de agosto de 2018.

ocorrem de maneira sistemática um pouco por todo o país. Ademais, para o autor, os indivíduos que não se entendiam com a vizinhança pelo seu comportamento inadequado, eram lhes aplicado uma pena de desterro, ou seja, localmente eram expostos da zona residencial.

Quanto ao passado violento do país, a guerra contra os portugueses terminou com a proclamação da independência em 25 de junho de 1975, antecedida por assinatura dos acordos de Lusaka, na capital zâmbiana, em 7 de setembro de 1974, tendo o território moçambicano passado a gestão dos moçambicanos. Terminada a guerra contra os portugueses, em 1976, um ano depois da independência, viria a eclodir um conflito armado que também semeou luto e dor inesquecível em famílias moçambicanas, pelas suas marcas fisicamente visíveis e psicologicamente inesquecíveis na memória do povo, tais como indivíduos que cresceram sem seus parentes por terem sido executados e como não bastasse na sua frente, indivíduos sem seus membros superiores ou inferiores por terem sido mutilados à sangue frio, saques e estupros de mulheres na presença de seus maridos, entre outras atrocidades inimagináveis.

O objetivo deste conflito armado sangrento era a erradicação do regime do partido único, tido como fonte das discriminações ou assimetrias sociais regionais prevalecentes naquela época, consideradas como responsáveis pelos níveis astronômicos das desigualdades sociais entre regiões, Sul, Centro e Norte do país. Em 1992, com o término deste conflito armado, testemunhado pelo Acordo Geral de Paz, assinado em 4 de outubro de 1992 entre o governo da FRELIMO e a delegação da RENAMO em Roma, capital da Itália, deu lugar em 1994, as primeiras eleições gerais e multipartidárias, iniciando deste modo o primeiro ciclo da democracia em Moçambique (JORNAL VERDADE, 10 abril, 2013, *online*)²².

Segundo análise do centro de estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane na pessoa de Carlos Serra (2008), Moçambique passou por três fases principais de seu desenvolvimento, todas acompanhadas por mudanças socioeconômicas e políticas, sendo que de 1990 a 1995, registrou-se altos níveis de insegurança pública ligados a vários fatores, dentre eles, destacam-se o desemprego, desigualdades sociais abismais e a incerteza do término do conflito armado, tendo nesta sequência se assistido primeiras execuções sumárias perpetradas por populares contra todos os indiciados de práticas criminosas. De 1996-2003, foi a fase caracterizada pela aparente diminuição destas atrocidades populares, mercê das tendências expectantes pelo fim do conflito armado, dadas pela realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias, prenunciando assim o bem estar social.

²² JORNAL VERDADE. Acordo Geral de Paz assinado em Roma, entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO. Publicado em Boletim da República lei nº 13/92. 10 abril, 2013. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/download/downloadverdade/file/239-acordo-geral-de-paz-.acesso> em 16 abr. 2018.

Como não tivesse se concretizado o almejado (o bem estar social), entre 2004-2008, assiste-se novamente uma tremenda vaga de execuções sumárias, movida pelo incremento da desordem social, com destaque para a criminalidade violenta e desigualdades astronômicas (SERRA, 2008). Esta prática de violência criminal “linchamentos públicos”, registrada naquele período, teve o seu ponto de partida na cidade de Maputo, capital do país, tendo se alastrado posteriormente para outros grandes centros urbanos, nomeadamente: Beira, Nampula, Quelimane, Xai Xai e Chimoio, tendo essa violência popular atingido seu ponto de saturação em 2008²³ de forma descontrolada pelas autoridades policiais (SERRA, 2008).

No mesmo diapasão, para Costa (2007 apud MALOA, 2012, p. 57), entre 1975-1990, Moçambique registrou mudanças significativas na área socioeconômica e política, afetando sobremaneira “o comportamento e a sociabilidade juvenil”. Conforme Maloa (2012), estes fatos não devem ser menosprezados se pretendermos entender a juventude daquele período histórico para que se possa compreender a emergência da violência criminal que hoje tornou-se o pão do cotidiano, principalmente nos centros urbanos, na sua maioria cometida por jovens. Sendo assim, é premente fazer a reconstituição histórica “no qual o passado é lido e investigado, de maneira a explicar o presente da criminalidade urbana violenta no país e iluminar os trilhos do seu movimento” (MALOA, 2012, p.57).

Só para se ter uma noção, conforme dados policiais tornados públicos pelo INE [2011; 2017] nos seus relatórios sobre estatísticas de crimes e justiça, no período que vai desde 2007-2017, Moçambique em todo o seu território nacional, registrou e controlou uma série de casos criminais reportados, dentre eles violentos e não violentos, que ilustraremos no gráfico-1 abaixo, segundo as suas diversas tipologias, dentre as quais mencionam-se crimes contra pessoas, contra patrimônio e contra a Ordem Pública, escapando destas estatísticas as cifras²⁴ da criminalidade, que subdividem-se em: a) *cifras negras* (crimes comuns ou de rua não denunciados); b) *cifras douradas* (crimes de colarinho branco não denunciados); c) *cifras amarelas* (casos cometidos por policiais e outras autoridades públicas não denunciados por medo ou represália, como agressões físicas, execuções sumárias, mortes de criminosos causadas por policiais, podendo ser durante a troca de tiros, mortes ou ferimentos às vezes graves, causadas pelas balas perdidas disparadas por policiais em troca de tiros com criminosos;

²³ Em 2008 foram consumados e reportados em todo o território nacional 40 linchamentos, sendo a cidade de Chimoio contribuído em 15 casos consumados, todos motivados pela onda crescente da criminalidade e ineficácia da justiça formal na prevenção e combate à criminalidade (GRANJO, 2015, p. 96).

²⁴ Termo cunhado por Edwin Sutherland na sua obra intitulada: Crime de colarinho branco: Versão sem cortes. 1ª Edição. RJ: Revan, 2016, p. 16 (onde constatou que os crimes cometidos por poderosos eram mais frequentes do que os praticados por pobres) e também cunhado por Nestor Sampaio Penteado filho na sua obra intitulada: Manual esquemático de criminologia. São Paulo: Saraiva, 2012, e-book).

d) *Cifras cinzentas* (crimes comunicados às autoridades, mas terminam sendo resolvidos de forma consensual na delegacia, sem registros ou mal tipificados²⁵), casos de homicídios que normalmente são reportados como incidentes ou morte natural nas suas estatísticas criminais (DE SOUZA et al, 2011; PENTEADO FILHO, 2012).

É neste contexto que os dados criminais que tem sido colocados à disposição pelas diversas instituições ligadas ao sistema de justiça criminal no país não são fiáveis, não só devido as motivações acima elencadas, mas também pela falta de um padrão único ou harmónico de coleta destes dados, sendo assim, cada instituição, quer seja a Polícia, Ministério público, Supremo Tribunal e Ministério da Saúde, apresentam dados divergentes, por exemplo, em relação aos casos criminais referentes ao ano de 2008, a Procuradoria Geral da República de Moçambique em seu relatório anual diz ter registrado em todo o território nacional, um total de 40.312 casos criminais contra 27.254 casos registrados pela Polícia moçambicana em seu relatório anual referente ao mesmo período, com diferença de 13.058 casos criminais (REISMAN; LALÁ, 2012, p.8), por sua vez, o relatório do Instituto Nacional de Estatística [INE], intitulado crimes e justiça em Moçambique, registrou em seu relatório anual referente ao ano de 2008, um total de 28.176 casos criminais em todo o território nacional (INE, 2012). Constatou-se que a discrepância²⁶ entre os dados da Polícia e do Ministério público, se deveu as seguintes razões: (a) maquiagem²⁷ de dados policiais nas suas estatísticas criminais oficiais; (b) para além de computar dados criminais provenientes das delegacias, o ministério público computa casos criminais que são apresentados pelas vítimas.

Para reduzir estas discrepâncias astronómicas de dados estatísticos criminais com o fito de aproximar a realidade, para a presente pesquisa, recorreu-se aos dados da violência criminal registrados em boletins de ocorrências criminais anuais das Esquadras policiais (delegacias policiais) das áreas em estudo, por se considerar como tradicional ponto de partida de qualquer processo crime, embora ciente da existência de diversas *cifras* da criminalidade, com maior

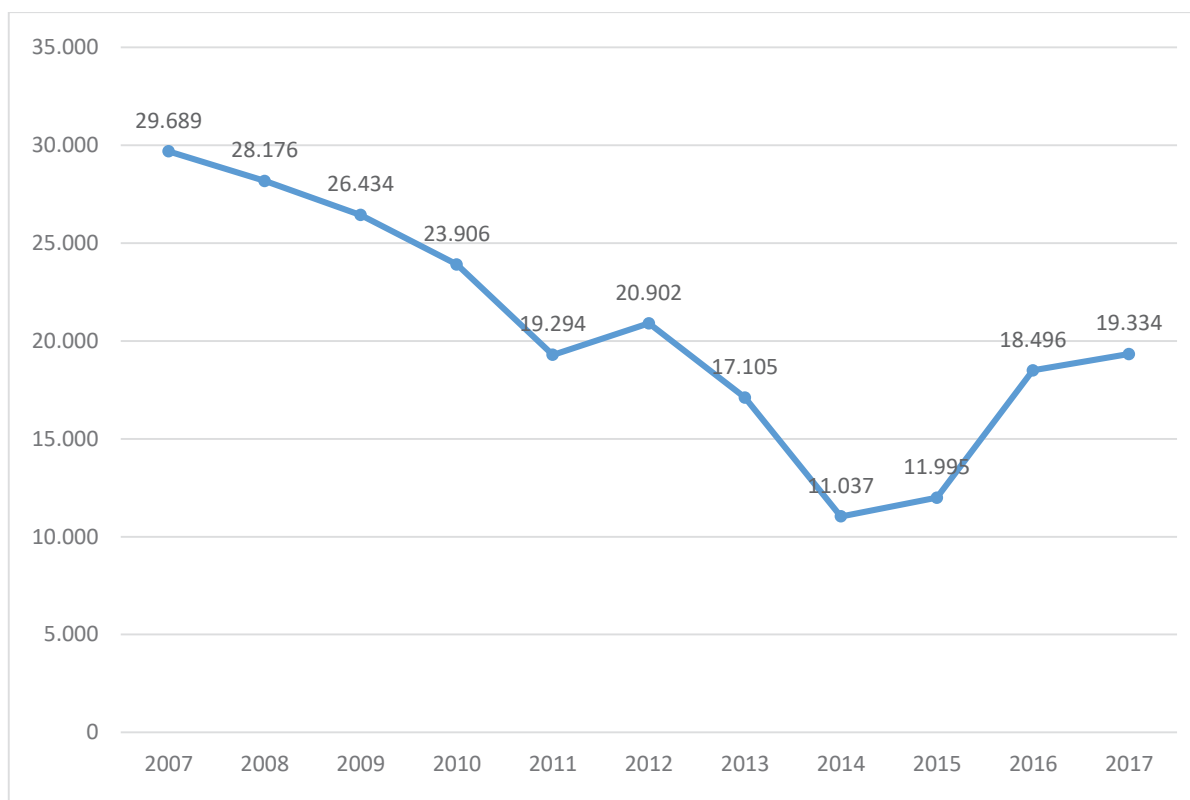
²⁵ A Polícia tem registrado nos boletins de ocorrências casos mal tipificados e quando se altera a tipificação durante a sua investigação pelo Ministério Público, não tenha sido atualização, contribuindo para discrepância de dados criminais entre Ministério público e a Polícia em seus relatórios. Mesmo os países que usam o Ministério de saúde como fonte de dados, acabam entrando em contradição com os dados da Polícia, mormente quando se trata de Latrocínio que a Polícia considera como roubo, mas o Ministério da Saúde considera como homicídio. Ademais, a Polícia não computa como homicídios aqueles casos em que a vítima não perece logo após a agressão, mas a saúde computa como homicídio (CANO; SANTOS, 2007).

²⁶ Ainda outra diferença reside no fato de que o ministério público contempla nas suas estatísticas criminais os casos oficialmente acusados, às vezes os casos praticados nos meses de outubro, novembro e dezembro são acusados no outro ano, fazendo parte das estatísticas daquele ano e não da sua prática, para além dos casos que são denunciados diretamente a ele pelas vítimas. Os tribunais contabilizam nas suas estatísticas criminais no momento em que os casos são submetidos ao julgamento, sem considerar o ano da sua prática.

²⁷ Termo usado para significar os casos reportados à polícia e não contabilizados por ela nas suas estatísticas criminais oficiais, embora tenha se feito o respectivo processo crime com a sua submissão ao Ministério público.

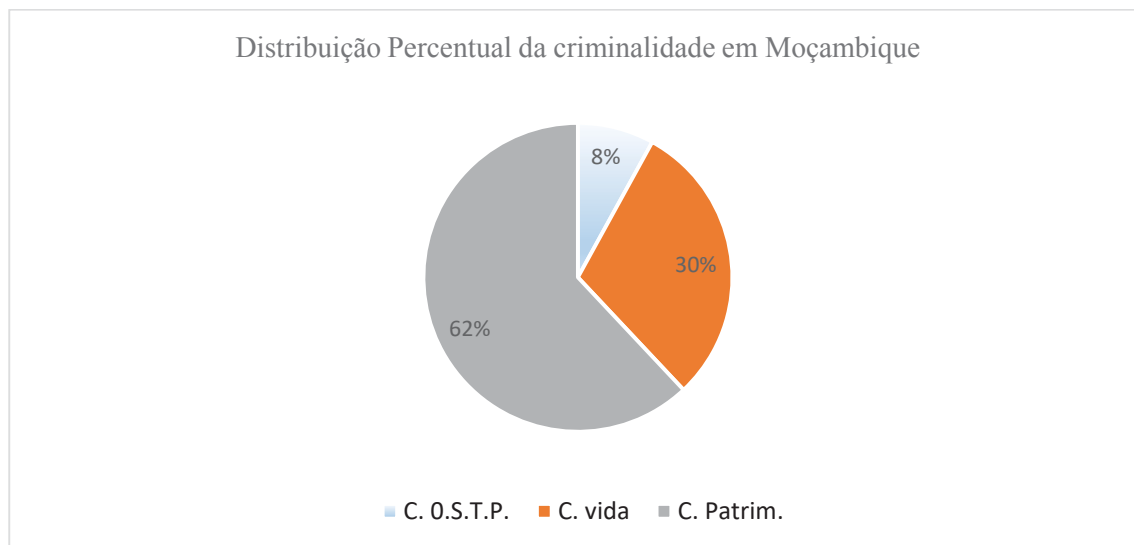
enfoque aos casos não reportados, porque a vítima desconfia no sistema de justiça criminal em sanar o seu problema de maneira satisfatória (*cifras ocultas*). Como antevê Dahrendorf (1987) em seus estudos, os vários milhões de atos criminais cometidos em todo o mundo, correspondente a ponta de Iceberg, as *cifras ocultas* representam uma maior percentagem. Este assunto encontra-se bem detalhado na metodologia desta pesquisa.

GRÁFICO 1-CRIMES REGISTRADOS PELA POLÍCIA MOÇAMBICANA EM TODO O PAÍS, DE 2007-2017, CONFORME O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA SOBRE CRIME E JUSTIÇA.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do INE [2012, p. 12; 2018, p.13-Online].

GRÁFICO 2-GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CRIMINALIDADE EM MOÇAMBIQUE (2007-2017).



Fonte: adaptado pelo autor a partir dos dados do INE [2012; 2018, *Online*]

De notar que nestes dados criminais, conforme INE (2012), a maior parte deles, é de crimes contra patrimônio em suas diversas modalidades, dentre eles roubos e furtos qualificados, seguido de contra pessoa ou vida e por último contra a Ordem pública, conforme o gráfico a cima.

1.2 CONTEXTO DO SURGIMENTO DA MUNICIPALIZAÇÃO NO PAÍS

Com a introdução do sistema multipartidário em 1990 e consequente realização das primeiras eleições gerais no país em 1994, dava-se assim a concretização do Estado de Direito Democrático. E com a perspectiva de intensificar cada vez mais essa democracia em territórios nacionais com assinaláveis níveis de desenvolvimento socioeconômico, em 1997, pela lei nº 10/97, de 31 de maio, implementou se a municipalização em alguns distritos do país, onde o povo de forma “livre e consciente” passou a escolher o seu favorito candidato à prefeito municipal.

No primeiro processo de implementação da autarcização no país, foram contemplados a nível do território nacional 33 municípios, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento sócio econômico. Atualmente o país conta com 53²⁸ distritos autarquicos, dos 154 distritos

²⁸ Angoche, Beira, Catandica, Chibuto, Chokwe, Chimoio, Gondola, Sussundenga, Cuamba, Dondo, Ilha de Moçambique, Inhambane, Gurué, Manhiça, Manjacaze, Lichinga, Manica, Maputo-cidade, Marromeu, Matola, Maxixe, Milange, Metangula, Mocimboa da Praia, Moatize, Mocuba, Montepuez, Monapo, Nacala Porto, Nampula, Quelimane, Tete, Vilanculo, Pemba, Xai-Xai, Praia do Bilene, Massinga, Quissico, Boane, Namahacha, Malema, Ribaue, Mandimba, Marupa, Gorongosa, Nhamatanda, Nhamnayabue, Ulongue, Alto Molocué, Macia, Mueda, Chiúre e Maganja da Costa (ACORDÃO Nº 4/CC/2014, de 22 de janeiro, dos juízes conselheiros do Conselho Constitucional moçambicano) ou Disponível em:

que compõe o país. Frisar que antes da autarcização, a gestão urbana estava encarregue aos respectivos administradores distritais, através dos chamados “conselhos executivos”. Esta gestão urbana pelo Conselho Executivo continua hoje presente em muitos outros distritos que ainda não atingiram o nível de desenvolvimento sócio económico estabelecido para ascensão a esta categoria de município.

Neste contexto, no primeiro ano da municipalização em Moçambique em 1998, a nível da província de Manica, a vila distrital de Chimoio, Manica e Catandica, se beneficiaram desta autarcização, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento sócio económico. Sendo assim, passaram a ser designados de municípios ou autarquias.

Em 2008, pelo nível de desenvolvimento assinalável registado em outros distritos do país, na província de Manica, ascendeu a categoria de autarquia, pela força da lei nº 3/2008, de 2 de maio, a vila de Gondola e mais tarde em 2013, pela força da lei nº 11/2013, de 3 de junho, a vila de Sussundenga, igualmente ascendeu a categoria de município, totalizando cinco municípios na província de Manica, dentre eles abordaremos apenas os municípios de Manica, Chimoio e Gondola, não só pelo registro de elevados índices de assaltos e homicídios praticados à mão armada, que sob o ponto de vista social, já torna apreensível toda a população da província em geral e destes municípios em particular, mas também devido ao medo e insegurança pública ali prevaescentes (Ver a seguir o gráfico 3).

O município de Chimoio, constitui a capital provincial de Manica e tem um passado histórico extremamente interessante, tendo passado em 1893 pelo nome de Vila Barreto, pela força da portaria 90/1893 emanada pela então companhia de Moçambique. Em 1916, pela força da portaria 3683/1916, de 15 de junho, emanada pelo então governador da companhia de Moçambique, em homenagem ao governador português João Pery de Lind (pioneiro do desenvolvimento agrícola da vila) passou a chamar -se de Vila Pery.

A vila teve a categoria de cidade em 1969, pela força da portaria número 22258/69, de 17 de julho e em 1978, foi transformada em Conselho Executivo em cumprimento da lei número 7/78, de 22 de abril. No ano de 1994, pela força da lei 3/94, de 13 de setembro, o Conselho Executivo transformou-se em Conselho Municipal, concretizado em 1997, pelo decreto número 2/97, de 18 de fevereiro²⁹.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Mo%C3%A7ambique_por_prov%C3%ADncia. Acessado em: 22 de maio de 2017.

²⁹ Informações concedidas pelo Conselho Municipal da cidade de Chimoio (2018), sobre o historial da cidade. A lei número 2/97, de 18 de fevereiro, aprova o quadro jurídico para implantação das autarquias locais.

Sobre o município de Gondola, o nome Gondola³⁰ emerge de uma lagoa que em língua local “*chiuté*” se designa por Gândua. Durante a colonização portuguesa, os portugueses encontraram-se com um grande número de mulheres que saíam da busca de água, tendo –as indagadas sobre onde é que saíam e em resposta elas disseram que saíam de Gândua, dizendo a lagoa, daí a região passou a denominar-se de Gondola, nome adaptado de Gândua. A vila de Gondola, neste caso, centro do distrito do mesmo nome, resultou do desenvolvimento do tráfego ferroviário, uma vez que servia de um grande “centro” ferroviário, ligando cidade da Beira à República do Zimbabwe. Esta vila, passou a categoria de autarquia em 2008, mercê do seu desenvolvimento sócio econômico assinalável. Ela situa-se a 26 km da autarquia de Chimoio.

Por fim, a autarquia de Manica³¹, ela constitui a segunda cidade da província de Manica, depois da cidade de Chimoio e ao mesmo tempo é o segundo maior centro econômico da província e faz fronteira com a República do Zimbabwe. A vila foi elevada à categoria de município em 1997, depois de ter se registrado um assinalável desenvolvimento sócio econômico. O nome Manica, surge na sequência da junção de dois termos “*Ma +Nyica*” que em língua local significa “gente de casa ou terra”.

Salientar que estes três municípios acima descritos, são todos eles potencialmente agropecuários, com destaque para a produção de milho, mapira, banana, feijões, diversas hortícolas, abacate, cana de açúcar, frango, ovo, leite, gado bovino, caprino, suíno, entre outros produtos agropecuários, que justificam a implantação de indústrias transformadoras desses produtos naqueles municípios.

Conforme a lei 2/97, de 18 de fevereiro, nos seus artigos 50 número 3; 51 número 3 e 63, respectivamente, o Conselho Municipal encontra-se organizado hierarquicamente, tendo em conta as seguintes funções:

- (I) *Gabinete do Presidente do Município*, comportando as seguintes áreas: Secretária particular; Secretariado executivo; Serviço de inspeção Municipal; Gabinete de Estudo e Acessoria Municipali;
- (II) *Área de promoção econômica e Gestão de mercados e feiras*, composta por: Departamento de promoção econômica; Serviço municipal de setores econômicos; Unidade de comércio, indústria e turismo; Departamento de zonas verdes; Serviços

³⁰ MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Perfil do distrito de Gondola, 2005[Online]. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/manica/novembro-de-2013/gondola.pdf/view>. Acessado em: 13 de abril, 2017.

³¹ MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Perfil do distrito de Manica, 2014 [online]. Disponível em: <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Manica.pdf>. Acessado em: 13 de abril, 2017.

agrários; Unidades de viveiro municipal; Unidade de atividades veterinárias; Departamento de mercados e feiras; Serviço municipal de organização de mercados e feiras; Unidade de controle e cobranças.

- (III) *Área de Administração, Recursos Humanos e Cooperação*, constituída por: Departamento de Administração e Recursos Humanos; Unidade de Administração municipal; Unidade de pessoal e salários; Unidade de recrutamento, seleção e formação; Unidade municipal de expediente;
- (IV) *Postos Administrativos municipais*, formados por: Unidade de gestão de expediente e arquivo e Unidade Administrativa municipal;
- (V) *Área de Relações Públicas*, formada por: Serviço municipal de Relações Públicas e Unidade municipal de comunicação, imagem e imprensa;
- (VI) *Finanças, Planificação e Património*, constituídas por: Serviço municipal de finanças e património; Unidade de Receitas e Unidade de património;
- (VII) *Área de Planificação*, formada por: Serviço municipal de planificação e Estatística; e Unidade de Promoção de projetos, planificação e Estatística
- (VIII) *Área de Urbanização e Gestão de Terra*, comporta: Serviço de urbanização; Unidade de urbanismo; Unidade de endereçamento e toponímia; Serviço Municipal de Concessão e Controlo de Uso de Terra; Unidade de Controlo de uso de terra, Análise de projetos e licenciamentos
- (IX) *Área do Meio Ambiente, Água e Energia*, comporta: Serviço Municipal de Gestão de Água e Energia e Serviço Municipal de Gestão Ambiental
- (X) *Área de Manutenção, Obras e Saneamento*, constituída por: Serviço municipal de Estrada e Pontes; Serviço municipal de Obras e Serviço municipal de Saneamento
- (XI) *Área de Salubridade, Higiene e Gestão Funerária*, constituída por: Serviço Municipal de Higiene, Salubridade e Estética; Unidade de Jardinagem e Arborização; Unidade de Limpeza; Serviço Municipal Funerário e Cemitérios; Unidade de Gestão Funerária e Cemitérios.
- (XII) *Área de Transportes, Comunicações e Trânsito*, formada por: Serviço Municipal de Transportes; Unidade de Licenciamento e Fiscalização; Serviço Municipal de Trânsito e Sinalização Rodoviária; Unidade de Tráfego e Sinalização
- (XIII) *Área de Educação, Cultura, Juventude e Desporto*, formada por: Serviços de Educação Primária;
- (XIV) *Área de Cultura*, formada por: Serviço Municipal da Cultura;

- (XV) *Área da Juventude e Desporto*, formada por: Serviços Municipal de Juventude e Desporto;
- (XVI) *Área da Saúde, Mulher e Ação Social, que comporta:* Serviços de atendimento à Mulher e Serviço de ação Social;
- (XVII) *Área da Polícia e Fiscalização Municipal (Polícia Administrativa)*, constituída por: Serviço Municipal de Operações; Unidade de Coordenação e Ligação com outras forças; Unidade de Patrulha; Unidade de Polícia de Trânsito Municipal; Unidade Policial dos Postos Administrativos; Serviço Municipal de Administração e logística Interna e Unidade de Gestão de Pessoal;
- (XVIII) *Área de Fiscalização Municipal*, compreende: Unidade Municipal de Fiscalização e Unidade de Educação cívica.

Frisar que não compete a Polícia municipal a garantia da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas nos municípios, mas sim, a Polícia moçambicana, cabendo esta última, colaborar com outras instituições públicas como a testa o artigo 254 da Constituição do país (2004, p. 82), postulando que: *A Polícia moçambicana, em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função, garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos*, dentre as instituições referidas fazem parte: a Polícia municipal; Serviço nacional de salvação pública; Serviço nacional de migração; Ministério público e Tribunais. Aliás, o artigo 3, alíneas a) e x) do estatuto orgânico do Ministério do Interior (2018), realça que uma das competências da Polícia moçambicana é monitorar a atividade da Polícia municipal (Resolução nº 8/2018, de 21 de março). Ainda neste contexto de manutenção da ordem pública, a mesma Polícia moçambicana colabora com todas as empresas de segurança privada, visando coibir qualquer ato de desordem social.

Conforme o Código de postura municipal (2010), a Polícia municipal tem dentre as suas atribuições específicas: (i) fiscalização rodoviária em toda a zona sob jurisdição do município em colaboração permanente com a Polícia de trânsito (Polícia rodoviária no Brasil), com a competência simplesmente de passar multas em caso de transgressão do código de estrada; (ii) controle da poluição sonora e outras incivildades, aplicando as respectivas multas previstas no código da postura camarária; (iii) retirada compulsiva dos comerciantes informais em lugares impróprios e (iv) proteção de infraestruturas municipais e residenciais de seus dirigentes que por lei tem o direito à proteção, entre outras.

1.3 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA MOÇAMBICANA

Conforme o estatuto orgânico do Ministério do Interior (2018), no contexto de manutenção da Ordem Pública, a Polícia moçambicana é vista como monopólio da Segurança Pública e intervê com o intuito de prevenir e combater qualquer tipo de desordem social, mormente de natureza criminal, podendo fazê-la como se disse acima, em colaboração com outras instituições públicas/ privadas, para além da sociedade civil. A Polícia moçambicana, é um órgão centralizado na capital do país, Maputo, ou seja, ela é dirigida por um Comandante Geral, nomeado pelo Presidente da República, sob proposta do ministro do Interior, ostentando a patente máxima de Inspetor Geral da Polícia. Cabe ao Comandante Geral da Polícia, propor ao ministro do Interior a nomeação dos Comandantes provinciais que depois serão patenteados pelo Presidente da República na qualidade de Comandante em Chefe das forças de defesa e segurança. Compete ainda ao comandante geral da Polícia, dentre outras atribuições: (i) Orientar através de ordens de serviço a atuação policial, visando prevenir e reprimir qualquer tipo de desordem social, garantindo a manutenção da ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas; (ii) controlar a progressão profissional dos agentes da polícia a diversos níveis; (iii) manter em dia o financiamento institucional, nomeando os agentes da polícia em níveis de chefia, como a de chefe de: Departamentos provinciais, Comandantes distritais, chefe de operações distritais e das esquadras (delegacia no Brasil), chefes de repartições, seções e entre outras funções em nível central e provincial; (iv) Garantir a operacionalidade dos meios circulantes e material paramilitar. O Comandante Geral da Polícia nas suas funções é coadjuvado pelo vice comandante Geral, nomeado pelo presidente da República, sob proposta do ministro do Interior, ostentando a patente de Comissário da Polícia (Artigo 4 do Decreto nº 5/2019, de 1 de julho que altera o Decreto nº 85/2014, de 31 de Dezembro).

Portanto, a nível policial, as ordens são emanadas verticalmente do Comandante Geral da Polícia, através de ordens de serviço, com caráter vinculativo e que após o seu cumprimento obrigatório, deve-se informar ao superior hierárquico o grau do seu cumprimento via oral e depois por escrito. Diariamente, todos os comandos provinciais, por meio do seu comandante provincial, atualiza ao comandante geral a contecimentos criminais diários, referentes as últimas vinte e quatro horas e este por sua vez atualiza ao ministro do interior e ao presidente da República.

Recuando no tempo, no período colonial, a manutenção da ordem e segurança públicas estava encarregue às forças policiais portuguesas. Depois da proclamação da independência em 1975, aluz do Decreto –Lei nº 54/75, de 17 de maio, criou-se o Corpo de Polícia de

Moçambique (CPM), tendo passado para a Polícia Popular de Moçambique (PPM) em 1979, pelo decreto-Lei nº 5/79, de 26 de maio. Em 1992, pela força da lei número 19/92, de 31 de dezembro, criou-se a Polícia da República de Moçambique (PRM), integrada no Ministério do Interior, sob gestão do Comando Geral da Polícia e estruturada em três principais ramos, conforme os artigos 9, 10, 11 e 12 do atual Decreto número 58/2019, de 1 de Julho que revoga a lei nº 85/2014, de 31 de Dezembro, nomeadamente:

1-Ramo da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas (DOSP-artigo 10), integra os seguintes departamentos: (i) Departamento de operações, abreviamente conhecido pela sigla DOP; (ii) Departamento da Polícia de Proteção, abreviadamente conhecido pela sigla P.P, velando pelo patrulhamento, a semelhança do Departamento de operações; (iii) Departamento da polícia de transportes e Comunicações, cuja sigla é P.T.C, que vela pela segurança nas áreas ferroviárias, aeroportuárias e telecomunicações; (iv) Departamento da Polícia de Trânsito (PT), que vela pela segurança rodoviária (conhecida como Polícia rodoviária no Brasil); (v) Departamento de Doutrina e Ética Policial; (vi) Departamento da Polícia dos Recursos Minerais e Meio Ambiente, que vela pela exploração harmoniosa e legal de recursos naturais, principalmente minérios e florestais; (vii) Departamento de Policiamento Comunitário que visa sensibilizar as comunidades em matérias de prevenção criminal geral e situacional do crime.

2-Ramo de Polícia de Fronteira (artigo 11)-Visa proteger as fronteiras estatais de possíveis violações, quer por nacionais, quer por estrangeiros e compreendem os seguintes departamentos: (i) Departamento de Operações; (ii) Departamento de Reconhecimento e Inteligência; (iii) Departamento de Doutrina e Ética Policial; (iv) Departamento de Gestão de Pessoal; (v) Departamento de Logística e Finanças.

3-Ramo de Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial (artigo 12)- zela pela segurança pública nos espaços marítimo, lacustre e fluvial e integra,os seguintes departamentos: (i) Departamento de Operações, Proteção e Fiscalização; (ii) Departamento de Doutrina e Ética Policial; (iii) Departamento de Gestão do Pessoal; (iv) Departamento de Logística e Finanças.

Outrora fazia parte do ramo da Polícia, a extinta Polícia de Investigação Criminal e em sua substituição passou a designar-se de *Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC)*³² ao abrigo da Lei nº 2/2017 de 9 de janeiro de 2017, subordinando-se ao ministro

³² Esta polícia é auxiliar do Ministério Público em matéria de investigação. Pela necessidade de limitar a dupla subordinação entre o ministério público e as chefias policiais, determinou-se que embora pertencesse ao ministério do interior, deixasse de subordinar-se a Polícia em assuntos de investigação, ou seja, deixa de receber orientações desta, mas sim do ministério público. O seu diretor nacional e adjunto, contrariamente ao passado que eram nomeados pelo ministro do Interior sob proposta do Comandante Geral da Polícia, atualmente passaram a ser nomeados pelo primeiro ministro sob proposta do ministro do Interior.

do Interior, com estruturas funcionais diferentes e autônomas em relação à Polícia. Este serviço continua auxiliando o ministério público em matérias de investigação, buscando a verdade material de fatos criminais, embora continuasse se subordinando hierarquicamente ao Ministério do Interior, mas desvinculado da sua subordinação ao Comando Geral da Polícia.

Para além desses três ramos, temos em cada ramo a nível central da Polícia, algumas Direções, sendo as seguintes: (i) Direção de Inspeção da Polícia; (ii) Direção de Ética e Doutrina Policial; (iii) Direção de Operações; Direção de Informação Interna; Direção de Pessoal e Formação; (iv) Direção de Logística e Finanças.

Outrossim, temos os seguintes Departamentos: (i) Departamentos de Estudos e Planificação; (ii) Departamento do Atendimento à Família e Menores Vítimas da violência; (iii) Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação e Comunicação; (iv) Departamento de Relações Públicas; (v) Departamento de cooperação Internacional; (vi) Departamento jurídico; e (vii) Gabinete do Comandante Geral.

Igualmente integram as seguintes unidades: (i) Unidade de Intervenção Rápida; (ii) Unidade de Proteção de Altas Individualidades; (iii) Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgates de Reféns; (iv) Unidade Canina; (v) Unidade de Cavalaria; (vi) Unidade de desactivação de Engenheiros Explosivos e (vii) Estabelecimento de Ensino.

A pesar desta estrutura funcional robusta da Polícia, os crimes violentos tendem a ser praticados, dado que o paradigma usado para a prevenção do crime não tem considerado o passado histórico violento que o país viveu, esquecendo-se que ele está presente na memória de muitos moçambicanos e pode ser responsável pela bravura verificada na perpetuação recorrente desta violência criminal, com particularidade a latrocínios e pela disseminação do sentimento de medo e insegurança pública preponderantes nas zonas urbanas moçambicanas, e por conta disso tem-se cometido com regularidade linchamentos públicos de suspeitos de práticas criminais, cuja coragem encontra-se enraizada no mesmo passado histórico brutal que Moçambique viveu (MORAIS, 1981; GRANJO, 2015).

1.4 CONSTRUINDO QUESTÕES DA PESQUISA

Os municípios de Chimoio, Manica e Gondola, localizados ao longo da principal rodovia nacional (Estrada nacional número um) que liga países do *Interland* (Zimbabwe, Suazilândia, Tanzânia, Malawi e Zâmbia), outrora distritos tranquilos, hoje em processo crescente de desenvolvimento industrial, resultante de avanços tecnológicos registrados na área de transporte e comunicação, e no processamento de produtos agropecuários localmente produzidos, tem experimentado há sensivelmente dez anos, um crescimento assinalável de seus

espaços autárquicos, consequência de um aumento incessante da sua população, principalmente jovem que em parte imigra em busca de melhores condições de vida nas pequenas firmas³³ ali implantadas.

Este incremento populacional, não tem se feito acompanhar igualmente pelo aumento equilibrado de postos de trabalho ou emprego e como resultado, verifica-se um aumento exagerado de comerciantes, tanto formais quanto informais e um significativo número de jovens desempregados e em condições econômicas bastante deploráveis.

Neste contexto, a maior parte dos seus solos urbanos têm sido ocupada de forma desorganizada, maioritariamente por imigrantes (internos e externos)³⁴, que raramente estão familiarizados com estas novas realidades, onde alguns por questões de debilidades financeiras, passam morando em zonas residenciais não parceladas e deploráveis em termos de condições sociais básicas. Em contrapartida, registra-se quase constante a prática da violência criminal relativamente ao período anterior à industrialização destes distritos municipais³⁵, provocando dor e luto em famílias afetadas de forma particular, e elevados prejuízos para a sociedade e para o Estado de forma geral, devido ao retraimento de investimentos públicos e privados, dado ao sentimento generalizado de medo e de insegurança públicas prevalecentes. Por outro lado, o governo tem estado a dispende avultados valores monetários em investimentos atinentes a formação contínua de policiais, agentes penitenciários, juizes, procuradores e em apetrechamento destes órgãos em meios materiais e financeiros, como alternativa por si encontrada de prevenir e combater estas atrocidades criminais.

Neste trabalho, a nossa pesquisa vai incidir somente em homicídios e assaltos, ambos praticados com recurso à armas brancas e de fogo, sem querer com isso menosprezar os homicídios e assaltos praticados à mão livre, pois, estes últimos não representam um nível elevado de sentimento de medo e insegurança popular. O surgimento destes fenômenos sociais acima descritos com a autarcização destes distritos, naturalmente faz crer que existe uma correlação entre o processo organizacional do solo urbano durante a sua ocupação e o cometimento reiterado desta violência criminal, mormente homicídios e assaltos recorrentes à mão armada, que tem estado a colocar a todos residentes locais numa total situação de

³³ Indústrias transformadoras de produtos agropecuários como banana, laranja, cana de açúcar, limão em suco e gado caprino, bovino, suíno, galinha em carne processada, para além de transformação de ovos e amendoim em maionese, manteiga, entre outros produtos alimentícios.

³⁴ Imigrantes internos para este trabalho são aqueles que provém de todos os cantos de Moçambique e externos aqueles que provém de outros países.

³⁵ Chimoio e Manica, tornaram se municípios em 1998 e Gondola em 2008.

insegurança pública e “pânico moral” ao ameaçar os valores sociais dominantes (COHEN, 2015, p. 290).

Nesta pesquisa, deve se estar bem claro, que não se pretende fazer alguma relação direta entre o desenvolvimento econômico, o crescimento das cidades e a prática da violência criminal, pois, muitas cidades desenvolvidas do mundo, tem registrado baixos índices da criminalidade e considerados países mais seguros e felizes do planeta, nomeadamente: Nova Zelândia, Japão, Suíça, Canadá, Finlândia, Eslovênia, Emirados Árabes Unidos, República Checa, Singapura, Áustria, Dinamarca, Islândia, Noruega, entre outros (ROBERTO, 19 outubro, 2017)³⁶. Essa classificação acima descrita se baseou em aspectos como o nível de crimes violentos, nível de escolaridade, nível de empregabilidade, grau de implementação de políticas públicas de natureza social e relações com outros países vizinhos (Idem).

Um dos casos elucidativos da violência criminal, objeto deste estudo, deu-se no dia 30 de março do ano de 2018, momento em que o pesquisador se encontrava em trabalho de campo “pesquisa exploratória” no bairro primeiro de maio, um dos bairros periféricos da autarquia de Chimoio, onde registrou-se um estupro coletivo, seguido de homicídio. Trata-se de caso de seis indivíduos, que cerca de zero horas, em plena semana santa para os cristãos, terem seguido a vítima quando esta se dirigia à sua residência, saindo da missa alusiva a sexta-feira santa. Ela sem se aperceber da perseguição, chegou à sua residência, tendo aberto o portão principal e ao se introduzir na mesma foi abordada pelos malfeitores, alegadamente porque precisavam de dinheiro, e como a sua tia tivesse apenas 300,00 mt equivalente a 20,00 reais, procedeu a entrega. Estes, por não terem se conformado com o valor monetário entregue, estupraram em coletivo, ela e sua tia que se encontrava na residência. Posto isso, sem piedade, na sequência de terem sido visualizados pela primeira vítima e temendo pela sua descoberta, por meio de esganamento e facão, desferiram vários golpes contra ela, tendo-lhe atingido mortalmente na hora (JORNAL O PAÍS, 1 abril, 2018 e *MMO-Notícias*, 3 abril, 2018, *online*)³⁷.

Ademais, entre 2007 e 2017, nestes distritos municipais, notou-se um aumento quantitativo de seus bairros residenciais. Por outro lado, registrou-se uma expansão dos bairros existentes, resultado de um aumento demográfico assinalável. Neste caso, na autarquia de Chimoio, manteve-se o número de 33 bairros³⁸ existentes anteriormente, apenas registrou-se

³⁶ ROBERTO, Paulo. Países mais seguros do mundo em 2017. 19 outubro, 2017[online]. Disponível em: <http://trabalhandonoexterior.com.br/paises-mais-seguros-do-mundo/>. Acesso: 24 maio, 2018.

³⁷ JORNAL PAÍS [Online]. Desconhecidos violam e matam uma jovem em Chimoio, 1 abril, 2018. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/individuos-desconhecidos-violam-e-assassinam-jovem-de-19-anos>. Acesso: 09.04.2018. E MMO Notícias. Desconhecidos violam e matam jovem no Chimoio. 3 de abril, 2018, *online*.

³⁸ Nomeadamente: um, dois, três, quatro, cinco, primeiro de Maio, três de fevereiro, sete de setembro, sete de abril, dezasseis de junho, vinte e cinco de junho, Agostinho Neto, Bloco Nove, Centro Hípico, Chianga,

sua maior expansão para áreas não elegantes. Formalmente no município de Manica, dos 10 bairros³⁹ existentes atualmente, foram criados no período em estudo 4 novos bairros de expansão, para além do crescimento dos já existentes e Gondola dos 11 bairros⁴⁰ existentes, foram criados no período de estudo 3 novos bairros de expansão. No processo expansivo destas áreas, tem-se notado a ocupação de zonas inapropriadas para a construção de residências, as chamadas zonas “verdes”, zonas proibidas, devido à situações inerentes a impacto de natureza ambiental e outras, que segundo o código de postura municipal são áreas reservadas para a edificação de outras infraestruturas sociais, como por exemplo: estradas, mercados, pontes ou construção de infraestruturas de natureza filantrópicas.

O gráfico abaixo ilustra a evolução da prática da violência criminal nestes três municipais, nomeadamente homicídios⁴¹ e assaltos cometidos à mão armada. Neste contexto de violência criminal, uma parte significativa de homicídios presentes no gráfico, ocorreu durante os assaltos, dado que pela legislação penal moçambicana, num assalto que resulta em homicídio (latrocínio), prevalece o crime de homicídio por ser o mais grave e o roubo passa a configurar-se como circunstância agravante, ou seja, em todos os casos em que os criminosos protagonizam dois atos criminais na mesma ação, sempre considera-se o crime mais grave como base e o outro simplesmente serve como circunstância agravante.

Tanto homicídios como assaltos à mão armada, as suas motivações variam, tendo em conta as circunstâncias e o perfil socio económico do criminoso. Conforme dados constantes em boletins de ocorrências policiais analisados (2009-2014), a maioria dos homicídios ocorridos, tiveram diversas motivações, dentre elas: resistência da vítima em atender o criminoso durante a sua abordagem, para fins de magia negra, linchamentos públicos, contradições familiares (acusações de feitiçaria e ciúmes), provocações em locais de lazer, não

Chinfura, Chissui, Mudzingadzi, Eduardo Mondlane, Francisco Manhanga, Heróis Moçambicanos, Hombua, Josina Machel, Mudzingadzi, Nhamadjessa, Nhamanha, Nhamatsane, Nhauriri, Texta África, Stanha, Tembue e Trangapasso, todos eles experimentaram neste período de estudo, apenas expansão de seus espaços urbanos (RELATÓRIO ANUAL DO MUNICÍPIO DE CHIMOIO, 2017).

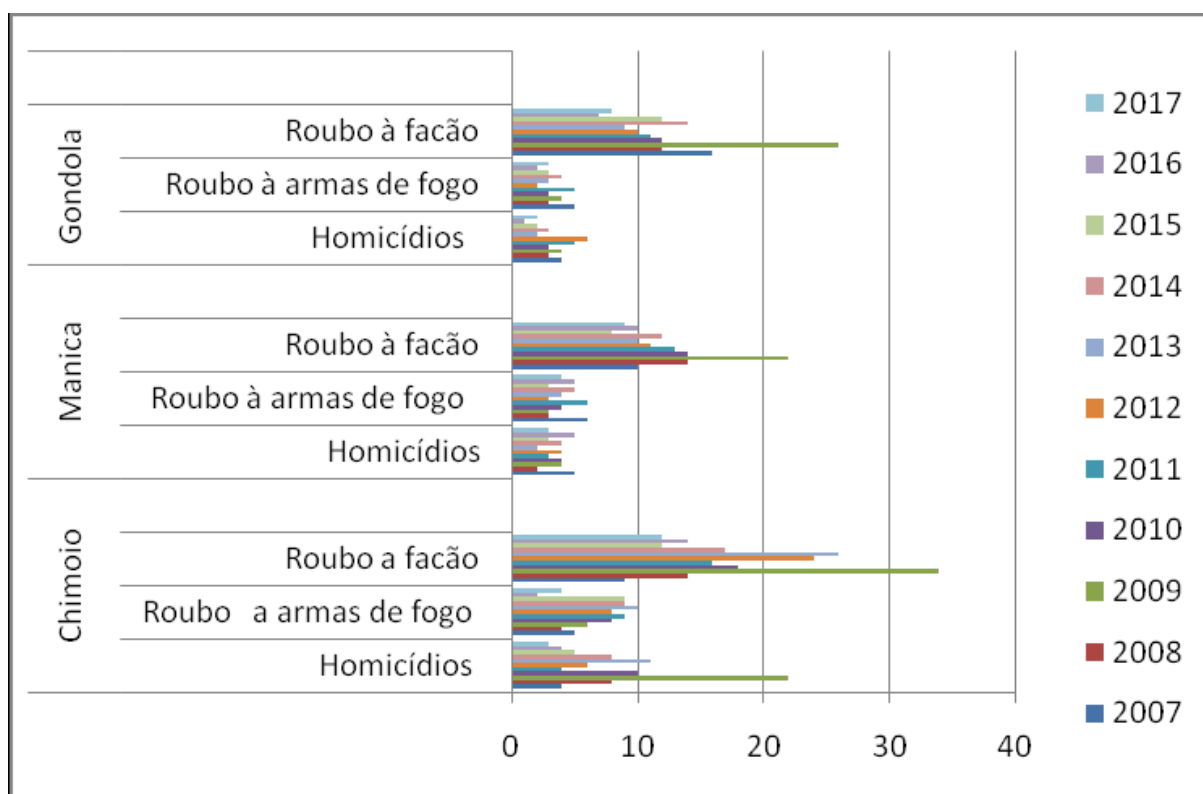
³⁹ Nomeadamente: Vumba, Josina Machel, sete de abril, Manhatí, Macureia, quarto Congresso, Nhaconza, Chinchamapere, vinte e cinco de junho e vinte e cinco de setembro, sendo Nhaconza, Chinchamapere, Macureia e 25 de setembro, novos bairros de expansão (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MANICA, 2017). Esta informação oral foi facultada pelos órgãos municipais durante as entrevistas realizadas.

⁴⁰ Nomeadamente: Bengo, Bela vista, Mazicuera, Josina Machel, Nhachoco, 25 de junho, 7 de abril, Mucessua, Eduardo Mondlane, Alto muda e Paco, desses bairros, Paco, Alto muda e Bela vista são novos bairros, surgidos neste período de estudo, sendo os outros sofrido apenas expansão de seus espaços (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE GONDOLA, 2017).

⁴¹ O apuramento estatístico de homicídios tem sido uma tarefa difícil, sendo que os dados constantes das estatísticas policiais não revelam a realidade concreta, porque nestas estatísticas de homicídios em particular, não tem constado nelas todas as mortes de criminosos em confronto com a polícia e também não constam casos de mortes de inocentes por balas perdidas disparadas pela Polícia, mas acreditamos que estes dados servem de ponto de partida para a presente pesquisa.

obstante aqueles que decorrem de ajuste de contas entre criminosos rivais. Por outro, os contra propriedade, mormente os assaltos, foram motivados na sua maioria por vontade de satisfazer as suas ambições econômicas de forma rápida. Ademais, conforme a porta-voz da Polícia moçambicana em Manica, no primeiro trimestre de 2017, na senda da violência criminal, o município de Chimoio continuou destacando-se em assaltos, tanto em vias públicas, em residências como também em empresas, seguido de homicídios, representando um maior desafio para as entidades policiais em inverter o cenário (JORNAL DOMINGO⁴², 22 abril, 2017-online).

GRÁFICO 3. EVOLUÇÃO ESTATÍSTICA DA VIOLÊNCIA CRIMINAL NOS TRÊS DISTRITOS MUNICIPAIS DA PROVÍNCIA DE MANICA⁴³ ENTRE 2007-2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos boletins das ocorrências das delegacias⁴⁴ (Esquadras) policiais das três autarquias em estudo.

A estatística policial sobre a violência criminal nos três municípios desta província e as reportagens jornalísticas, tendem a mostrar os jovens como protagonistas deste fenômeno, sendo assim, surgem as nossas indagações centrais que nortearão a presente pesquisa: *Em que*

⁴² JORNAL DOMINGO [online]. **Chimoio lidera índices de roubos em propriedade**. 2017. Disponível em: <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/9127-chimoio-lidera-indices-de-roubos-em-propriedades>. Acesso 26 jun. 2018.

⁴³ A província de Manica tem dez distritos e um dos distritos municipais coincidem com o nome de Manica.

⁴⁴ Em Moçambique denomina-se por Esquadras ou Comandos Policiais.

medida o processo de expansão dos espaços municipais de Manica, Chimoio e Gondola condiciona a prática de homicídios e assaltos à mão armada ? Por que é que essa modalidade de violência criminal nestes municípios é majoritariamente praticada por jovens de sexo masculino e de que forma se pode mitigar estas práticas criminais nesta camada social? Qual é o perfil socioeconômico dos jovens que pautam por essas práticas criminosas?. Ainda o trabalho de campo, tem demonstrado que há municípios com maior incidência, mesmo dentro de um município, há áreas com maior e menor incidência criminal. O que justifica a prática diferenciada de homicídios e assaltos à mão armada entre áreas do mesmo município ou entre municípios da mesma província, ainda que tenham mesmas condições socioeconômicas?

1.5 JUSTIFICATIVA

As três autárquias, tranquilas no período anterior a sua industrialização, registrou a partir de 2008 um assinalável processo de industrialização crescente, resultando na ocupação massiva de seus espaços autárquicos com visíveis assimétrias socio-econômicas. Por conseguinte, assiste-se a prática recorrente de homicídios e assaltos, contrariamente ao tempo anterior a sua industrialização, mormente em suas zonas periféricas com inúmeras dificuldades sob o ponto de vista urbanístico.

A motivação pelo estudo prende-se pelo fato de que depois da municipalização destes distritos (Chimoio e Manica em 1998; Gondola em 2008) e implantação industrial em cada uma destas autárquias e a volta destas, o sentimento de medo e insegurança públicas pela ocorrência da violência criminal aumentou em comparação com o período anterior a sua industrialização. Outrora, a criminalidade consistia sobretudo em furtos em residências, na maioria dos casos ocorriam na ausência dos moradores e os pequenos assaltos que ocorriam eram protagonizados por indivíduos na via pública com mais incidências em mulheres como vítimas. Os seus praticantes eram na sua maioria indivíduos estranhos a zona de atuação, mas a partir de 2008, os seus *modus operandi* alteraram, com o envolvimento direto dos residentes ou próximos destes bairros ou ainda sob influência destes, afrontam as suas vítimas de caras mascaradas para evitar o seu reconhecimento, fazendo o uso de instrumentos contundentes ou armas de fogo como forma por si encontrada de reduzir qualquer tentativa de reação das vítimas (RELATÓRIOS ANUAIS DA POLÍCIA⁴⁵, 2 jan. 1997; 3 jan. 2006; 4 jan. 2009 e 6 jan. 2014).

⁴⁵ O comando provincial da Polícia é responsável pela segurança pública em toda a província de Manica, fazendo relatórios com estatísticas criminais, diários, mensais, trimestrais, semestrais e anuais para o conhecimento local e da Polícia a nível central.

Ademais, para a fonte, o inquietante atualmente é que esses meliantes, para além de roubarem às suas vítimas, estupram em coletivo as mulheres na frente de seus maridos e as raparigas na dos pais, sem fazer o uso de preservativo, o que as tornam cada vez mais vulneráveis a contaminação pelo vírus do HIV ou outras doenças transmissíveis sexualmente.

A escolha destes municípios, do período de estudo, de crimes de homicídios e assaltos, ambos praticados com recurso à armas brancas e de fogo, sem incluir os praticados à mão livre, não se deveu apenas ao fato destes municípios serem um dos epicentros provinciais e nacionais deste tipo de crimes, mas também pelo fato destes primeiros crimes representarem maior sentimento de medo e insegurança popular a nível da província relativamente aos últimos (à mão livre), pela forma cruel da sua prática. Ademais, este sentimento generalizado de medo e insegurança pública derivado de homicídios e assaltos protagonizados à mão armada, tem vindo a retrair todo o tipo de investimento sócio-econômico, tanto público como privado, pelo seu modo violento e assustador.

No tocante a escolha do período em pesquisa, deveu-se ao fato de que antes de 2008, embora distritos tradicionalmente agropecuários, os empresários, principalmente zimbabwuanos e sulafricanos, preferiam comprar esses produtos e transformá-los em seus países de origem, porque ainda se receava da tensão político militar ou retorno ao conflito armado, mas a partir de 2007, período em que se contava com a realização das 4^{as} eleições gerais e multipartidárias, após o término do conflito armado em 1992 e por terem se passado das 3^{as} eleições municipais, depois da autarcização no país em 1997, os empresários sentiram-se encorajados e seguros em aproximar seus serviços (indústrias transformadoras de produtos agropecuários) junto aos produtores, pela ausência quase total de sinais de conflito armado. É neste contexto da presença de firmas estrangeiras e não estrangeiras e da mobilidade social crescente que estes municípios experimentaram um aumento de seus espaços urbanos, acompanhados por prática da criminalidade que outrora não se fazia sentir.

Neste diapasão, o tema mostra-se bastante pertinente na medida em que se pretende compreender quais as suas reais causas sociais, para em seguida recomendar as entidades políticas, administrativas a todos os níveis e a população em geral, bem como as entidades ligadas ao controle social formal da criminalidade (Polícia, Ministério Público, Tribunais e outros atores) sobre as políticas⁴⁶ públicas de segurança a adotar que possam de forma infálivel

⁴⁶ Políticas sócio educacionais, requalificação de zonas residenciais, provimento de condições sociais básicas como: vias de acesso transitáveis, escolas organizadas, locais de lazer, iluminação pública, aumento qualitativo e quantitativo de agentes policiais, vigilância ostensiva em áreas com maior incidência criminal, controle serrado da proliferação de armas de fogo, através de fiscalização aturada nas principais rodovias nacionais e internacionais,

dar respostas práticas a este problema social, com vista a inverter a sua tendência crescente sob o ponto de vista numérico e do sentimento de medo e insegurança públicas.

Igualmente pretende-se transmitir ao público em geral, da necessidade de compreender a dimensão, intensidade e a redistribuição sócio espacial deste fenómeno social, com o fito de torná-lo mais proativo na prevenção deste mal social. Ademais, pretende-se vincar que a prevenção e o combate ao crime não é da exclusiva responsabilidade da Polícia, mas sim de todos atores sociais, quer seja (m): políticos, académicos, sociedade civil, incluindo os órgãos de administração da justiça.

Do ponto de vista institucional onde o pesquisador faz parte⁴⁷, dada a falta de literatura moçambicana que trata de questões desta natureza de forma específica, olhando para as realidades locais, se perspectiva que as suas análises e conclusões terão um impacto valioso na redefinição de políticas de segurança pública e de políticas públicas de segurança nos centros urbanos moçambicanos e de outros países da região com similares problemas da criminalidade, proporcionando desta feita o bem-estar social, dado que alguns assaltos e homicídios, são passíveis de contenção via políticas públicas bem elaboradas e implementadas, ou seja, um dos problemas da criminalidade moçambicana apontados é do baixo rácio polícia-cidadão em que um agente da polícia está para 1.089 habitantes, proporção inaceitável a nível internacional para permitir uma ostensividade policial e sua devida operatividade (PEPRM, 2003, p. 31; SHABANGU, 2012, p. 16), para além da crescente desconfiança da Polícia por parte do cidadão, quer pela sua brutal atuação, quer pelo seu envolvimento em gangues criminosas. Em relação a área académica, o trabalho servirá de base de consulta dos demais interessados no assunto.

em aglomerados populacionais, nas fronteiras, bem como reavaliar e aprimorar o funcionamento das instituições de controle social informal, notadamente: família, religião, vizinhança e escolas.

⁴⁷ O pesquisador é oficial superior da Polícia moçambicana.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E CRIMINALIDADE URBANA

No presente capítulo, apresentamos de forma exaustiva a fundamentação teórica sobre a municipalização, urbanização e criminalidade, usando a triangulação de fontes, ou seja, socorreu-se aos autores africanos e não africanos que de forma clara e inegável abordaram os processos de urbanização e municipalização, relacionando-os com o fenômeno criminal. Abordou-se o modelo urbano moçambicano na perspectiva dos estudos feitos sobre a cidade de Maputo, capital do país e depois relacionou-se essa abordagem com as ideias trazidas por outros autores que com grande mestria debruçaram-se sobre esta temática em outras cidades do mundo. Fez-se menção a forma como as interações sociais são realizadas neste meio social, comparativamente ao meio rural, mostrando aspectos positivos e negativos que advêm destas interações urbanas, suas formas de controle social nas suas diversas dimensões e fatores que propencionalizam a prática da criminalidade neste ambiente urbano.

Por forma a compreender-se melhor o assunto em abordagem, tornou-se premente definir alguns conceitos considerados importantes nesta matéria, começando pela *Municipalização*, que é a transformação de uma área urbana (vilas e povoações) em municípios ou cidades (ARAÚJO, 1999). Ela é um processo complexo que envolve avultados custos financeiros para a gestão de variadas infraestruturas sociais básicas, como saneamento do meio, transporte público, electrificação pública, arruamento dos bairros, provimento de água potável, bem como a gestão das próprias condutas humanas, de modo a conformar-se ou lidar-se com esta nova realidade tecnológica. Outrossim, temos a *urbanização*, que é a transformação de zonas com características rurais em zonas urbanas (COSTAS, 1993; FERES, 2006). Neste contexto, tem-se que se entender que nem toda a urbanização pressupõe a existência de uma cidade ou município, sendo assim, as cidades moçambicanas como cidades contemporâneas não fogem a regra de outras cidades em franco crescimento espacial e desenvolvimento socioeconômico. Por fim, temos *urbanismo*, entendido como uma técnica que se ocupa da regulação, controle e planejamento do solo urbano, acompanhando seu desenvolvimento, dando resposta adequada às questões inerentes à localização das ruas e vários empreendimentos sociais e econômicas, com o fito de criar cada vez melhor as condições de vida urbana (WIRTH, 1973; MANNHEIM, 1985; COSTAS, 1993).

Quanto ao crime, ele é um fenômeno com significados diferentes, dependendo da cultura, ou seja, um ato pode ser considerado criminoso numa determinada cultura e noutra considerado ato aceitável e positivo, caso de eutanásia que feliz/infelizmente acontece em

algumas sociedades modernas, que pela sua cultura, não se considera homicídio e nem violação de direitos humanos, enquanto que em outras sociedades, esse ato é considerado culturalmente repugnante e juridicamente condenável com tanta veemência pelo código penal (FELIX, 2002; PHILIPPE, 2011). Para Philippe (2011, p.19), designa se por crime “uma conduta, mas uma conduta valorada pelo direito, que ameaça seu autor de uma pena”. Este comportamento deve estar tipificado, isto é, deve constar da lei que pune como tal. Para o autor, a criminalidade seria o conjunto de ilícitos criminais praticados num determinado lugar. Por outro turno, o código penal moçambicano de 2014, no seu artigo 1, define crime ou delito como fato voluntário declarado púnivel pela lei penal. Para Durkheim (1992), o crime é um ato social normal que ofende a consciência coletiva e quando ultrapasa alguns limites, torna se patológico. Conforme ele, o delito dentro dos limites desempenha uma função social funcional por estimular a reação social, estabilizando e mantendo vivo o sentimento coletivo que assegura o cumprimento das regras instituídas.

No âmbito do crescimento urbano, encontramos em Moçambique, vilas distritais urbanizadas, categorizadas como municípios e outras urbanizadas sem esta categoria, devido a um nível de desenvolvimento económico ainda não alcançado, estando tais vilas distritais sob gestão do chamado “conselho executivo”, dirigido por um administrador distrital. Em contrapartida, as vilas municipais, são regiões autónomas quanto à sua gestão e são dirigidas por um presidente do conselho municipal (prefeito no Brasil), eleito pela população em um sufrágio universal local.

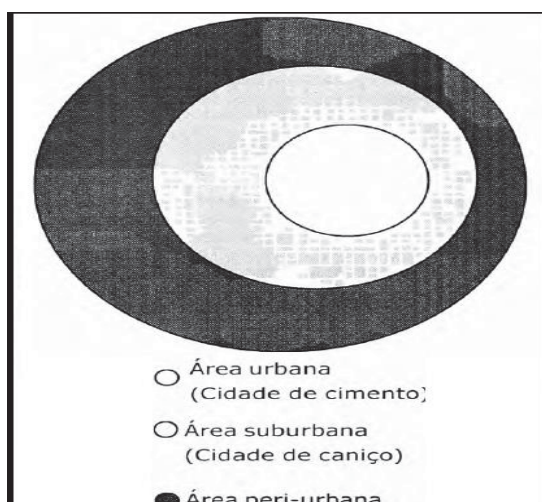
Outrossim, encontramos dentro dos municípios, áreas residenciais não totalmente urbanizadas, ou seja, com problemas inerentes a ordenamento territorial, saneamento do meio e problemas de vias de acesso, algumas delas localizadas próxima a cidade de cimento. A ausência de requalificação de algumas áreas urbanas próximas a cidade baixa, tem a ver com o histórico social de alguns bairros residenciais, desde o período colonial, daí que por questões políticas, tem tornado difícil a retirada compulsiva de residências precárias localizadas próxima da zona de cimento. Nestas zonas desqualificadas, ou seja, bairros que não passaram por um ordenamento territorial, encontramos diversos problemas graves, dentre eles, ocupação ilegal de terrenos, vias de acesso intransitáveis, casas construídas de forma desordenada, sendo uma perto da outra e sem quintal, são exemplos de alguns casos elucidativos de bairros residenciais históricos não totalmente requalificados, 7 de abril, 7 de setembro, 16 de junho, Josina Machel, 25 de junho, bairro cinco e 3 de fevereiro para o município de Chimoio; Josina Machel, 25 de junho, Eduardo Mondlane, 7 de abril e Mucessua para o município de Gondola; Bairro Vumba,

7 de abril e 4º congresso para o município de Manica, todos eles próximos da cidade baixa (*Central Business District*) de cada município.

2.1 MUNICÍPIOS MOÇAMBICANOS E SUA ESTRUTURA URBANA

Os estudos urbanos moçambicanos foram desenvolvidos pela primeira vez por Araújo (1999; 2003), tendo iniciado por estudos urbanos da cidade de Maputo, capital do país (1999) e seguidamente incidiram-se para todo o país, sem especificar a cidade (2003). Nestas suas obras, o autor identifica três áreas residenciais diversificadas dentro da mesma cidade, nomeadamente: área urbana ou cidade de cimento (classe alta), área suburbana ou cidade de caniço (classe média e popular) e área peri-urbana (área de reserva de terrenos).

FIGURA 4. MODELO DE ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS MOÇAMBICANOS



Fonte: Elaborado pelo Araújo (2003)

Nas zonas suburbanas e peri-urbanas moçambicanas, em particular às dos municípios em estudo, atualmente constata-se uma dualidade de classes sociais, sendo a classe abastada e a classe popular no mesmo bairro residencial, ambas segregadas conforme a qualidade de residência, ao preço e localização do solo urbano, contrariamente ao período da concepção da estrutura urbana de Araújo, uma vez que o número da população e o nível de consumo eram menores. Esta delimitação atual entre as classes sociais é feita por pequenas ruas ou caminhos estreitos. Em áreas elegantes, ocupadas pela classe média e alta, encontramos na sua maioria infraestruturas sociais e económicas de alto padrão arquitetónico, com provimento de condições sociais básicas como: saneamento do meio, vias públicas acessíveis, iluminação pública, água canalizada, entre outras.

Por outro lado, nas áreas não elegantes encontramos residências, cujo material de construção é precário, ou seja, de fabrico local (blocos de argila, localmente conhecido por tijolo burro, cobertas por palha e plástico, outras por chapa de zinco, sendo a maioria pavimentada por terra batida) e a mistura encontramos nestas áreas, algumas residências da classe média. A maioria destas áreas residenciais não está totalmente parcelada e foi sendo ocupada de forma ilegal e desordenada⁴⁸ pela população da classe popular durante a disputa pela ocupação do espaço residencial, numa total situação de inclusão e exclusão como um plano de manutenção das desigualdades sociais, tal como defende Holston (2013) no seu estudo sobre o desenvolvimento das periféricas autoconstruídas de São Paulo-Brasil. Essas áreas periféricas dos municípios em estudo, são na sua generalidade áreas desprovidas de mínimas condições de habitabilidade, como vias de acesso intransitáveis, ausência de saneamento do meio, fraca / ausência de iluminação pública, água não canalizada, para além de que muitas destas áreas localizam-se junto aos riachos ou em áreas declinadas e em período chuvoso, tem sofrido de forma recorrente ao desabamento de suas casas, devido ao impacto das enxurradas e erosão dos seus solos. Não descurando situações de alguns bairros suburbanos e periurbanos em que existem residências precárias e de alto padrão, intercaladas ou fazendo se vizinhança e separadas por muro de vedação, dando falso alarme para quem enxerga de longe que os moradores do bairro são todos da classe média ou alta.

Conforme estudos feitos por Jorge & Melo (2014) sobre a ocupação socioespacial no município de Maputo, as suas conclusões não fogem aos formatos dos demais municípios do país, com destaque para os de Chimoio, Manica e Gondola, onde encontramos três zonas residenciais, sendo a zona urbanizada ou zona de cimento, seguida da zona residencial adjacente a zona de cimento, a denominada zona suburbana e por fim, tem-se a zona periurbana, tal como defende Araújo (2003), sendo a zona de cimento, de bairros da classe média e alta, enquanto que as últimas zonas encontramos misturas de classes sociais no mesmo bairro.

Neste contexto, pela força da gentrificação, os antigos moradores pobres das áreas localizadas na zona suburbana, conforme Araújo (2003), foram paulatinamente retirados de forma compulsiva para o seu reassentamento em áreas peri-urbanas, dependendo do custo da residência retirada, recebiam alguma compensação que em muitos casos não condizia com a

⁴⁸ Resulta da ocupação pela iniciativa popular e sem a devida autorização das autoridades municipais e por falta desta autorização, essas áreas ficaram sempre prejudicadas em relação ao provimento das condições básicas, por não constar do plano autárquico. Para além de que todo o diálogo encetado no sentido de reassentar a população local em outros bairros seguros para dar lugar a requalificação e abertura de canais de drenagem, sempre redundou em fracasso.

realidade, ainda outros, de maneira voluntária venderam os seus espaços, afim de se reassentarem em zonas periurbanas para dar continuidade a prática de pequena atividade agropecuária junto de seus quintais. Neste diapasão, conforme CIP⁴⁹(2009), esta retirada compulsiva dos antigos moradores da região, sempre foi acompanhada por atos de corrupção, em que as autoridades responsáveis pela referida retirada, cobravam valores monetários astronômicos às pessoas ou empresas interessadas em ocupar tais espaços, quer para a edificação de suas moradias luxentas, quer para a edificação de seus empreendimentos comerciais, tal como antevia Holston (2013). Para o Centro de Integridade Pública (CIP) esta retirada compulsiva desta população é uma flagrante violação do direito à cidade e ao preconizado no Decreto-lei n.º 19/1997, de 1 de outubro, sobre o uso e aproveitamento de terras em Moçambique, representando uma autêntica exclusão social por motivos de natureza econômica, criando aquilo que Holston (2013) designou de cidadania insurgente, consequência da perpetuação da dominação social, legitimando a usurpação de terrenos, acentuando as desigualdades sociais e promovendo a instabilidade social de maneira ostensiva e previsível.

Para as zonas peri-urbanas, Araújo (1999), considera estas, como sendo de reserva de espaço em caso de se pretender expandir a cidade para além, na sequência de exiguidade de espaços residenciais na zona de cimento e na zona suburbana, devido ao aumento populacional, quer pela taxa de natalidade, quer pela imigração. Aliás, a zona de cimento, tradicionalmente é uma zona reservada para atividade comercial, mas sempre residiu nela um número populacional reduzido. Por exemplo, conforme UM-Habitat (2010), nas cidades de Maputo, Nacala e Manica, cerca de 8% da sua população total morava na zona de cimento e a restante percentagem estava distribuída pelas zonas suburbanas e peri-urbanas, respectivamente.

Conforme Araújo (1999, p.176) desde o tempo colonial, todas as cidades moçambicanas foram constituídas pela “cidade de cimento” e pela “cidade de caniço”, representando uma “cidade dual”, tal como aconteceu em “todas as cidades coloniais da África Sub-Sahariana”. No entender do autor, a zona central ou de cimento é constituída por bairros residenciais bem organizados, com avenidas pavimentadas, população escolarizada, existência de ruas e edifícios de diferentes padrões arquitetónicos e modernos, áreas de comércio especializado e devidamente identificadas, com saneamento do meio, iluminação pública, fornecimento de água potável, para além da existência de lugares de lazer para todas as faixas etárias, embora

⁴⁹ Centro de Integridade Pública Moçambique [2009].

o número populacional seja muito reduzido, por conta da reduzida ocupação residencial a favor de atividades comerciais, serviços públicos, entre outros.

A volta da zona urbana ou da cidade de cimento, encontra-se a zona periférica, denominada de caniço ou suburbana, cuja população é maior, sendo na maioria de renda baixa e a sua estadia no local sempre esteve condicionada a curtas distâncias deste local para os seus postos de trabalho, localizados na zona de cimento. Conforme Araújo (1999), esta zona de caniço, desenvolveu-se sem plano de ordenamento territorial, sem infraestruturas adequadas, isto é, com vias de acesso degradadas, estreitas e tortuosas, predominando casas de construção precária com destaque para as residências feitas de caniço⁵⁰, de palha, de madeira e zinco. Devido a demanda pela ocupação do espaço residencial urbano, a zona periférica foi se alastrando, subdividindo-se em zonas suburbanas, aquelas adjacentes à cidade de cimento e peri-urbanas, aquelas localizadas depois das zonas suburbanas. Esta última zona residencial, é formada pela dualidade de áreas residenciais. Por um lado, zonas caras e elegantes, ou seja, bem localizadas junto as principais vias de acesso transitáveis, com saneamento do meio, água canalizada, iluminação pública, entre outras condições sociais básicas. Por outro lado, pelas áreas deploráveis e de ocupação ilegal, mal localizadas e sem provimento de condições sociais básicas.

Ademais, no período colonial, a área de cimento era residida por indivíduos da classe média e alta, enquanto que a área suburbana era residida por operários das empresas existentes na zona de cimento, com enfoque para a empresa caminhos de ferro de Moçambique (CFM) e a zona periurbana era destinada a prática da atividade agropecuária de subsistência, mas que com a eclosão do conflito armado em 1976 e posteriormente a industrialização, e efeitos de desastres naturais, houve uma mobilidade social e residencial crescente, provinda maioritariamente de áreas rurais para urbanas, quer em busca de segurança, quer de emprego nestas firmas localmente instaladas e nesta sequência houve uma demanda pela ocupação de áreas suburbanas e periurbanas, quer de forma organizada e legal, quer de forma desorganizada, ilegal e precária, sobretudo em locais periféricos não propícios para a ocupação residencial, devido a falta de mínimas condições, tanto de relevo como sociais.

Fazendo o uso das palavras de Holston (2013) sobre o desenvolvimento das periferias autoconstruídas de São Paulo-Brasil, a inacessibilidade de terrenos legais pelo preço elevado na sua aquisição, leva os que não conseguem pagá-los, devido a sua condição financeira débil

⁵⁰ Casas construídas de material precário: tijolos de argila, cobertas umas com palha ou capim e outras cobertas de chapa de zinco e latas, localmente denominada de pau a pic (ARAÚJO, 1999).

apautarem pela ocupação ilegal de terrenos baldios não parcelados e muitas vezes mal localizados. Ainda emprestando as suas palavras, alguns desses terrenos ilegais, no decorrer do tempo, por interesses de índole político, uns tem sido “legalizados” numa total situação de *legalização do ilegal* e outros são reavidos pelas autoridades municipais por meio de demolições de habitações e consequente despejos dos seus mordores a favor de interesse público ou de megas empresas privadas (Idem).

A maior parte das residências elegantes nas áreas periféricas, pertencem aos antigos moradores da zona de cimento, que por diversas razões, dentre elas: exiguidade de espaço residencial pelo aumento de agregado familiar nas anteriores residências, mudaram -se para novas residências, por eles consideradas espaçosas. Outros, porque nas residências da zona de cimento, encontravam-se em regime de arrendamento e que construíram as suas residências nestas zonas peri-urbanas. Ademais, ainda outros, são reassentados, quer por questões de calamidades naturais nas suas antigas zonas residenciais, quer pela gentrificação⁵¹ de algumas áreas suburbanas para dar lugar a edificação de empreendimentos residenciais, comerciais, filantrópicas, bem como para ampliação e abertura de vias de acesso, para além de outros serem imigrantes. Nas zonas suburbanas tanto como em zonas peri-urbanas, nota-se uma heterogeneidade de classes sociais no mesmo espaço urbano (bairros), diferenciando-se pelo nível de residências edificadas e pelas condições socio-espaciais de cada parcela residencial.

A nossa observação direta, constatou que nestas zonas residenciais urbanas emergentes e formais, um dos fatores responsáveis pela segregação socioespacial é o elevado preço do solo urbano em função da sua localização, que por si só, autosegrega os de baixa renda dos de renda alta, embora morando no mesmo bairro. A densidade populacional existente em zonas parcialmente parceladas e não parceladas das áreas suburbanas tanto como das peri-urbanas é maior e é tida como responsável pela desorganização socioespacial dos bairros e consequentemente dificulta o provimento de condições sociais básicas, como: abertura de vias de acesso, saneamento do meio, locais de lazer, iluminação pública, vigilância policial e

⁵¹ Reestruturação ou substituição de antigas residências e áreas comerciais de pequena dimensão por novos edifícios residenciais e comerciais de padrões arquitetónicos modernos, como uma alternativa encontrada de valorizar a área pela sua boa localização, afetando drasticamente os moradores de baixa renda. Esta valorização do local é precedida por uma imposição de custos de bens e serviços, como forma de forçar a saída de outros moradores locais de renda baixa. Ademais, nestas zonas suburbanas tem sido modificada pela saída voluntária dos antigos moradores pela sua incompetência económica em permanecer no local, sendo assim, vendem seus espaços à indivíduos de classe alta ou às empresas à valores monetários astronômicos, daí passam a ocupar as áreas Peri-urbanas usando o valor pago para erguer as suas novas moradias, uns em terrenos bem localizados e caros, construindo residências de alvenaria, outros continuam erguendo suas moradias precárias em locais desaproveitados, a pesar de terem recebido astronômicos valores monetários pela venda dos antigos terrenos.

abertura de canais de drenagem, resultando em câos no período chuvoso “inundações”, devido a dificuldades de fuga das águas das chuvas que caem, ou seja, constatou-se que nestes municípios, as áreas residenciais de ocupação brusca, sem a observância de critérios de planejamento urbano, são ocupadas na sua maioria por indivíduos de classe popular, sem ou com emprego precário e ainda outros sobrevivem de trabalhos sazonais “biscates” ou de comércio informal precário.

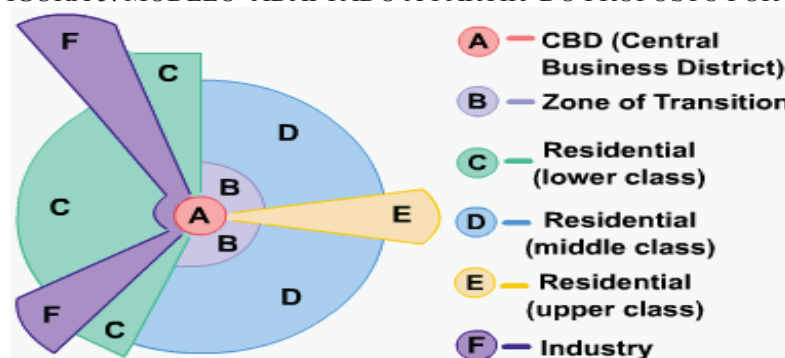
Os estudos feitos por Araújo (1999; 2003) sobre a estrutura urbana moçambicana, pela existência inegável destas três áreas residenciais, simplesmente frisar que atualmente com a demanda pela ocupação do solo urbano, nota se que em bairros suburbanos, tanto como em periurbanos, existem uma heterogeneidade de todas as classes sociais, pelo que pode se aventar a possibilidade de existir a quarta área mais deplorável “zona verde”, olhando para as condições socioeconômicas da sua população, desde o saneamento do meio à outras infraestruturas sociais básicas, que surgem na medida em que escalamos áreas não parceladas, as ditas zonas verdes, junto aos riachos, zona industrial ou linha férrea (ver zonas **C** e **F** no modelo adaptado de Hoyt a seguir) em comparação com as restantes áreas (suburbanas e periurbanas, representadas por **A**, **B**, **D**, **E** da figura 5 abaixo), o que quer dizer que este modelo de Araújo, adequava-se muito ao período pós-independência até ao período pós conflito armado, onde a população das cidades era muito reduzida e com uma condição socioeconômica baixa em relação aos dias de hoje, em que a densidade populacional aumentou consideravelmente em termos numéricos e de nível de consumo.

Atítulo ilustrativo, segundo [INE, 2017], a população moçambicana atualmente corresponde a 28.861.863 habitantes contra 16.700.000 habitantes existentes em 2007 [INE, 2007]. A mesma fonte diz que encontramos atualmente no município de Chimoio cerca de 372.821 habitantes [INE, 2017] contra 238.976 habitantes [INE, 2007] e no município de Manica encontramos cerca de 70.433 habitantes [INE, 2017] contra 33.877 habitantes [2007] e no município de Gondola encontramos cerca de 49.556 habitantes [INE, 2017] contra 33.877 habitantes [2007]. Neste caso, este aumento populacional leva consigo a demanda pela ocupação do solo urbano para a construção das suas moradias. Ademais, pela facilidade na realização de transações comerciais e pela instabilidade política que se vive no país e em outros países africanos, tem se verificado uma mobilidade social externa e interna crescente, resultando desta feita numa heterogeneidade cultural. Na busca pela ocupação do solo urbano, constatamos atualmente que a organização residencial em todos os bairros periféricos é heterogênea (classe popular e classe abastada) no mesmo bairro, ou seja, tanto na zona suburbana como na periurbana encontramos nos mesmos bairros, classe popular e classe

abastada, segregadas por estradas ou caminhos estreitos ou quarterões e às vezes fazendo se vizinhança e separados por um muro de vedação, sem descurar a existência de alguns bairros ou quarterões mal localizados em que os moradores quase possuem as mesmas condições socioeconômicas, trata se de bairros resultantes da ocupação ilegal do espaço urbano, na sua maioria juntos aos riachos ou em áreas adjacentes a zonas industriais, conhecidas localmente por “zonas verdes”.

Nesta demanda pela ocupação do solo urbano pelo aumento quantitativo da população e do desenvolvimento socioeconômico verificado nos últimos anos, constatamos de forma holística a inexistência de bairros de ricos e de pobres separados, daí que a pequena adaptação da estrutura urbana de Hoyt, é a que melhor representa atualmente por analogia a organização socio-espacial da população nas cidades moçambicanas no geral e nestes municípios em particular, pois, encontramos nestes municípios, residências precárias, de padrão médio e alto, edificadas um pouco por todos os bairros residenciais (GUARNIER, 1997; CARLOS, 2001). Conforme os autores, neste processo ocupacional dos espaços municipais, as residências encontram se espalhadas por setores, quer urbanizados, quer por não urbanizados, diferenciando-se segundo o seu padrão arquitetônico, localização do solo e nível socioeconômico dos proprietários, representando de forma inequívoca e evidente a distinção de classes abastadas e populares no mesmo bairro residencial. Para ilustrar como se encontra distribuída a população nestes municípios, apresentamos abaixo o modelo adaptado a partir do de Hoyt (1939), por este melhor explicar a distribuição socioespacial da sua população em classes sociais distintas no mesmo bairro residencial, segregando-se por setores ou quarterões e separadas por ruas ou avenidas, tendo como base o preço do solo urbano, valorado pela sua localização, ou seja, nestes municípios, de vista distante, não se nota haver bairros de ricos e de pobres separados, mas sim, casas de alto padrão e de baixo padrão no mesmo bairro residencial.

A FIGURA 5. MODELO ADAPTADO A PARTIR DO PROPOSTO POR HOYT



Fonte: <http://mdedada.blogspot.com/2013/05/next-sociologia.html> (2013).

Este modelo, demonstra de forma evidente uma auto segregação social, mediante o nível

das classes sociais, sendo num lado a abastada, e no outro a classe popular, mas dentro do mesmo bairro residencial (CORREIA, 1993). Para Borsdorf (2003), a divisão da cidade em setores residenciais representa uma distribuição de funções sociais em frações, fazendo transparecer uma ausência de cidades para ricos e para classe popular, mas sim uma existência de moradias de alto padrão de um lado e da classe popular do outro, restando zonas de negócio espalhadas um pouco por toda a cidade.

Na medida em que vai se aproximando a zona industrial, encontramos na sua maioria habitações de classe baixa (ver zona C no modelo acima), distanciando-se das de classe média e média alta. Esta é uma ilustração inequívoca de que os ricos sempre ocupam terrenos caros, elegantes, não propensos a inundações, com água canalizada e longe das indústrias para evitar barulho e poluição (HOYT, 1939).

Neste processo de crescimento de espaço municipal moçambicano, aliada a mobilidade residencial crescente, tem se registrado com frequência a manifestação de questões sociais, nomeadamente: a violência criminal, a prostituição, a miséria, o desemprego, marginalidade, problemas de planeamento urbano, saneamento do meio, entre outras formas de desvio social. Estes problemas emergem em resultado da mobilidade residencial, caracterizada pela mistura de diversas culturas no mesmo meio social, sem que haja condições sociais para tal. Para o caso moçambicano, trata se da mobilidade residencial de imigrantes provenientes de quase todo o país, adicionado a estes, tem se imigrantes estrangeiros, com destaque para senegaleses, malianos, zimbabwuanos, somalis, indianos, entre outros, que se movem pela busca incessante de melhores condições de vida no comércio informal, formal e em diversas firmas existentes, tal como ocorria na cidade de Chicago (COULON, 1995).

É neste diapasão que Wirth (1967, p. 98) adverte;

[...]. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois, a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro indicador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.

Como dito acima, as cidades moçambicanas assemelha-se de outras cidades contemporâneas em crescimento, são analisadas mediante a sua estrutura urbana e do ponto de vista ecológico. Nela, intervêm diversos fatores responsáveis pela organização ecológica da urbe e que propicia acelerada mobilidade social, nomeadamente: meios de transporte e comunicações, jornais, publicidade, entre outros meios responsáveis pela circulação de informações, de pessoas e seus bens.

Nestas cidades, a produção do espaço urbano faz emergir novos padrões de concentração de renda e de novos modelos de relações sociais, ou seja, as relações sociais tradicionalmente prevalentes (diretas) afrouxam-se por conta da heterogeneidade cultural, tornando as frágeis em benefício de relações indiretas (SHAW, 1972; CARLOS, 2015). Para Giddens (2003) & Carlos et al (2015) o ser humano sempre se apropriou do mundo por meio de um determinado espaço-tempo que se reproduz na sociedade. Para o caso concreto destes municípios, o setor financeiro tem estado apropriar-se do espaço localizado, partindo do centro para a periferia em processo designado *gentrificação*, construindo desta feita, diversificados empreendimentos comerciais públicos e privados (lojas, hotéis, bancos, farmácias, mercados, oficinas mecânicas, etc) e em contrapartida os de renda baixa são penosamente empurrados para as áreas periféricas, na sua maioria mais pobres, sempre que o processo expansivo ocorre. Esta retirada quase compulsiva de antigos residentes das áreas bem localizadas junto ao centro, tem como objetivo principal a revalorização do espaço urbano outrora desaproveitado (CARLOS et al, 2015).

Esta revalorização do espaço urbano é consequência de um desenvolvimento socioeconômico assinalável que os municípios vem registrando nos últimos anos, mercê do processo de globalização e da crescente utilização de meios tecnológicos. O processo industrial verificado há anos atrás, tem sido responsável pela imigração, quer interna, quer externa, e consequentemente leva a que os espaços outrora planejados sejam exíguos para atender a tamanha mobilidade residencial. No país, pela heterogeneidade étnica cultural no mesmo bairro, os moradores estão distribuídos em áreas ou setores, onde os de alta renda procuram como primeira opção morar em terrenos localizados e bem urbanizados, repelindo-se automaticamente dos residentes de baixa renda, pelo custo na sua aquisição e permanência no local. É nesta senda que, para Correia (1993), o formato estrutural urbano, apresenta várias formas de sua organização espacial, podendo encontrar-se um bairro residencial, subdividido em setores, possuindo um núcleo central (*bussiness center*), donde emerge diversificados setores, industriais, comerciais, administrativos, tanto formal quanto informal e residenciais, subdivididos em distintas classes sociais.

Nestes municípios, durante o processo ocupacional do solo urbano em áreas de expansão, pelo elevado preço de compra de terrenos, os empossados de forma taxativamente racional, ocupam terrenos elegantes, ou seja, em lugares com vias de acesso, água não usada pelas indústrias, lugares não propensos a inundações e longe de indústrias e os pobres pautam pelos terrenos barratos e menos elegantes, representando na visão de Hoyt, uma forma de auto segregação entre as classes abastadas e as populares, no mesmo bairro residencial. Conforme

Villaça (2001), o solo urbano só interessa enquanto for uma “terra localização” em termos de acesso ao sistema urbano na sua holisticidade e em todas parcelas da urbe.

Nesta pesquisa, não se recorreu ao modelo da estrutura urbana proposto por Burgess (1973) sobre o formato da cidade de Chicago, por se achar que este modelo é discriminatório, ou seja, apenas criminaliza os moradores da zona de transição (zona desorganizada e pobre) como criminosos, por considerá-la como a única área criminógena pelo nível elevado de pobreza dos seus residentes, na sua maioria imigrantes, o que na verdade constitui um equívoco. Aliás, Sutherland (1973) demonstrou que a criminalidade não é algo somente praticado por indivíduos pobres, tendo sustentado a sua tese apresentando crimes cometidos por indivíduos de *status* elevados que ele denominou de crimes de colarinho branco ou *white collar crime*, que infelizmente ocorrem no cotidiano, com elevados prejuízos para a sociedade, mas pelo seu caráter silencioso na sua prática, pela sua investigação complexa e por envolver gente graúda, ninguém consegue levar seus praticantes a justiça criminal, ficando assim, no desconhecimento da sociedade sobre a sua existência. Por outro, acaba-se escapando das estatísticas criminais oficiais.

2.2 INTERAÇÃO SOCIAL E A CRIMINALIDADE URBANA

Nesta seção, abordamos a criminalidade e a municipalização, ambas resultantes do crescimento populacional heterogêneo, segundo a literatura especializada africana, com destaque para os estudos da ecologia criminal (teoria de desorganização social) na África do sul, país vizinho, tido como o mais violento da África, ocupando também uma posição de destaque a nível do mundo. Usou-se igualmente como referencial teórico, os estudos da ecologia criminal desenvolvidos na Argélia, um país do continente africano, localizado na parte norte da África. Os dois países africanos são usados neste estudo como parâmetros de análise, dada a semelhança no processo organizacional das suas áreas urbanas, no tipo de delito praticado, para além de ter uma longa cooperação bilateral na área comercial, educacional e de segurança com Moçambique.

A outra razão fundamental da escolha da África do Sul e Argélia como parâmetros de análise comparativa da criminalidade em Moçambique, reside no simples fato de que nestes países, a criminalidade está distribuída conforme as condições sócio espaciais, ou seja, os crimes contra pessoa (homicídios e lesões corporais qualificadas) praticados à armas brancas nestes países, tem tido o seu rosto visível em áreas periféricas desprovidas de condições sociais básicas, onde os seus praticantes na sua maioria pertencem à classe miserável, a semelhança

das constatações de Clifford Shaw e Henry McKay (1972) nos seus estudos sobre áreas urbanas e a delinquência juvenil em Chicago . Nestas áreas deploráveis, os crimes que ocorrem na sua maioria são contra pessoas, ao passo que em áreas residenciais nobres, ocorrem com frequência crimes contra património, devido a existência de bens de valor. Ademais, constatamos nestes dois países africanos que a sua colonização foi ocidental (dos brancos), marcada pelo racismo acentuado, tal como aconteceu em Moçambique, para além de que os crimes contra pessoa e contra propriedade serem protagonizados maioritariamente por jovens contra jovens, com raridade para com idosos, dado que os idosos em África, pela tradição, sempre estiveram sob cuidado de seus parentes, para além de que eles evitam ao máximo a sua exposição em ambientes de riscos, diferentemente de alguns países não africanos, como Brasil, em que pode se encontrar um idoso circulando pelas ruas ou morando sozinho, em virtude de ter se recusado morar com parentes ou em centros de acolhimento de idosos (BEATO, 2012).

A cooperação bilateral entre Moçambique e Argélia data desde a Luta armada de Libertação Nacional e neste período, incidia no domínio da formação dos militares moçambicanos para fazer face a luta contra os portugueses, e em 1978, esta cooperação estendeu-se para as áreas de educação em vários domínios do saber, com destaque para a saúde e indústria, tendo sido reforçada no ano de 2003 em Maputo, por meio de assinatura do outro memorando de entendimento, prevendo cooperar em áreas de transportes marítimos, agricultura, pesca e formação técnico-profissional (PANAPRESS, 30 junho, 2003)⁵². Para complementar à literatura africana sobre a criminalidade, igualmente debruçou-se sobre a literatura não africana, com destaque para a literatura brasileira, uma vez que trata-se de um país com algumas características estruturais idênticas a de Moçambique, no que concerne a existência da sua população maioritariamente jovem, sua economia dependente de importação de alguns produtos industriais, uma jovem democracia, entre outros aspectos. Igualmente, em algum momento usou-se a literatura norte-americana, embora as realidades sejam distintas, em virtude desta ser considerada uma sociedade pós-moderna (GARLAND, 2014).

2.2.1 Espaço urbano e a criminalidade em África, caso de Argélia

A república Democrática de Argélia situa-se na região norte da África, com uma área de 2.381.740 km² e cerca de 36 milhões de habitantes, cuja capital é Argel. O país faz fronteira a

⁵² PANAPRESS. **Moçambique e Argélia reajustam cooperação**. Maputo, 30 junho, 2003. Disponível em: <http://www.panapress.com/Mocambique-e-Argelia-reajustam-cooperacao--3-410794-47-lang3-index.html>. Acesso em: 16.10.2018.

norte com o mar mediterrâneo; a Leste com a Tunísia e Líbia; a Oeste com Marrocos e Saara Ocidental; a Sudeste com Níger. A língua original é árabe e também fala se francês. Argélia tem um passado histórico fustigado pelo conflito armado, a semelhança de Moçambique, pois no sec. V.a.C., os povos originais deste país, conhecidos por “berberes”, foram encurralados junto ao interior por ataques sucessivos de fenícios, romanos, vândalos bizantinos, árabes, turcos e finalmente franceses⁵³.

As fronteiras argelinas foram feitas pelos franceses durante a sua colonização em 1830, mas a sua população muçulmana tradicional rural sempre opôs se a essa colonização francesa, ficando assim, uma desavença entre elas. Na sequência desta desavença em 1 de novembro de 1954, os argelinos reivindicaram pela sua independência nacional, tendo formado um movimento chamado Frente de Libertação Nacional (FLN) que decidiu desencadear uma guerra de guerrilha. Em resultado deste conflito armado, houve longas negociações que culminaram com o cessar fogo entre a França e a Frente de Libertação Nacional, em 18 de março de 1962.

FIGURA. –6: MAPA DA ARGÉLIA



Fonte: <https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2011/12/mapa-argelia.jpg>.

Como se sabe, o crescimento dos espaços urbanos, sempre permitiu o surgimento de variadas questões urbanas, mormente nas suas zonas periféricas, tais como: assimetrias sociais e econômicas, inexistência de infraestruturas sociais básicas, ausência de saneamento do meio, de água potável, de iluminação pública, inclusive falta de serviços de policiamento e como

⁵³ <https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2011/12/mapa-argelia.jpg>.

consequência, assiste-se a prática recorrente da criminalidade. Como ilustra a argelina Saliha Chouguiant-Belmalle (2011), no seu trabalho de Doutorado intitulado: “*Marginalite socio-spatiale, violence et sentiment d’insécurité dans les quartiers périphériques de Constantine: Cas de Boudraa Salah et d’el Gammas*” ou *Marginalidade Sócio espacial, violência e a sensação de insegurança nos bairros da periferia de Constantino: Caso Boudraa Salah e de Gammas* (Tradução nossa), constatou que o aumento demográfico e a falta de condições socioeconômicas induziam os indivíduos a envolverem-se no mundo da criminalidade nos dois bairros argelinos estudados (*Caso de Boudraa Salah e Gammas*).

Conforme a autora, 48,5% dos indivíduos por ela inquiridos, tiveram a opinião de que a criminalidade era praticada, devido a prevalência de condições diversificadas de privação, péssimas condições de habitação, aumento de agregado familiar por cômodo, péssimas condições socioeconômicas, baixo nível de escolaridade, sobretudo para jovens, entre outros. Ademais, o estudo aponta igualmente que a delinquência tinha a ver também com a constante mudança da vizinhança que caracterizava aqueles bairros, que desconfigurava as relações estáveis enraizadas ao longo de vários anos de convivência saudável. Tudo transformou-se negativamente pela chegada de nova vizinhança com seus *modus vivendi* diferentes, estabelecendo conflitos culturais nas relações entre elas, porque a convivência era forçada e como não bastasse feita por detrás de interesses à vista.

É neste âmbito que o relacionamento dos indivíduos heterogêneos no meio urbano, sua liberdade, anonimato, seu afastamento físico e moral, trazem consigo insegurança e laços sociais enfraquecidos, propiciando a presença de comportamentos desviantes, com destaque para a média e alta criminalidade, criando um sentimento de medo e insegurança generalizado no meio social (BAUMAN, 1998). Ademais, a desorganização social que caracteriza algumas áreas residenciais, provinda da complexa heterogeneidade sociocultural no mesmo meio, consequência da mobilidade residencial, condiciona de forma acentuada a eficácia dos modelos tradicionais de controle social local pela sua erosão, tornando difícil a regulação comportamental dos indivíduos, quer a nível familiar, de amigos e de vizinhança (THOMAS, 1966; COULON, 1995). A convivência não harmoniosa em qualquer comunidade, como acima dito, coloca sem dúvida em causa as tradicionais instituições de controle social informal que sempre reinou, por reduzir contatos entre vizinhanças. Conforme Chouguiant-Belmalle (2011), os inquiridos apontavam que antes da mobilidade residencial, a prática da criminalidade não era saliente e havia nestas zonas residenciais uma forte estabilidade residencial, os moradores conheciam-se mutuamente e estabeleciam entre eles visitas, a

solidariedade era mais visível em detrimento dos conflitos entre si, como: agressões verbais, assaltos e outras formas de desvio social.

Para Chouguiant-Belmallem (2011), a marginalização das áreas residenciais em bairros, propiciava o medo e a insegurança residencial, daí que os caos sociais como a desordem, a violência e a delinquência eram constantemente praticados. Para a autora, os indivíduos que moravam em bairros socialmente excluídos em políticas públicas eram mais vulneráveis ao sentimento de insegurança. A título ilustrativo, dos inquiridos por ela: 38,2% afirmaram que os seus bairros eram inseguros e 45,4%, disseram querer mudar de seus bairros residenciais na sequência da instalação do medo e da insegurança, alegando uma busca pelos bairros residenciais mais seguros. É nesta senda que ela defende que a exclusão sócio espacial é um fator decisivo para a implantação do medo e da insegurança pública e nesta sequência a criminalidade facilmente era praticada em resultado desta vulnerabilidade.

O deficiente planejamento urbano em muitos bairros municipais, construção desordenada de habitações, muitas delas precárias, o superpovoamento dos bairros, a deterioração das áreas habitacionais, falta de saneamento do meio, ausência de provimento de condições sociais básicas, vulnerabilizam a prática da desordem social. Para os bairros residenciais estudados da Argélia, os moradores de alta renda residiam em condições deploráveis, devido a dificuldades de edificar residências de alto padrão arquitetônico por falta de uma norma que regulamentasse qualquer ocupação do solo urbano, criando desta feita a incerteza na sua ocupação de forma definitiva, temendo por uma decisão pública futura de reorganização territorial, que implicaria a demolição de qualquer tipo de residência edificada em lugares considerados impróprios (CHOUGUIANT – BELMALLEM, 2011).

Na sequência da falta de condições socioeconômicas, os residentes das periferias urbanas de Argélia moram em residências de construções feitas de material reciclado (contraplacados de madeira, palha, zinco, etc.). O seu estado de conforto é muito humilhante, devido as condições deploráveis existentes naquele meio social que se circunscreve na falta de condições sociais básicas, dentre elas péssimas condições de vias de acesso, por exemplo bairros, como *Boudraa Salah* e *El Gammas*, são caracterizados por estradas de terra batida, tornando-se lamacentas em tempo chuvoso, impedindo por completo qualquer tipo de transitabilidade. Para autora, os estudos defendem que a falta de energia elétrica concorrem para a prática da criminalidade e ao mesmo tempo promove o sentimento de medo e de insegurança pública, ou seja, vários estudos feitos mostram a boa influência da iluminação pública na prevenção criminal, porque ela proporciona um sentimento no criminoso de “ser

visto sem ver” e isso cria medo no criminoso motivado, impedindo assim, a prática da ação criminosa.

Outrossim, para Chougiant – Belmallem (2011), a autarquia de *Constantino*, enfrenta gritantes problemas na melhoria das condições de vida dos moradores das zonas periféricas numa situação dual em que as residências evoluem de maneira diversificada com estruturas arquitetônicas heterogêneas, porque as residências não foram edificadas no mesmo período, para além da existência de condições socioeconômicas deploráveis dos seus residentes.

A precariedade e a desorganização estrutural de algumas áreas residenciais espontâneas, condiciona à falta de infraestruturas sócio educacionais, em particular e sociais básicas de forma geral, vulnerabilizando cada vez mais aos residentes, principalmente jovens adolescentes e ao mesmo tempo faz com que todos ai residentes tenham mais gastos em serviços de natureza primária como de saúde, devido a insalubridade do meio, criando óbitos, sobretudo em famílias desfavorecidas (CHOUGUIANT-BELMALLEM, 2011).

2.2.2. Espaço urbano e a criminalidade em África, caso de África do sul

A república da África do Sul, localiza se na parte sul do continente africano, entre oceanos índico e atlântico, com cerca de 2.798 km² do litoral e com uma população estimada em 57 milhões de habitantes, conforme Statistics South Africa (2012). A mesma fonte classifica a população do país em categorias raciais, nomeadamente: 79.2% de negros, 8.9% de brancos, 8.9 de mestiço ou *coulared*, 2.5% de indianos ou asiáticos e 0.5% de não especificados. O país faz limites com os seguintes países: ao norte com Zimbabwe, Namibia e Botswana; a leste com Moçambique e Suazilândia e a sul com oceanos índico e atlântico.

A República Sul africana destaca-se pela sua multiculturalidade, caracterizada por diversos idiomas, crenças e religiões, com enfoque para protestantismo. De 11 idiomas oficialmente estatuidos naquele país (*africâner, inglês, ndebele, sesotho do norte, sesotho do sul, swazi, tswana, tsonga, venda, xhosa e zulu*), o inglês é maioritariamente falado pela sua população. Neste universo populacional, cerca de ¼ da população encontra se desempregada, vivendo numa extrema pobreza absoluta, isto é, com menos de um dólar por dia, morando em bairros residenciais periféricos excluídos de condições sociais básicas (STATISTICS SOUTH AFRICA, 2012) .

O país tornou se independente da colonização da minoria branca, *apartheid* em 1994. Em 1920 enquanto a colonização europeia (holandesa, francesa e alemã) expandia se, os colonos britânicos (Reino Unido) ocupavam a parte norte e leste do país, fazendo surgir conflitos tribais ou étnicos entre grupos xhosa, zulu e afrikaners, devido a competição pela posse do território.

A descoberta de diamante em 1867 e de ouro em 1884 no interior do país, resultou no crescimento econômico e da imigração demandada pela busca de sobrevivência. Este fenômeno migratório fez com que se intensificasse o ódio ao povo indígena pelos sulafricanos europeus. Atualmente a disputa pelo posto de emprego entre imigrantes (burundeses, congoleses, moçambicanos, ruandeses, etíopes e somalis) e nativos (sulafricanos) tem terminado em atos xenófobos, com registros de óbitos. Conforme *Word Refugee Survey* (2008) publicado pelo comitê para refugiados e imigrantes, o país contava com cerca 232.800 imigrantes, dentre eles pedindo asilo e outros em situação totalmente ilegal, estando passando dificuldades socioeconômicas de toda a natureza. Abaixo, o mapa da África do sul com seus países limítrofes.

FIGURA-7: MAPA DA ÁFRICA DO SUL



Fonte: <http://www.paises-africa.com/mapa-africa-do-sul.htm>

Outros estudos de referência africana sobre a urbanização e a criminalidade, são os efetuados na vizinha África do Sul. O país localiza-se a 1398,5 km da capital moçambicana, Maputo, ambos com uma longa interação social e econômica. Estes estudos foram levados a cabo por Spinks (2001), intitulado: “*A new apartheid? Urban spatiality, (fear of) crime, and segregation in cape town, south África*”, ou seja, “*Um apartheid novo? Espacialidade urbana, (medo de), crime e segregação na cidade do cabo, África do Sul*” (Tradução nossa). O autor começa a sua abordagem salientando que a delinquência urbana na África do Sul, surge com o término do *apartheid* e com a democratização do país em 1990, que trouxe novas formas de “terror urbano”, mormente nos *Swetos*, designados bairros residenciais de negros e pobres. A

África do Sul representa o berço da criminalidade a nível da África, ocupando algumas posições de destaque a nível mundial, no entanto, a inconfiabilidade de dados e a indisponibilidade das estatísticas criminais reais daquele país, tornam quase impossível a sua quantificação numérica. Aliás, a nível do mundo, os dados estatísticos da criminalidade são universalmente ambíguos, comparando entre os dados criminais contidos em relatórios de ocorrências policiais, dos tribunais, da procuradoria, das organizações não governamentais que se dedicam ao estudo da criminalidade e das narrações de vítimas / testemunhas de crimes.

Para o caso concreto da África do Sul, Spinks (2001), defende que estes problemas criminais surgem em parte como resultado da desconfiança histórica da Polícia, que teve uma mudança quase insignificante no seu modo de atuar com o término do sistema do *apartheid*, que outrora servia como agentes de execução sumária dos negros. Para ele, as estatísticas tornadas públicas no ano de 2001 apontavam que de 1994 a 2000, houve incremento em 16.6% de crimes de roubos à armas brancas (facas) e de fogo, na via pública tanto como em residências e 9.4% de homicídios praticados à mão armada.

O país é enxergado a nível mundial como um lugar de práticas de crimes violentos, ou seja, é considerado a capital do crime mundial, com as suas cidades hegemonicamente violentas, tais como a cidade do Cabo, representando a capital de homicídios, quer em forma de latrocínios, quer em forma de homicídios premeditados. No ano de 1998, o país, representou o maior índice de homicídios dolosos *per capita* registrado no mundo, com 59 por 100.000 pessoas, equivalendo quase dez vezes maior ao índice de homicídios praticados nos EUA em igual período de tempo. Ademais, o autor ilustra que o trabalho científico levado a cabo por *Medical Research Council*, apontava que 50% dos jovens da cidade do Cabo, perdem a vida, vítima de assassinatos por armas de fogo, antes de perfazerem 19 anos de idade e 41% destes jovens são vítimas de outras atrocidades criminosas, ou seja, a maioria dos homicídios resulta do *gangsterismo* e do confronto direto com as autoridades policiais. Estas estatísticas criminais, embora com dados inferiores, dada a existência de *cifra oculta* da criminalidade, são suficientes para se ter uma noção clara e evidente de que a África do Sul é um país com elevado índice da criminalidade violenta a nível da África (SPINKS, 2001).

Embora a criminalidade afete os Sul-africanos, ela apresenta seu rosto muito visível nas áreas residenciais periféricas. Spinks (2001) aponta que diversos sentimentos de vitimização são determinados por onde as pessoas moram, circulam e realizam as suas atividades rotineiras, representando, sem dúvida o legado sócio espacial do *apartheid*. Conforme o relatório tornado público no ano de 1998, com o título: “*Cape Town Crime Survey*” levado a cabo por pesquisadores do *Institute for Security Studies* (ISS, CAMERER, Lala; LOUW, Antoinette;

SHAW, Mark; ARTZ, Lillian e SCHARF, Wilfried, 1998), indicava que as zonas residenciais periféricas de raça branca, experimentavam menos crimes *per capita* do que as zonas habitadas pela raça negra, não obstante o fato de serem afetados de forma desproporcional por crimes contra propriedade, neste caso 40% de crimes contra brancos são roubos com recurso à armas de fogo.

Contrariamente, as áreas habitadas pelas pessoas de raça negra eram abaladas em 25% de roubos com recurso a armas brancas e de fogo e 35% de crimes contra pessoas, com destaque para homicídios premeditados e latrocínios, para além de lesões corporais graves. Com isso não se quer descurar que as zonas ricas de indivíduos de raça negra, não são mais propensas a prática de crimes contra património, pois, são também vulneráveis, devido à presença de bens materiais que motivam os potenciais criminosos, ou seja, há uma dicotomia entre a criminalidade, sendo que os crimes contra pessoas são maioritariamente praticados em zonas residenciais pobres ao passo que os contra património são na sua maioria praticados em zonas residenciais ricas, devido à presença de bens que atraem os criminosos, não obstante a prevalência de insegurança e medo que caracterizam as ambas as áreas.

Na África do Sul, a menor taxa da violência criminal nas antigas áreas residenciais de raça branca, deve-se ao fato da existência de esquadras policiais (delegacias no Brasil) nestas áreas residenciais, por serem ricas em infraestruturas sociais e económicas, e os moradores sentem-se mais protegidos, ou seja, eles experimentam um nível de vida socialmente elitizada, com provimento de todos os serviços sociais básicos, por exemplo: quase todos possuem carros particulares, os bairros são bem iluminados, vias de acesso pavimentadas, água canalizada, saneamento do meio, uso de câmeras de segurança, para além de que dispõe de condições para contratar agentes de segurança privada, tudo isso, representa um fator inibidor de práticas criminais. Em contraste, as áreas residenciais de raça negra e pobres, são áreas deploráveis, ou seja, sem provimento de condições sociais básicas se comparadas com as zonas elitizadas e como não bastasse são mal policiadas, na sua maioria sem iluminação pública e seus moradores não dispõem de condições financeiras para contratar agentes de segurança privada. Esta distribuição sócio espacial da vitimização e exiguidade de recursos financeiros, alimenta cada vez mais o sentimento do medo do crime e da insegurança pública (SPINKS, 2001).

Spinks (2001) defende que embora a criminalidade tenha longo histórico na África do Sul, existe um aumento notório de proteção da raça branca em detrimento da raça negra, tratando-se do legado do *apartheid*. Os dados desta realidade, foram por ele baseados em pesquisa de opinião pública, onde simplesmente 6% dos inquiridos brancos, apontaram ter sido assolados por crimes, ao passo que o inquérito realizado na *Cape Town* em 1998, concluiu que

77% dos moradores de raça branca dos bairros centrais, apontavam que o sentimento de insegurança e medo do crime estavam estritamente ligados às ruas dos bairros residenciais pobres. Por seu turno, 95% dos brancos periféricos; 52% dos negros e 56% dos mestiços sul-africanos, respectivamente, tinham um sentimento de segurança apenas em suas residências.

O local do medo e da insegurança na África do Sul, dividiu opiniões entre os residentes, embora todos apontassem o período noturno como o mais arriscado ao crime, 79,2% de brancos entrevistados disseram ter sido abordados por criminosos fora de suas zonas residenciais, ao passo que 51% da raça negra e 55% dos mestiços disseram ter sido vítimas de crimes na via pública e na sua própria residência. Neste contexto, todas as classes raciais apresentaram sentimento de medo e insegurança do crime, mas a de raça branca tinha sentimento de medo e insegurança longe de seus bairros residenciais, contrariamente aos de raça negra que receavam do medo e insegurança nas vias públicas e nas suas áreas residenciais. Esse fato deve-se ao passado histórico da África do Sul, onde de forma inequívoca, compreende-se que a vulnerabilidade socioeconômica está intimamente ligada a questão de raça. Este é o legado do regime do *apartheid* e do novo *apartheid* como deixa antever, Charlotte Spinks (2001).

Este sentimento de medo e insegurança do crime, encontramos-lo também no Brasil, a título exemplificativo, o estudo do sociólogo brasileiro Michel Misse (1999) intitulado: “Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro”, o autor afirma que a visibilidade da criminalidade no Rio de Janeiro, emergiu nos meados da década de 1950, movida pela acelerada urbanização e periferização de uma população pobre e negra, herdeira do sistema escravocrata. É neste âmbito que a criminalização incide sobre as comunidades miseráveis, apresentando diversos grupos antagônicos de criminosos⁵⁴, tais como: Comando Vermelho (CV); Terceiro Comando Puro (PCP); Amigos dos Amigos (ADA);

⁵⁴ Representam facções criminosas antagônicas ou rivais que controlam de forma intransigente a conduta de seus aliados por forma a não quebrarem os estatutos destas organizações criminosas. O incumprimento do estatuído implica automaticamente a suspensão das atividades e muitas vezes os excluídos são imediatamente executados como forma encontrada pelo grupo de desencorajar as recorrentes violações estatutárias e ao mesmo tempo constitui uma alternativa por si encontrada de apagamento de “arquivos”, aumentando a sua coesão, ou seja, o excluído do grupo passa a ser enxergado como um inimigo que a qualquer momento pode colaborar negativamente para a destruição da associação, podendo ser através de fuga de informações para outros grupos rivais ou mesmo para a Polícia. Essas associações criminosas, o seu principal objetivo é a busca incessante pelo lucro, por meio de várias práticas criminosas, com destaque para: tráfico de diversas drogas rentáveis, quer a nível nacional, tanto como a nível internacional, assaltos de cargas em caminhões, assaltos a bancos, entre outras ações delitivas de natureza violenta. Essas associações criminosas, mantêm os seus vínculos cada vez mais solidários e através do pagamento de cotas mensais, conseguem aumentar de maneira recheada o seu armamento e drogas, tanto como em pagamento de advogados de reconhecido mérito para defender seus integrantes em caso de prisão ou pagamento de fiança, para além da sua alimentação e ostentação grupal. Essas associações funcionam com uma estrutura hierarquicamente organizada como se uma organização oficial pública se tratasse (política, organização do governo ou outras organizações oficialmente reconhecidas).

Terceiro Comando da Capital (TCP); Primeiro Comando da Capital (PCC), etc., bem como invasões policiais.

A criminalidade violenta urbana no Rio de Janeiro, representa uma configuração social dos residentes dos espaços pobres, como por exemplo, nas favelas, nos apartamentos populares, nos bairros residenciais constituídos por residências de alvenaria inacabadas, sem pintura, casas em bairros suburbanos e periférico, prédios deteriorados do centro da cidade ou barracas edificadas sobre viadutos e junto a terrenos baldios. Estes espaços acolhem pessoas economicamente necessitadas que trazem consigo algumas “marcas” de exclusão socioeconômica que as representam como *fantasma social* (MICHEL MISSE, 1999).

Um outro estudo crucial sobre a criminalidade na sociedade brasileira que considera a criminalidade e a insegurança como uma questão de saúde pública, foi realizado por Zaluar (2007), intitulado: “*Democracia Inacabada: o fracasso da Segurança Pública*”, ressaltando que a fatal violência criminal urbana na sociedade brasileira, tem incidido sobre jovens antes de perfazerem 25 anos de idade no Rio de Janeiro. Segundo ela, estes atos violentos é a consequência combinada da pobreza e da rápida urbanização, sem acompanhamento de condições socioeconômicas para que os jovens pobres se sintam integrados no mercado de emprego.

Ademais, Zaluar (2007) defende que a urbanização muito acelerada que o Brasil vem experimentando, dificulta a difusão das práticas sociais urbanas tolerantes entre os novos moradores e os antigos ou recém chegados de bairros periféricos, com suas culturas adversas, gerando conflitos culturais, inibindo desta feita a interiorização de valores morais tradicionais do local. E conseqüentemente ocorre a perda de poder de influência das lideranças locais na orientação da conduta dos novos moradores. Para ela, muitos jovens de sexo masculino e pobres são propensos ao crime, devido a existência de crise em suas famílias, sendo que na sua maioria, tem-se mostrado incapazes de suportar com os conflitos que surgem na vida cidadina, não obstante a existência notável de exclusão social em relação ao sistema escolar público de muitos jovens periféricos pobres, a favor de um sistema de ensino privado, cujas condições financeiras não dispõem, para além da ausência de formação profissional e exiguidade de postos de trabalho para os inserirem.

O impressionante é constatar que a questão da insegurança e medo da criminalidade, não é um problema exclusivo de países em via de desenvolvimento ou de terceiro mundo. Conforme o estudo realizado por Tissot (2015), intitulado: *Les axes prioritaires face à l'émergence de phénomènes criminels en banlieue québécoise : L'exemple d'un quartier de Laval*, ou seja,: “*Os eixos prioritários que enfrentam o surgimento de fenômenos criminais nos*

subúrbios de Quebec: O exemplo do bairro de Laval” (Tradução nossa), a autora defende que as áreas periféricas de *Quebec* no Canadá, principalmente no bairro *Laval*, os residentes experimentam uma presença real de diversas formas da delinquência, desde crimes não violentos a violentos, tais como: venda de drogas, prostituição infantil a volta das paradas de ônibus (autocarros), homicídios e assaltos, exigindo uma forte intervenção do poder Estadual em colocar mão pesada sobre os promotores destas desordens sociais, que passa pela atuação ostensiva da polícia, do ministério público e do tribunal na responsabilização criminal dos seus promotores, de maneira justa e transparente.

Smith citado por Freitas (2014), sublinha que a prevalência da segregação de indivíduos em áreas periféricas deploráveis está ligada a elevados níveis diferenciados de desigualdades sociais e a falta de oportunidade de emprego a que essa camada social se encontra mergulhada. Neste ambiente socialmente deplorável, alguns indivíduos excluídos e predispostos a prática da criminalidade, convergem e formam algumas subculturas⁵⁵ delinquentes (CLOWARD & OHLIN, 1960; COHEN, 1963).

Conforme Carlos et al (2015), a interação social em nível microcósmico se dá de maneira mais crucial para a socialização de indivíduos, dada a partilha constante dos mesmos ideais, crenças, hábitos e cultura, caso elucidativo da interação familiar. Um verdadeiro microcosmo social, tem maior impacto na zona rural que na zona urbana, pois, na zona rural há um conhecimento mútuo dos residentes e qualquer comportamento desviante que escapa do controle parental, facilmente é reprimido pela vizinhança ou grupo de amigos, diferentemente da zona urbana, caracterizada pelo autêntico anonimato pessoal, que Giddens (1991) designou de “ausência e presença ao mesmo tempo”, onde a distância espaço-tempo, totalmente se encontra numa situação indefinida, uma vez que todos os contatos diretos são substituídos por indiretos, através de meios tecnológicos prevaletentes nas sociedades modernas, com destaque para transportes e comunicações (COULOUN, 1995). No entender de Giddens, o distanciamento tempo-espaço é enxergado como problema de ordem, tratando-se de condições nas quais o tempo –espaço são constituídos de maneira a representar sua “*presença e ausência*” em simultâneo. Ele sugere a reformulação do problema de ordem para melhor entender como é que os sistemas sociais ocorrem, neste caso, a conexão tempo-espaço.

No tocante aos locais de estudo, pela pluralidade cultural e uso de tecnologias de comunicação prevaletentes, os laços sociais tendem a sofrer uma erosão, caracterizada por

⁵⁵ Conjunto de valores e normas opostos a cultura dominante que são compartilhados por um grupo frustrado de indivíduos da classe popular, em virtude de não conseguir sucesso na sequência de não dispor de meios legítimos, daí recorrem a meios ilegítimos (prática de crimes) para concretizarem os seus objetivos.

ineficácia das regras tradicionais de convivência social (desorganização social), levando a que as lideranças locais se tornem incompetentes em regular e orientar indivíduos propensos ao desvio, resultado do desencaixe dos sistemas sociais (GIDDENS, 1991). Conforme o autor, para se sair deste cenário, é premente recorrer a ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais individuais e grupais de forma positiva, dado que os modelos comportamentais/culturais são aprendidos e variam no espaço e no tempo, segundo o grau de civilização e de classe social, embora alguns possam cair em desuso no tempo, mantendo-se os outros e adotando novos significados (ROCHER, 1989; GIDDENS, 1991).

Num cômputo geral, a queda de um paradigma cultural num determinado microcosmo social, tem representado um potencial sinal de comportamento desviante e ao mesmo tempo mostra a incapacidade de todos os indivíduos resistirem face a dinâmica imposta pelo novo paradigma cultural⁵⁶, durante o processo conflitual com o anterior paradigma. É neste dispação que a cultura representa uma função de moldagem de personalidade psíquica individual em qualquer sociedade, porque os seus praticantes vêm se na contingência de cumprir os seus significados, quer de forma coercitiva, quer de forma voluntária sob pena de rejeição social dentro do grupo de praticantes (ROCHER, 1989; KUHUN, 1998)). Conforme Rocher, a cultura apresenta dupla⁵⁷ função, nomeadamente: sociológica e psicológica, na medida em que ambas de forma interdependente, facilitam a adaptação dos indivíduos ao seu meio e a diversas realidades nele presentes durante o processo interativo. As interações e papéis sociais, ocorrem porque a cultura apresenta valores compartilhados que moldam a ação humana, dando-lhe um significado dialogante, a pesar de depender da cultura hegemônica prevalecente num meio culturalmente heterogêneo e conflituoso (MEAD, 1973). Para o caso moçambicano, em parte resultaria do seu histórico de ser um país multicultural, com dois grandes sistemas nucleares de família com paradigmas distintos, sendo, um patrilinear, que engloba todas as províncias da zona sul do país (Maputo, Gaza, Inhambane) e três da zona centro (Manica, Tete e Sofala). Por outro lado, tem-se o sistema matrilinear, englobando províncias da zona norte do país (Cabo Delgado, Niassa e Nampula) e uma da parte centro (Zambézia), cujas regras de convivência social diferem entre si e em algum momento conflitantes.

No sistema patrilinear, a cultura falocêntrica é prevalecente, considerando agressão contra a mulher como uma norma que regula as relações sociais entre os casais, não só, mas

⁵⁶ Em sociedades contemporâneas, a diferenciação mental entre diversas gerações tendem a se acentuar, mercê da rápida evolução das normas comportamentais (ROCHER, 1989, p.530)

⁵⁷ O sistema social e cultural, tem em comum, o fato de ambos estarem presentes em toda ação humana de forma interdependente (ROCHER, 1989, p.125).

também dar “chapadas” na criança, representa sua educação. Isto significa que qualquer agressão contra mulher ou contra criança, considera-se normal, sendo normal, não representa crime a nível das comunidades que partilham esse paradigma. Estas diversificadas culturas no país, são tidas como potenciais responsáveis pelas dificuldades encaradas na apuração dos reais dados estatísticos da violência criminal, com mais ênfase a violência doméstica, mormente lesões corporais. Estes casos, contribuem positivamente para o aumento de crimes não registrados, elevando diversificadas *cifras*⁵⁸ da criminalidade, com destaque para as *cifras ocultas*, alegadamente para manter o lar, casos de crimes de natureza passional, ainda outros crimes não são denunciados às autoridades policiais por medo de represália do suposto infrator e também por não confiar no sistema de justiça criminal. Outrossim, algumas culturas prevaletentes nestes municípios, encontram no uso da força física como uma forma de educar alguém que esteja se desviando das regras culturalmente estatuídas.

2.2.3 Condicionantes do comportamento desviante no meio urbano

A rápida urbanização acelerada, mercê do desenvolvimento industrial que se verifica nas cidades um pouco por todo o mundo, traz consigo uma mobilidade residencial e uma série de problemas sociais cotidianas. É neste âmbito que surge a abordagem ecológica⁵⁹, também ligada as consequências do incremento das questões sócio-espaciais, motivadas pela industrialização que trouxe consigo uma mobilidade urbana crescente, transformando o meio urbano em mundos de “estranhos” pela sua heterogeneidade étnico-cultural, anonimato e atomismo, durante o processo interacional, contribuindo desta feita para o enfraquecimento de instituições de controle social informal na regulação do comportamento de indivíduos, contrariamente ao mundo rural intrinsecamente tradicional e com um monismo rígido de controle social eficaz e eficiente (DIAS, 1997).

Estes problemas sociais, resultam em parte da mistura de diversas culturas no mesmo meio social, onde algumas delas conflituam se severamente, criando comportamentos desviantes. Um dos problemas responsáveis pelo comportamento desviante é a notória

⁵⁸ Crimes não denunciados às autoridades responsáveis pela aplicação da lei (Polícia, Ministério Público, Tribunal) pela desconfiança destas instituições em dar resposta ao seu problema, por um lado. Por outro lado, pelo fato de não se ter a certeza de recuperar os bens em caso de roubo ou pelo medo da retaliação do agente infrator pela havida denúncia. Também podem ser denunciados e não terem um desfecho, escapando-se das estatísticas criminais.

⁵⁹ Estudo sobre a interação de seres humanos no seu meio social em analogia a interação verificada entre animais e plantas no meio ambiente “ecologia vegetal”. Os indivíduos humanos no meio social urbano, contrariamente ao meio rural são impostos a relacionar-se com as variadas tecnologias modernas, caracterizadas por vias de acesso, transporte rodoviário, aéreo e ferroviário, tudo isso com diversos custos sobre a conduta humana neste meio social.

presença de desigualdades sociais e da exclusão social. Ademais, neste quesito, acresce-se o nível acentuado da pobreza, resultante da falta de oportunidade de emprego e de perspectiva, devido à inexistência de qualificações profissionais. Outrossim, a falta de políticas sociais, sobretudo para jovens, tem sido apontado como responsável pelo elevado índice de frustração e do desvio social nas suas diversas modalidades.

A complexa gama de condutas não profícuas, consequência do mau uso de tecnologia de comunicação na interação entre indivíduos de diferentes culturas no meio social de forma rápida, tem consubstanciado no mal-estar da modernidade ou modernidade líquida (BAUMAN, 1989). Por outro, para Giddens (1991), a globalização provoca o desencaixe nos modos de vida das pessoas, ou seja, mexe com todas as relações sociais, por influenciar seus laços. Conforme o autor, a desorientação individual é resultante da emergência de variados eventos que dificilmente são compreendidos e que na sua maioria escapam do controle humano.

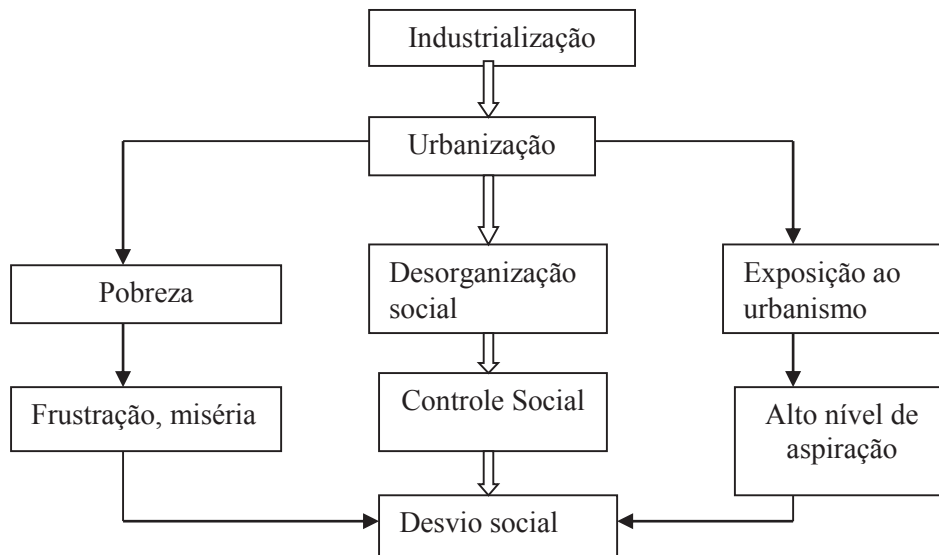
Para Beato (2012), os fatores que condicionam a prática criminal são diversos, dentre eles, salientam-se a maneira de organização sócio espacial, interações sociais mal procedidas, consumo e tráfico de drogas, bem como facilidades na aquisição de armas de fogo, que frequentemente são usadas como principal instrumento para persuadir a vítima a aceitar qualquer exigência destes, sem reação. Nas áreas metropolitanas moçambicanas, durante a pesquisa exploratória, ficou se sabendo que o sentimento popular é de que a criminalidade e outros comportamentos desviantes, tendem a diversificar-se dia após dia, mediante o grau de condições socioeconômicas existentes em cada área residencial, e é neste contexto que Felix (2002) defende que os delitos contra o patrimônio têm a sua frequência em áreas residenciais de indivíduos de classe abastada enquanto que os contra pessoa ocorrem em demasia nas áreas residenciais de classe popular. A prática reiterada de delitos contra patrimônio é interpretada como sendo resultado de privações de natureza social e econômica, bem como frustrações inerentes ao acesso a uma vida condigna no meio urbano (MERTON, 1968; PAIXÃO, 1983; FELIX, 2002).

Ademais, contrariamente à zona urbana, na zona rural os índices da criminalidade tendem a baixar pelo fato dos seus residentes ainda estarem ligados por fortes crenças e valores comportamentais, que automaticamente reprimem sem contemplações, todo o comportamento desviante manifestado pelo membro da comunidade, dado ao seu conhecimento mútuo, para além de que a pressão da vida local é menos expressiva em relação à pressão exercida no meio urbano. Como se sabe, no meio urbano, a mobilidade dos indivíduos é heterogênea, encontrando-se todos em permanente luta pela sobrevivência, a solidariedade mecânica é

cabalmente substituída por solidariedade orgânica, baseada na divisão do trabalho (FELIX, 2002).

Ainda conforme Beato (2002), no meio social urbano, a criminalidade é motivada por vários fatores, dentre os quais se destacam: condições socioeconômicas deploráveis que comprometem o bom funcionamento das entidades de controle social informal e suas interações cotidianas. A prática de delitos não se trata de caso exclusivo do meio urbano, pois, no meio rural, também se pratica, embora de forma reduzida, principalmente os crimes contra pessoas, concretamente homicídios e lesões corporais, na maioria com motivações de natureza passional e pequenos furtos, se comparado com o meio urbano. Para o autor, essa diferença de intensidade na prática criminosa deve-se as formas diferenciadas de tensões sociais e aspirações dos indivíduos destes dois meios sócio-espaciais.

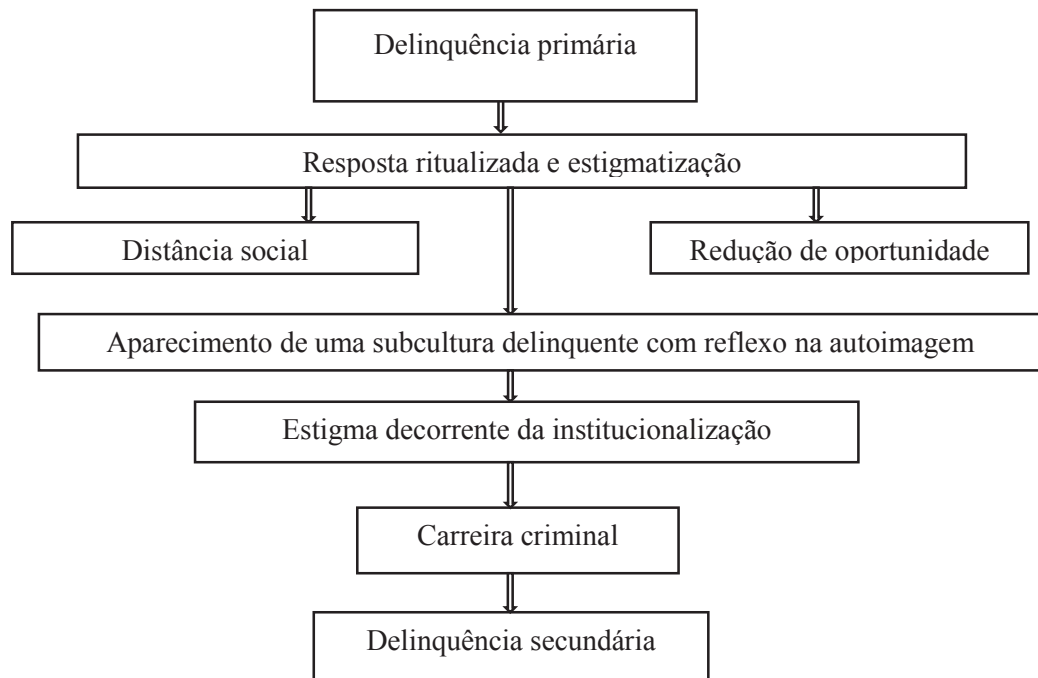
ESQUEMA 1-RELAÇÃO ENTRE A INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESVIO SOCIAL



Fonte: Paixão (1983 apud FELIX, 2002).

Neste caso de urbanização acelerada provocada pela industrialização, surgem as frustrações advindas da falta de amparo social, da ausência de políticas públicas de inclusão social, mormente para ex-apenados e da desorganização social no meio residencial, fazendo com que esses indivíduos socialmente excluídos das oportunidades de participar em atividades socialmente relevantes, sintam-se marginalizados, perdendo assim referências, mas ansiando se por aceitação e caso não ocorra, optam pela delinquência, que consubstancia na prática de atos criminais, supostamente para alcançarem a estrutura cultural [objetivos] (MERTON, 1968).

ESQUEMA 2: CONSEQUÊNCIAS DA ROTULAGEM SOCIAL (LABELLING APPROACH)



Fonte: Filho Penteado, 2012.

Corroborando com Shaw e Mckay (1972) e Philippe (2011), a delinquência juvenil, ocorreria com facilidade em indivíduos socioeconomicamente vulneráveis e submetidos a ambientes com prevalência de comportamentos desviantes, dentre os quais se destacam locais de: prostituição, de consumo e venda de estupefacientes, ambientes de roubos e de alcoolismo, pois, nestes ambientes, os jovens se socializam conforme as regras vigentes daquele meio social, com suas sociabilidades e solidariedades peculiares. Por seu turno, o desenvolvimento social, aliado ao movimento migratório crescente, sempre traz consigo “crise de valores nos comportamentos sociais e antissociais” (FELIX, 2002, p. 9). Para este autor, não existe ações condenadas por todos e em todos os tempos, sendo que a censura de uma certa conduta é “variável no tempo e no espaço” (STRAUSS, 1983 apud FELIX, 2002, p. 9).

Outras motivações tidas como responsáveis pela prática da violência criminal no meio urbano estão ligadas a descontextualização das relações sociais que estão em permanente aumento e consequente erosão das solidariedades sociais, causadoras de quebra da confiança social (GIDDENS, 1991; OLIVEIRA, 2006). A conduta criminoso da classe popular pode ser resultado da sua incapacidade econômica de lograr os fins da classe abastada que tanto almeja, e devido à falta de socialização para tal, vê-se na contingência de frustração individual (COHEN, 2015). Neste contexto de frustração de indivíduos, resultante das desigualdades sociais crescentes, provindas da industrialização, o criminoso motivado recorre a meios ilegais para obter uma posição socioeconômica privilegiada no seu contexto cultural (MILER, 1970).

No ambiente urbano, pela dinâmica da vida citadina, as relações sociais outrora estáveis e solidárias, têm sido substituídas por relações instáveis, ou seja, por indiretas, onde os contatos passam a ser efetuados simplesmente por meio de tecnologia de comunicação e muitas vezes por detrás de interesses à vista (SHAW, 1972; ROCHER, 1989). Esta forma de relacionamento social é resultado do processo crescente da industrialização mercê da própria globalização, que atrai para si uma mobilidade social de forma astronômica, permitindo uma interação de maneira rápida e eficaz com todo o mundo, facilitando o fluxo e refluxo de informações, da cultura, de circulação de pessoas e bens de maneira célere, ocasionando a erosão da solidariedade mecânica, favorecendo a solidariedade orgânica (GIDDENS, 1991; DURKHEIM, 1992).

Para Carlos et al (2015), o espaço urbano é responsável pela produção social e histórica, porque é neste espaço onde desenrolam processos de interação social e histórico de variados atores sociais com comportamentos diversos. Todo o processo sócio espacial tem vindo assumir um papel extremamente preponderante para cada indivíduo, pelo fato de que toda a produção da sociedade capitalista na contemporaneidade se efetiva por meio de produção do espaço urbano diversificado. As novas formas de vida que advém da modernidade, alteraram de forma significativa algumas formas tradicionais⁶⁰ de ordem social (como o uso de calças e mini saias por meninas na via pública, consumo de bebidas alcoólicas, drogas, cigaros por jovens adolescentes e mulheres, que outrora eram veementemente proibidos e reprimidos, devido a cultura conservadora prevalecente), ou seja, todas as mudanças envolvidas na modernidade são profundamente notáveis que muitos “tipos de mudanças características dos períodos precedentes” (GIDDENS, 1991, p.14).

Conforme Herbert (apud FELIX, 2002), usando incivilidade como parâmetro do nível de vida em zonas residenciais urbanas, concluiu que a prevalência da criminalidade numa determinada área do que em outra, deve se a existência de incivilidade em zonas residenciais que registram atos criminais, ou seja, quanto mais incivilidade for, maior será a delinquência, o aumento do estado de ansiedade, medo e consequentemente tem se menor nível de envolvimento social, ocasionando a prática de crime. A incivilidade é um conjunto de ações ou condutas indecentes que comprometem as regras básicas de convivência social e essas ações manifestam-se em ambientes públicos, carregadas de desrespeito pelos hábitos e costumes

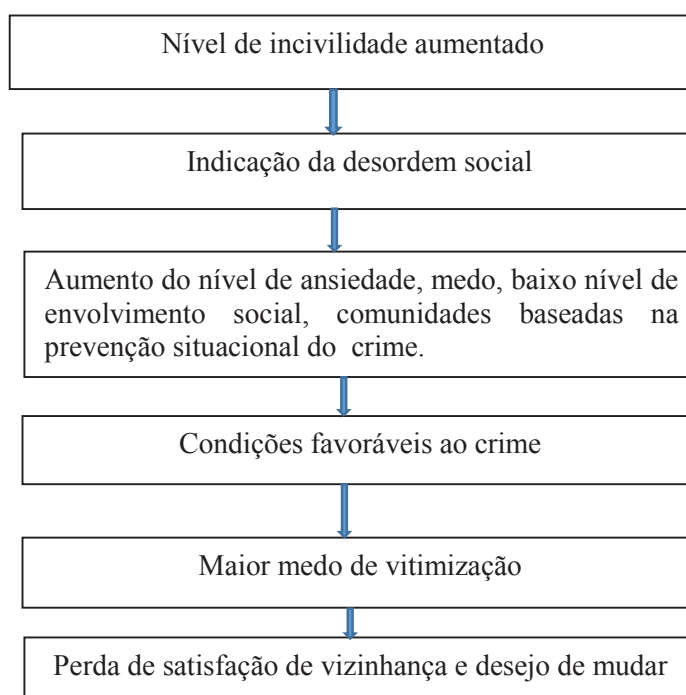
⁶⁰ Nas sociedades tradicionais, o distanciamento entre indivíduos é curto, se comparado com as sociedades modernas, pois, a confiança nestas sociedades encontra-se consolidada pelo sistema familiar e pelo sistema de vizinhança, que a todo o custo permite a manutenção de relações sociais estáveis, através do tempo e do espaço, onde todos os conflitos sociais são dirimidos pelas suas estruturas sociais bem definidas, sempre no intuito de manter as relações de confiança neste meio social. Trata-se do “lugar de feixes de relações sociais entrelaçadas” (GIDDENS, 1991, p.115).

sociais, bem como pela ausência de cortesia durante o processo interativo, deixando o meio social inseguro⁶¹, devido a sua degradação que transmite uma sensação de perigo iminente a qualquer transeunte (DEBARBIEUX, 1996; CUNHA, 2013).

Essas incivildades na sua maioria caracterizam-se pela degradação do meio público, comprometendo os laços sociais, dentre várias formas, essa degradação pode decorrer do: barulho advindo de buzina de carros, toque de aparelhagem ao elevado som e fora do tempo previsto pelas entidades administrativas, mau estacionamento de veículos, existência de veículos abandonados ou sucatas em locais públicos, proliferação de montões de lixo nas vias públicas, obras inacabadas, consumo excessivo de bebidas alcóolicas e drogas.

Esquemáticamente, apresentamos a relação entre o nível de incivilidade e o crime, segundo Herbert.

ESQUEMA -3 -RELAÇÃO ENTRE INCIVILIDADE E O CRIME



Fonte: Herbert (1993 apud FELIX, 2002, p. 132).

A incivilidade pode estar ligada ao enfraquecimento dos órgãos de controle social informal, consequência da desorganização social (SHAW 1972; PHILIPPE, 2011). Para Felix (2002), além do enfraquecimento dos órgãos de controle social informal na orientação da

⁶¹ Reação emocional que surge pela sensação de ameaça iminente do crime, devido a fragilidade prevalecente num determinado meio ambiente físico. Este sentimento de insegurança normalmente é transmitido à população pela mídia ao dramatizar ou descrever um caso hediondo praticado numa determinada área, tornando os seus praticantes de heróis.

conduta dos indivíduos na comunidade, a incivilidade também se encontra ligada ao “medo⁶² do crime” (FELIX, 2002, p.132), que pode traduzir-se na falta de confiança a nível da vizinhança, incidência criminal, tanto como pelo medo de vitimização. Para o caso moçambicano, pela experiência do autor na área de segurança pública, a incivilidade registra-se com mais notoriedade em períodos eleitorais, mormente na fase de campanhas eleitorais para eleição de prefeitos ou eleição presidencial, em que caravanas de membros, simpatizantes e fanáticos de diversos partidos concorrentes, cruzam-se e envolvem-se em insultos que muitas vezes terminam em pancadarias, recorrendo a instrumentos contundentes, alegadamente por estarem a se autodefender do opositor. Outrossim, verifica-se outras incivilidades, por exemplo barulho produzido pelo elevado som de aparelhagem, obras abandonadas e montões de lixo, espalhados um pouco por todas as áreas municipais, concorrendo para o esconderijo, sobretudo de criminosos, de armas brancas e de drogas.

Segundo Felix (2002, p.132), a percepção da “incivilidade dentro da área residencial está ligada a experiência do crime e a insatisfação com a vizinhança”. Ideia corroborada por Park (1972) e Wirth (1973), sobre a impessoalidade da vizinhança em resultado da erosão das solidariedades sociais. Ademais, emprestando as palavras de Bauman, pode-se dizer que a cidade é um mundo “líquido” e de “estranhos”, onde ninguém acredita em nada e em tudo (BAUMAN, 1998). Para Young (2002, p. 264), a cidade representa um “mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram [...] em que fronteiras se diluem e mudanças ocorrem em todos os sentidos”, devido à presença de diversas culturas conflitantes. Felix, torna claro que a desordem social não só se relaciona aos espaços de incivilidade, mas também difunde-se pelas áreas residenciais de indivíduos abastados e cultos.

As estatísticas policiais⁶³ moçambicanas mostram evidências claras de que os jovens, sobretudo do sexo masculino, têm sido maiores atores da desordem social, ou seja, tendem a menosprezar as regras que regulamentam o funcionamento da própria sociedade. Casos elucidativos de consumo de estupefaciente, consumo excessivo de bebidas alcólicas, mormente a destilada, conhecida localmente por “*knock out*” com teor de álcool muito elevado, cerca de 100%. O consumo excessivo desta bebida alcóolica, muitas vezes tem-lhes levado ao desequilíbrio emocional e consequente prática de atos indecentes, dentre eles a criminalidade,

⁶² Caso de crimes ligados ao medo e insegurança do crime são linchamentos públicos, o que muitas vezes recai sobre o bôde expiatório ou em simples suspeitos.

⁶³ Relatório anual de 2014 do Comando Provincial da Polícia de Manica com dados criminais, 9 junho, 2015.

corroborando com as constatações de Felix (2002, p.13), ao frisar que “o indivíduo torna-se desviante ao desdenhar um conjunto de regras e sanções produzidas pela sociedade”.

É nesta sequência que Shaw (1972), frisa que o conflito, oriundo da sobreposição cultural, consequência da mobilidade social crescente é responsável pelas práticas de condutas indesejadas, pois, esta sobreposição cultural, termina fazendo com que as culturas vindouras se tornem cada vez mais hegemônicas, enfraquecendo de forma substancial as culturas locais e influências das suas lideranças em regular a conduta comportamental da vizinhança e da própria família, sobretudo de idade jovem. Neste diapasão, Giddens (1991), defende que o urbanismo moderno é formado, tendo em conta os princípios totalmente diferentes em relação aos princípios norteadores das cidades tradicionais, no concernente a estrutura social e modos de vida dos seus habitantes. Nestas cidades modernas um numeroso grupo de vizinhança mora no mesmo bairro, separando-se por ruas, podendo até morar no mesmo prédio, mas sem se conhecerem pessoalmente. As suas interações são feitas por detrás de interesses à vista (SUTHERLAND, 1948; WIRTH, 1973).

A vida citadina é complexa, pois, pelo processo de globalização e industrialização crescente, aliada a facilidade na realização de transações comerciais, atrai para si indivíduos de outros cantos do planeta, longe do que se pode imaginar, exigindo qualificações profissionais para desempenhar qualquer atividade. Por outro, exige-se habilidades individuais, porque os mais aptos e criativos tendem a ocupar espaços disponíveis em detrimento dos menos qualificados e criativos, tratando-se de luta impessoal com vista a manter a sua sobrevivência (WIRTH, 1970).

Conforme Giddens (1991), a globalização que caracteriza a modernidade, possui um caráter de dois gumes, porque trouxe avanços significativos no progresso tecnológico e industrial. Por outro, trouxe riscos imensuráveis inerentes ao terrorismo, lavagem de dinheiro e outras formas da violência criminal. A relação espaço-tempo na modernidade ficou totalmente indefinida pela influência da globalização que caracteriza este período moderno (Idem). Neste contexto da globalização, para Weber (2002) e para Marx (2013), as sociedades são capitalistas, caracterizadas por capitalismo racional e egoísta, voltado para a expropriação da força humana para obter a mais valia, a partir da coisificação do trabalhador, simplesmente porque ele é detentor de posses econômicas e o trabalhador, detentor da mão de obra qualificada. No entender de Rocher (1989) & Carlos et al (2015), o espaço urbano pode ser considerado como principal centro de qualquer atividade do homem, uma vez que é nele onde diversas interações humanas se dão em forma microcós mica ou macrocós mica.

Em Moçambique, no período anterior à independência, neste caso, período que antecede o ano de 1975, a semelhança de outras sociedades tradicionais, o espaço e tempo tinham uma coincidência completa e maior, as áreas espaciais da vida social eram em quase toda a sociedade determinada pela presença de atividades localizadas, mas pelo progresso da tecnologia advindo da modernidade, a distância espaço-tempo, tornou-se menor (GIDDENS, 1991). Ademais, na modernidade, as relações sociais entre indivíduos são “líquidas”, numa situação em que tornaram-se praticamente “ausentes” (BAUMAN, 1998), “localmente distantes”, dificultando o contato face a face e em resultado desta erosão nas relações sociais, o conflito cultural se instala, os lugares foram totalmente moldados e influenciados socialmente pelas culturas estranhas e bastante distantes dos locais (GIDDENS, 1991, p. 28-29).

Nas sociedades tradicionais, os laços sociais são mais consistentes, o que impede a manifestação de incivildades, porque qualquer comportamento negativo detectado é reprimido imediatamente por quem o detecta, para além de que os seus membros conhecem-se mutuamente, contrariamente ao que acontece nas sociedades modernas, caracterizadas pela impessoalidade, devido a heterogeneidade étnico cultural no mesmo ambiente social, com diversas formas de segregações de seus moradores (FELIX, 2002). Aliás, nas sociedades urbanas excluídas, o carente e o delinquente espremidos um contra o outro numa relação doentia, vão interagindo de forma contagiosa e conflituosa numa denominada “região moral”⁶⁴ (PARK, 1967, p. 72).

Os municípios em estudo, pela sua localização ao longo das principais rodovias nacionais e internacionais, e com um potencial económico, recebem uma forte mobilidade social permanente e pendular, resultante da busca sistemática de melhores condições de vida nas pequenas firmas industriais implantadas, bem como pela facilidade na realização de transações comerciais em pequenos mercados formais e informais ali existentes, embora a maioria não se encontre envolvida nestas atividades, devido a fatores de vária ordem, dentre os quais se destacam a falta de alternativas financeiras para iniciar o negócio, falta de qualificações mínimas exigidas pelo empregador, quer em firmas públicas, quer em firmas privadas, para além de que os outros por falta de paciência de ganhar a vida de forma honesta e lenta, preferem ganhá-la de maneira rápida e arriscada, recorrendo para o efeito à diversas formas ilegais, como roubos e furtos (ARAÚJO, 1997).

Em algumas vizinhanças carentes, segregadas em zonas residenciais em função do seu nível socioeconómico, verifica-se alguns conflitos sociais motivados por interesses

⁶⁴ Região moral, trata-se de uma área com um determinado código moral antagónico ao vigente, devido ao conflito social resultante da sobreposição cultural no mesmo meio social.

antagônicos. Alguns casos de conflitos sociais mais candentes em áreas residenciais economicamente diferenciadas é o desdenhamento da vizinhança pobre e falta de solidariedade para com ela em caso de extrema necessidade, como de doença ou falecimento, sob pretexto de que esta classe sempre produziu desordem e compromete seu descanso pelo som das aparelhagens que tocam durante a venda e consumo de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional, tanto de dia como no período de noite, por ser uma das suas fontes de renda.

Conforme Park (1967 apud EUFRÁSIO, 2013, p. 53);

Toda a grande urbe, apresenta áreas suburbanas ocupacionais e residenciais [...], sendo que cada uma apresenta tamanho e características de cidade holística separada, excetuando casos em que sua população é selecionada. Há entre ela, uma cidade de uma só classe, pese embora dentro dos limites dessa urbe a população é segregada mais uma vez por interesses socioeconômicos.

No meio citadino, a vizinhança sempre teve uma tendência de perder a enorme utilidade que tinha em sua forma tradicional. Os meios tecnológicos de comunicação prevalecentes nas sociedades contemporâneas tem sido acusados como responsáveis pela erosão da intimidade entre vizinhanças, porque substituiu contatos tradicionalmente elementares “primários” pelos vulgarmente conhecidos por “secundários”, permitindo que o indivíduo distribua sua atenção e viver ao mesmo tempo em dois mundos sociais muito distintos (SHAW, 1972; WIRTH, 1973; COULON, 1995).

Estas transformações que tem sido prática na organização e redistribuição populacional em zonas residenciais urbanas, tem se feito acompanhar por alteração de hábitos e nas formas de relacionamento entre os indivíduos, quer em nível familiar, quer em nível de vizinhança. A pesquisa apurou junto de algumas estruturas de bairros, que outrora, a população destes distritos era coesa e ligada por laços sociais estabelecidos por normas locais, em que o comportamento negativo demonstrado pelo membro da vizinhança era prontamente reprimido pela mesma comunidade, uma vez que o conhecimento dos membros era mútuo, mas na contemporaneidade as lideranças locais quase perderam a sua influência na regulação da conduta dos seus residentes, sobretudo dos jovens adolescentes (SUTHERLAND, 1948; SHAW, 1972). As mesmas são o resultado de interações precárias e são normalmente feitos sobretudo por detrás de interesses à vista. Esta distância moral prevalecente, caracterizada por impessoalidade nas relações sociais, torna a urbe um autêntico mosaico de pequenos mundos em que os indivíduos vivem ao mesmo tempo, mas em vários mundos diferentes (EUFRÁSIO, 2013).

Uma das razões de segregação residencial em diferentes áreas socioeconômicas é a renda familiar. Nesta situação, a competição, a invasão, a segregação e acomodação, desempenham um papel preponderante para a manutenção das distâncias sociais de modo a

estabelecer –se *status* e preservar autonomia do indivíduo numa relação social. Neste diapasão, uma área urbana é enxergada e compreendida sob o ponto de vista de adaptação, luta pela existência e sobrevivência de outros indivíduos neste meio ambiente, formado pela comunidade como um todo (EUFRÁSIO, 2013). Conforme Shaw (1972) e Carlos et al (2015), o meio urbano representa um meio expressivo de conflitos e afrontamentos pelas diversas formas de manifestação individual, mercê da erosão de laços sociais entre vizinhanças, consequência da influência de variadas culturas conflitantes no mesmo meio social. A vida citadina representa um modo de viver diferente do rural, nas suas avenidas encontra-se uma situação dual, sendo indivíduos de *status* socioeconômicos satisfatórios, dada a disposição de bens que ostentam e com rostos que ilustram uma impressão da sua real segurança. Por outro, encontramos indivíduos que escondem a falsidade, ficando claro que “o medo e a insegurança é o pão do cotidiano” (MORAIS, 1981).

As grandes cidades, representam locais de especialização de todos os cidadãos face a competição que caracteriza este meio, dado que o mercado de trabalho seleciona dentre os vários indivíduos, aqueles que melhor se apresentam qualificados. Outrossim, o consumo desmedido de bens excita a ambição que por sua vez leva a instalação de frustração, caso em que o indivíduo deseja adquirir um bem, mas não dispõe de meios legítimos para a sua aquisição, sendo que uns, conformam-se com a realidade (conformistas) ao passo que os outros não se conformam (inovador), pautando pelo comportamento desviante para a sua aquisição (MERTON, 1939; MORAIS, 1981). No meio urbano, a impessoalidade nas relações sociais, o medo e a insegurança, instalam-se porque o indivíduo carenciado de auxílio, não o encontra pelo fato de que a solidariedade mecânica que caracterizava o meio rural foi substancialmente substituída pelas ditas orgânicas e interesseiras. Trata-se de um meio social em que “ todos desconfiam de todos”, o que representa um desafio para o sistema de controle social a todos níveis (MORAIS, 1981, p.23), numa clara demonstração da famosa expressão “ Deus está para todos, mãos à obra”.

2.3 ASSIMETRIAS SOCIAIS E A CRIMINALIDADE URBANA

Na contemporaneidade, várias discussões desenrolam em torno da relação entre a criminalidade e as desigualdades socioeconômicas. Nestas abordagens, a pobreza por si só nunca deve ser vista como causa direta da criminalidade, mas sim, como algo que torna indivíduos propensos ao cometimento do crime. Esta discussão surge quando se constata que em zonas residenciais da classe popular, onde o nível socioeconômico é quase igual, o índice da criminalidade, mormente contra propriedade, tende a diminuir de forma drástica. Estas

condições socioeconômicas da classe popular, fazem com que os residentes se conformem com este meio social deplorável, para além de que os criminosos não encontram bens que os motivam (FELIX, 2002).

Nestas áreas residenciais economicamente deploráveis, a criminalidade contra pessoa tende a tomar contornos alarmantes, pelo fato dos seus habitantes, entenderem que uma das formas de auto-defender se de injustiças perpetradas pela classe dominante⁶⁵ é o uso da justiça privada em suas diversas formas. Tem-se como exemplos elucidativos, os linchamentos públicos, que sempre ocorrem em zonas pauperizadas. Esta violência criminal contra a vida, surge na sequência do sentimento de injustiça generalizado, ou seja, há uma percepção de que a justiça formal funciona de forma incompreensível para quem destina servir (SOUZA, 2015). Outrossim, Blau Blau (1982), defende que as desigualdades de renda relacionavam-se com a prática da criminalidade, dado que nestas áreas deploráveis economicamente, os indivíduos residentes, não dispõem de capacidades de autoproteção face aos crimes de roubos e pequenos furtos, daí que para eles, o uso da justiça privada é a forma mais ideal para desencorajar tais práticas, num momento em que a justiça formal caiu no total descrédito quanto a resolução de problemas de forma eficaz e eficiente. Ademais, conforme Jornal Domingos (2017), aventa-se que em Moçambique as desigualdades socioeconômicas provêm da má distribuição de recursos naturais que o país dispõe, o que na ótica popular gera tensões sociais entre classes abastadas e populares, consubstanciando deste modo na prática de condutas desviantes, dentre elas a criminalidade contra patrimônio.

As constatações de institucionalização popular de injustiça social, surgem da opinião popular coletada em trabalho de campo, segundo a qual dois indivíduos de classes sociais antagônicas em conflito judicial, logo a prior, para o da classe popular, surge o sentimento de ver o seu caso sanado a seu desfavor, pelo fato de que o da classe privilegiada sempre dispõe de capacidades financeiras para pagar o seu defensor oficioso ou advogado e este a todo gás e de forma incansável luta para que o seu constituinte ganhe razão. Por outro, a interação de indivíduos desiguais sob o ponto de vista socioeconômico, incita a prática de crime por parte dos desfavorecidos, pois, os que sentem a privação relativa encontram no uso da violência, uma alternativa de desabafo e reequilíbrio da sua sobrevivência (FELIX, 2002). Para o autor, o

⁶⁵ Neste sentido, a classe dominante, deve ser entendida como qualquer indivíduo com capacidades econômicas de pagar um advogado renomado para contrariar o verdadeiro sentido do ato praticado, ou em função do seu poder político, influência as instituições de administração da justiça a seu favor, independentemente de ser ou não culpado.

sentimento de privação relativa⁶⁶ é criado e acarinhado pela sociedade de consumo, produzindo deste modo ansiedade e frustrações internas em todas as classes sociais que se revejam nestas situações, ou seja, o crime tem sido consequência da privatização de meios de produção e das desigualdades sociais criadas neste ambiente social.

Para Young (2002), as formas de inclusão e exclusão representam um verdadeiro móbil da criminalidade, neste caso, o crime ocorreria como resultado de inclusão social e exclusão estrutural. Ademais, o autor salienta que o crime não resultaria da falta de cultura, mas da adesão de uma cultura de sucesso e individualismo, sendo que para ele “a privação material e a ausência de oportunidade, por si só não dá lugar ao crime, mas a privação no contexto da cultura do sonho americano, em que se apela a meritocracia aberta a todos” (p.125). Ainda conforme o autor, no processo de inclusão e exclusão, determinados grupos sociais são incentivados a fazer parte do sistema capitalista ou de sociedade de consumo, porém perante a impossibilidade de adentrarem neste processo de consumo, porque são excluídos e estigmatizados, e em resposta a esta exclusão, a subclasse excluída, através de criação de *gangues* e de subculturas criminais reagem através do crime (YOUNG, 2002, p.132).

Conforme a literatura brasileira, os crimes contra pessoas ocorrem entre pessoas aconchegadas ou com interações mais próximas antes da ação delituosa (FELIX, 2002). Paradoxalmente, nos crimes contra propriedade, constatou-se “não existência de relacionamento entre a vítima e o infrator” no momento anterior ao delito (FELIX, 2002, p. 44), sendo, no entanto, um ato longe de imaginar, dada a natureza econômica que motiva o potencial criminoso, ou seja, as motivações derivam das condições socioeconômicas da vítima em potencial.

No que tange a pobreza, dos estudos sociológicos feitos, não se encontrou uma relação direta entre a pobreza e a criminalidade. Para Davidoff (1989), a pobreza por si só não é a causa da criminalidade, mas os seus efeitos, aliados a outros fatores, vulnerabilizam os indivíduos a atuarem de maneira brutal, podendo cometer ações delitivas e outras formas de desvio social. Caso de alguém que deseja ter um bem, mas não possui poderes econômicos para a sua aquisição, desta aspiração frustrada pela falta de poder aquisitivo, pode induzir o indivíduo a pautar por comportamento desviante. Para ele, a relação entre a carência econômica e a criminalidade é tão complexa do que se pode logo enxergar, não se devendo fazer uma relação de causa e efeito.

⁶⁶ Sentimento que decorre da percepção de que alguém não dispõe de algo que por direito teria ao comparar com os outros grupos sociais semelhantes.

Na mesma vertente, para Lourenço et al. (1998), a pobreza, embora seja uma das maneiras visíveis de exclusão social manifestada pela desigualdade social, por si só não é a causa justificativa da criminalidade e de outros comportamentos desviantes, embora os seus efeitos contribuam para a erosão das instituições de controle social informal, responsáveis pela educação permanente dos indivíduos e pela coesão social. Michel Misse (2006) entende que todos os fantasmas com sinais de pobreza e de crime possuem os mesmos traços “a revolta”, não querendo com isso afirmar que a pobreza é a causa do delito, mas sim a revolta. Trata-se daquela revolta idêntica aquela que o delito produz em nós todos, sem descuidar a contribuição das alterações da violência advindas das recentes estruturas físicas e sociais das próprias cidades.

Este cuidado no estabelecimento de uma relação positiva entre a pobreza e a criminalidade, tem razão de ser, devido a complexos processos determinantes da criminalidade, sendo que muitos casos criminais são praticados por indivíduos da classe privilegiada “crimes de colarinho branco ou *white collar crime*”, com destaque para a corrupção, fuga ao fisco, tráfico de drogas e de influência (SUTHERLAND, 1948).

Estes crimes de colarinho branco “*white collar crimes*”, fazem parte de crime organizado, apesar da maioria deles serem crimes silenciosos, ou seja, sem violência física, mas trazendo consigo maiores prejuízos ou danos extraordinários para a sociedade do que um simples homicídio, por afetar e prejudicar uma sociedade inteira. Este silêncio na prática deste tipo legal de crime, deve se em parte pelo alto nível de educação dos seus praticantes que mais lhes confere um poder de racionalização das suas ações, prevendo as consequências que advém das mesmas práticas. No entanto, muitos destes crimes não apresentam vítimas à vista ou em pessoa, sendo assim, são de difícil descoberta, dado ao sofisticado e complexo processo engendrado de forma racional e com vantagens elevadíssimas, diferentemente dos praticados pela classe popular que se caracterizam pela sua violência, resultante do baixo nível de racionalização, escolarização e instrução social, sem “imunidades institucionais” que pudessem acobertá-los de possíveis descobertas e como resultado são presos e condenados imediatamente (FELIX, 2002).

Conforme Massena (1986 apud FELIX, 2002), o perfil das vítimas e transgressores, difere muito, tendo em consideração a tipologia criminal, pois, para casos de estupro, normalmente as suas vítimas são maioritariamente jovens em relação aos seus ofensores, ao passo que nos casos de assaltos às vítimas são na sua maioria mais velhas, ambos morando em áreas residenciais distintas. Essa maior idade das vítimas em relação aos seus agressores, em casos de assaltos, pode ser interpretado sob o ponto de vista econômico, dado que, normalmente

alguém com mais de 18 anos de idade, presume-se que já tenha bens de uso pessoal ou coletivo, prediletos para potenciais criminosos.

Ainda no mesmo diapasão, as aspirações e atitudes dos indivíduos mudam, tendo em consideração o seu *status* socioeconômico e cultural. É neste âmbito, que Felix (2002), frisa que os crimes contra o patrimônio são frequentemente cometidos em áreas residenciais nobres, pela existência de bens materiais, preferenciais dos criminosos, contrariamente as áreas pobres que registram maioritariamente crimes contra pessoa, não obstante o registro de pequenos furtos⁶⁷ e assaltos, praticados por indivíduos da mesma classe social.

Segundo Collins (1975), o conflito resulta das tensões e contradições sociais. Para Turner (1991), o conflito surge como consequência das desigualdades sociais e representa uma dinâmica central de todas as relações sociais. No entender do autor, esse conflito pode se manifestar sob diversas formas de desordem, desde greves, manifestações, crimes e outras formas de desvio social, mas sempre ligado a distribuição desigual de bens valorados pela sociedade, como dinheiro, saúde, prestígio, emprego e bens patrimoniais.

Outrossim, para Shaw (1972) & Felix (2002), a violência criminal resulta da urbanização crescente, que vezes sem conta traz consigo níveis elevados de desigualdades sociais, consideradas como motor chave de frustrações de indivíduos no meio urbano. Esta frustração de indivíduos surge em resultado de: falta de oportunidade de emprego para a maioria de jovens, independentemente de ter uma formação profissional, desestruturação familiar, desamparo social, impessoalidade presente em bairros residenciais, enfraquecimento das instituições de controle social informal, entre outros fatores ligados a marginalização ou exclusão de jovens em áreas socialmente preponderantes da sociedade na qual fazem parte integrante (RESMAIN; LALÁ, 2012). Neste meio de dificuldades econômicas advindas da privação relativa, alguns jovens vulneráveis ao desvio, optam em enveredar ao crime para satisfazer as suas aspirações “a cultura do sonho americano” (YOUNG, 2002).

2.4 CONTROLE SOCIAL DO CRIME NO MEIO URBANO

Uma das teorias que procuram esclarecer as motivações do comportamento legal, é a teoria de controle social, segundo a qual indaga por que é que nem todas as pessoas cometem crime, contrariamente as teorias criminológicas que procuram saber por quê “certas pessoas cometem crime e qual seria o perfil que os distinguia dos outros” (CERQUEIRA; LOBÃO,

⁶⁷ Para o presente trabalho, denominamos de pequenos furtos ou furtos simples, aquelas subtrações fraudulentas, cujo valor do prejuízo não excede a um salário mínimo moçambicano, cerca de 300 reais (Código Penal moçambicano).

2004; PHILIPPE, 2011, p.10). Essa teoria assume igualmente que qualquer indivíduo pode ser um potencial criminoso, sendo o seu envolvimento condicionado pela situação ou oportunidade (FREITAS, 2002). Para Young (2002), os indivíduos não escolhem seguir um comportamento desviante, mas sim são levados ao desvio. Muitas tipologias criminais resultam de “decisões situacionais” em que uma pessoa é motivada a agir por estar em face de uma certa oportunidade (GIDDENS, 2004). São casos ilustrativos no nosso cotidiano profissional, desvio de aplicação de recursos, ainda que de forma sutil, como desviar uma folha a quatro ou caneta de serviço para a satisfação de interesses pessoais ou de terceiros. Ademais, notamos com frequência o uso de meios ou bens públicos (carros, imóveis) para fins meramente pessoais, numa flagrante violação da lei de probidade pública nº 16/2012, de 14 de agosto, vigente no país.

Para Hirsch (1969), o crime é a consequência da falta de autocontrole que seria assimilado durante a socialização primária dos indivíduos. Conforme o autor, os delinquentes são indivíduos que revelam uma socialização familiar, religiosa e escolar inadequada. Para Wilson e Herrnstein (1985), a ocorrência do crime varia segundo a multiplicidade de fatores, dentre eles se destacam: idade, sexo, habilidades físicas, valor do bem em jogo, riscos, entre outros. No seu entendimento, a criminalidade é majoritariamente praticada por jovens de sexo masculino, residentes no meio urbano do que no meio rural.

Na mesma acepção, para Reckless (1961), as condições sociais deploráveis de bairros residenciais em que os indivíduos moram e interagem, vulnerabilizam-os ao cometimento de diversas tipologias delitivas, dentre as quais, furtos, assaltos e homicídios. Segundo o autor, para dar resposta a esta gama de comportamentos desviantes é crucial que se invista nos órgãos de controle social externo (socialização secundária) e interno (socialização primária), para facilitar que o indivíduo diga “não” quando houver várias oportunidades de entrar no mundo da delinquência. É neste contexto que se defende que uma sociedade seriamente regrada cria um indivíduo moral, por inculcar nele normas sociais que realimentam a moral, a coesão e organização social e esse indivíduo socializado neste meio regrado, perpetua esses valores de forma profícua para gerações vindouras, resultando no Bem-Estar e Segurança como corolário de uma sociedade íntegra e coesa (MORAES; BERLATTO, 2013).

No mesmo diapasão, para Pedro Bodê de Moraes e Joyce Kelly Pascarolo (2012), cabe ao Estado, atribuições de proteger os cidadãos mais carenciados, através de leis, provendo condições de acesso a bens e serviços, tais como educação, saúde e justiça social em um processo de *Bem-Estar Social*. Para os autores, numa sociedade do *Bem-Estar Social*, a própria sociedade é auto-suficiente para providenciar um autocontrole social robusto e profícuo, capaz de coibir qualquer desordem social, por ser uma sociedade coesa. No mesmo contexto, para

Young (2002, p. 21), no Estado do *Bem-Estar* social, a função do Estado é ressocializar e reintegrar socialmente os desviados, por meio de uma análise clínico- psicológica, fazendo terapia, aconselhamento, entre outras medidas de âmbito socialmente inclusivo.

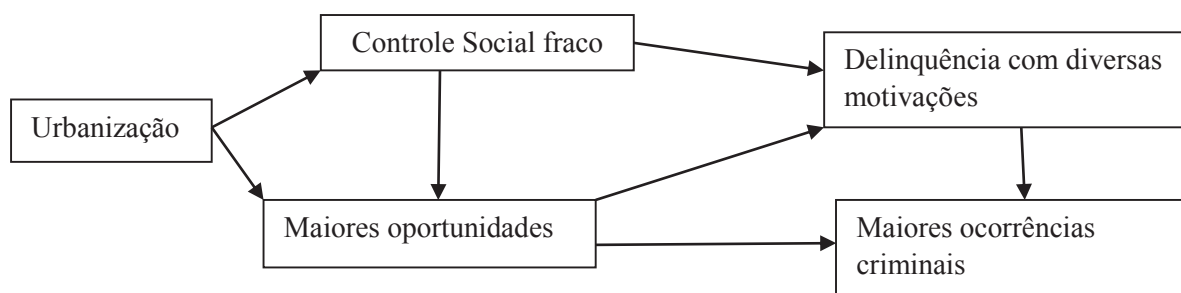
No contexto de manutenção da ordem social, o uso de autoridade e poder é visto de maneira insignificante ao perder consideravelmente a sua relevância diante de uma perspectiva sociopsicológica, pautada pela socialização do indivíduo, ou seja, nesta perspectiva, o controle social é exercido pela sociedade sobre indivíduos por meio da educação, cultura, arte e em última instância pela lei (GIAMBERARDINO, 2014). Este controle social é enxergado como “*motivação* social e não como *repressão*” e visa garantir a manutenção da ordem social (GIAMBERARDINO, 2014, p. 104).

Conforme Beato (2012), no meio urbano, o nível astronômico das assimetrias socioeconômicas, falta de políticas de inclusão social, vulnerabilidade da população excluída e o grau de socialização de indivíduos, fazem parte da perspectiva macrosociológica da criminalidade e da violência. Ademais, os fatores de natureza ambiental e situacional concorrem igualmente para o cometimento da criminalidade. Para Cornish e Clarke (2007), todo o comportamento criminoso é manifesto, olhando para os aspectos situacionais e ambientais, ou seja, antes de cometer o crime, o criminoso de forma racional faz análise da situação concreta e possibilidades ambientais de não ser preso ou morto pela polícia ou pela população em forma de linchamento público. Por exemplo, alguém que circula pelas ruas escuras com artigos de luxo, propicia a prática do crime, porque a situação e o ambiente são favoráveis para o criminoso praticar o crime com menos riscos e com maiores vantagens, pela fragilidade do controle social neste meio. Neste caso, o crime é resultado das facilidades proporcionadas pelo tempo e pelo espaço (BEAUREGARD; LECLERE, 2007).

Nos locais de estudo, devido ao grau elevado de empregabilidade e facilidades na realização de transações comerciais, tem atraído muitos indivíduos, quer das zonas rurais, quer de outros países, em busca de emprego nas pequenas firmas existentes, mas na vida prática, nem todos os imigrantes conseguem alcançar os seus intentos, devido a baixas qualificações profissionais. Ademais, não possuem condições mínimas para iniciar uma atividade comercial informal, nem que seja precário, sendo assim, vem se na necessidade de morar em zonas residenciais deploráveis em termos de condições sociais básicas, pelo baixo preço aquisitivo de moradias ou terrenos, sem nenhuma segurança, segregando-se de indivíduos empossados (ESTEVES, 1997). Neste contexto de crescimento urbano, aliado a vida miserável neste meio social, os sistemas informais de controle social, tornam-se cada vez mais fracos e ineficazes para orientar a conduta dos indivíduos, favorecendo desta feita anonimização das relações

interpessoais e conseqüente falta de solidariedade mecânica a favor da solidariedade orgânica, típica das sociedades capitalistas. É deste enfraquecimento dos órgãos de controle social informal que diversos comportamentos antissociais emergem, dentre eles a violência criminal.

ESQUEMA - 4-RELAÇÃO ENTRE A URBANIZAÇÃO ACELERADA E O CONTROLE DA CRIMINALIDADE.



Fonte: Wikstrom (1990 apud ESTEVES, 1997, p. 24)

No meio urbano, o controle social tem se tornado fraco pela sobreposição de diversas culturas conflitantes, criando maiores oportunidades para a prática da delinquência em geral e da criminalidade em particular. O pressuposto de um comportamento delinquente é a existência de desigualdades em níveis sociais, econômicos e políticos, advindas da urbanização, que pelo seu caráter, propencionalizam os indivíduos ao desvio, na medida em que num mundo desigual, faz-se vincar que a lei simplesmente se destina a salvaguardar os interesses da classe privilegiada em detrimento da classe popular, e essa, em reivindicação a esta exclusão social, pode optar por enveredar por condutas criminais, são casos elucidativos da impunidade recorrente na classe abastada, em detrimento da popular. No entanto, a existência de bens valorados pela classe popular faz com que uma parte dela tenha aspirações de tê-los, mas por falta de meios legais, parte para meios ilegais. Para minimizar os conflitos sociais existentes entre classes sociais em determinado meio social, é premente que se opte pelo controle social inclusivo, visando orientar de forma positiva a conduta dos indivíduos vulneráveis ao crime durante o processo interativo. É neste contexto, que o fenômeno criminal deve ser analisado e interpretado sob o ponto de vista de controle social informal e formal, embora haja maneiras distintas de interpretar teoricamente o fenômeno (FELIX, 2002).

Ademais, a criminalidade e a exclusão social têm sido entendidas como variáveis interdependentes, dado que o fenômeno criminal, ocorre na sua maioria onde os indivíduos são socialmente excluídos da sua participação em atividades societárias preponderantes e é nestas zonas excluídas socialmente onde as instituições de controle social informal funcionam de forma absurda, devido a desorganização social (SHAW, 1972). Conforme Giddens (2003), esta exclusão social pode se manifestar de diferentes formas, dentre elas, a falta de oportunidades de emprego a determinadas classes sociais, falta de condições sociais básicas, como;

saneamento do meio, educação de qualidade, a própria pobreza, entre outras formas, que direta ou indiretamente impossibilita a socialização primária dos indivíduos.

Por outras palavras, nas áreas residenciais urbanas socialmente excluídas, apresentam suas instituições de controle social informal (família, escola, igrejas) que não mais se revejam com esta nobre missão socializadora, devido a erosão de laços sociais, e na quência desta falta de controle social informal, a responsabilidade pelo controle social passa imediatamente a ser feita a nível formal, neste caso pela polícia, tribunais, entre outras instituições formais, através de medidas punitivas, o que faz persistir o problema.

Uma das formas mais eficazes de controle social em sociedades contemporâneas é a chamada prevenção situacional do crime, que segundo Clarke (1980), para a sua efetivação é preponderante que se tenha em consideração dois aspectos básicos:

- a) Minimização das possibilidades de se praticar o delito, através de vários dispositivos de segurança, tais como: montagem de câmara de segurança, vedação do quintal por muro, cerca elétrica e gradeamento de residências.
- b) Aumento dos riscos de se cometer o crime, que pode consistir em: alocação de agentes de segurança privada, evitar sair de casa em períodos de risco, evitar circular em locais considerados de risco, aumentar a vigilância policial e a coesão entre vizinhança.

Neste contexto, para a prática de um determinado delito contra propriedade, o criminoso motivado leva em consideração alguns aspectos indispensáveis que são: o significado econômico do bem em jogo; sua inércia ou facilidade do seu transporte; o grau de sua disponibilidade ou acessibilidade, o tipo de acesso de ruas e o volume do bem (os bens que facilmente se escondem nos bolsos de roupa, bolsas e mochilas são mais atraentes aos criminosos do que os bens mais volumosos e pesados).

Para Freitas (2002), a prevenção situacional do delito, ocorre, condicionada pela: diminuição de oportunidades de cometimento de crimes num determinado espaço territorial, aumentando os custos para que o potencial delinquente desista da sua intenção criminosa. Esta estratégia inibidora de práticas criminosas pode ser concretizada através de ações de controle social formal e informal da criminalidade.

No âmbito do controle social, Felix (2002, p. 129), salienta que;

[...], o medo tanto pode inibir ações cooperativas contra o crime quando encorajar estratégias individualistas em nível residencial. A utilização de animais em residências, o *design* de certas construções (grade de proteção, muros altos, vitrões pequenos e altos, criação de guardas particulares, a manutenção de luzes acesas no interior das casas, o surgimento de bairros fechados, são relacionados com o medo do crime.

No mesmo diapasão, para Morais(1981) & Caldeira (2000), as residências no meio citadino encontram-se fortemente fortificadas por meio de dispositivos modernos de segurança, desde a vedação por muros altos, cerca elétrica, gradeamento de portas, janelas e uso de cães de guarda, fora de montagem de câmeras de segurança, vigiando vinte quatro sobre vinte e quatro horas, para além da contratação de agentes de segurança privada altamente treinados, por parte da classe média e alta, numa situação de enclave urbano. Ademais, os moradores de zonas urbanas durante o seu trânsito pelas ruas da cidade, ficam sempre em prontidão defensiva para fazer face a qualquer abordagem perigosa, consistindo em fechamentos de vidros de carro, mormente em tempos de congestionamento em todos os locais por onde passam, podendo ser em semáforos ou em aglomerados populacionais em que o indivíduo se encontra circulando de carro ouapé (MORAIS, 1981).

Conforme estudos feitos em São Paulo, o uso de muros de vedação e outras estratégias de proteção, resultado de práticas crescentes do crime violento, tem imposto divisões e distâncias sociais, difundindo regras de evitação e exclusão, numa total privatização da segurança e mudança da concepção do público (CALDEIRA, 2002). Para Garland (2008), na atualidade observa-se de forma corriqueira a partilha de responsabilidade de controle do crime entre o Estado e o setor privado, sob diversas formas, tais como: legitimação da proliferação de indústrias de segurança privada, criação de Conselhos Comunitários de Segurança e a própria prevenção situacional do delito.

Em algumas comunidades destas autarquias, na impossibilidade de alocação de um agente da Polícia, dependendo da coesão comunitária, a própria população, tem-se sensibilizado em torno de criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), que na sua maioria são jovens de sexo masculino, selecionados localmente, mediante a sua reputável conduta para vigiar a zona, quer de dia, quer de noite, com uma remuneração insignificante, resultante da contribuição da comunidade local. Este uso de membros do Conselho Comunitário de Segurança para fazer face à criminalidade, tem sido interpretado como resultado da incapacidade do próprio Estado em implementar políticas públicas de segurança capazes de fazer uma cobertura abrangente em policiamento ostensivo ou na sua representatividade em todas as áreas residenciais propensas ao cometimento do crime. Ademais, durante entrevistas meramente exploratórias, um dos entrevistados que designamos pelo nome fictício de Camboja, disse;

A polícia é uma lástima, durante a noite, os agentes policiais se limitam a patrulhar em lugares iluminados e pavimentados, deixando os moradores da periferia à sua sorte, daí que para desencorajar a prática de crimes, em vez de

levamos o criminoso à polícia, batemos, dependendo do crime, até queimamos, caso de homicídio e violação de mulheres, porque a polícia sempre solta (CAMBOJA, 02 fev. 2018).

Deste relato, logo percebe-se que o linchamento é uma forma de controle social informal que a população considera melhor e mais eficaz para desencorajar as práticas criminais a nível comunitário, por entender que a polícia funciona de forma incompreensível e ineficaz para pôr termo as desordens nas suas comunidades, aliás, vezes sem conta a própria Polícia, tem sido confundida e acusada de conivente em atos criminais com autores desconhecidos. Para inverter o cenário, conforme Felix (2002), a contenção de qualquer conduta delinquente está condicionada a investigação de suas causas, tendo em conta os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos em seus variados níveis de manifestação. Para Becker (1977), é crucial incidir na potencialização das instituições de controle social informal para reduzir a delinquência, em especial a violência criminal, dado que nas comunidades rurais onde os indivíduos ligam-se por fortes vínculos sociais, através de partilha de ideais, crenças e valores, identificam o problema do outro como coletivo e na sequência desta solidariedade, a prática da criminalidade é muito reduzida.

Conforme Cerqueira e Lobão (2004), a prática reiterada da criminalidade num determinado lugar, representaria para o delinquente, uma possibilidade maior de não ficar preso, sendo assim, o autor sugere estratégias ou técnicas mais hegemônicas e consentâneas no âmbito da implementação de políticas públicas de segurança, por forma a representar um custo maior ao criminoso motivado, de modo que este abandone sua pretensão.

Para Giddens (2004), a oportunidade ou exposição de bens materiais é diretamente proporcional a prática de crime na contemporaneidade, porque com o consumismo desigual crescente nessas sociedades, alguns indivíduos dispõem de bens patrimoniais, todos eles prediletos dos criminosos motivados. Adiciona-se ao fato de que muitas mulheres nestas sociedades encontram-se empregadas em diversas áreas de atividades longe de casa, deixando-as desprotegidas e os criminosos motivados, escolhem dentre os vários alvos aqueles mais rentáveis e com menores custos (CERQUEIRA; LOBÃO, 2002). No âmbito das discussões da oportunidade ou situação como base para a prática de crime, abaixo resumimos as principais teorias ligadas a de controle social.

QUADRO-1. PRINCÍPIAIS TEORIAS LIGADAS A DE CONTROLE SOCIAL.

Teorias	Fundamentos
Teoria da prevenção situacional do crime de Clark (1980)	-Defende que o delito pode ser prevenido aumentando o custo da sua prática, pelo aumento de riscos para o delinquente

Teoria da atividade rotineira de Felson e Clarke (1998) e Coher e Felson (1979).	-Para a ocorrência de delito, defende a existência coincidente no tempo e no espaço de três elementos : vítima em potencial, ofensor motivado e ausência de guardião.
Teoria das janelas quebradas de Wilson e Kelling (1982)	-Defende que para se evitar crimes de dimensão maior, deve se controlar e reprimir pequenas contravenções, ou seja, a falta de conserto de uma janela quebrada, pode levar a quebra de outras, porque o delinquente fica com a sensação de que o meio esta descontrolado.
Teoria utilitarista de Becker (1968) e Cornish (1985).	-Crime é a consequência de uma decisão racional, ou seja, o criminoso faz cálculo entre custos e benefícios ao decidir cometer um delito.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Santos (2016).

2.5 UTILITARIZAÇÃO CRIMINOSA E O ESTILO DE VIDA DA VÍTIMA NO MEIO URBANO

Na vida cotidiana, vários fenômenos criminais ocorrem, sendo que uma parte destes eventos acontece dentro do planejamento humano, com a finalidade de maximizar as vantagens, ou seja, nestas ocorrências, toda ação dos indivíduos visa dentre outros objetivos, obter a mais valia nas suas diversas formas de ação social racionalizada (WEBER, 2002; MARX, 2013).

Normalmente a prática de delitos contra propriedade tem sido consequência de eficiente racionalização entre custos e benefícios, ou seja, o agente do crime, antes do seu envolvimento na prática criminosa, realiza várias operações, aferindo vantagens e riscos esperados inerentes a sua integridade física, decidindo logo que os riscos eminentes forem menores que as vantagens esperadas, por se tratar de um jogo de custo-benefício, ou seja, a decisão que o criminoso toma para praticar o delito ou não, decorreria da necessidade de maximização de vantagens esperadas (BECKER, 1968). Para Hirschi (1969), os indivíduos são seres de natureza egoísta que pautam por deliberações totalmente calculadas antes de se envolver na prática criminosa, balanceando entre custos e vantagens advindos desta ação. Para o autor, os delinquentes na sua maioria são indivíduos com o nível de autocontrole deficitário, consequência de uma socialização primária deficiente. Esta decisão racional do criminoso é feita tendo em conta a grande chance que tem em alcançar os seus objetivos, sem que seja preso ou morto, daí que dentre vários alvos existentes, os criminosos escolhem os que melhores apresentam baixo custo de operacionalização, mas com elevados benefícios (SCOTT, 2000). A prática reiterada do delito numa comunidade para o criminoso representa a sensação de maiores chances de não ficar preso ou descoberto (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004). Neste contexto, o delinquente engajado, antes de tomar a sua decisão de se envolver em atos criminais, de forma racional realiza cálculos de custos e benefícios desta ação (CARVALHO, 2005).

Para Clarke e Felson (1997), o crime é uma conduta planejada para dar resposta as necessidades do criminoso, através de uma decisão racional, tomada em um determinado espaço físico e temporal. Para Verma (2007), o criminoso decide praticar um determinado ato delitivo sabendo de riscos iminentes e daí faz balanceamento entre as vantagens e custos da sua operacionalização, sempre com o foco orientado para o seu benefício. É neste diapasão que Sykey e Matza (2018), realçam que o criminoso antes da sua ação criminosa sempre esteve convicto da ilegalidade da sua conduta, daí que, em caso de ser flagrado cometendo o ato delituoso, apresenta de imediato diversas técnicas de neutralização da culpa. Esta técnica de neutralização da culpa, visa, entre outras finalidades, tornar o ato praticado como normal e legítimo.

Estudos posteriores rebateram sobre análises feitas por Becker, baseando se em dois vetores de variáveis que condicionam a ação criminosa, sendo os primeiros positivos que induziriam os indivíduos a enveredarem pelas práticas legalmente estatuídas. Por outro, tem se negativos ou impeditivos, consistindo por exemplo na aplicação fiel da lei e patrulhamento policial ostensivo (LEUNG, 1995; CERQUEIRA; LOBÃO, 2004). Ademais, o tempo que o delinquente dispõe para praticar um ato delitivo, para além de depender do custo e vantagens da sua atividade, igualmente depende da classe social na qual pertence (ZHANG, 1997).

Na vida urbana, conforme Shaw (1972), as interações são impessoais e racionalizadas, condicionadas por interesses abruptos e de pouca duração, trata-se por exemplo da relação entre passageiro e cobrador de ônibus ou entre vendedor e comprador. Para Turner (1990), essa racionalização egoísta consiste em ações calculadas com intuito de se obter o maior proveito possível, ou seja, balanceia os riscos e os ganhos em qualquer ação humana e havendo mais riscos que ganhos, o ser humano prefere prescindir se da ação, procurando outras ações com mais ganhos do que riscos iminentes (HIRSCH, 1969; CERQUEIRA e LOBÃO, 2002). Os indivíduos sempre calculam custos de várias alternativas para depois escolher as que mais maximizam os seus benefícios, reduzindo custos (COLEMAN, 1991).

No meio urbano como é obvio, muitos indivíduos apresentam diversas aspirações culturalmente prescritas, como a de ter um carro, uma moradia própria, no momento em que a sociedade simplesmente estabelece metas que são inacessíveis, olhando para os meios legais disponíveis, sendo assim, os mais vulneráveis ao desvio para chegarem a tais metas ou aspirações, recorrem a meios ilegais, na sua maioria violentos (MERTON, 1968). Para Cerqueira e Lobão (2004), a impossibilidade que os indivíduos tem em alcançar as suas aspirações, ocorre devido a três fatores, nomeadamente: (i) diferenças de aspirações individuais; (ii) oportunidades bloqueadas e (iii) privação relativa.

Ademais, no ambiente urbano, pela heterogeneidade cultural da sua população, o sistema de valores e regras sociais tornam-se cada vez mais desintegrados, vivendo-se um autêntico estado de anomia social (MERTON, 1968; DURKHEIM, 2004). Para Durkheim, anomia é entendida como uma situação social que emerge do enfraquecimento dos vínculos sociais e incapacidade da sociedade regular a conduta de indivíduos, por conta da falta de normas ou sua eficácia. Ela é resultado da divisão do trabalho social nas ditas solidariedades orgânicas, onde os valores são simplesmente partilhados em função do trabalho especializado em execução, num claro enfraquecimento da consciência coletiva. Para o autor, o crime é compreendido tendo em conta as estruturas sociais, sendo este, um fenômeno de natureza social e cultural, um ato normal e inevitável em todas as sociedades, desde que não ultrapasse um determinado nível social, pois, dentro dos limites é importante, porque reforça a coesão social.

Para Merton (1968), a anomia surge como incongruência entre a estrutura cultural (objetivos) e a estrutura social (meios legais) para a sua concretização, neste contexto, o indivíduo para alcançar as suas aspirações econômicas leva a cabo uma conduta a qualquer custo. Esta disparidade entre a estrutura cultural⁶⁸ e estrutura social⁶⁹ condiciona o surgimento de condutas desviantes, dentre elas, a criminalidade. Para Dahrendorf (1987), anomia é vista como uma ruptura na estrutura cultural (sonho americano) e ocorre quando existir uma acentuada disparidade entre as normas e objetivos legais.

QUADRO 2– TIPOS DE ADAPTAÇÃO DE INDIVÍDUOS CONFORME MERTON

Tipos de adaptação	Fins	Meios legítimos
Inovação	Interioriza	Impugna
Conformista	Interioriza	Interioriza
Ritualista ⁷⁰	Impugna	Interioriza
Evasão ⁷¹	Impugna	Impugna
Rebelião	Impugna, substituindo por outros valores	impugna e substituindo por outros valores

Fonte: Elaboração própria a partir da teoria de Merton (1968).

⁶⁸ Conjunto de crenças, objetivos, valores culturais e normas que regem condutas dos indivíduos de uma certa comunidade. Trata-se de valores culturais de uma certa comunidade como: o sucesso econômico e ascensão social (MERTON, 1968).

⁶⁹ Relações sociais na qual os indivíduos de uma certa sociedade sentem-se inseridos de formas diversificadas no que concerne às oportunidades reais que facilitam a orientação dos indivíduos com vista ao alcance dos fins culturalmente respeitados na sociedade de maneira legal (MERTON, 1968).

⁷⁰ O agente renuncia aos objetivos por se achar incapaz, mas respeita quem consegue.

⁷¹ O agente abre mão dos objetivos e dos meios, vivendo à margem da sociedade.

Em muitas sociedades contemporâneas, tal como nos municípios em estudo, para a ocorrência de crimes, os indivíduos propensos ou com uma predisposição ao desvio, interiorizam fins, mas ignorando meios, numa clara evidência de uma inovação (MERTON, 1968). Perante os meios legais indisponíveis para lograrem as suas aspirações (ética do sucesso), os indivíduos formam uma subcultura delinquente, recorrendo a alternativas ilegítimas para o efeito (CLOWARD; COHLIN, 1960). Para Cohen (1963), os jovens da classe abastada apresentam uma socialização orientada em valores, responsabilidade e trabalho que potencializam a sua ascensão social a médio e longo prazos ao passo que os da classe popular, normalmente são socializados a pautarem pela crença na sorte, no destino e na procura de gratificações de maneira imediata. Ademais, o autor salienta que as desistências escolares representam uma reprodução das desigualdades sociais entre as classes, com as consequências negativas para os da classe popular, porque não enxergam a escola como continuidade dos seus valores e normas ensinados pela família, mas sim enxerga-a como uma cultura estranha e de difícil adaptação.

Outrossim, constatamos nestas autarquias que nos últimos anos, as novas modalidades de consumo e valores, mudaram consubstancialmente a conduta econômica e consequentemente alterou-se o modo de ser e de estar dos indivíduos, onde a solidariedade mecânica foi sendo substituída por orgânica, típica das sociedades capitalistas (DURKHEIM, 1992), resultando no total desrespeito do próximo e das lideranças locais (COULON, 1995).

Conforme Moraes (1981), o sentimento de impotência econômica produz ansiedade e o medo, e quanto mais o indivíduo se torna economicamente impotente, maior será a tonalidade da sua violência. O autor deixa claro que embora os bairros residenciais populares registram mais casos da violência criminal, não significa com isso que os pobres são naturalmente violentos, mas sim, o grau de injustiça social e econômica a que são sujeitos, vulnerabiliza-os a enveredarem pelos atos violentos, representando uma alternativa por si encontrada de autodefesa face a essas injustiças, ou seja, para se livrar deste sentimento de injustiça no meio de tantas dificuldades sociais. Casos exemplificativos desta violência são encontrados nos linchamentos públicos que sempre tiveram seu rosto visível em áreas periféricas pobres (MORAIS, 1981; MARTINS, 2015). Para Moraes, a violência é característica dos fracos, pois, os poderosos apresentam um comportamento calmo, embora mais pernicioso que o violento.

Nas áreas metropolitanas, os esforços empreendidos pelos criminosos para dedicarem ao crime, mormente aos que recorrem ao uso de armas de fogo, são tão idênticos aos que são dispendidos em atividades legalmente estatuídas, com uma hierarquia estabelecida, um rigor cumprimento e controle das normas entre os seus integrantes no tocante ao sigilo, habilidades

físicas, a tenacidade e obediência hierárquica, com vista a lograr seus intentos de forma racionalizada, com maximização de lucro e menos custos, pois, sempre estão cientes de riscos que podem advir das entidades de controle social informal ou formal do crime (GOTTFREDSON; HIRSCH, 1990).

Os defensores da teoria⁷² da escolha racional do criminoso, defendem que a conduta criminosa encontra-se associada a variáveis de natureza situacional e ambiental, variáveis essas, que condicionam a prática do crime, pois, o criminoso, após conhecer as condições situacionais e do meio ambiente, determina o tipo de instrumentos e estratégias a dotar. Esta teoria, visa perceber a criminalidade, olhando para as diversas características situacionais e ambientais que condicionam a prática do crime pelo criminoso motivado (BECKER, 1960; COHEN e FELSON, 1979; CLARK, 1980; CORNISH, 1985).

Uma das variáveis que condicionam a racionalidade criminosa é o estilo de vida da vítima, pois, toda a prática racional do criminoso liga-se à rotina das vítimas, ou seja, os custos de praticar o crime são condicionados pelo estilo de vida da vítima. Quanto mais for o custo de praticar o crime, significa menor vulnerabilidade da vítima e isso representa sua maior precaução (FELSON, 1993). É neste contexto que Cohen e Felson (2006), analisaram a relação entre três variáveis condicionantes do crime, nomeadamente: (i) criminoso motivado; (ii) disposição do bem e (iii) falta de guardião⁷³, que não é necessariamente a polícia, mas sim envolve todos atores sociais, desde a vítima, vizinhança, polícia e todo aparato do sistema de justiça criminal. Todos estes condicionantes são determinados pelo estilo de vida da vítima em potencial. Neste caso, quanto maior o custo for para praticar o crime, menor é a sua prática pelo delinquente motivado.

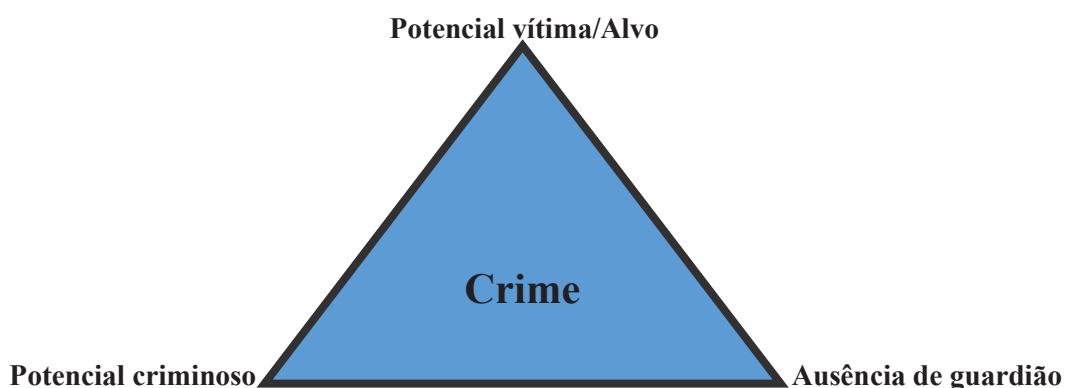
Para Felson e Clarke (1997), o comportamento criminoso para além de ser influenciado por fatores individuais também é influenciado por fatores de natureza ambiental. A teoria de prevenção situacional parte do princípio de que a oportunidade é fundamental para o cometimento de qualquer delito e sem ela o crime não ocorre. Neste caso, essa oportunidade é mensurada conforme algumas abordagens, embora diferentes, mas interdependentes, dado que ambas consideram a oportunidade oferecida como fator decisivo para que o ato criminoso ocorra. Tratam-se das seguintes abordagens: a) abordagem da escolha racional, segundo a qual, qualquer potencial criminoso realiza cálculos entre riscos e vantagens de se envolver num

⁷² Fazem parte das teorias econômicas, a teoria de escolha racional, teoria de anomia e a teoria do estilo de vida, ao passo que nas teorias de interação social, fazem parte a teoria de autocontrole e controle, do aprendizado social e da desorganização social.

⁷³ Para Clarke e Felson (1993), este guardião não deve ser necessariamente a polícia, mas sim envolve todos atores sociais, desde a vítima, vizinhança, polícia e o aparato do sistema de justiça criminal.

determinado ato criminoso antes da sua decisão, e deste cálculo se concluir que os custos operacionais são elevados do que as vantagens esperadas, opta em desistir, procurando alvos rentáveis e com menos custos operacionais; b) abordagens de atividades rotineiras, segundo a qual o crime é o resultado da convergência no tempo e no espaço de três elementos cruciais, a saber: potencial criminoso, ausência de guardião (não necessariamente a polícia, mas qualquer indivíduo que possa coibir a prática do delito) e pontencial vítima ou alvo (COHEN; FELSON, 2006), como a seguir se ilustra na figura.

FIGURA-8: TRIÂNGULO DO CRIME



Fonte: elaborado pelo autor a partir do modelo de Felson e Clarke (1997).

É neste contexto, que a teoria do estilo de vida procura entender como a rotina ou hábitos de vida de um indivíduo e situação por ele criada condiciona a probabilidade de ser vítima de crime (BEATO et al, 2004). A maior exposição da vítima à meios públicos susceptíveis a atos criminais, como circulação em determinadas áreas consideradas de risco, transporte de bens de valor (telefones celulares, colares, bolsas) em alguns lugares de risco, são entre outros fatores que concorrem para a vitimização criminal, ou seja, o estilo de vida de um indivíduo determina o grau de intensidade de ser vítima. Essa teoria defende que os que se encontram em casa são menos vitimados do que os que se encontram interagindo em meio público, da mesma forma, os que circulam de ônibus são mais vitimados em relação aos que circulam em carros próprios, devido a fraca vulnerabilidade da vítima, pela sua reduzida exposição a meios delinquentes (Idem).

Ademais, o tipo de delito é crucial para se aferir a interferência que cada fator de risco (interação entre vítima e agressor, nível de proteção e oportunidade oferecida) representa para a ocorrência de crime, dado que a influência de um fator varia conforme o tipo legal de crime (BEATO, 2004), ou seja, crimes contra pessoa, muitas vezes depende da interação mútua entre a vítima e o agressor no memento anterior a sua prática do que os contra patrimônio que muito mais dependem da rotina da vítima e da oportunidade por ela oferecida.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente tese insere-se no contexto da sociologia da violência e crime e o seu tema tem constituído na contemporaneidade um dos problemas sociais mais debatidos por diversos atores sociais em vários órgãos de comunicação de massa, quer seja, televisão, rádio, imprensa escrita, inclusive em grupos de amigos, procurando formas profiláticas para que ninguém seja mais a próxima vítima dos meliantes. Neste trabalho, impõe-se ao autor da pesquisa um desafio centrado na análise desta violência criminal por meio de métodos cientificamente viáveis e aconselháveis em ciências sociais, de modo a se aferir as suas reais motivações por cada tipo de delito praticado, claro, a aqueles que mais provocam o sentimento generalizado de medo e insegurança públicas nos municípios em pesquisa, sendo assim, como recomenda a ciência, recorreu-se aos métodos científicos apropriados em ciências sociais, ou seja, propusemo-nos a apresentar de forma detalhada os caminhos percorridos para a efetivação do presente trabalho científico, desde as várias técnicas e métodos de coleta de dados, seleção do grupo amostral e análise do material coletado em trabalho de campo, dentro do contexto da triangulação de dados.

Para Sampieri et al. (2013), a triangulação de fontes é o uso de várias fontes e métodos de coleta de dados dentro das possibilidades disponíveis. Por outro, a triangulação de dados é entendida como sendo a combinação de dados provenientes de diversas fontes informacionais, sendo de relevo a sua aplicação para análise científica da criminalidade, devido à sua complexidade que exige o uso da interdisciplinaridade e de uma metodologia integrada, com intuito de convergir, complementar ou divergir resultados obtidos em diferentes fontes (PATTON, 1990; DAVIDSON, 2005; FLICK, 2009; STAKE, 2011; YIN, 2016).

A obtenção de qualquer conhecimento científico requer o seguimento escrupuloso de um ou vários métodos científicos, dependendo da área do conhecimento. O processo sistemático do conhecimento, ou seja, “ao conjunto de conjecturas logicamente correlacionadas em relação ao comportamento de alguns fenômenos que se pretende estudar ou pesquisar cientificamente, denomina-se de ciência” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 80). No entender das autoras, o único fim da pesquisa científica é a obtenção da veracidade dos fatos, através da comprovação ou rejeição de proposições/ hipóteses que constituem elo de ligação entre a observação da realidade e a teoria científica que explica essa realidade. Sendo assim, para o alcance de um conhecimento científico válido e com verossimilhança, é crucial que os processos a adotar sejam sistemáticos e racionais, com maior consistência, segurança e economia. Neste processo, é pertinente fazer o uso de método, que é um conjunto sistemático e racional de atividades,

desenvolvidas com segurança eficaz e econômica, visando alcançar um determinado fim traçado com validade e verossimilhança, auxiliando assim, as nobres decisões do cientista ou pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Neste capítulo, apresentamos de forma inequívoca os procedimentos levados a cabo para a prossecução desta pesquisa, começando pela descrição da população-alvo, o grupo amostral, instrumentos e técnicas de coleta de dados usados e por fim métodos de análise dos mesmos.

Quanto aos objetivos, ela é descritiva e consistiu na descrição de homicídios e assaltos a mão armada, procurando fazer uma interpretação possível para melhor entender o por quê da sua ocorrência reiterada naqueles locais. Igualmente consistiu em analisar e descrever as características das áreas onde esta violência criminal ocorre, através da observação direta, levantamento de opiniões, atitudes e crenças da população local sobre o fenômeno em pesquisa, para em seguida analisá-lo e compreendê-lo, afim de estabelecer relações entre o processo organizacional destes espaços municipais durante a sua expansão e a prática desta violência criminal (LAKATOS, MARCONI, 2001; GIL, 2002; SAMPIERI et. al., 2013; LIRA, 2014). As suas ilações serão generalizadas a outras áreas residenciais com as mesmas características geográficas e organizacionais (LAKATOS, MARCONI, 2001). Para Gil (2002), a pesquisa descritiva é amplamente usada em muitas áreas do saber, dentre elas, para estudar as condições de habitação da população num determinado lugar e o índice da criminalidade que aí ocorre. Para o autor, esta pesquisa é muito importante, porque permite a escolha de um marco teórico que melhor analisa o fenômeno em pesquisa.

Esta pesquisa foi realizada, tendo como base a abordagem qualitativa, embora coadjuvada com a quantitativa. No entender de Lira (2014, p. 26), “abordagem qualitativa é sempre descritiva”, pelo fato de seus dados carecerem de uma interpretação do que quantificação. Neste processo interpretativo, deu-se primazia a atribuição de significados aos dados referentes a criminalidade, ora obtidos em trabalho de campo, sustentando-se em autores que com elevada mestria, abordaram com a devida profundidade o assunto. Neste estudo da criminalidade em Moçambique, fez-se enfoque comparativo com outros países da África, nomeadamente Argélia e África do Sul, em virtude de terem mesmas características socioespaciais e de referência em estudos da criminalidade africana e também fez-se menção aos estudos criminais realizados na América Latina, América do norte e Canadá.

Antes do início do trabalho de campo, o pesquisador solicitou por meio documental a autorização dos responsáveis pelas instituições aonde pretendia-se fazer a coleta de dados, neste caso, ao vendedor de jornais de maior circulação no país, ao Comandante Provincial da

Polícia, Comandantes das delegacias das áreas em estudo, Procuradora provincial e distritais, ao Juiz chefe do tribunal provincial e distritais, e ao diretor da penitenciária provincial. Deste pedido de autorização, a Procuradora provincial mostrou-se indisponível em autorizar a entrevista dos procuradores distritais, alegadamente por estar a preservar o que ela chamou de “segredo da justiça”, sendo que ela iria autorizar mediante a anuência da Procuradora Geral da República, neste caso, o pesquisador devia remeter seu pedido à Procuradoria Geral da República. O pesquisador por entender que era um mero impedimento à sua pesquisa, optou pelo uso da sua amizade pessoal e profissional com os magistrados distritais (ministério público), nos quais a entrevista incidiria, tendo-os entrevistado sem sobressalto, mas com atribuição de nomes fictícios. As outras instituições foram eticamente receptivas, tendo fornecido um lugar aconchegado e sem ruído para se fazer entrevista. Para os presos, devido à sua periculosidade imprevisível, cada um fez-se a sala preparada para a entrevista algemado e deixado somente com o entrevistador para melhor responder tudo o que entende sobre as questões colocadas pelo pesquisador, sem nenhum receio de represália. O guarda penitenciário fortemente armado encontrava-se do lado de fora da sala, há uma distância de cerca de 10 metros, sem nenhuma possibilidade de escutar nada da entrevista. Estas e outras dificuldades encontradas durante o trabalho de campo, fez com que substituíssemos os verdadeiros nomes dos entrevistados por nomes fictícios e nas suas falas aparecem as suas funções sem o local onde as exercem, como forma de preservá-los de possíveis represálias na sequência do conteúdo de seus dizeres.

Como se disse, o ponto de partida para a presente pesquisa foi a consulta documental, que consistiu na análise de relatórios policiais com estatísticas criminais e jornais de maior circulação no país, abordando matérias relacionadas com a criminalidade a nível nacional, de forma geral e em particular aos municípios de Manica, Gondola e Chimoio. A baixo a descrição dos municípios visitados.

Município de Chimoio, constitui a capital da província de Manica, tendo passado administrativamente para município em 1997, com um prefeito local eleito a partir 1998, constituindo também um distrito, parcela local do governo central, dirigido por um administrador, nomeado no âmbito político. Neste Município funcionam quatro Esquadras (delegacia no Brasil), nomeadamente: a 1ª, 2ª, 3ª e a 4ª, respectivamente. Esta numeração indicava a ordem de importância, olhando para o nível de desenvolvimento socioeconómico prevalecente no tempo em que foram instaladas, que exigia uma proteção policial especial, dado que não havia empresas de segurança privada. Cada Esquadra é responsável pela prevenção e combate ao crime nas suas respectivas áreas de jurisdição e é dirigida por comandante da

Esquadra e coadjuvado por chefe de operação, ambos nomeados pelo Comandante Geral da Polícia, ostentando a patente de adjunto de superintendente e inspetor principal da Polícia, respectivamente. Fazem parte do sistema de justiça criminal na área municipal, para além da Polícia, existem na sua área de jurisdição, um tribunal distrital, uma procuradoria distrital, uma ordem dos advogados, instituto de patrocínio jurídico (IPAJ) e a penitenciária regional centro. No município de Chimoio, a área municipal coincide com a do distrito, fazendo com que a área de jurisdição do prefeito seja a mesma com a do administrador do distrito. Este município dista 26 km do município de Gondola e 67 km do município de Manica, com uma densidade populacional de cerca de 372.821 habitantes, distribuída em 33 bairros residenciais (INE, 2017).

Município de Manica, localizado a 67 km do município de Chimoio e a 30km da vizinha República do Zimbábue, com cerca de 70.433 habitantes, distribuída em 10 bairros residenciais (INE, 2017). Constitui a segunda cidade económica da província de Manica, depois de Chimoio. Tal como o município de Chimoio, o município de Manica, possui um prefeito eleito a partir de 1998, depois da sua municipalização em 1997, e um administrador distrital. Contrariamente ao município de Chimoio, no município de Manica a área de jurisdição do administrador distrital é muito maior que a do prefeito, por incluir áreas rurais do distrito. Possui igualmente um comandante distrital, ostentando a patente de superintendente, coadjuvado pelo chefe de operação, ostentando a patente de adjunto de superintendente, ambos nomeados pelo comandante Geral da Polícia. Conforme o estatuto do polícia, os comandantes distritais da polícia e seus chefes de operações, diferem em patentes com os das esquadras do município de Chimoio. Funcionam neste município, um tribunal distrital, uma procuradoria distrital, um Instituto de patrocínio jurídico e a cadeia distrital, respectivamente.

Município de Gondola, localizado a 26 km do município de Chimoio, com uma densidade populacional de cerca de 49.556 habitantes, distribuída em 11 bairros residenciais (INE, 2017). Possui um prefeito a partir 2009, depois da sua consagração como município em 2008. Tem um administrador distrital e a sua área de jurisdição vai para além da do prefeito, englobando áreas rurais do distrito. Possui um comandante distrital, coadjuvado pelo chefe de operação, com a patente de Superintendente e adjunto de superintendente, respectivamente, ambos nomeados pelo Comandante Geral da Polícia. Na área do sistema de justiça criminal, para além da polícia, temos um tribunal distrital, uma procuradoria distrital, uma cadeia distrital e um Instituto de patrocínio jurídico (IPAJ). O comando distrital é responsável pela prevenção e combate contra todas as manifestações que visam perturbar a ordem e Segurança públicas no distrito. O impressionante é que todos os municípios tem uma parte em comum que é a sua localização geográfica no planalto, o que os torna propensos a erosão dos seus solos e ainda

são municípios que se localizam ao longo da principal rodovia que liga Moçambique aos países do *interland*.

Nesta pesquisa, deu-se maior primazia aos dados constantes em boletins de ocorrências policiais das delegacias municipais, pese embora esses dados não reflitam a realidade concreta, dada a existência de casos de homicídios que envolvem criminosos em troca de tiros com a polícia, que raramente constam das estatísticas policiais como homicídios, para além de que alguns casos de assaltos que ocorrem não são denunciados pelas vítimas, alegadamente por elas não acreditarem na seriedade do sistema de justiça criminal ou na recuperação do bem roubado. Não obstante a existência destes fatos, acredita-se que esses dados policiais, melhor aproximam-se da realidade em relação aos dados estatísticos da procuradoria e dos tribunais, pois nestes últimos órgãos, os seus dados estatísticos tem a ver com o período de acusação formal do indiciado, deixando de considerar o período em que se praticou o delito, o que quer dizer que muitos processos que dão entrada na procuradoria ou ao tribunal são contabilizados estatisticamente depois de se ter o máximo de indícios, às vezes decorrido um ou mais anos, dependendo do delito, o que muitas vezes por falta de atenção destas instituições, tem-se compilado dados de dois anos e considerados como sendo de um ano, daí o surgimento de discrepâncias em seus dados estatísticos, ou seja, estes órgãos tem apresentado estatísticas criminais mais elevadas do que da Polícia, para além de que outros casos são apresentados diretamente ao ministério público pelas vítimas.

Por outro lado, o comando provincial da Polícia reporta em seus relatórios oficiais, casos que considera relevantes sob o ponto de vista operativo⁷⁴, para além da maquiagem (omissão) de alguns casos hediondos não esclarecidos enquanto que a procuradoria reporta todos os casos recebidos das subunidades ou delegacias policiais, acrescidos a outros casos diretamente apresentados pelas vítimas a ela, aumentando assim, a discrepância nas estatísticas criminais, onde a procuradoria sempre sai com dados estatísticos elevados sob o ponto de vista numérico.

Aliás, conforme dados tornados públicos por Resman e Lalá (2012, p.7-8) sobre o crime e violência em Moçambique, concluiu-se que os dados inerentes a violência e crime disponibilizados pelas diversas instituições ligadas ao sistema de justiça criminal apresentam discrepâncias e ao mesmo tempo “não são fiáveis”, por exemplo em 2008, conforme estes autores, os dados anuais apresentados pela Polícia moçambicana, pelo ministério público e pela Saúde, foram totalmente diferentes, onde a Polícia disse ter registrado ao longo do ano de 2008,

⁷⁴ Às vezes por questões de evitar a generalização da insegurança pública pela exposição pública de alguns casos hediondos e também como forma de evitar a possível interpretação do seu fracasso em combater e prevenir a média e alta criminalidade.

um total de 27.254 casos criminais diversos enquanto que a procuradoria diz ter registrado 40.312 casos criminais, com uma diferença de 13.058 casos criminais. Por sua vez, em relação ao mesmo período, o relatório do Instituto Nacional de Estatística [INE] sobre crimes e justiça, registrou um total de 28.176 casos criminais em todo o território nacional (INE, 2012). Sendo assim, para a presente pesquisa e para reduzir estas discrepâncias acima descritas, com intuito de aproximar a realidade, optou-se pelos dados presentes em boletins de ocorrências das delegacias policiais destes municípios, por serem nas delegacias onde são registrados quase todos os casos criminais, dado ao fato de ser o tradicional ponto de partida de qualquer processo crime no território nacional, salvo alguns casos que são apresentados diretamente ao Ministério público pelas vítimas, alegadamente por não confiarem na Polícia.

É nesta perspectiva que dissemos que as estatísticas criminais não estão imunes às críticas, ou seja, aos limites do uso dos números para a interpretação sociológica, por exemplo, há “*cifras ocultas*”, crimes que não são registrados, porque: (i) a pessoa tem medo de represália por denunciar o criminoso; (ii) quando a relação entre a vítima e o acusado é mais próxima, e (iii) desconfiança na capacidade do sistema de justiça criminal em resolver o problema em causa e da sua própria segurança pública em geral (LIMA, 2011).

Correlação ao descrédito policial nos bairros residenciais identificados como caóticos sob o ponto de vista criminal, os moradores sem nada a medir, acusam as autoridades policiais de nada fazerem para coibir que os criminosos cometam suas ações criminosas, tendo os chamado de coniventes e inoperantes, daí a opção pelos linchamentos públicos como uma alternativa eficaz por si encontrada para auto-defender se da criminalidade violenta nas suas comunidades. Aliás, a pesquisa exploratória feita visava confirmar junto dos moradores destas autárquias os dados criminais obtidos da análise documental com a percepção popular em relação a prática criminal nas zonas residenciais tidas como críticas e ao mesmo tempo visava criar uma familiaridade com o problema, com vista a formulação de hipóteses ao favorecer uma visão detalhada do fenómeno em estudo (GIL, 2002; LIRA, 2014).

A pesquisa exploratória feita para aferir os dados obtidos em boletins policiais e relatórios analisados, realizou-se em três meses do ano de 2018, tendo realizado em março duas vezes no município de Gondola, em abril duas vezes em Chimoio e em maio duas vezes na autárquia de Manica, totalizando duas vezes por cada autárquia, tendo se baseado em entrevistas informais⁷⁵ abertas a 24 pessoas residentes há mais de dois anos, escolhidas de

⁷⁵ Entrevistas não padronizadas e não dirigidas, usadas como forma de se inteirar do problema da pesquisa após a análise de boletins de ocorrências policiais e relatórios.

forma aleatória na via pública e em mercados informais locais, sendo oito por cada município. Ela consistiu na busca de informações preliminares sobre a violência criminal com o fito único de ampliar caminhos ou pistas de reflexão deste problema social e ao mesmo tempo servir de reforço ao sustentar as hipóteses formuladas na presente pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2001; QUIVY & CAMPENHOUDT, 2016).

Como se disse anteriormente, a razão da escolha desses meses do ano para a pesquisa exploratória deveu-se em parte para conferir os dados obtidos em boletins de ocorrências policiais sobre os bairros destas autarquias com maior prevalência do sentimento de medo e insegurança pública para posterior direcionar as entrevistas semi estruturadas. Por outro, esteve ligada a espera de resposta dos responsáveis pelas instituições públicas em ceder outros documentos com dados estatísticos necessários, tanto como para se entrevistar seus funcionários ou indivíduos sob sua dependência. A lentidão em ceder documentos por parte das instituições, deveu-se ao nível elevado das demandas pelos despachos neste período, devido as festividades do final do ano e das férias coletivas de magistrados, tanto Judiciais como do Ministério público, para além de que algumas lideranças locais, atores cruciais das entrevistas semi estruturadas encontraram-se de viagem na sequência destas festividades, daí que fez se esse compasso de espera, aproveitando fazer esta pesquisa exploratória.

Nesta pesquisa exploratória o pesquisador fez a observação direta dos bairros tidos como críticos pelos moradores locais, tendo observado de maneira minuciosa aos seguintes aspectos: (i) localização geográfica e extensão de cada bairro, (ii) sua requalificação e situação das vias de acesso, (iii) questão de iluminação pública, (iv) saneamento do meio, (v) nível socioeconômico da sua população, tendo também se inteirado (vi) sobre o policiamento ou intervenção policial em caso de uma urgência necessidade.

Para se aferir o desenrolar da violência criminal nestes municípios, como já se disse, optou se pela abordagem qualitativa. Neste contexto, as entrevistas foram usadas como forma de testar as hipóteses junto dos sujeitos amostrais selecionados de forma intencional em bairros residenciais de cada município, tendo como base a prevalência de medo e insegurança pública, resultado da prática reiterada da criminalidade. Nesta pesquisa, deu se maior primazia aos casos criminais violentos de maior repercussão social a nível local e provincial, de forma particular, e no país de forma geral, nomeadamente: Homicídios (voluntários simples e qualificados⁷⁶) e assaltos à mão armada (armas de fogo e facão).

⁷⁶ Denomina-se homicídio qualificado todo assassinato de um indivíduo que ocorre depois de uma premeditação, ou seja, depois de 24h da sua planificação e homicídio voluntário simples ocorre sem premeditação (Código Penal moçambicano, 2014).

Sendo assim, mediante o grau de medo e insegurança pública, foram selecionados para esta pesquisa, dois bairros por cada município, totalizando 6, nomeadamente: 7 de abril e 25 de junho para o município de Chimoio; Josina Machel e 25 de junho para o município de Gondola; Vumba e 7 de abril para o município de Manica. A chegada a estes bairros municipais deveu-se primeiro aos dados estatísticos policiais constantes nos boletins de ocorrências de 2007 à 2017 e das entrevistas exploratórias feitas, onde os moradores destes municípios apontavam os mesmos bairros como inseguros, pela repercussão do impacto nefasto desta criminalidade na vida social e econômica da população. Neste caso, os dados estatísticos das delegacias policiais e o sentimento de medo e insegurança pública aferidos pelos residentes municipais durante a pesquisa exploratória foi a peça chave para a escolha destes bairros residenciais. Ademais, nos últimos anos, nestes bairros, tem-se registrado vários casos de linchamentos públicos de supostos criminosos, aliás, estes linchamentos públicos representam para os moradores uma alternativa por si encontrada localmente para impor a ordem nos seus bairros residenciais, devido a suposta ineficácia das instituições de justiça criminal em prevenir e combater a criminalidade (BOLETINS DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS DAS DELEGACIAS MUNICIPAIS, 2007-2017; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 março 2015⁷⁷, online; JORNAL VOA MOÇAMBIQUE⁷⁸, 15 agosto, 2017, Online).

Neste caso, pretende-se com esta pesquisa, identificar o real móbil da prevalência desta violência criminal nestes bairros municipais, bem como identificar a razão pela qual alguns bairros tem mais incidências criminais do que outros, sendo no mesmo município ou entre municípios com semelhantes condições socioeconômicas, não descurando fazer uma identificação de aspectos comuns destas autarquias.

2.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A busca pela cientificidade em qualquer área do conhecimento exige o uso escrupuloso de métodos e técnicas recomendadas para o efeito, podendo variar de uma área de conhecimento para a outra. De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p.174), técnica é o conjunto de processos

⁷⁷ Três indivíduos linchados pela população depois de um assalto no centro de Moçambique. Conforme o jornal diário, no bairro periférico 7 de Abril-cidade de Chimoio, dois indivíduos foram mortos a paulada depois de terem sido surpreendidos arrombando uma residência. Ainda segundo a fonte, as estatísticas policiais dão conta que em 2011, cinco indivíduos perderam a vida na sequência de linchamentos públicos e outras dez escaparam com múltiplos ferimentos no corpo, em 2010 foram doze consumados e 2012 quatro indivíduos, todos indiciados pela prática de diversos crimes com destaque para assaltos com recurso a facão. O referido jornal citando o relatório dos Direitos Humanos, Manica é a segunda província que mais lincha seguindo Sofala (DIÁRIO DE NOTÍCIA, 24 março, 2015. Disponível em: <https://www.dn.pt/globo/interior/amp/tres-homens-linchados-pela-populacao-apos-dois-assaltos-no-centro-de-mocambique-4471999.html>. Acesso em 12 julho de 2018.

⁷⁸ JORNAL VOA MOÇAMBIQUE. **Justiça popular volta assolar Manica**. 15 de agosto, 2015. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/justica-popular-assolar-manica/3986889.html>. Acesso em 12 julho de 2018.

de que se serve uma ciência. Nesta pesquisa, optou-se pela triangulação de dados a partir do uso de diversas fontes de informação (SAMPIERI et al, 2013). No âmbito da coleta de dados desta pesquisa, recorreu-se de forma racional aos seguintes instrumentos e procedimentos técnicos:

a) *Revisão bibliográfica* que consistiu na leitura de obras de cunho científico, relacionadas com a violência criminal e de metodologias científicas, concretamente livros, artigos científicos, teses publicadas, entre outras obras que tiveram um tratamento científico (GIL, 2002; LIRA, 2014). Conforme Lakatos e Marconi (2001, p.183), a pesquisa bibliográfica representa uma fonte secundária, abrangendo toda a bibliografia, incluindo meios de comunicação oral, nomeadamente: rádio, gravações em fita magnética, bem como audiovisuais (filmes e televisão).

b) *análise documental* consistiu na leitura de obras que não tiveram um tratamento científico comprovado, neste contexto, analisou-se boletins de ocorrências policiais, relatórios policiais, relatórios do ministério público, relatórios do Instituto Nacional de Estatística [INE], jornais de maior circulação e credibilidade nacional, trata-se de jornal Zambeze, Notícia, Verdade, Folha de Maputo, Moçambique Mídia Online e Público, com abordagens criminais, relatórios anuais das três prefeituras contendo dados sócio demográficos, ou seja, números de bairros, sua organização infra-estrutural e social, bem como as condições socioeconômicas da sua população (LIRA, 2014). Neste caso, ficou-se sabendo que a autarquia de Chimoio possui 33 bairros residenciais, dentre eles centrais e periféricos, urbanizados e não urbanizados, e com uma população estimada em 372.821 habitantes, ocupando uma área de 174 km². Autarquia de Gondola possui 11 bairros residenciais, com uma população estimada em 49.556 habitantes e ocupando uma área de 100 km². Autarquia de Manica possui 10 bairros residenciais, com uma população estimada em 70.433 habitantes, ocupando uma área de 113 km² (INE, 2017). Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é uma pesquisa que visa coletar dados em documentos que podem ser apresentados por escrito ou não, representando fontes primárias de informações.

c) *entrevistas semi-estruturadas*. Estas entrevistas tiveram como base um roteiro pré-estabelecido de perguntas, mas de forma aberta, como alternativa encontrada para se ter mais dados sobre o sentimento ou percepção popular relativo ao fenômeno da violência criminal nesses municípios (LAKATOS & MARCONI, 2001). Conforme Yin (2016), na entrevista semi estruturada ou qualitativa, a relação entre o entrevistador e entrevistado não cumpre com rigor o roteiro de questões pré-estabelecidas, devido ao contexto e ao ambiente da entrevista, com o fito de colocar o entrevistado a fazer o uso de suas palavras, exprimindo tudo o que sabe em

relação ao tema proposto. Como antevê Machado (2008), essas entrevistas visavam aferir o nível socioeconômico das vítimas e dos infratores, procurando estabelecer uma relação entre a sua vulnerabilidade ao crime com alguns fatores criminógenos, tais como: *status* social, o nível de escolaridade, grau de empregabilidade, consumo de drogas, faixa etária, sexo, formação profissional, dimensão dos bairros e sua densidade populacional. Para se ter esse sentimento e opiniões diversos sobre o fenômeno criminal, essas entrevistas foram direcionadas em cada um dos municípios para prefeitos, policiais de plantão⁷⁹, magistrados do ministério público, magistrados do judiciário, líderes comunitários, comerciantes e presos. Os presos foram selecionados tendo em conta a periculosidade dos seus crimes, isto é, presos acusados e confessos de prática de homicídios e assaltos com recurso a armas brancas e de fogo. Essas entrevistas foram acompanhadas de uma análise quase sistemática, tendo em vista evitar a interferência de possíveis técnicas de neutralização da culpa por parte dos entrevistados, que consiste em minimizar uma situação concreta grave, de modo a ter um sentido mais tranquilizador possível (SYKES & MATZA, 2018). No processo de análise dessas entrevistas observou-se aspectos inerentes a saturação dos dados, que nas palavras de Sampieri (2013), ocorre quando os dados coletados se tornam repetitivos.

Conforme Rauen (1999), uma entrevista é um processo meramente interativo e social, no qual se efetuam comunicações verbais ou configuradas como atos verbais de comunicação. Para Lakatos e Marconi (2001), uma entrevista é um contato entre duas ou mais pessoas em que o (s) entrevistador (es) e o (s) entrevistado (s) interagem mutuamente com objetivo de que um deles obtenha informações respeitantes a um determinado assunto/tema do seu interesse, mediante uma conversação meramente profissional.

Para Flick (2013), as entrevistas semiestruturadas possibilitam ao pesquisador a escolha da ordem das questões previamente formuladas com o intuito de obter diversas opiniões individuais dos entrevistados sobre um determinado assunto, porque permite que o entrevistado responda as questões dadas de forma livre e aberta.

Neste contexto, as entrevistas foram direcionadas a indivíduos residentes nestes municípios há mais de um ano, com uma idade igual ou superior a 18 anos. A escolha da idade e do tempo de residência foi possível mediante perguntas antecipadas aos entrevistados. A escolha deste perfil, deveu ao fato de desejar-se retirar destes sujeitos informações pertinentes, atinentes a violência criminal nesses municípios, em virtude de alguns deles terem vivido ou

⁷⁹ Policiais escalados em delegacias/esquadras num período de 24/24h, atendendo e registrando todas as ocorrências criminais diárias, levantando boletim de ocorrências ou processos crime.

experenciado essas ações violentas, para além de que com essa idade o indivíduo já possui capacidades suficientes de reflexão de fatos ocorridos há anos de forma consistente.

Os entrevistados foram escolhidos, tendo em conta o seu *status* sociais, ou seja, o papel que exercem nas suas respectivas comunidades em termos profissionais e por atividades que realizam no seu cotidiano, nomeadamente: policiais, magistrados, prefeitos, líderes comunitários, comerciantes e presos condenados e confessos pela prática da violência criminal (ver o quadro a seguir no detalhamento do grupo amostral). A entrevista é vista como crucial técnica de coleta de dados em vários campos das ciências sociais, nomeadamente: Sociologia, Antropologia, Psicologia social, Ciência Política, Serviço Social, Jornalismo etc., porque visa interpretar opiniões sobre determinados fatos ou condutas de indivíduos por meio dos seus sentimentos e anseios (LAKATOS & MARCONI, 2001). Estas entrevistas decorreram no meio de algumas dificuldades inerentes a burocracia excessiva, principalmente do órgão estatal ligado a justiça, nomeadamente a procuradoria da República, alegadamente por estar em defesa daquilo que chamou de “segredo de justiça”.

Para preservar a identidade dos nossos entrevistados face a prováveis represálias que possam ocorrer na sequência dos seus depoimentos, preferiu se designá-los por nomes fictícios. Durante a análise das entrevistas, teve-se em atenção a saturação dos dados (repetição das mesmas informações dadas pelas diferentes fontes), neste caso consistiu na seleção de respostas que mais se aproximam as questões dentre as várias semelhantes dadas.

QUADRO-3: PERFIL DOS ENTREVISTADOS COM SEUS NOMES FICTÍCIOS⁸⁰.

Ordem	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Profissão	Estado civil
01	Rock (preso)	33	9ª classe	Desempregado	Solteiro
02	Marco (MP)	38	Linceciado	Magistrado	Casado
03	Magodi	37	12ª classe	Policial	Casado
04	Mariela	38	12ª classe	Comerciante	Casada
05	Aderito	42	9ª classe	Comerciante	Casado
06	Renaldo	49	9ª classe	Líder comum.	Casado
07	Júlio	40	11ª classe	Comerciante	Casado
08	Douglas	48	10ª classe	Líder comuni.	Casado
09	Márcio (MP)	37	Licenciado	Magistrado	Solteiro
10	Albano	33	Licenciado	Policial	Solteiro
11	Lavumó (MJ)	39	Licenciado	Magistrado	Casado

⁸⁰ Usou-se nomes fictícios para evitar possíveis represálias dos entrevistados na sequência dos conteúdos das suas falas.

12	Jamal	60	8ª classe	Comerciante	Casado
13	Salvador	52	9ª classe	Líder Comum.	Casado
14	Emílio (preso)	22	11ª classe	Desempregado	Separado
15	Carmona	53	9ª classe	Líder Comuni.	Casado
16	Alfeu (preso)	28	4ª classe	Desempregado	Solteiro
17	Pinto de Abreu	46	10ª classe	Líder comum.	Casado
18	Elisa	37	11ª classe	Comerciante	Separada
19	Miriam	41	10ª classe	Comerciante	Viúva
20	Raúl	43	12ª classe	Policial	Casado
21	Samuel	39	11ª classe	Policial	Separado
22	Martins	51	12ª classe	Policial	Casado
23	Ruben	53	10ª classe	Comerciante	Casado
24	Artur (preso)	28	7ª classe	Desempregado	Solteiro
25	Adriano	52	Licenciado	Prefeito	Casado
26	Romeu	59	Licenciado	Prefeito	Casado
27	Andicene	47	7ª classe	Líder comum.	Casado
28	Regan	39	12ª classe	Policial	Casado
29	Alberto (MP)	36	Licenciado	Magistrado	Casado
30	Fidel (MJ)	41	Licenciado	Magistrado	Casado
31	Efrem (MJ)	38	Licenciado	Magistrado	Casado
32	Rita (MJ)	35	Licenciada	Magistrada	Solteira
33	Black Ninja (preso)	23	4ª classe	Desempregado	Solteiro
34	Ndamo (preso)	27	7ª classe	Desempregado	Separado
35	Marcoa	38	12ª classe	Policial	Casado
36	Nito	53	11ª classe	Policial	Casado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas (2018)

d) *Observação direta*, consistiu na verificação “*in loco* ou *in situ*” das condições sociais e estruturais desses bairros municipais com enfoque nas zonas residenciais periféricas em expansão no concêntrico a questões urbanísticas, densidade populacional, suas extensões, transitabilidade das suas vias de acesso, iluminação pública e existência de patrulhamento policial, tal como recomenda Lakatos & Marconi (2001). Desta observação, constatou-se que estas autarquias apresentam características semelhantes no tocante a sua localização no planalto, com alguns de seus bairros separados por riachos e com problemas de erosão, devido a acumulação das águas das chuvas que escorrem das suas áreas elevadas. Por outro, observou-se

que nos mesmos bairros havia áreas residenciais urbanizadas-organizadas e não urbanizadas-desorganizadas, numa dual situação de realidades. Essa observação sistemática visava entre outros aspectos, desvendar algumas questões atinentes com as técnicas de neutralização da culpa por parte dos entrevistados, mormente nos casos em que eles direta ou indiretamente estão envolvidos, como forma de ludibriar a opinião pública, através de narrativas contrárias a realidade (SYKEY & MATZA, 2018) na sua obra sobre as técnicas de neutralização da culpa.

Ademais, dentre estas autárquias, da observação direta, constatou-se no âmbito do crescimento urbano o surgimento de novos bairros residenciais parcelados-organizados e não parcelados-desorganizados, casos de Gondola e Manica. E da expansão dos bairros já existentes, caso de Chimoio. Muitos de seus espaços residenciais periféricos não parcelados são desprovidos de: iluminação pública, arruamento, locais de recreação para jovens, saneamento do meio e policiamento (quer por parte da comunidade local, quer por parte da Polícia). O único lazer observado, principalmente em seus bairros periféricos e em indivíduos com mais de 14 anos de idade foi o consumo de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional e convencional, acompanhado por elevado som de aparelhagem num período de 24/24h e também constatou se uma notória assistência de filmes em barracas instaladas um pouco por todos os bairros autárquicos, dentre eles de guerra, pornográficos e novelas, sendo as novelas assistidas maioritariamente por mulheres, independentemente da sua idade.

Essa observação constituiu uma fonte importante para a construção de hipóteses, pois se tornou realizável fazendo uma correlação entre a variável independente ou antecedente [nível de organização dos espaços municipais] e dependente ou consequente [a violência criminal] (LAKATOS & MARCONI, 2001). Na visão destas autoras, a observação é uma técnica usada para a coleta do material informativo, importante para um determinado estudo. Nesta vertente, usou se os sentidos, não simplesmente para ver e ouvir, mas também para analisar os fenômenos que se pretendem investigar. Por outro, permitiu um contato mais direto com a realidade, para além de ter servido como um dos pontos de partida de uma investigação do problema a que se propôs a analisar.

Nesta lógica, a observação direta cingiu-se na procura da real situação urbanística das áreas residenciais com maiores índices da violência criminal, nomeadamente: homicídios e assaltos à mão armada a nível destas autarquias, confrontando se com os dados presentes em documentos consultados. Neste processo observacional, o pesquisador fez algumas inferências de fenômenos observados e as premissas pré-elaboradas (LAKATO; MARCONI, 2001). Como se disse anteriormente, a pesquisa exploratória ocorreu em 2018 com a duração de três meses, sendo março na autarquia de Gondola, abril na de Chimoio e em maio na de Manica.

3.2 POPULAÇÃO ALVO E GRUPO AMOSTRAL

3.2.1 População alvo

A população alvo da nossa pesquisa são residentes destes três municípios. Nesse sentido, o ponto de partida para a localização dessa população foram as informações contidas em relatórios policiais, do ministério público, informações jornalísticas, acrescidas aos resultados da pesquisa exploratória feita aos moradores da província de Manica sobre a distribuição sócio-espacial da violência criminal, tendo pelo grau de medo e insegurança pública, apontado estas três autarquias como as que mais registram casos de homicídios e assaltos à mão armada.

Conforme Rauen (1999), a população é a totalidade de indivíduos que apresentam pelo menos uma característica em comum para uma investigação. Este entendimento do autor sobre população é igualmente partilhado por Lira (2014), salientando que a população é um conjunto de indivíduos ou seres que tem em comum algumas características pertinentes para o estudo. A congruência em características é a componente crucial para uma determinada investigação. Neste caso, em nível macroestrutural todas as autarquias moçambicanas apresentam o mesmo modo de funcionamento, mesma organização administrativa e missões.

O sentimento de medo e insegurança públicas, não só como resultado da prática reiterada da criminalidade nestas autarquias, mas também pela forma cruel como tem sido praticada, são partilhados por todos os moradores, demandando pela forma mais assertiva de resolver o problema, ou seja, todos unem-se pela mesma causa “violência criminal”. Tendo como base o maior grau com que o fenómeno criminal se registra, selecionamos seis bairros residenciais a nível destas três autarquias, sendo dois bairros por cada, a saber: em Gondola foram bairros Josina Machel e 25 de Junho; em Chimoio foram bairros 7 de abril e 25 de Junho e em Manica foram bairros 7 de abril e Vumba, respectivamente. O ponto de partida para se chegar a estes bairros foi a análise dos boletins de ocorrências policiais de cada delegacia municipal, análise de jornais de maior circulação no país que davam conta da existência de maiores incidências daquela modalidade criminal e acrescido aos dados da pesquisa exploratória feita, foi possível aferir que na verdade nestes bairros prevalecia um sentimento generalizado de medo e insegurança públicas na sequência desta violência criminal.

3.2.2. Detalhamento do grupo amostral

A amostra foi selecionada em seis bairros das autarquias escolhidas para a pesquisa, localizadas na província central de Manica. Conforme Lakatos e Marconi (2001), amostra é uma porção convenientemente escolhida do universo, ou seja, trata-se de um subconjunto da

população que se pretende estudar. Para Lira (2014), amostra é um subconjunto do conjunto da população com um significado valioso para qualquer trabalho de pesquisa ou estudo. Por sua vez, Rauen (1999), define amostra como um conjunto de elementos de uma determinada população que é selecionada conforme uma regra para representá-la, mediante algumas características comuns que se pretende estudar em pesquisa.

Amostra para a nossa pesquisa é caracterizada por indivíduos de ambos sexos, residentes há mais de um ano nestas autarquias, cujas idades foram iguais ou superiores a 18 anos. A escolha deste perfil foi simplesmente por termos entendido que estes indivíduos possuem informações detalhadas e consistentes sobre esses municípios, tanto sobre o fenômeno pesquisado como pelo fato de alguns deles terem presenciado ou vivido algum caso de assalto ou homicídio. A sua seleção teve como base o papel que exercem nas suas respectivas comunidades, em termos profissionais e por atividades socialmente valoradas que realizam no seu cotidiano, excetuando a seleção dos presos que se guiou segundo a gravidade de crimes por eles praticados e sua confissão.

Essa amostra foi selecionada de forma intencional, que segundo as orientações de Rauen (1999), teve em conta ao seu *status* social nestas autarquias e suas possíveis experiências criminais e de vitimização. Neste caso, teve-se como critérios: (i) o tempo de residência na área geográfica em estudo; (ii) idade; (iii) Sexo; (iv) suas experiências cotidianas sobre o fenômeno criminal e (v) sua representatividade aos vários estratos sociais da população desses municípios, que sentem na pele o impacto desta violência criminal.

Neste contexto, foram selecionados intencionalmente 36 (trinta e seis sujeitos amostrais) com nomes fictícios, subdivididos em categorias: a, b, c, d, e, f, g, h, sendo: categoria (a): nove policiais de plantão afetos nas delegacias destas autarquias; Categoria (b): três procuradores em exercício nestas autarquias; Categoria (c): três juizes em funcionamento nestas autarquias; Categoria (d): três magistrados do Ministério Público; Categoria (e): três prefeitos dessas autarquias; Categoria (f): seis líderes comunitários locais influentes; Categoria (g): seis comerciantes residentes nestes municípios e Categoria (h): seis presos nas penitenciárias destes municípios. Como já se disse anteriormente, a escolha deste grupo amostral teve em conta a sua posição social “*status*”, pelo que achou-se pertinente perceber a sua opinião, sentimentos e crenças a cerca das causas da violência criminal que de certo modo tem criado uma desordem e terror nestas autarquias. Alia-se a razão da escolha destes sujeitos amostrais, o fato de que alguns deles terem presenciado ou experienciado este fenômeno. Essa

diversidade de fontes de informação permitiu a triangulação⁸¹ de dados, a partir de variadas opiniões provenientes de indivíduos com *status* heterogêneos, facilitando uma interpretação isenta possível, evitando a saturação de informação. Aliás, nas palavras de Sampieri et al (2013, p. 401), “nas abordagens qualitativas, o tamanho da amostra não é pertinente sob o ponto de vista probabilístico, dado que o interesse do pesquisador não é generalizar os resultados do seu estudo para uma população mais ampla”, porque a finalidade é compreender a essência dos fenômenos em estudo e dar resposta aos propositos da pesquisa. Ademais, essa abordagem, por ser um processo aberto, está sujeito a modificações em caso de saturação dos dados ou categorias.

Em relação a escolha do grupo amostral, conforme a orientação de Gil (2008), teve em conta as seguintes regras:

- a) representatividade de diversos estratos sociais da população desses municípios;
- b) Pertinência, no sentido de que o material adapta-se ao conteúdo e objetivos previstos;
- c) homogeneidade, no sentido de que o material faz menção ao mesmo assunto e pelo fato de ser obtido por processos técnicos iguais e selecionados dentre os sujeitos com mesmas características sentimentais e domínio do fenômeno criminal em estudo, aliás, a parte comum que mexe com todos os entrevistados nesta pesquisa é a criminalidade, em particular a violenta.

A escolha destas regras esteve ligada à vários fatores, dentre eles; capacidade operacional de coleta de dados, segundo os recursos disponíveis; a compreensão do fenômeno em estudo para dar respostas satisfatórias às questões de pesquisa e acessibilidade temporal dos dados requeridos, olhando para a natureza do fenômeno em estudo (SAMPIERI et. al, 2013).

Neste contexto, a escolha de policiais, deveu-se ao fato de serem indivíduos que zelam pela manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, permitindo a livre circulação de pessoas e seus bens. Neste caso, foram selecionados apenas nove oficiais de plantão 24/24h, que atendem e previnem casos criminais de forma rotativa 24h por dia, sendo três por cada delegacia municipal, pois, o município de Chimoio por apresentar quatro delegacias policiais, optou-se pela escolha da primeira, segunda e quarta delegacias, tendo cada delegacia representado por um policial de plantão, perfazendo na totalidade três policiais. Esses oficiais de plantão, atendem todas as demandas pela segurança no seu período de escala, com responsabilidade de dar respostas imediatas a todas elas e consequente lavramento de boletim de ocorrência, dependendo dos casos, sendo assim, achou-se pertinente ouvir a sua opinião e sentimento em relação a violência criminal que é seu objeto de trabalho e ao mesmo tempo

⁸¹ Uso de muitas fontes de dados para o mesmo propósito, numa situação de complementariedade.

inteirar-se do nível de relacionamento com outros órgãos do sistema de justiça criminal e de controle social informal da criminalidade. Nestas entrevistas, o pesquisador identificou-se como policial para permitir uma abertura possível, evitando a ocultação de informações necessárias para a pesquisa.

A escolha de três juízes, deveu-se ao fato de serem pessoas que dia a dia lidam-se com casos criminais por fazer parte de órgãos de controle social formal, assemelhança de policiais, sendo assim, achou-se pertinente colher o seu sentimento e percepções em relação à violência criminal, mormente a eficácia dos seus trabalhos na prevenção, combate e redução da criminalidade na qualidade de entidade de prevenção terciária ou então que castigam os prevaricadores de leis com diversas penas, com intuito de ressocializá-los. Pretende-se também saber o nível de relacionamento com as outras instituições de justiça criminal. Outra motivação pela escolha de juízes partiu da necessidade de dissipar informações segundo as quais os tribunais soltam criminosos que a Polícia prende com todo o sacrifício em troca de dinheiro pago em forma de fiança ou multa, para além de acusações de julgamentos feitos de forma parcial, desfavorecendo às vítimas, principalmente de classe popular. Nestas entrevistas, o pesquisador identificou-se como profissional da área de segurança pública para permitir uma interação tranquila.

A escolha de três procuradores, foi efetivamente por serem defensores oficiais do Estado, promovendo a ação penal, podendo partir do processo lavrado na delegacia, assim como aqueles crimes de natureza pública que chegam diretamente ao seu dispor saindo das próprias vítimas ou por intermédio de terceiros. A opção pela escolha foi devido ao seu papel fundamental como garante da fiscalização e promoção da legalidade no país, bem como serviu para se inteirar do seu nível de relacionamento com outras instituições de justiça criminal, incluindo a sociedade civil na componente prevenção situacional do crime, para além de saber deles o impacto do seu trabalho na sociedade. A semelhança do que aconteceu com policiais e juízes, o pesquisador identificou-se como profissional da área de segurança pública.

A escolha de três prefeitos, deveu-se à necessidade de perceber o seu sentimento e ideias sobre este fenómeno criminal na qualidade de indivíduos que zelam pela criação e implementação de políticas públicas de segurança, responsáveis pelo bem-estar social a nível destas autarquias, através de provimento de condições sociais básicas, tais como: saneamento do meio, eletrificação pública, arreamento dos bairros residenciais, criação de centros de acolhimento de crianças desamparadas, construção regrida de moradias, construção de parques de recreação juvenil, manutenção de vias de acesso, incluindo os meios de transportes urbanos, uma vez que o provimento deficiente destas condições podem levar ao desvio social. Neste

contexto, achou se pertinente entender o seu sentimento em relação a criminalidade, suas causas e possíveis soluções. Nestas entrevistas, o pesquisador não se identificou como policial para evitar possíveis retraimentos dos entrevistados que culminaria com a ocultação de informações pertinentes. Esta estratégia foi igualmente usada para os restantes entrevistados.

A escolha de seis líderes comunitários influentes, dois por cada município em estudo, sendo um tradicional (informal) e outro formal, deveu-se ao fato de serem estruturas locais de maior impacto social, que sem dúvida conhecem melhor a realidade das áreas autárquicas, desde os tempos em que estes locais tinham características rurais até hoje em que as características são urbanas. Achou se pertinente perceber o seu sentimento e ideias em relação a evolução da violência criminal, comparando os dois momentos (anterior e posterior a municipalização) e por terem experienciado esta modalidade da violência criminal. Igualmente visava obter suas sugestões em relação ao que se deve fazer para mitigar esta problemática social, bem como o nível de colaboração entre si e com os órgãos de justiça criminal com destaque para a Polícia, procuradoria e tribunais na prevenção e combate deste mal social.

A escolha de seis comerciantes, deveu-se ao fato de serem residentes nestes municípios há vários anos e por estarem a dedicar-se a uma atividade no meio público (mercados formais e informais) e que pela sua natureza atrai para si muitos potenciais criminosos. A sua exposição em meios vulneráveis ao crime, foi uma razão da escolha deste grupo, acreditando que os mesmos provavelmente tenham vivido uma situação de vítima ou experienciado alguma violência criminal alheia nestes ou noutros bairros, daí que achou-se pertinente obter a sua percepção e sentimento em relação a este fenómeno social. A outra razão da escolha de comerciantes esteve relacionada ao fato de se pretender ter um diagnóstico geral da situação criminal a nível das autarquias, pois, alguns deles não moram nos bairros onde foram entrevistados, mas sim moram em outros bairros, simplesmente realizam as suas atividades comerciais há vários anos nestes bairros selecionados para o estudo.

A escolha de seis presos, sendo dois por cada município, emergiu da necessidade de entender o seu perfil social, sua larga experiência no envolvimento de práticas criminosas, o seu sentimento antes e depois da prática de crime violento e deles entender as fases envolvidas desde a identificação do alvo favorito até a execução do crime e que vantagens/desvantagens económicas e sociais tem obtido destas práticas. A outra razão, deveu-se ao fato de serem os únicos com larga experiência criminal dentre os presos encontrados no momento da entrevista, presos esses, que reuniam os requisitos propostos pelo pesquisador, pela qualidade de informações pretendidas para dar resposta as questões da pesquisa. Chegou-se a seleção desses criminosos reincidentes, através do setor de controle penal de cada cadeia distrital, uma vez

que este setor controla a vida do preso, desde o seu histórico criminal, idade, sexo, crime praticado, pena aplicada, sua convivência social na cadeia e o dia do término da pena aplicada. Sendo assim, em cada delegacia municipal selecionou-se um preso confesso envolvido em latrocínio com arma de fogo e outro latrocínio com recurso à catana (fação) como forma encontrada de fazer a triangulação de dados. A seguir o resumo das categorias entrevistadas e critérios usados para a sua seleção.

QUADRO-4 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS E CRITÉRIOS USADOS PARA A SUA SELEÇÃO

Crítérios	Categorias	Nº de entrevistados	Faixa etária
– Representatividade dos diversos grupos sociais; – Capacidade de os sujeitos da amostra produzir informações pertinentes; – Acessibilidade e disponibilidade	Policiais	9	60≥18
	Procuradores	3	
	Juízes	3	
	Líderes comunitários	6	
	Prefeitos	3	
	Comerciantes	6	
	Presos	6	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados das entrevistas

A seleção de entrevistados heterogêneos nesta presente pesquisa, teve a ver com a necessidade de se obter diversos pontos de vista sobre assaltos e homicídios praticados à mão armada nestes municípios, o que proporciona uma análise isenta de qualquer tipo de indução por parte dos entrevistados, evitando desta forma a saturação de dados, o que não aconteceria em caso de entrevistados homogêneos (FRANZE, 2017).

3.2.3 Técnicas usadas para análise do material coletado

Para a presente pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo que consistiu na verificação da repetição de um mesmo signo linguístico, ou seja, análise de palavras que com frequência repetiam-se em várias respostas dadas pelos entrevistados em cada pergunta colocada, inferindo um determinado significado. A análise de conteúdo é uma série de técnicas de análise de mensagens com intuito de obter por processos sistemáticos e gerais de descrição do conteúdo das informações, permitindo a inferência do conhecimento inerente as condições de produção destas informações (BORDIN, 1997). Análise de conteúdo é uma técnica usada em pesquisa que pauta pelo uso de palavras com a finalidade de produzir inferência das informações, através

da verificação das palavras que mais se repetem (BORDIN, 1997; QUIVY & CAMPENHOUDT, 2016). Para Lakatos & Marconi (2001), análise de conteúdo visa uma descrição sistemática, objetiva e qualitativa de conteúdo da comunicação.

Nesta acepção, para análise dos dados obtidos em trabalho de campo, eles foram agrupados em categorias de análise, depois de verificar o que possuem em termos de relação, neste caso, as grandes categorias de análise foram: organização dos espaços autárquicos (expansão dos bairros, densidade populacional), idade, sexo, consumo de drogas e nível de escolaridade, por um lado e a violência criminal (assaltos e homicídios), por outro, com o intuito de tentar inferir a possível relação entre estas variáveis. Sendo assim, primeiro passo foi a realização da gravação das entrevistas e depois trabalhou-se com a transcrição das mesmas e protocolos de observação feita no terreno. Para a sua interpretação trabalhou-se com aspectos linguísticos, estabelecendo categorias de análise na tentativa de compreender a ideia do sujeito por meio de conteúdo presente na mensagem (BORDIN, 1997). Seguindo a orientação do autor, antes de mais nada, iniciou-se pela sistematização de hipóteses e objetivos definidos durante a leitura flutuante⁸², igualmente optou-se pelo recorte do texto para entender sua coerência, sua categorização e codificação, seguido de inferência e interpretação.

Para análise dos dados coletados, deu-se maior primazia às palavras ou frases que muitas vezes se repetiam em relação ao conteúdo da mensagem/ informação obtida e sua forma de disposição, por constituir a base para o entendimento do seu significado, que no entender da Caregnato & Mutti (2006), trata-se de uma análise de conteúdo numa abordagem quantitativa, em virtude de trabalhar com palavras no sentido objetivo, gerando inferências do conteúdo da mensagem de um texto ou discurso pertinente no seu âmbito social. Neste processo, o pesquisador categorizou as unidades de análise, tendo em conta as palavras ou frases que com muita frequência se repetiam em todas as mensagens dadas, com intuito de inferir um sentido que melhor as representa.

Esta técnica visa avaliar de maneira sistemática as mensagens de modo a quantificar a frequência de palavras-chaves, permitindo uma posterior comparação (BORDIN, 1997). Neste diapasão, visou analisar diversas formas de comunicação, dentre elas relatos de entrevistas efetuadas, relatórios policiais de cada município com estatísticas criminais e jornais de maior circulação no país, contendo dados criminais inerentes a estas autarquias (BORDIN, 1997; QUIVY & CAMPENHOUDT, 2016).

⁸² primeira leitura dos documentos que foram encaminhados à análise, sua escolha e elaboração dos indicadores que guiarão a interpretação e a preparação formal do material.

De forma holística, a análise de conteúdo apresenta três principais fases, nomeadamente: (i) análise temática, neste contexto da pesquisa, consistiu na verificação da frequência de palavras repetidas nas respostas dadas pelos entrevistados; (ii) análise formal, que consistiu na análise do vocabulário e tipo de mensagem dada, e última fase, é (iii) análise estrutural, que consistiu em analisar a sequência da fala, bem como dos elementos constitutivos da mesma, como forma de verificar e decifrar mensagens com o fito de entender o seu real significado (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2016). Para Minayo (2013), análise de conteúdo busca entendimento de significados no âmbito discursivo e extrapola a simples descrição da comunicação, para através da inferência fazer uma interpretação mais consistente e imensa. Para Vergara (2005), esta análise representa uma técnica usada no tratamento do material, visando verificar com exatidão o que está sendo abordado num determinado contexto social.

Por sua vez, Gil (2008) entende por análise de conteúdo como uma técnica muito crucial para análise das comunicações em massa, dada a sua possibilidade de confrontar informações existentes com as coletadas em pesquisa de campo, o que permite obter resultados generalizados. Para Flick (2013) análise de conteúdo consiste em analisar material de qualquer natureza, podendo ser livros, relatórios de entrevistas, gravações, relatórios de reuniões, enfim, com objetivo de classificar o conteúdo das mensagens.

Nesta pesquisa, para melhor entender como é que se dá esta violência criminal dentro das categorias de análise acima descritas, foram tomadas como unidades de análise: o nível de escolaridade das vítimas e dos delinquentes; sexo, idade, políticas públicas de segurança; crenças culturais; extensão dos bairros/ densidade populacional, privação relativa; incivildades; consumo excessivo de álcool e droga ilegal, com destaque para “*suruma*”, conhecida no Brasil como maconha, como variáveis independentes. Por outro, tem-se variáveis dependentes, a saber: assaltos com recurso a facão, com armas de fogo e homicídios em suas diversas modalidades.

4 DOS DADOS DE CAMPO À ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo e nos capítulos seguintes, procurou-se responder as questões da presente pesquisa de tese, socorrendo-se da análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta com o intuito de compreender como é que se dá está violência criminal nestes três municípios, mapeando as áreas com maior incidência e identificar os fatores que estão por detrás deste fenómeno criminal nestas áreas em relação as outras com menores incidências destas práticas criminais, com semelhantes condições socioeconômicas. Neste caso, a pesquisa têm como finalidade: compreender em que medida o crescimento dos espaços municipais urbanos de Manica, Chimoio e Gondola, condiciona a prática de homicídios e assaltos ambos praticados a mão armada, entendendo o que justifica a prática diferenciada de homicídios e assaltos a mão armada entre áreas do mesmo município ou entre municípios da mesma província de Manica, ainda que tenham mesmas condições socioeconômicas e compreender por que é que essa modalidade de violência criminal nestes municípios é maioritariamente praticada por jovens de sexo masculino e de que forma se pode mitigar estas práticas criminais nesta camada social, bem como aferir o perfil socioeconômico dos jovens que pautam por essas práticas.

Para dar respostas a estes objetivos, o pesquisador fez se ao campo, tendo coletado dados necessários, através da observação direta, pesquisa exploratória, consulta documental e entrevistas semiestruturadas, tendo como base de sua análise as teorias sociológicas, com destaque para as de controle social, do estilo de vida da vítima, as utilitárias, da desorganização social ou ecologia criminal, as de prevenção social e situacional, entre outras, para além de aferir o impacto das assimétrias socioeconômicas sobre o fenómeno criminal nestas autárquias. Sabendo-se que a criminalidade é um fenómeno complexo e multifatorial, isto é, a sua ocorrência depende de múltiplos fatores, urgiu neste trabalho a necessidade de identificá-los para em seguida clarificar o móbil específico de cada tipologia criminal e sugerir medidas profiláticas para coibir a sua prática recorrente, porque nenhum fator isolado pode clarificar a razão pela qual algumas pessoas tem caráter violento do que outras.

Para a obtenção de dados de campo tendentes a identificar estes fatores, foram realizadas as seguintes operações: (i) entrevistas semiestruturadas, (ii) observação direta dos bairros destes municípios e (iii) análise de alguns documentos (relatórios policiais, do Ministério público e do setor de controle penal) como forma encontrada de complementar os dados obtidos em cada método de pesquisa utilizado.

É neste e seguintes capítulos que se propõe fazer uma análise e interpretação das falas dos nossos entrevistados, do material de observação feita nos bairros pesquisados e da análise documental, coletados entre março à agosto de 2018, tendo em vista dar resposta aos propositos desta pesquisa de tese. Neste diapasão, as entrevistas tiveram como foco: 36 moradores das três autárquias da província de Manica, sendo 12 por cada município e distribuídos da seguinte forma: Chimoio com três policiais de permanência, um juiz, um procurador, dois líderes comunitários, sendo um tradicional e um eleito, dois comerciantes, um prefeito e dois presos confessos de terem praticado homicídios e assalto a mão armada. A mesma distribuição aconteceu igualmente nos municípios de Manica e Gondola. A escolha destas autárquias não se deveu apenas pela prevalência de homicídios e assaltos recorrente a mão armada, mas também pelo elevado sentimento de medo e insegurança públicas que caracterizam algumas das suas áreas residenciais, dada a forma violenta de como têm ocorrido esses crimes. Estas entrevistas incidiram-se sobre os sujeitos que pela natureza do seu trabalho ou pelas suas experiências cotidianas nestes municípios, achou-se pertinente obter informações relevantes e fiáveis sobre a violência criminal ali praticada.

O mais interessante é que, pela multiculturalidade que caracteriza o país, nestes municípios, encontramos vários idiomas maternas faladas pela sua população, com destaque para *Xibárue*, *Xindau*⁸³ (*ndau*), *Shona*, *Xiuté*, *Xicena*⁸⁴ (*sena*) e *Ximanyika*, sendo que alguns deles conflituam-se, ou seja, um termo num idioma pode ser pejorativo no outro, assim como as culturas em si conflituam-se, pelo fato de que cada idioma representa uma cultura específica, daí encontramos dualidade de comunidades, sendo uma tradicionalmente conservadora e intolerante aos prevaricadores de normas culturalmente estatuidas e outra não conservadora e tolerante a comportamento desviante (MEQUE, 1999; MALUA, et al, 2014). Nesta diversidade cultural, acontece que um determinado ato é condenável em uma cultura, mas na outra é um ato valorado, o que contribui para o aumento das *cifras* ocultas da criminalidade. Nestes

⁸³ *Ndau* é um grupo étnico que emerge do reino Muenemutapa do vale do zambeze no centro de Moçambique, estendendo-se para o litoral e leste do Zimbabwe, província de Mutare. Atualmente o *ndau* fala-se nas províncias moçambicanas de Sofala, Manica e na área setentrional da província de Inhambane. Os *Ndaus* caracterizam-se pela sua verticalidade e contundência em suas ações. Na província de Sofala, essa etnia encontra-se distribuída nos distritos de Chibabava, Buzi, Machanga, Gorongosa, Nhamatanda, cidade da Beira (segunda cidade moçambicana) e Dondo. Na província de Manica, essa etnia encontra-se distribuída pela cidade de Chimoio, Machaze, Mossurize e para a província de Inhambane encontra-se nos distritos de Machacama e Mambone, respectivamente (MALUA, et al, 2014).

⁸⁴ *Xicena* é uma língua falada um pouco por todo o país e com uma longa tradição. Ela fala-se com mais incidência nas margens do Zambeze, desde os distritos de Chinde (província da zambézia), Tambara, Chimoio (província de Manica), e quase todos os distritos da província de Sofala) é uma etnia tal como *ndau* conservadora e intransigente com seus princípios bem delimitados rigorosamente (MEQUE, 1999).

idiomas os seus falantes comunicam se normalmente, embora algumas palavras e tradições tenham interpretações muito diferentes e contraditórias.

Depois das entrevistas, elas foram transcritas de forma literal ou ao pé da letra, respeitando tudo o que se disse pelo entrevistado, desde as gargalhadas, expressões de senso comum, gíria, exclamações, ou seja, tudo o que aconteceu no momento das entrevistas com os entrevistados por forma a trazer um sentido real das suas falas. A única e exclusiva alteração nesta pesquisa, foi a substituição dos nomes reais dos entrevistados por fictícios como uma alternativa encontrada de salvaguardar a sua identidade, evitando possíveis retaliações ou represálias por aqueles que se sentirem desconfortáveis pelos conteúdos das suas falas. Por outro, o uso de nomes fictícios fez com que os nossos entrevistados se sentissem motivados a abrirem-se cada vez mais com franqueza, exprimindo tudo o que lhes vem da alma sobre o fenómeno pesquisado, sem nenhum receio, são os casos de presos, policiais, líderes comunitários, que pela sua natureza e pelo contexto em que o país atravessa, seriam obrigados a omitir algumas verdades, ou seja, o não uso de nomes fictícios, traria enormes prejuízos para a vida dos entrevistados, na sequência de algumas verdades contidas em suas falas que poderiam ser mal interpretadas pelas entidades governamentais, que neste caso, gerem os seus empregos ou que delas dependem para sobreviver. A seguir o mapa da província de Manica com alguns de seus distritos, com destaque para os distritos municipais de Chimoio, Manica e Gondola, respectivamente.

FIGURA. 9-MAPA DA PROVÍNCIA DE MANICA APRESENTANDO TRÊS MUNICÍPIOS EM ESTUDO.



Fonte: Relatório anual da Administração da cidade de Chimoio, 2009, p. 22.

4.1 ALGUNS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NESTES MUNICÍPIOS

Conforme alguns indicadores do bem estar social da população local apontados pelo INE (2012; 2013; 2014), existem um nível astronômico de desigualdades socioeconômicas entre os seus residentes, medido em função do consumo de água potável, do nível de empregabilidade, de escolaridade⁸⁵, de fonte de energia usada⁸⁶ e do material usado para a edificação das suas moradias. Estes indicadores são cruciais para a nossa pesquisa, porque mostram o nível de desigualdades sociais e econômicas entre os agregados familiares em bairros residenciais de cada município, daí permite-nos fazer uma análise de sua influência na prática criminal, complementando as respostas das entrevista feitas, numa situação de triangulação de fontes.

TABELA-1. FAMÍLIAS, CONFORME O TIPO DE MATERIAL USADO PARA A EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL EM CHIMOIO

1-Tipos de paredes de residências	Número de casas em agregados familiares	%
Bloco de cimento	8726	18.8
Bloco de cerâmica	6.686	14.4
Madeira e Zinco	130	0.3
Bloco de adobe	27.088	58.4
Caníço/paus/bambus	1.029	2.2
Paus maticados com adobe	2.640	5.7
Lata /cartão/ saco/ casca	39	0.1
Outros	68	0.1
TOTAL	46.406	100%
2-Tipo de cobertura residencial	Número de casas em agregados familiares	%
Laje de betão	372	0.8
Telha	72	0.2
Chapa de Lusalite	7.613	16.4
Chapa de Zinco	19.955	43
Capim/Colmo/ palmeira	18.112	39
Outro	282	0.6
TOTAL	46.406	100%
3-Tipo de pavimento residencial	Número de casas em agregados familiares	%
Madeira /parquet	500	1.1
Mármore /granulito	78	0.2
Cimento	19.802	42.7
Mosaíco/ tijoleira	678	1.5
Adobe	23.138	49.9
Sem nada	2.170	4.7

⁸⁵ Cf ao longo do trabalho.

⁸⁶ Cf ao longo do trabalho.

Outros	40	0.1
TOTAL	46.406	100%

Fonte: INE, 2013, p.15.

TABELA-2. FAMÍLIAS, CONFORME O TIPO DE MATERIAL USADO PARA A EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL EM GONDOLA

1-Tipo de parede de residências	Número de casas em agregados familiares	%
Bloco de cimento	962	1.8
Bloco de cerâmica	3.900	7.8
Madeira e cinco	82	0.2
Bloco de adobe	23.435	44.7
Caniço/paus/bambús	7.065	13.5
Paus maticados	16.835	32.1
Lata/cartão/papel	89	0.2
Outros	116	0.2
TOTAL	52.484	100%
2-Tipo de cobertura de casas	Número de casas em agregados familiares	%
Laje de betão	30	0.1
Telha	9	0.0
Chapa de Lusalite	1.158	2.2
Chapa de zinco	8.410	16
Capim/ colmo/ palmeira	42.620	81.2
Outros	357	0.5
TOTAL	52.484	100%
3-Tipo de pavimento residencial	Número de casas em agregados familiares	%
Madeira / parquet	65	0.1
Mármore/granulite	36	0.1
Cimento	4.424	8.4
Mosaíco/ tijoleira	144	0.3
Adobe	42.683	81.3
Sem nada	101	0.2
TOTAL	52.484	100%

Fonte: INE, 2012, p.11.

TABELA-3. FAMÍLIAS, CONFORME O TIPO DE MATERIAL USADO PARA A EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL EM MANICA⁸⁷

1-Tipos de paredes de residências	Apresentação em percentagem (%)
Bloco de cimento ou tijolo	51.4
Madeira e Zinco	0.5
Bloco de adobe	44.9
Caníço/paus/bambus	3
Outros	0.2
TOTAL	100%
Cobertura de residências	%
Chapa ou telhas	58.1
Laje de betão	0.2
Capim ou outro material	41.7
TOTAL	100%
Pavimento de residências	%
Cimento, parquet ou mosaíco	46.8
Adobe	50.1
Sem nada	3.2
TOTAL	100%

Fonte: INE, 2014, p.14.

Conforme estes indicadores de desenvolvimento socioeconômico, notamos que o nível de desigualdade socioeconômica prevalece, mormente nas áreas residenciais periféricas. Ademais, do total da sua população, conforme o relatório do governo provincial de Manica (2017), cerca de 45% dela está empregue no setor formal e outra percentagem encontra-se empregue no setor informal, restando um número não quantificado que nem se enquadra nos setores referenciados. Desta população, quase toda pratica alguma atividade agropecuária de subsistência para aumentar as suas rendas familiares.

No tocante a habitação, os habitantes destes municípios residem em casas construídas de diversos materiais, desde convencionais até material precário (pau a pique), desde às cobertas de chapa de zinco, telha, lusalite, betão até palha ou caníço, sendo a maioria das residências cobertas de chapa de zinco e com paredes de adobe. As cobertas de chapa de zinco

⁸⁷O relatório do INE apenas apresenta as percentagens finais, sem fazer menção ao número total de residências.

e capim e com paredes de blocos de adobe encontram-se na sua maioria em zonas residenciais periféricas mal localizadas, com terrenos não parcelados e ocupados de forma ilegal, áreas consideradas localmente de *zonas verdes*. Nestes municípios, segundo os dados criminais fornecidos pelos relatórios das Esquadras Policiais (2014; 2017) & Relatório do setor do controle penal das penitenciárias dessas autarquias, os presos encontram-se encarcerados por práticas de crimes diferenciados e também com motivações adversas conforme o seu *status* socioeconômico, ou seja, o nível elevado de assimetrias socioeconômicas tem contribuído para a prática diferenciada de delitos por áreas residenciais, onde as áreas deploráveis socioeconomicamente, caracterizam-se na sua maioria pela prática de crimes contra pessoa, desde ofensas corporais, homicídios, incluindo linchamentos públicos, rapto e morte de indivíduos com problemas de pigmentação da pele (albinos) para posterior retirada de partes de seu corpo para fins supostamente mágico religioso e assaltos com recurso à facção, sobretudo nas vias públicas com problemas de iluminação pública e arruamento, condicionado pela existência de becos, ao passo que em áreas onde as condições socioeconômicas são estáveis, predominam crimes contra o patrimônio, nomeadamente: furtos qualificados, assaltos com recurso à armas de fogo, burlas, abuso de confiança, entre outros delitos com prejuízos econômicos astronômicos. De notar que embora alguns crimes contra pessoa, aparentemente apareçam camuflados ou disfarçados de outros interesses, constatou-se que o interesse último na sua maioria é o econômico, casos de homicídios que ocorrem entre grupos rivais de criminosos por má distribuição de bens, fruto de roubo ou pela disputa de locais de atuação, para além de homicídios aparentemente motivados por razões passionais, mas que no fundo o fim é apoderar ou usurpar os bens patrimoniais da vítima.

No respeitante a assimetrias socioeconômicas, a pesquisa apurou que elas em seus maiores patamares, interferem na prática de delitos, na medida em que acentuam a visibilidade dos níveis de pobreza relativa, consequência da privação relativa de bens e serviços (YOUNG, 2002). Neste caso, pela divergência de interesses entre classes distintas no mesmo meio geográfico, gera conflitos sociais por falta da necessária solidariedade mecânica, diferentemente das zonas com características rurais em que pela inexistência de desigualdades sociais acentuadas, o índice criminal sempre tendeu a reduzir para zero, casos de distritos de Tambara, Macossa e Guro. Ademais, várias evidências mostram que o mundo desigual, vulnerabiliza alguns indivíduos carentes a aceitarem convites de se ingressarem no mundo do crime, sem perda de tempo, ou seja, indivíduos que anseiam adquirir um bem e não dispendo

de meios legais para a sua aquisição, podem recorrer à meios ilegais, numa autêntica situação de anomia social⁸⁸ de Merton, tudo isso em busca de reconhecimento e respeito social.

Conforme dados do INE (2012) e do trabalho de campo (observação direta), os residentes de áreas residenciais muito deploráveis, na sua maioria possuem um baixo nível de escolaridade, dedicando-se ao comércio informal em pequenos mercados locais e venda de bebidas alcóolicas de fabrico caseiro em residências 24/24h. Por outro, existem um contingente de desempregados que se dedica ao consumo dessa bebida alcóolica (destilada) tradicionalmente produzida e às vezes a convencional, sem nenhuma perspectiva de um futuro risonho para si e para os seus filhos, em parte pela ausência do Estado em arcar com algumas de suas responsabilidades sociais de prover políticas públicas inclusivas para o bem estar social dos munícipes e também pela indolência dos mesmos.

Nestes ambientes socioeconomicamente excluídos de políticas sociais, alguns grupos de criminosos organizados, preferem usar esses bairros excluídos como refúgio ou esconderijo das suas práticas (construindo suas residências como forma de ludibriar a opinião pública) por serem inacessíveis ao patrulhamento policial e ao mesmo tempo garantem o mínimo do bem estar social dessa população, através do provimento de algumas condições sociais básicas, como: abertura de poços de água ou mesmo canalização de água potável nas suas supostas residências, beneficiando de forma gratuita a vizinhança carente e em caso de doença desta, disponibilizam seus carros pessoais para transportar enfermos ao hospital e mesmo em caso de falecimento nestes bairros, providenciam mínimas condições sociais a tais comunidades em dinheiro provindo do crime⁸⁹ e em troca a população deixa de denunciá-los, por considerá-los como provedores de serviços públicos locais de forma gratuita e honesta. Por outro, mesmo sabendo da conduta duvidosa destes, porque estes nunca criam desordem naqueles locais, mas ações de natureza filantrópica super valoradas pela comunidade local, uma parte dessa população opta em abster-se em fazer qualquer denúncia contra eles, sob pena de perder tais serviços por eles providos de forma filantrópica, que por regra seria o Estado a providenciá-los.

Nesta acepção, a exclusão socioeconômica, torna vulnerável alguns jovens da comunidade carente a serem coniventes e aceitar qualquer convite de ingressar no mundo do

⁸⁸ Termo usado por Merton para designar a discrepância entre a estrutura social e a estrutura cultural (sonho americano).

⁸⁹ Dentre estes crimes, destacam-se o contrabando, tráfico de seres humanos e assaltos com recurso a armas de fogo com visibilidade no município de Manica e Chimoio (Relatos dos entrevistados no bairro vumba em Manica e 7 de abril em Chimoio).

crime, sem nada a perder, por considerar que o Estado não está arcando com as suas atribuições sociais que possam colocá-los num ambiente de bem estar social e econômico.

4.2. CRIMINALIDADE NOS MUNICÍPIOS DE MANICA, GONDOLA E CHIMOIO

O interessante nestes municípios é o fato destes estarem situados ao longo das principais vias nacionais e internacionais (ferroviárias e rodoviárias) que ligam todos os países do *interland*, representando lugares privilegiados para a realização de transações comerciais. Por exemplo, os municípios de Gondola, Chimoio e Manica, infalivelmente representam o centro de passagem mais rápida e preferível dos passageiros terrestres e ferroviários que queiram escalar as províncias do norte do país saindo da região Sul, ou para os países do *interland* via província de Tete ou via Zimbabwe para acessar os mesmos países e vice-versa. Esta fácil mobilidade social, tem sido acompanhada por várias manifestações de desordem social, com destaque para assaltos com recurso à armas brancas ou instrumentos contundentes e armas de fogo, resultando muitas vezes em homicídios.

A sua população, independentemente de ser ou não funcionária e agente do Estado, é caracterizada por carências económicas, dedicando-se ao pequeno comércio informal e atividades agropecuárias de subsistência em locais distantes desses municípios, como alternativa por si encontrada de melhorar as suas insuficiências rendas familiares que seriam inalcançáveis sem esta atitude tradicionalmente empreendedora.

Neste processo de busca pelo bem estar social de forma honesta, surge outro grupo de indivíduos que pauta pela prática da criminalidade para a sua sobrevivência, recorrendo para tal a assaltos, furtos e latrocínios. Como anteriormente se disse, a criminalidade por ser um fenómeno multifatorial e complexo, tem sido difícil a prevenção da sua ocorrência de forma uniforme, pois, as suas motivações variam de zona residencial para outra ou de bairro para bairro e isso tem requerido que as políticas públicas de segurança, para além de serem gerais, sejam também destrinchadas conforme as especificidades ou realidades de cada zona residencial, mormente no que concerne a sua localização geográfica, aos aspectos culturais, ao nível de desenvolvimento económico da região, aos interesses dos criminosos e do próprio histórico da região.

Neste contexto, Moçambique por ainda carecer de estudos pormenorizados sobre as várias tipologias da violência criminal, tem experimentado dificuldades na sua prevenção e combate, pois, poucos estudos feitos por Organizações não Governamentais (ONG), simplesmente se baseiam na compilação dos dados estatísticos criminais tal qual constam dos relatórios anuais da procuradoria geral da República ou da Polícia, mencionando as mesmas

motivações constantes destes relatórios, motivações essas, apuradas de forma aleatória pelos agentes policiais durante a elaboração de Boletins de ocorrências policiais e que muitas vezes não condizem com a realidade concreta, por serem motivações advindas do senso comum. Com o apuramento falso das causas de delitos, surgem dificuldades no desenho de estratégias de sua prevenção e combate de forma eficiente e eficaz. Exemplo flagrante disso é atribuir a pobreza como motivações para qualquer crime contra propriedade, esquecendo-se de *white collar crime*, crime de natureza silenciosa, típico de pessoas economicamente posicionadas, com maiores prejuízos sociais do que um simples homicídio (SUTHERLAND, 2016).

Um detalhe não menos importante a ter em consideração nestes municípios é o fato de o município de Chimoio possuir um dos grandes mercados grossistas e retalhistas a nível do país “conhecido por mercado 38 mm” nele comercializa-se um pouco de tudo, desde frutas, cereais, carnes, verduras, entre outros bens de primeira necessidade”, bens esses, provenientes de distritos potencialmente agrícolas da província de Manica, o que -o torna principal mercado que alimenta mercados grossistas e retalhistas da província e de alguns municípios do país e ao mesmo tempo faz com que indivíduos de vária índole lá se desloquem em busca de oportunidades de trabalho sazonal “que exige esforço físico”, localmente denominado de *djolidjo*, consistindo em carregamento desses produtos em camiões para vários pontos da província e do país que necessitam destes produtos e também do descarregamento destes, saindo de outros distritos potencialmente agrícolas onde são produzidos.

Conforme relatórios da 2ª Esquadra da Polícia⁹⁰ (1994; 1998; 2008; 2015; 2016) e fazendo uma análise comparativa entre o período anterior à implantação deste mercado 38 milímetros até 1996, com o período posterior a 1996, constatou-se que antes da sua implantação, o nível da criminalidade nos bairros circunvizinhos era quase nulo, mas que depois da sua implantação, a criminalidade passou a ocorrer de forma oscilatória nos bairros residenciais circunvizinhos 7 de abril, Textáfrica, Francisco Manyanga e dentro do próprio mercado, desde furtos simples⁹¹, assaltos em residências, em vias públicas e linchamentos públicos, estes últimos, resultantes da suposta impunidade dos criminosos por parte das entidades responsáveis pela aplicação da lei ou alegadamente por estes crimes (furto e assaltos) serem protagonizados sob seu olhar cúmplice. Ademais, recordar que este mercado 38 milímetros, outrora chamava-se 37 milímetros e localizava-se na área sob jurisdição da 4ª Esquadra da Polícia e naquele tempo os bairros circunvizinhos, como bairro 3 de fevereiro,

⁹⁰ Delegacia que tem como área de jurisdição a área deste mercado.

⁹¹ Subtração fraudulenta de telefones celulares, dinheiro, carteiras, quando estes bens se encontram no bolso, por meio da introdução da mão, sem que a vítima se aperceba.

bairro 5 e bairro 4, eram severamente fustigados pela criminalidade, dentre os quais: furtos simples e assaltos a armas brancas nas vias públicas, mormente no período noturno, o que para eles denota que a presença deste mercado era responsável pela ocorrência de diversos ilícitos criminais, por atrair indivíduos com comportamentos e culturas diversos.

Quando indagados por que é que estes crimes ocorrem com mais incidências no período noturno, os entrevistados em unânime apontaram que neste período registra-se fraca movimentação de policiais e de outras pessoas nas vias públicas do que no período diurno, daí que essa ausência de pessoas circulando pelas vias públicas constitui um fator fértil para os criminosos atuarem sem perigo de prisão ou morte. Estas constatações corroboram com as constatadas por Jane Jacobs (2011) no seu estudo urbano atinente a (in) segurança das ruas em *Greenwich village* em Nova York, onde aferiu que a prática diversificada de atividades comerciais e culturais 24/24 horas era o único meio que proporcionava a frequente mobilidade social e a vitalidade urbana ou “vigilância natural”.

Neste contexto de criminalidade, conforme a fala dos magistrados entrevistados, os crimes que mais representam para a população local maior sentimento de medo e insegurança pública nestes municípios, apresentam uma tipologia criminal idêntica, embora variasse da sua incidência e de seus *modus operandi* de local para local. Trata-se de assaltos a mão armada (branca e de fogo) e homicídios em suas diversas modalidades e motivações, com destaque para latrocínios, homicídios voluntários (motivações passionais e contradições em lugares de lazer), linchamentos públicos e assassinatos de indivíduos, com ou sem problemas de pigmentação da pele (albinos) supostamente para diversos fins de magia negra ou superstição. Esta violência criminal encontra-se distribuída de forma desigual por cada município, de bairro para bairro, dependendo da forma como se encontra social e estruturalmente organizados os seus espaços residenciais, sua população, suas condições econômicas, suas crenças culturais e interesses do criminoso em função da oportunidade oferecida pela vítima. Sendo assim, os crimes relacionados com assassinatos de indivíduos com finalidades mágico-religiosa, ocorrem de maneira cíclica um pouco por todos estes municípios, variando de suas submotivações.

Conforme dados policiais analisados, o município de Chimoio encontra-se no topo de toda a violência criminal (roubos, assassinatos de indivíduos, mormente albinos, para fins supostamente mágico-religiosa, para além de simples homicídios), seguido do município de Manica e por último, município de Gondola (ver a seguir a tabela 4 e gráficos 4, 5 e 6 de distribuição da criminalidade por município). Esses dados foram extraídos em boletins de ocorrências criminais das delegacias municipais, relativo ao período compreendido entre 2007-2017.

Na fala dos nossos entrevistados, Fidel (2018) e Lavumó (2018), por sinal magistrados, a subida destes casos criminais em Chimoio e Gondola é devido a sua localização geográfica ao longo do corredor (principais vias rodoviária e ferroviária que ligam a parte sul, centro e norte do país) e ao mesmo tempo situam-se no centro, facilitando a partir daí a interligação de todos os distritos da mesma província, para além de possibilitar o rápido acesso aos países vizinhos do *interland*, localizados na parte norte e oeste da província de Manica, podendo se usar via província de tete, partindo destes municípios, ou seguindo para os mesmos países via principal cruzamento de Inchope-distrito de Gondola, via província da Zambézia ou ter acesso a segunda cidade moçambicana, Beira, ou cidades da região sul do país, Inhambane, Gaza e Maputo. Outra via para alcançar os países do interland é via município de Manica para acessar a vizinha República do Zimbabwe e outros países, onde a maioria dos bens assaltados são facilmente comercializados de forma rápida, devido ao célere fluxo e refluxo do tráfego rodoviário e ferroviário, que dificulta a sua fiscalização e identificação pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei. Por outro, devido a corrupção de alguns agentes da autoridade, quer migratória, quer policiais durante atividade rotineira de fiscalização, onde por meio de suborno, deixam passar os produtos sem a devida autorização legal.

Ademais, a pesquisa de campo apurou que os assaltantes que recorrem a armas de fogo nas suas incursões criminosas, normalmente encontram-se interligados por uma rede criminosa e distribuída um pouco por todos os distritos desenvolvidos da província de Manica e também a nível nacional. Esta rede presta solidariedade para com os seus integrantes em caso de necessidades, por exemplo em caso de prisão de um deles, a organização cria mecanismos de contratar um advogado, negociando a liberação deste através de pagamento de fiança. O dinheiro usado tem sido das cotas que estes pagam, após a distribuição dos rendimentos obtidos do crime. Esta solidariedade estende-se também para casos de doenças dos integrantes do grupo ou morte de seus parentes colaterais e que depois de se ultrapassar a situação, os beneficiários tem de se empenhar em assaltos para devolver o valor, ora gasto nesta solidariedade em parcela, por forma a manter o valor disponível para futuros casos imprevistos. Segundo a fala de um preso, condenado há 15 anos de prisão efetiva por latrocínio, com recurso a arma de fogo, disse;

Tenho 33 anos de idade, epha! trabalhamos como uma *empresa* bem organizada, entre nós há um respeito mútuo e um bom nível de ajuda mútua, tipo familiar. Os nossos *bosses* (chefes) tem criado um bom ambiente de *job* (trabalho) como uma *empresa*, realizamos festas de aniversários de cada *colaborador* e mesmo passando necessidades financeiras sempre existe um valor disponível para isso, que resulta da contribuição de cada *colaborador*, logo que se reparte o rendimento do trabalho (assalto). Assim, os meus *bosses* estão negociando com os advogados para agilizarem a diminuição da pena para que eu cumpra em liberdade, trabalhando, o grande

problema é do chato juiz [...], ele faz parece que o país é dele, mas deve saber que a vida é redonda, [...] (ROCK, 16 junho, 2018).

Neste fala, nota-se que os criminosos que recorrem à armas de fogo para protagonizarem os seus assaltos, encontram-se hierarquicamente organizados como se uma organização formal se tratasse e com regras e medidas bem rígidas para quem as infringe. Atuam como um poder paralelo, diferentemente dos que recorrem a instrumentos contundentes em que na sua maioria os seus integrantes tendem a ser autônomos e egoístas, sem hierarquia bem definida, o que os tornam insolidários em casos de necessidade de um dos integrantes do grupo. A razão da hierarquia bem definida nos assaltantes com recurso a armas de fogo, conforme os nossos entrevistados, tem a ver com a dependência total dos restantes elementos do grupo aos detentores de armas de fogo, uma vez que obtê-las é uma tarefa difícil por ser oneroso e sem elas o crime planejado dificilmente ocorre. Alia-se a este fato, a prática de execuções sumárias aos prevaricadores de regras em um tribunal de crime. A fidelidade ao grupo está também ligada ao tipo de quadrilha e ao tipo de delitos praticados. Essa fala é de um preso, por sinal condenado a pena de 8 anos por assalto à arma de fogo a uma empresa, conforme a fala:

[...] Epha! Tenho 28 anos de idade, estou há 10 anos nesta atividade [...], na nossa empresa ser *reguila* (teimoso) no cumprimento da missão corre o risco de ser *abatido* (morto) imediatamente a mando do *bosse* da *empresa* antes de abandonar o grupo, para não divulgar o segredo da *empresa* [...], tenho amigos que já bazaram (executados) assim mesmo, outros deixando vida boa [...], mas cumprindo tudo do *bosse*, você vive bem (ARTUR, 27 junho, 2018).

Nesta fala, o nosso entrevistado torna claro que a organização criminosa que usa armas de fogo a semelha-se a uma empresa, por esta proporcionar aos seus colaboradores o sustento da família e de outras necessidades básicas, como se de uma empresa legal se tratasse para com seus funcionários.

Na mesma acepção, um outro entrevistado, por sinal preso por latrocínio, disse:

Não me arrependo por estar envolvido nesta *cena* (situação) de assalto com *gun* (arma de fogo), porque tenho tudo o que um funcionário do Estado que estudou não sonha ter, como *casa boa*, *putas boas*, *carros*, filho estudando na crês [...] para não seguir meu exemplo (EMÍLIO, 27 junho, 2018).

Ainda na esteira da desordem social nestas autarquias, quando questionado sobre a situação da criminalidade, o nosso entrevistado, por sinal, magistrado do ministério público, disse;

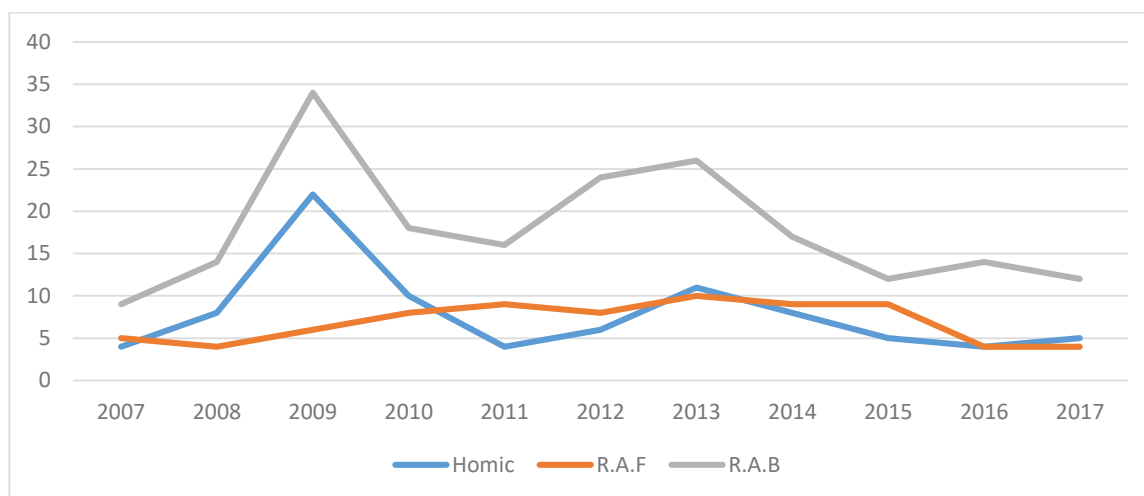
A cidade de Chimoio e Gondola, pela sua localização na confluência entre a zona sul e norte do país, recebem gente de diversos pontos do país e ao mesmo tempo representam lugares preferíveis das redes criminosas pela presença de bens de luxo, onde atuam e facilmente movem-se para a região norte ou sul do país de forma rápida, para além de ter facilidades de refugiar-se para outros distritos vizinhos ou para o vinho Zimbabwe em caso de sentirem-se perseguidos pelas autoridades policiais, sendo para o Zimbabwe, através da violação da fronteira [...], sob olhar desententa

das autoridades policiais fronteiriças, dada a fragilidade da sua proteção e corrupção destas autoridades policiais, [...], devido ao maior intenso movimento de carros, que dificulta a própria fiscalização rodoviária e às vezes usam comboios (trem) de passageiros muito menos fiscalizados. [...] infelizmente, os assaltantes com recurso a armas de fogo estão em melhores condições de vida que um funcionário público bem formado, tem casas boas, carros de luxo, infelizmente, tudo isso resultado do crime (MARCO, 25 de maio, 2018).

A partir desta fala, fica-se claro que as condições sociambientais, econômicas, a oportunidade e a corrupção de funcionários públicos, constituem fatores propiciadores da criminalidade. Nestes municípios, a violência criminal encontra-se distribuída conforme as características da região e as motivações individuais do criminoso, ou seja, cada comunidade pela sua cultura, atrai um tipo de criminoso com seus *modus operandi* criminais, diferindo-se de outros em função de seus interesses e crenças, onde a praticada com recurso à arma de fogo ocorre em qualquer hora do dia e área, independentemente de ser ou não elegante, desde que tenha bens valorados pelos criminosos, estando condicionada a sua prática a oportunidade ou situação oferecida pela vítima, diferentemente de assaltos praticados com recurso a armas brancas (facas, facão e outros instrumentos contundentes) que ocorrem sempre no período noturno, principalmente nas áreas periféricas com problemas de iluminação pública e ausência de vigilância policial, trata-se de práticas criminais em vias públicas, em residências e em estabelecimentos comerciais, somente no período noturno, sendo os seus protagonistas de classe baixa em relação aos recorrentes a armas de fogo, pois, a aquisição de armas de fogo está condicionada a um certo nível socioeconômico. Neste caso, tanto em assaltos com recurso a armas de fogo quanto em assaltos com recurso a armas brancas ou instrumentos contundentes, a parte comum usada para a efetivação do crime é a existência da oportunidade proporcionada pela vítima. Em relação aos homicídios, ocorrem também de forma desigual em todos os municípios, em função do interesse dos homicidas, determinado pela cultura e suas crenças (OSFCVPI e OSISA, 2012; BOLETINS DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS, 2007-2017; RELATÓRIOS DO COMANDO PROVÍNCIAL DA POLÍCIA, 2014-2017).

Para uma fácil interpretação e compreensão dos dados gerais da violência criminal nos três municípios da província de Manica, concretamente nos municípios de Chimoio, Gondola e Manica, representamó-los a seguir em forma de gráfico de linhas, por cada uma das autarquias, sendo Homicídios (Homic), Roubo com arma de fogo (R.A.F) e Roubo com armas brancas (R.A.B). Frisar que nestes homicídios, as mulheres estão em percentagem reduzida, devido a falta de resistência diante de uma abordagem criminosa ou perante situações de risco e os poucos cometidos, na sua maioria são motivados por ciúmes ou divórcio sem plena conformação do homem.

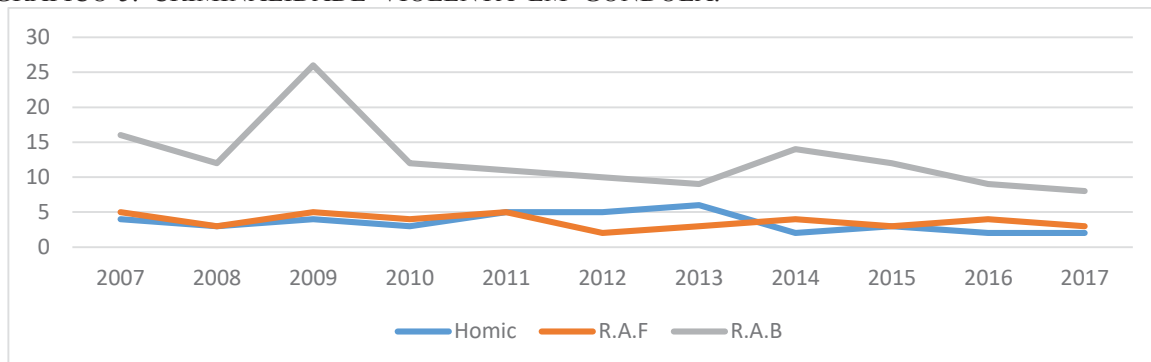
GRÁFICO-4. CRIMINALIDADE VIOLENTA EM CHIMOIO



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das três delegacias do município de Chimoio, 2018.

O gráfico mostra de forma inequívoca que o aumento dos índices da criminalidade recorrentes a armas brancas tiveram seu pico em 2009. Por seu turno, os homicídios tiveram o seu pico no mesmo ano (2009), ao passo que os assaltos com armas de fogo tiveram uma situação quase estacionária no período entre 2010 a 2015. Esta subida de assaltos e homicídios é interpretado como sendo resultado do aumento de indivíduos em idade jovem naquele período e adiciona se a crise econômica familiar e linchamentos públicos ocorridos. São jovens, a camada tida propensa a estes crimes, quer na qualidade de vítima, quer na qualidade de agressor. Aliás, a pesquisa a partir de boletins de ocorrências policiais mostrou que a criminalidade no país tem como agressores, jovens com idade entre 16 e 35 anos, reduzindo se na medida em que ultrapassa-se os 35 anos. Os homicídios registrados em 2009, resultaram de assaltos ocorridos e em linchamentos públicos “justiça pelas próprias mãos” na sua maioria como vítimas, jovens de sexo masculino.

GRÁFICO-5. CRIMINALIDADE VIOLENTA EM GONDOLA.

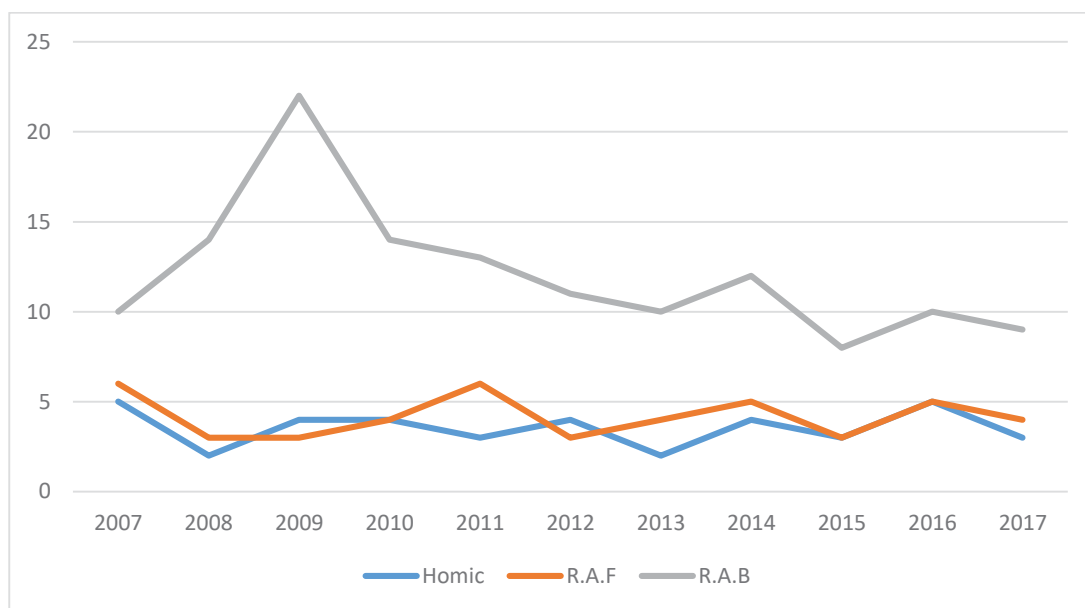


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da delegacia do município de Gondola, 2018.

A semelhança do município de Chimoio, no município de Gondola, os assaltos recorrentes a armas brancas tiveram seu pico no ano de 2009 e os assaltos a armas de fogo

tiveram seu pico nos anos 2007, 2009 e 2011. Na sequência destes assaltos a armas brancas houve poucos homicídios em linchamentos (a maioria resultou em ferimentos devido a pronta intervenção policial), em ajuste de contas, tanto como durante a abordagem criminosa. Os poucos ocorridos, conforme relatórios policiais resultaram de questões passionais e latrocínio com armas de fogo.

GRÁFICO-6. CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MANICA



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados (2018).

A semelhança dos outros municípios, para o município de Manica, também o ano de 2009 foi considerado o ano de pico em assaltos a armas brancas, seguidos de assaltos a armas de fogo em 2007, 2011, 2014 e 2016, as razões aferidas para estes eventos têm a ver com a descoberta de jazigo de ouro naquele distrito. Os assaltos a armas de fogo tiveram seu pico em 2007 e 2011. A maioria das vítimas destes assaltos conforme os boletins de ocorrências policiais foram cidadãos de nacionalidade estrangeira, com maior notoriedade para bangladeses, por serem esses que mais se dedicam ao comércio informal e formal de produtos alimentícios e de ouro. Os homicídios tiveram seu pico em 2007 e 2016. As motivações dos homicídios resultaram em resistência da vítima em atender abordagem criminosa, linchamentos públicos e simples ajustes de contas.

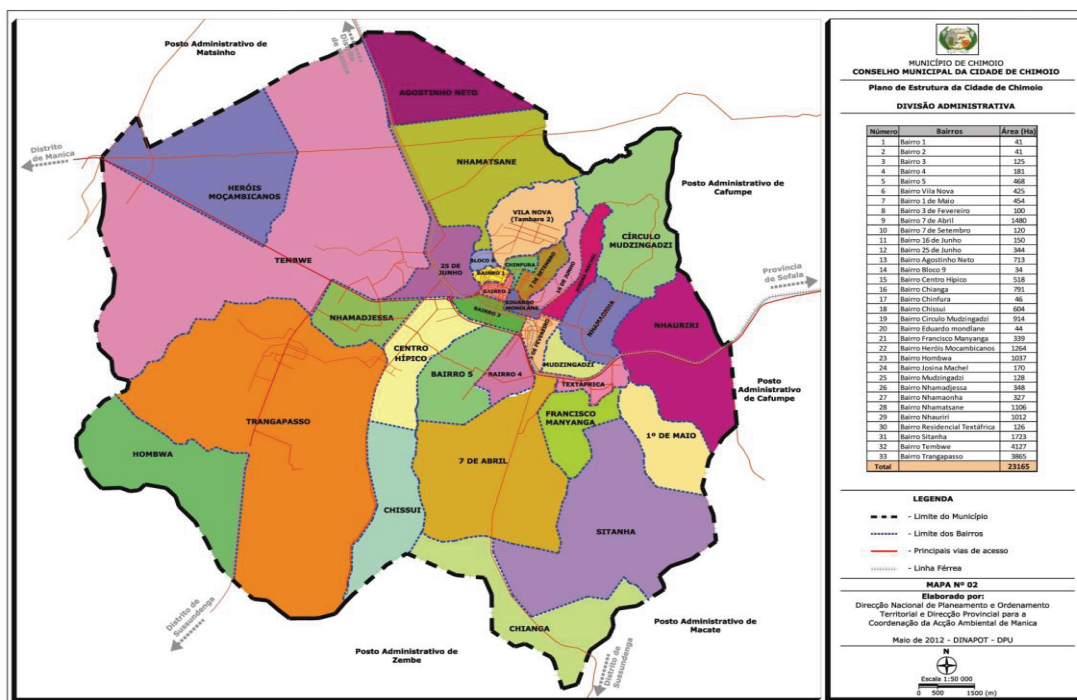
Nestes gráficos podemos notar que o ano de 2009, foi um ano atípico em assaltos com recurso à armas brancas (facão), e em resposta a estas práticas violentas cometidas com recurso a facão, ocorreram primeiras práticas de linchamentos públicos na província de Manica, depois da assinatura de acordos de paz de 1992, com maior incidência no município de Chimoio. Estas práticas linchatórias foram e continuam sendo interpretadas como forma de reação contra as

práticas criminais violentas, cometidas sob olhar impavido de quem devia evitá-las, a semelhança das cidades de Maputo e Beira que já vinham fazendo tais práticas desde 2007 contra suspeitos de cometimento de crimes, sem a sua devida responsabilização criminal.

Dos boletins de ocorrências policiais analisados, a pesquisa constatou que em todas as autarquias em estudo, os crimes violentos (homicídios e assaltos à facção), sempre ocorreram com maior incidência em zonas periféricas desprovidas de condições sociais básicas (falta de iluminação pública, ocupação desordenada de terrenos, falta de vias de acesso transitáveis, falta de saneamento do meio, falta de locais de lazer, falta de educação e saúde de qualidades). Essas práticas delinquentes são interpretadas como sendo resultado das características ecológicas do próprio meio ambiente, por se tratar de ambientes carentes em políticas públicas preventivas da criminalidade.

4.2.1 Localização sócio espacial da violência criminal em Chimoio

FIGURA-10 . MAPA DA CIDADE DE CHIMOIO COM SEUS 33 BAIRROS RESIDENCIAIS



Fonte: DNPT e DPCAM⁹², 2012 .

O município de Chimoio, geograficamente localiza-se no centro do país, ocupando uma área de 174 km² e com uma população estimada em cerca de 372.821 habitantes (INE, 2017).

⁹² Direção Nacional de Planeamento Territorial e Direção Provincial para a Coordenação da Ação Ambiental de Manica, 2012.

Chimoio, constitui a capital provincial de Manica e faz limites com os seguintes distritos da mesma província, sendo: Norte-com o distrito de Vanduzi; Sul-com o distrito de Macate; Este-com o município de Gondola e Oeste-com o distrito de Gondola. Ele está situado no planalto e possui trinta e três bairros residenciais, dentre eles urbanizados e não urbanizados, centrais e periféricos. A criminalidade neste município ocorre de forma oscilatória, tendo em conta ao período do dia, dia semana e estação do ano. Os assaltos com recurso à armas brancas (facão) e homicídios, ocorrem com frequência em vias públicas e em residências sobretudo em áreas periféricas com problemas de iluminação. As vias públicas, no período noturno, tem sido o epicentro favorito das suas atuações, assaltando bolsas, telefones celulares e outros bens facilmente transportáveis das vítimas e os homicídios decorrem principalmente da reação da vítima durante a abordagem, problemas passionais, contradições na bebedeira e por questões mágico religiosas, contrariamente aos recorrentes à armas de fogo que atuam independentemente da hora do dia, dia da semana, principalmente em zonas residenciais elegantes. Estes *modus operandi* dos criminosos, de forma holística, ocorrem um pouco por estes municípios, embora nos municípios de Gondola e Manica haja alguns assaltantes com recurso a armas de fogo atuando em áreas pobres, depois destes tomarem conhecimento da existência de bens valiosos, principalmente quando se tem conhecimento de que o dono da residência acabou de vender seus bois ou excedentes agrícolas.

Como se disse anteriormente, por meio da análise de relatórios, boletins de ocorrências policiais das delegacias e da pesquisa exploratória junto dos moradores destes municípios, foi possível identificar de forma coincidente que os bairros constantes em relatórios e boletins de ocorrências policiais, foram os mesmos tidos como os mais propensos a esta violência, pelo nível do medo e da insegurança pública que caracterizam estas áreas residenciais, devido a forma brutal de como tem ocorrido estes crimes. A baixo apresentamos tabela de distribuição da criminalidade violenta por cada bairro residencial do município de Chimoio.

TABELA-4. DISTRIBUIÇÃO GERAL DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM CHIMOIO POR BAIRRO RESIDENCIAL

Bairros	Anos											Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Um	00	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00	02
Dois	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Três	00	00	01	01	00	01	02	01	01	01	01	09
Quatro	00	01	00	00	01	01	01	01	01	01	00	07
Cinco	01	02	01	02	01	01	00	01	01	01	01	12
1º de Maio	00	00	00	00	00	00	01	01	01	01	01	05

3 de fevereiro	01	02	02	02	02	02	02	02	01	01	01	18
7 de setembro	00	00	02	01	00	01	01	02	00	01	00	08
7 de abril	05	04	12	07	05	08	11	06	04	04	03	68
16 de junho	01	02	02	02	03	02	02	02	01	00	01	18
Josina Machel	01	02	04	02	02	02	03	02	02	02	01	23
25 de junho	04	04	13	08	05	08	09	06	05	04	03	69
Agost. Neto	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	02
Bloco Nove	00	01	02	01	01	01	01	01	01	00	00	09
Centro Hipico	01	00	03	02	02	02	02	02	01	01	00	16
Chianga	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Chinfura	00	01	02	01	01	01	01	01	01	00	01	10
Chissui	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Mudzingadzi	00	00	03	01	00	01	01	00	01	00	00	07
Ed. Mondlane	00	00	01	01	00	00	02	00	00	01	00	05
F. Manyanga	02	02	04	01	02	01	01	01	00	01	01	16
H.moçambicanos	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Hombua	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Nhamadjessa	01	01	00	01	01	00	02	00	00	00	01	07
Nhamaonha	00	00	02	01	00	01	01	01	01	00	00	07
Nhauriri	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	01
Textafrica	00	00	01	00	00	01	02	02	01	01	02	10
Stanha	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Tembwe	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Tambara II	00	01	02	01	01	02	01	00	01	00	01	10
Trangapasso	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Nhamatsane	00	01	01	00	01	01	00	00	00	00	00	04
Vila Nova	01	01	01	01	01	01	02	01	01	01	01	12
TOTAL	18	26	62	36	29	38	47	34	26	20	19	355

Fonte: Delegacias da Polícia no município de Chimoio, 2018,

Neste município, a partir dos dados policiais, a pesquisa constatou que os *homens catana ou nhamacatanas*⁹³ sempre atuaram de forma exclusiva no período noturno, principalmente nas sextas feiras e as suas principais vítimas tem sido alunos do curso noturno, quando estes regressam das aulas, viajantes, indivíduos quando vão e regressam de locais de convívio, como discotecas, bares, festas e shows, para além de assaltarem residências e estabelecimentos comerciais. Eles atuam de preferência em locais mal iluminados. O mais impressionante é o fato destes assaltarem bens facilmente transportáveis em mãos e de fácil transação,

⁹³ Indivíduos que para reduzir a capacidade reativa das suas vítimas, recorrem a faca, facão e outros instrumentos contundentes nas suas incursões criminosas.

nomeadamente telefones celulares, dinheiro, colares, bolsas e em caso de assalto em residências assaltam televisores, aparelhagem de som, joias, cadeiras plásticas, louça, inclusive roupa. Diferentemente de assaltantes recorrente a arma de fogo que assaltam qualquer bem por eles valorado, independentemente do seu peso, pois, sempre fazem se transportar de um veículo para facilitar a sua fuga. Estes nunca programam atuar na via pública, salvo em perseguição da vítima, claro existindo oportunidade para tal. Esses assaltantes, por se considerarem de elitistas, têm seus preferíveis bens que assaltam, tais como: carros, dinheiro e outros bens supervalorados socialmente. A qualidade de bens que assaltam e o nível das suas aspirações constituem grande marca diferenciadora entre estes e *nhamacatanas*. São casos elucidativos já havidos, assaltos em supermercados e bombas de abastecimento de combustível em plena luz do dia e hora de expediente.

A criminalidade encontra se distribuída tendo em conta aspectos culturais, sociais e econômicos dos moradores, para além do nível de disposição de bens prediletos dos criminosos e do passado histórico de cada bairro residencial. No município de Chimoio, a existência de locais tidos de risco na sua circulação, principalmente no período noturno, por falta de iluminação pública que coíbe a movimentação de pessoas, existência de construções inacabadas e abandonadas, terrenos baldios, venda e consumo excessivo de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional e ausência de vigilância policial, tem resultado em práticas de vários delitos e nesta sequência, em algumas áreas residenciais intolerantes a estas condutas, os moradores para se livrarem destas, em conjunto tem recorrido a justiça pelas suas próprias mãos e outros sistemas privados de segurança. Algumas crenças culturais prevalentes neste município, tem levado a perseguição de indivíduos com pigmentação da pele (albinos), com intuito de matá-los e posterior retirada de partes de seu corpo, como: órgãos genitais, dentes, dedos, cabelos, língua, supostamente para enriquecimento ilícito.

Conforme dados obtidos a partir da fala dos nossos entrevistados, no município de Chimoio, a criminalidade ocorre variando de acordo com as motivações de cada criminoso, ou seja, a necessidade que o criminoso tem para suprir é determinante para a prática de um determinado tipo de delito, desde as motivações econômicas, sexuais, mágico-religiosas e preservação para que o orgulho não seja ferido em público. Dentre as várias motivações, as econômicas são as que configuram em quase todos os crimes praticados nos municípios, podendo variar da forma como se manifestam. Um dos policiais de uma das delegacias do município de Chimoio, disse;

A situação criminal de grande repercussão nesta cidade varia de forma oscilatória, há momentos em que registamos ocorrências de assaltos com armas de fogo, às vezes intercalam se com os *homens catanas* e os assassinatos de pessoas com problemas de

pigmentação da pele. Os que usam armas de fogo sempre protagonizaram assaltos de altos rendimentos, como é o caso de roubo de carros, principalmente taxis, fazendo se passar de clientes, assaltos à empresas e residências de indivíduos abastados, ao passo que os *homens catana* raramente assaltam bens de muito valor econômico, eles atuam na sua maioria em vias públicas com problemas de iluminação, arrancando telefones celulares, bolsas entre outros bens de valores insignificantes, assaltam também as residências de pauperimos em zonas periféricas não policiadas e nem iluminadas, roubando tvs, painéis solares, telefones celulares, eletrodomésticos, colunas de altifalantes, roupa, bicicletas, incluindo galinhas, todos os bens manualmente transportáveis, quando não encontram estes bens, violam mulheres que encontram na casa (MAGODI, 6 maio, 2018).

Os entrevistados em unânime apontaram bairros Cinco, Centro Hípico, Josina Machel, 25 de junho, 7 de abril, 3 de fevereiro, Nhamaonha, Vumba e Mudzingadzi como os epicentros de criminosos que usam armas brancas durante as suas incursões criminosas, por sinal, são bairros multifacetados na sua organização espacial, onde encontramos terrenos bem requalificados na entrada, partindo do centro da cidade, com mínimas condições sociais básicas e residências de padrão médio, ao passo que nos seus confins encontramos a ocupação de espaços de forma desregrada e com residências mistas, dentre elas muito precárias e como não bastasse, próximas uma das outras, impedindo a privacidade individual de agregados familiares distintos, nota se maior número de desempregados, baixo nível de escolaridade, falta de saneamento do meio, de vias de acesso e de iluminação pública. A par dessas insuficiências socioeconômicas, a criminalidade tem tido o seu rosto visível, com destaque para assaltos com recurso à facção e homicídios nas suas diversas modalidades. Nestas áreas residenciais, embora em pequeno percentagem, as mulheres, outrora conhecidas como pacíficas, tem se envolvido em crimes violentos, desde assassínios de seus parceiros, seus parentes e prática de infanticídio, este último, corriqueiro quando o homem furta-se de assumir as suas responsabilidades parentais ou simplesmente por vingança.

Uma das nossas entrevistadas, disse;

Epha!!, o mundo já não é perfeito, as mulheres que eram santas agora viraram hienas, matam seus maridos com *catana* (facção), queimam-nos com óleo quente e até matam seus bebês recém nascidos que suportaram durante nove meses na barriga. O mundo está nú, no momento em que elas querem se igualar com os homens, mas a natureza não permite isso [...], é triste matar um homem por questões de ciúmes ou porque ele não deu mesada ou porque não assumiu a criança, tudo é pirataria do mundo que chamam de civilização, nos nossos tempos não havia isso, nem mesmo para matar galinha ela pedia o homem, tido como ser corajoso [...]. Outros são *nhamacatanas* que fazem das suas nas zonas periféricas mal iluminadas e não policiadas, retiram todos os bens transportáveis que encontram e quando nada encontram violam mulheres sem o uso da famosa camisinha, propagando SIDA (MARIELA, maio, 2018).

No mesmo diapasão um dos entrevistados, por sinal comerciante, contou uma das suas experiências inesquecíveis de roubo concorrendo com homicídio, vividas em agosto de 2011,

no bairro 4 do município de Chimoio, mostrando claramente que o crime ocorre, tendo em conta as condições favoráveis para a sua operacionalização, ou seja, a localização residencial, o tipo de residência e a ausência de vigilância policial são determinantes para a sua prática. Segundo ele;

No mês de agosto de 2011, houve uma grande empreitada de *homens catana* (*nhamacatanas*) nesta cidade de Chimoio e um dos assaltos mais violentos e marcantes que já vi, foi protagonizado por este grupo na área periférica do bairro quatro no limite com bairro 5, onde mataram o guarda da residência por meio de esganamento, após colar a sua boca e nariz por meio de uma cola denominada *alardite*, depois de lhe amarrar as pernas e braços, e por fim roubaram bens valiosos da família chinesa, dentre eles: 7.500,00 MT (cerca de R\$ 500,00), 3.500 dólares norte americanos, 09 telefones celulares, três computadores portáteis, duas máquinas fotográficas, cartões de banco e seus códigos e um carro que usaram para se colocar em fuga, tendo este último bem, recuperado quando abandonado pelos criminosos. Até ao momento não há notícia sobre a detenção destes bandidos. O grupo *nhamacatana* é um grupo mau e tem sido composto na sua maioria por mais de cinco elementos, em que uns fazem abordagem a vítima, outros roubam e ainda outros vigiam de fora o movimento de policiais e da vizinhança (ADERITO, 6 maio, 2018).

Estes crimes praticados com recurso a armas brancas, na visão dos nossos entrevistados, ocorrem principalmente em zonas residenciais periféricas, onde o Estado é ausente em termos de provisão de condições sociais básicas, e nesta sequência, a desorganização social (falta de influência das lideranças locais na manutenção da coesão entre os moradores) e estrutural (ocupação ilegal do solo urbano, casas construídas de forma desorganizada, sem iluminação pública e saneamento do meio) prevalecem em decorrência da falta de políticas públicas de segurança e de segurança pública, sendo assim, um grupo de marginais viciados em drogas proibidas e álcool, opta em praticar furtos e roubos para suportar seus vícios. A ausência de vigilância policial é tida como uma das razões destas práticas delitivas frequentes quando comparada com as áreas residenciais policiadas. A violência física (agressões) durante assaltos é interpretada por nossos entrevistados como forma encontrada por *nhamacatanas* ou *homens catana* para impor a sua supremacia ou hegemonia perante qualquer reação da vítima durante a sua abordagem criminosa, para além de ser uma maneira de buscar um respeito e reconhecimento que a sociedade não-lhes confere, na sequência da sua marginalização social.

Um dos entrevistados, por sinal comerciante e residente há mais de 20 anos no município, fazendo a radiografia da criminalidade violenta, apontou as áreas residenciais periféricas com problemas de iluminação pública e vias de acesso, como as mais atingidas por este grupo de criminosos, conforme as suas palavras;

A cidade de Chimoio, há 10 anos para cá tem sido palco de *homens-catanas* (utilizadores de facões), este modo de praticar crime teve sua origem nas cidades da beira e Quelimane, depois alastrou-se para cá. As autoridades policiais não estão conseguindo contrariar esta tendência crescente, porque também tem sido vítimas quando se encontram de folga. O medo é generalizado, daí que a população quando

encontra estes tipos (criminosos) queima sem piedade. Os bairros que sempre tiveram este tipo de crime são conhecidos pelas autoridades e nada fazem em termos de patrulha para inverter o cenário, são eles: bairro cinco, 7 de abril, 38, 3 de fevereiro, nhamaonha, 1º de maio, 16 de junho, josina Machel e 25 de junho, todos localizados a volta da cidade (JAMAL, 10 maio, 2018).

Indagados por que é que estes homens catanas diferentemente de assaltantes à armas de fogo cometem na sua maioria assaltos nas áreas residenciais periféricas deploráveis do que em áreas centrais, os nossos entrevistados foram antagónicos em dar resposta, sendo que a maioria disse que o fazem pelo fato de saberem que a possibilidade de serem presos e reconhecidos é menor, pela existência de uma maior densidade populacional, bicos e escuridão, mas o outro grupo disse que o fazem simplesmente porque os criminosos já sabem que roubar um pobre sempre saem ganhando a causa em juízo, devido a sua mínima possibilidade de pagar um advogado ou fiança, por meio do valor do roubo para serem inocentados ou responder o processo em liberdade.

Relativamente aos usuários de armas de fogo, os entrevistados tem uma percepção de que possuir uma arma de fogo significa ter uma vida do outro nível (classe média e alta), porque o simples fato de obtê-las significa ter dinheiro para alugá-las aos policiais e aos militares desonestos, e seus alvos preferidos são estabelecimentos comerciais, carros de luxo e residências de classe média ou alta e até sequestram empresários para depois pedirem elevadas somas em dinheiro para seu resgate, atuando independentemente do período do dia e da localização do alvo, dependendo da oportunidade oferecida pela vítima. Um dos entrevistados, exemplificando, disse;

Os bandidos que usam armas de fogo não tem medo e nem vergonha, atuam independentemente do lugar e da hora, primeiro estudam o ambiente e depois agem em fração de segundos. Sequestraram o grande magnata da cidade de Chimoio, o Mafuia Comercial, cerca de 19h do mês de agosto deste ano 2018, quando acabava de chegar à sua residência localizada na zona central (nobre), vindo dos seus estabelecimentos comerciais. O outro caso que presenciei com os meus olhos, ocorreu em 2014 no recinto do estabelecimento comercial (Shopping) shoprite, cerca das 09h da manhã, em que três indivíduos munidos de duas armas de fogo do tipo pistola, assaltaram uma quantia monetária não revelada pertencente a uma empresa, quantia esta, que destinava se ao pagamento de salários de trabalhadores desta empresa. Tudo se deu quando o gerente acabava de levantá-la nas dependências do banco BIM junto à Shoprite e ao entrar no seu carro que se encontrava parqueado junto com dos outros clientes da loja, foi assaltado e ninguém se apercebeu como tudo aconteceu, porque foi muito rápido demais. Infelizmente, os dois casos ainda continuam sem esclarecimento (RENALDO, agosto, 2018) .

O mais interessante nestes municípios é que os assaltantes que recorrem a armas de fogo, normalmente guiam se por um código de conduta rígido, este código rege todo o funcionamento da organização criminosa e encontra-se hierquicamente constituída, onde cada elemento da quadrilha tem o seu papel específico na organização. Neste contexto, todo aquele

integrante que se mostrar cético em cumprir essas normas, automaticamente é condenado a morte, por meio de execução sumária, forma encontrada pela estrutura do grupo de evitar que o segredo deste seja do domínio público e da Polícia, este processo de execução de indivíduos do grupo de criminosos suspeitos de trair a organização criminosa denomina-se por “queima de arquivo ou fonte”-disse um dos presos condenado por assalto a arma de fogo.

Em termos de caracterização geral das condições socioeconômicas da população do município de Chimoio, dizer que o município comporta trinta e três bairros residenciais, com uma população estimada em cerca de 372.821 habitantes (INE; 2017). Os bairros um, dois, três e quatro, são os que apresentam na sua maioria áreas urbanizadas e os restantes parcialmente urbanizados. Ademais, alguns bairros apresentam menores parcelas residenciais urbanizadas se comparadas com as parcelas não urbanizadas, representando uma situação dual no mesmo bairro quanto ao bem estar social dos seus moradores, onde por um lado, encontramos péssimas condições de vida e por outro, encontramos condições socioeconômicas satisfatórias. Neste município, conforme dados constantes dos relatórios policiais, os bairros com um elevado sentimento de medo e insegurança pública, devido a prática reiterada de assaltos, quer com recurso a armas brancas, quer com recurso a armas de fogo, são bairros periféricos, com realidades dualmente antagônicas em termos socioeconômicos e organizacionais de seus espaços urbanos, nomeadamente: Cinco, Francisco Manyanga, 7 de abril, 3 de fevereiro, Josina Machel, 16 de junho, bairro quatro e 25 de junho, respectivamente, registrando-se menor frequência de assaltos recorrentes a armas brancas do que assaltos a armas de fogo na medida em que se aproxima os bairros da cidade de cimento, os mais organizados socioeconomicamente e estruturalmente.

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2013), a maior parte da população periférica consome água insalubre do poço e muito menos possui água canalizada dentro de casa, o que representa um grande atentado a saúde pública, devido a sua vulnerabilidade em contrair doenças de natureza hídrica. Abaixo, apresenta-se uma tabela ilustrativa da situação familiar segundo o acesso a água potável.

TABELA-5: SITUAÇÃO DA ÁGUA CONSUMIDA NO MUNICÍPIO DE CHIMOIO

Situação de água consumida em Chimoio	Percentagem dos consumidores (%)
Água do poço sem bomba a céu aberto	58
Água canalizada dentro de casa	04
Água canalizada fora de casa	09
Água da fontenária	10
Água do poço/ furo protegido ou com céu fechado	18

Água do rio, lago ou lagoa	01
Total	100

Fonte: INE, 2013, p. 16.

Conforme a mesma fonte, o nível de saneamento habitacional, situa-se na seguinte ordem percentual: 7.8% da sua população possui retrete ligada a fossa séptica; 24.3% possui latrina melhorada; 17.7% possui latrina tradicional melhorada; 39.4% possui latrina tradicional não melhorada e 10.9% não possui latrina. Vislumbra-se que nesta cidade, o saneamento do meio continua a ser um desafio enorme para as autoridades municipais e para a sua população em geral, visando mitigar o impacto das doenças diarreicas, incluindo a malária. Frisar que Chimoio é potencialmente rico em titânio e o seu solo é composto por argila, usada para fabrico de blocos, utilizados para a construção de residências, mormente pela classe popular. A maioria das suas zonas residenciais são desprovidas de energia elétrica e vias de acesso transitáveis.

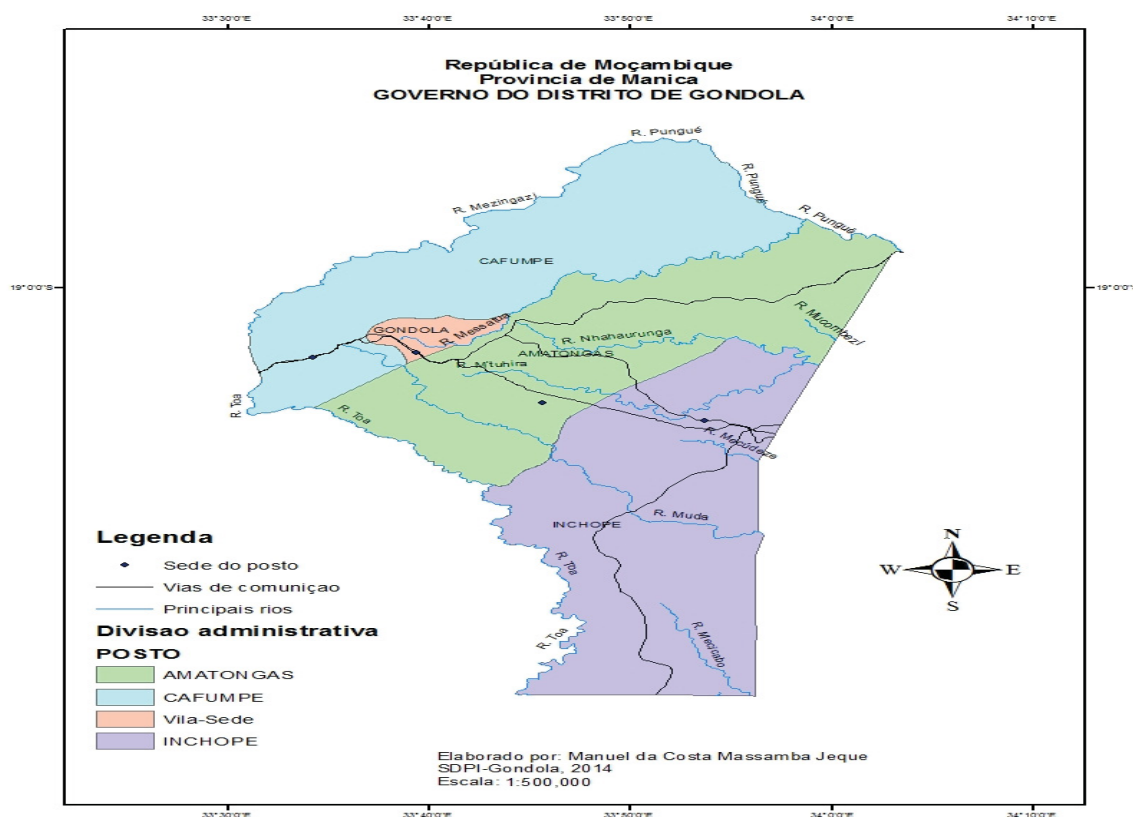
4.2.2 Localização sócio espacial da violência criminal em Gondola

O município de Gondola, geograficamente situa-se no distrito do mesmo nome, representando a sua vila sede, com cerca de 100 km² e com uma população de cerca de 49.556 habitantes (INE, 2017). Internamente o município faz fronteira com os seguintes postos administrativos: a Este- faz limite com o posto Administrativo de Amatongas, através do rio Mussatua; a Oeste- com Posto Administrativo de Cafumpe; a Norte- igualmente com o Posto Administrativo de Cafumpe, através do rio Mussapadzi e a jusante com o rio Mussatua, e a Sul-com o Posto Administrativo de Amatongas, por meio do rio Muda.

Ao nível externo, o distrito de Gondola faz limites com os seguintes distritos: Norte-com a cidade de Chimoio; Sul com os distritos de Chibavava e Buzi na província de Sofala; a Este -com os distritos de Gorongosa e Nhamatanda, província de Sofala e a Oeste-com o distrito de Macate, ocupando uma superfície total de 5.766 km² e com uma população total de 201.735 habitantes (INE, 2017).

O município de Gondola, possui onze bairros residenciais, sendo o bairro bela vista o mais urbanizado de todos e os restantes encontram-se urbanizados de forma parcial, isto é, com as suas maiores áreas não parceladas, representando uma dual realidade, em termos socioeconômicos da sua população. Trata-se de bairros caracterizados por maior densidade populacional e maior extensão territorial, subdivididos em distintas classes sociais no mesmo bairro, com muitos agregados familiares por cômodo, com destaque para os da classe popular.

FIGURA-11: DISTRITO DE GONDOLA E SUAS DIVISÕES ADMINISTRATIVAS, INCLUSIVE O MUNICÍPIO DE GONDOLA



Fonte: Relatório policial mensal de Gondola (2018, p. 1).

Como já se disse anteriormente, o distrito de Gondola, atualmente possui quatro postos Administrativos, nomeadamente Inchope, Amatongas, Cafumpe e vila sede que coincide com a área municipal, sendo o Inchope, localizado num grande cruzamento entre as quatro principais rodovias nacionais e internacionais, ligando a parte sul, centro e norte do país, nomeadamente: (i) Rodovia nacional e internacional que liga Chimoio as outras províncias e países do *interland*, a saber: Zimbabwe, Tete, Malawi, Tanzania, Napula, Niassa, Cabo Delgado; (ii) Rodovia nacional e internacional, fazendo ligação inchope, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado e países do *interland*, a saber: Malawi, Tanzânia e Zâmbia; (iii) Rodovia nacional e internacional que liga Inchope, Inhambane, Gaza, Maputo e países vizinhos, a saber: África do Sul e Suazilândia e (iv) Rodovia que liga o resto do país com a cidade da Beira, segunda cidade moçambicana, partindo de Inchope.

Dentre os bairros deste município, existem bairros considerados mais arriscados, mormente no período noturno, devido a maior incidência criminal de *homens catana* e nesta sequência, apresentam um maior sentimento de medo e insegurança pública em relação aos outros bairros, embora esse fenômeno se registre um pouco por todos os bairros da urbe. Este

fenômeno encontra-se distribuído de forma diferenciada nos bairros residenciais, neste caso são tidos como bairros de maior insegurança neste município, os bairros Josina Machel, 25 de junho, 7 de abril e bairro Eduardo Mondlane. A seguir apresentamos a tabela de dados criminais violentos, ocorridos por cada bairro do município de Gondola, registrados pela polícia local, sendo homicídio (Homic), roubo com recurso a armas de fogo (R.A.F) e roubo com recurso a arma branca (R.A.B).

TABELA-6. DISTRIBUIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO MUNICÍPIO DE GONDOLA POR BAIRRO RESIDENCIAL

Bairros	Anos											Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Bengo	02	01	01	00	02	01	01	02	00	00	01	11
Bela vista	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Mazicuera	03	02	02	02	03	02	02	03	02	00	00	21
Josina	04	06	12	05	03	05	03	05	03	04	03	53
Machel												
Nhachoco	00	00	00	00	01	00	00	01	01	00	00	03
25 de junho	06	05	09	06	04	05	04	04	04	03	02	52
7 de abril	02	02	04	02	03	02	03	02	03	02	02	27
Mucessua	04	01	03	01	02	01	00	02	02	00	01	17
E. Mondlane	04	01	04	02	03	02	01	03	02	01	02	25
Alto muda	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Paco	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
TOTAL	25	18	34	18	21	18	14	21	17	10	13	209

Fonte: Comando da Polícia no município de Gondola, 2018.

Conforme os nossos entrevistados em unânime, a razão da criminalidade nestes bairros municipais, prende-se com a maior densidade populacional por espaço residencial, caracterizada por terrenos sem dimensões aconselháveis em termos urbanísticos, onde as casas são próximas uma das outras, para além de que são bairros extensos e localizados em áreas declinadas, não parceladas e na sua maioria com problemas de saneamento do meio, iluminação pública e vias de acesso intransitáveis. Aliás, alguns caminhos passam por quintais residenciais, permitindo que os criminosos descubram bens existentes nessas residências durante o dia, sob olhar desatenta dos proprietários, uma vez que passam disfarçados de simples utentes ou transeuntes das vias públicas.

Um dos entrevistados, por sinal comerciante e morador daquele município, disse:

Os homens catanas são os que mais aterrorizam os nossos bairros, fazem de usuários de caminhos que passam pelos quintais residenciais enquanto observam o que a casa contém, principalmente quando a porta da residência estiver aberta, escutando o som de TV ou vendo uma antena parabólica pendurada por fora, vendo galinhas, pratos,

aparelhagem, motorizada ou mesmo bicicleta, agendam assaltos direcionados a estes bens e com as *catanas* (facão) que usam, ferem às suas vítimas em caso de pequena resistência. O mais inquietante é que eles são mais ousados e andam em número de quatro a oito, para além de roubarem bens materiais, violam sexualmente mulheres em coletivo na frente dos seus esposos[....], a situação de *homens catanas* neste distrito é preocupante (JÚLIO, 26 março, 2018).

Indagados sobre a existência desses assaltos com frequência em uns bairros do que em outros, diversos entrevistados apontaram a falta de ordenamento dos bairros residenciais alvos, o que dificulta a privacidade residencial, uma vez que pela proximidade das casas em bairros propensos a tais crimes, a vizinhança “criminosa” consegue enxergar os bens e conhecer a vida e a rotina do vizinho, aliado a ausência de coesão social, vigilância policial, escuridão (falta de iluminação pública), existência de becos e incivilidade, a situação agrava se cada vez mais. Segundo os interlocutores, os criminosos *nhamacatanas* ou *homens catana* atuam na via pública no período noturno em locais com fraca ou sem iluminação pública, assaltando bolsas, telefones celulares, colares e também invadem residências e estabelecimentos comerciais, estuprando, ferindo ou matando as suas vítimas. Um outro entrevistado, contando a sua experiência de vitimização, disse;

Um dos casos mais graves e triste que presenciei no ano transato, foi dos *nhamacatanas* em número de cinco, visitaram o meu vizinho e exigiram dinheiro, porque sabiam que ele havia vendido por atacado alguns excedentes agrícolas (laranjas e tangerinas). Ao ser exigido o dinheiro, ele apenas entregou 1000,00 MT (cerca de 67 reais), mas eles não acreditaram que ele tivesse apenas aquele valor, daí começaram agredindo a sua esposa com a palma de catana (facão), tendo ela pedido ao marido que entregasse todo o valor. Porque o esposo antes teria dito que tinha apenas aquele valor, estes se vingaram dele, tendo lhe cortado com gravidade o seu braço esquerdo e daí apoderaram-se de 53.0000,00 MT (cerca de 3.500,00 reais) e violado a sua mulher, tendo se posto em seguida a fresco (fuga). São indivíduos perigosos que atuam em grupo de 4 ou mais indivíduos mascarrados, que né dá para lhes desafiar (DOUGLASS, 22 maio, 2018).

Neste município, os crimes praticados com recurso à armas de fogo sempre incidiram sobre indivíduos empobrecidos e raramente ocorrem contra os da classe popular, salvo quando a vítima na altura, dispor de bens por eles valorados. Esta maneira peculiar destes criminosos é vista pelos nossos entrevistados como uma diferenciação de criminosos, tendo em conta o seu *status* socioeconômico. A propósito, um dos entrevistados, por sinal magistrado, disse;

[...], dos nossos registos, casos criminais praticados com recurso a armas de fogo são casos que envolvem vítimas de classe média e alta ou se não são, no momento do assalto, as vítimas trazem bens rentáveis para os criminosos, caso de camponeses que vendem seus produtos agropecuários (milho, feijão, gado), entre outros. Raramente assaltam pobres e muito menos na via pública, salvo em perseguição da vítima. Vou dar exemplo de um caso registado em 2009, em que assaltantes com recurso a arma de fogo, assaltaram e mataram um empresário português, gerente da fábrica de vinho, tendo apoderado quase toda a fortuna em dinheiro e depois puseram-se em fuga (MÁRCIO, 18 junho, 2018).

Este e outros depoimentos apresentados pelos entrevistados, mostram claramente que os assaltantes recorrentes à armas de fogo tem como preferenciais vítimas, indivíduos empossados e seus praticantes são indivíduos de classe social com mínimas condições econômicas, eles atuam com vista a maximizar os seus rendimentos pelos lucros que obtêm das suas incursões criminosas. Em relação aos recorrentes a armas brancas, seus praticantes são pobres e ocorrem em áreas residenciais periféricas com problemas de saneamento do meio, iluminação pública, água potável, vias de acesso e outras infraestruturas sociais básicas. A seguir ilustraremos as condições de insalubridade de água consumida pela maioria da sua população, conforme ilustra a tabela abaixo.

TABELA-7: ILUSTRA A SITUAÇÃO DA ÁGUA CONSUMIDA NO MUNICÍPIO DE GONDOLA

Situação de água consumida em Gondola	Porcentagem dos consumidores (%)
Água do poço sem bomba a céu aberto	55
Água do rio, lago ou lagoa	25
Água canalizada fora de casa	01
Água da fontenária	04
Água do poço/ furo protegido ou com céu fechado	15
Total	100

Fonte: INE, 2012, p.13.

Em relação ao saneamento habitacional, neste município, a situação continua preocupante, porque conforme os dados fornecidos pelo INE (2012), 1% da sua população possui retrete ligada a fossa séptica; 2.1% possui latrina melhorada; 19.9% possui latrina tradicional não melhorada; 3.4% possui latrina melhorada e 73.6% não possui latrina, o que mostra maior vulnerabilidade em contrair doenças de origem hídrica.

4.2.3 Localização sócio espacial da violência criminal em Manica

O município de Manica, localiza-se no distrito de Manica, ao Oeste da província do mesmo nome. Internamente o município faz os seguintes limites: a Norte-com o rio Revuè; a Sul – com a localidade de Chinhambudzi; a Este-com o Posto administrativo de Messica; a Oeste-com a linha férrea Beira-Machipanda, ocupando uma área de 113 km² e com uma população estimada em 70.433 habitantes (INE, 2017). Este município é tido como a segunda cidade econômica da província de Manica, localizando se junto a fronteira com a República do Zimbabwe. Externamente, o distrito de Manica faz limites com os seguintes distritos vizinhos: a Norte-com o distrito de Bárue; a Sul-com o distrito de Sussundenga; a Este-com o distrito de Vanduzi; a Oeste –com a República do Zimbabwe em toda a sua extensão (INE, 2014). A

superfície de todo o distrito está estimada em 4.400 km² e com uma população estimada em 225.000 habitantes (INE, 2017).

O município de Manica, a semelhança do município de Gondola e Chimoio, a maior parte dos seus bairros residenciais encontra-se localizada no planalto e em áreas declinadas. O mais interessante que pareça neste município, é o fato de alguns bairros possuírem residências implantadas sobre as rochas, devido a sua localização entre as montanhas. O relevo de Manica é caracterizado por cadeias montanhosas e por maior altitude que torna uma precipitação anual maior e com um longo período chuvoso, o que favorece a prática da atividade agropecuária que caracteriza a região. O distrito de forma geral, possui jazigos de ferro, titânico, ouro, cobre, níquel, asbeto, bauxite, diatomite, entre outros (INE, 2013, p.3), o que torna o lugar preferencialmente cobiçado pelos homens de negócios, atraindo muitos estrangeiros, dentre eles, libaneses, congoleses, somalis, paquistanese e nigerianos.

A partir da análise dos dados extraídos dos relatórios policiais do município de Manica (2009; 2014), observação direta e conversas informais feitas, apurou-se que nesta autarquia, existem áreas residenciais consideradas perigosas sob o ponto de vista criminal, devido a sua localização geográfica, extensão, falta de iluminação pública e ausência de vigilância policial na maioria das suas áreas residenciais. Tratam-se de bairros: Vumba, 7 de abril, Josina Machel, Manhate e Cacárue, que pela sua maior extensão, densidade populacional, construção desregrada de residências em algumas das suas áreas, sua localização em áreas declinadas, condicionam a abertura de vias de acesso e colocação de iluminação pública nestes locais, principalmente nas periféricas, onde a ocupação desordenada do solo é mais evidente, dificultando a vigilância policial por falta de vias de acesso e na sequência destes problemas, no período noturno, com facilidade, os criminosos tem-se escondido entre os escombros dos terrenos, esperando pelas vítimas na via pública, mesmo depois de assaltarem residências, com facilidade tem escapado da sua identificação e prisão, sendo assim, várias atrocidades são praticadas contra os moradores destas áreas residenciais, por eles sentirem se seguros de que não irão ficar presos, dada as condições deploráveis de segurança existentes. Abaixo, apresentamos dados criminais violentos registrados nesta autarquia pela Polícia local, sem descuidar a existência de mais casos violentos, que por razões diversas não são reportados pelas suas vítimas (cifras ocultas).

Como se disse anteriormente, por meio da análise de boletins de ocorrências policiais e da pesquisa exploratória junto dos moradores deste município, foi possível identificar de forma coincidente que os bairros constantes em boletins policiais, foram os mesmos tidos pelos entrevistados como os mais propensos a esta violência, pelo nível acentuado de medo e da

insegurança pública que caracterizam essas áreas residenciais, devido a forma brutal de como tem ocorrido estes crimes, principalmente no período noturno. Abaixo os dados criminais por cada bairro municipal em estudo.

TABELA-8. DISTRIBUIÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MANICA POR BAIRRO RESIDENCIAL

Bairros	Anos											Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Vumba	05	04	08	07	06	03	04	03	03	05	03	51
Josina Machel	02	03	04	03	02	02	03	02	01	03	02	27
7 abril	04	05	07	05	02	04	06	05	04	04	04	50
Manhate	03	02	02	01	02	01	01	02	01	02	02	19
Macureia	00	00	01	00	00	02	01	01	01	00	01	07
4º congresso	05	03	05	03	02	02	02	03	02	03	02	32
Nhaconza	00	01	00	01	01	01	01	02	00	01	00	08
Chinhamapere	00	00	00	00	00	01	01	01	01	01	01	06
25 de junho	02	01	02	02	02	01	01	01	01	01	00	14
5 de setembro	00	00	00	00	00	01	01	01	00	00	01	04
TOTAL	21	19	29	22	22	18	21	21	14	20	16	218

Fonte: Comando da Polícia no município de Manica, 2018.

Neste município, os bairros tidos como inseguros não pela prática sistemática da criminalidade, mas pelo modo violento de como tem sido praticado o crime, são: vumba, 7 de abril, 4º Congresso e Josina Machel. Nas áreas mais periféricas destes bairros, conforme a fala de líderes comunitários locais, para além de assaltos com destaque para os praticados com recurso à armas brancas (facção), ocorrem também um tipo especial de homicídios contra crianças (não necessariamente albinas) com incidências para idades compreendidas entre 3 a 15 anos, protagonizados por um grupo localmente designado por *mabinha ou magandanga*, onde depois da execução, extraem do corpo do finado, o coração e pulmões para fins da magia negra, supostamente para fácil enriquecimento em atividades comerciais, mormente no ramo de transporte e indústrias moageiras ou para tratamento tradicional de problemas espirituais, fins de ascensão na carreira profissional, promoção em cargos políticos e sua manutenção de forma perene, conforme a orientação do curandeiro. Por exemplo: as mãos e os órgãos genitais de menores, representam para os fazedores da magia negra, um medicamento para tratamento relacionado com a sorte no amor e para resolver problemas de infertilidade, tanto feminina como masculina, dependendo do sexo extraído. Esta particularidade de homicídios comparativamente aos outros praticados por exemplo em Chimoio e Gondola, é interpretada como sendo motivada pela própria cultura local que acredita em algumas crenças tradicionais

loais, caso de acreditar que para prosperar na vida é preciso manipular o espírito do defunto ou usando órgãos do seu corpo. Ainda no âmbito da magia negra, alguns curandeiros orientam os seus pacientes a procurarem ossadas humanas para tratamento de seus problemas sociais de varia ordem, sendo assim, estes, anciosos em ver as suas preocupações resolvidas, recorrem a exumação de cadáveres para posterior retirada de ossadas, como ilustra a figura abaixo.

FIGURA-12: UM HOMEM FLAGRADO PELA POLÍCIA NA POSSE DE OSSADAS HUMANAS.



Fonte: Jornal VOA (2017-Online)⁹⁴.

Conforme os nossos entrevistados, estas crenças são típicas da região e com a heterogeneidade cultural, movida pela mobilidade social crescente, tem vindo a reduzir as suas propagandas, prevalecendo entre as populações originárias do local que a todo o custo procuram ludibriar clientes quer locais, quer vindouros, que passam por problemas supostamente espirituais.

Este município com a influência da vizinha República do Zimbabwe que dista quase 30 kms, partilhando as mesmas crenças, as crianças residentes em bairros limistrófes tem sido na sua maioria vítimas preferenciais destes criminosos, pelo fato de ser fácil a sua mobilidade para Zimbabwe, através da violação de fronteira, em caso de perseguição policial, para além de que estes órgãos são vendidos também neste país, devido a partilha destas crenças satânicas.

Neste município, a semelhança de outros, tem se registrado casos de assaltos com recurso a armas de fogo, independentemente do local e hora do dia, dependendo da valoração

⁹⁴ Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/policia-prende-homens-com-ossadas-de-albino-em-manica/3892327.html>. Acesso em 8 de junho, 2017.

do bem pelo criminoso motivado, em termos de vantagens monetárias e da oportunidade oferecida pela vítima. Esses bens na sua maioria são repatriados para a vizinha República do Zimbabwe, através da fronteira fracamente protegida, devido a sua vasta extensão e por meio de corrupção de alguns agentes da polícia de guarda fronteira. Neste município, como já se disse anteriormente, os homicídios que ocorrem com mais frequência, tem estado ligado a superstição ou a fins mágico-religiosas, dado ao predomínio de uma cultura pautada pelas crenças espírituais (confiar no poder dos espíritos para progredir na vida). Ainda conforme os nossos entrevistados, outros homicídios registrados, ocorrem durante a resistência da vítima em atender o criminoso durante a sua abordagem, brigas em bares e de natureza passional⁹⁵. Uma das análises surgem da fala de um entrevistado (comerciante) e residente no município de Manica há mais de vinte anos;

Manica é um distrito que por tradição a sua população aceita a existência de espíritos dos antepassados como protetores quando seguidos os rituais e como amaldiçoadores quando não são seguidos os rituais. Os curandeiros são melhores fontes de consulta sobre o sucesso ou o fracasso de indivíduos durante a sua vida e daí recomendam vários tipos de rituais para que seus clientes prosperem na vida em todos âmbitos, usando magia negra. Às vezes sugerem aos seus clientes para que arranjassem partes do corpo humano de jovens para uma terapia de sorte na vida, com destaque para o coração, dedos e pulmões. Outros ainda sugerem sexo forçado com a sua própria mãe ou dormir no cemitério [...]. Tenho exemplo de um vizinho empresário na área de transporte e indústria moageira que matou o seu sobrinho deficiente (paraplégico) pela recomendação do curandeiro, tendo lhe extraído o coração para tratamento mágico. Foi preso, mas não ficou muito tempo na cadeia, porque pagou [...], é triste mesmo acreditar nos curandeiros. Também há casos de indivíduos que usando *catana* (facão) matam seus pais idosos, acusando-lhes de feiticeiros (CÉSAR, 7 agosto, 2018).

A pesquisa apurou que neste município, o nível de pobreza prevalecente na maioria da sua população, aliada a crenças mágico-religiosas, caracterizam essa especial forma de homicídios, quer de idosos supostamente por acusação de feitiçaria, quer contra jovens crianças para fins supersticiosos, sem descurar aqueles que decorrem de assaltos ou contradições familiares. A tabela abaixo, mostra um dos indicadores de nível de vida dessa população, medido a partir do consumo de água.

TABELA-9: SITUAÇÃO DA ÁGUA CONSUMIDA NO MUNICÍPIO DE MANICA

Situação de água consumida em Manica	Porcentagem dos consumidores (%)
Água do poço sem bomba a céu aberto	44.4
Água do rio, lago ou lagoa	16.8
Água canalizada fora de casa	6.6
Água da fontenária	5.4

⁹⁵ Muitos casos são de infanticídios, em que a mãe mata o bebê, porque o pai recusou-se a assumir a paternidade, alegadamente porque o bebê é resultado de uma traição ou alegadamente porque ela não está preparada assumir o filho.

Água do poço/ furo protegido ou com céu fechado	25.9
Água mineral	0.1
Água dentro de casa	0.8
Total	100%

Fonte: INE, 2014, p.12.

Neste município, apesar de ser a segunda capital econômica da província de Manica, prevalece ainda o consumo de água insalubre em percentagem mais elevada (conforme a tabela acima), o que coloca em risco a população local em contrair doenças de origem hídrica.

Em relação ao saneamento residencial, cerca de 61.1% da população apresenta retrete ligada a fossa séptica; 11.5% apresenta latrina melhorada; 9.4 % latrina tradicional melhorada; 11.7% latrina não melhorada e 5.8% não possui latrina, nem retrete (INE, 2014). Esses níveis de desigualdades sociais, são responsáveis pela prática diferenciada da criminalidade em zonas residenciais, devido à motivações diversificadas dos criminosos, medidas a partir dos seus interesses pessoais.

4.3 FATORES DA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA CRIMINAL NESTES MUNICÍPIOS.

Os fatores⁹⁶ que concorrem para o cometimento da criminalidade de forma geral, conforme os nossos entrevistados, variam segundo as oportunidades que cada ambiente físico e social oferecem e ocorrem de forma conjugada, e são eles: (i) desigualdades sociais e econômicas (o baixo nível de escolaridade dos jovens, o desemprego e outras formas de exclusão social); (ii) Densidade demográfica e extensão territorial; (iii) Consumo excessivo de bebidas alcóolicas e drogas proibidas; (iv) falta de iluminação pública; (v) intransitabilidade das vias de acesso, na sequência da localização do espaço em áreas declinadas ou de construção desordenada de residências; (vi) idade e sexo; (vii) fragilidade na intervenção policial e de outras entidades responsáveis pela aplicação da lei; (viii) Desestruturação familiar e (ix) a precariedade do sistema penitenciário.

As desigualdades sociais aliada a outros fatores, configuram-se como principais responsáveis pela manifestação de diversos comportamentos antissociais, dado ao fato de que elas podem refletir se na pobreza relativa, na educação precária e no desemprego, todos estes elementos em simultâneo, constituem fatores de risco para a prática da criminalidade, para além

⁹⁶ Tudo o que dá como possibilidade a realização de um fato, ou seja, um elemento que pode ser necessário, mas não suficiente para dar um resultado de imediato. Difere da Causa, na medida em que causa é um elemento essencial e suficiente para dar resultado de imediato, ou seja, algo determinante (TONDINELLI, 2009).

de que, pela natureza humana, a convivência entre os indivíduos desiguais no mesmo meio sempre gera tensões sociais pela divergência de interesses e aspirações. Aliás, a sociedade traça metas culturais (reconhecimento, ascensão social na vida, por exemplo), mas não disponibiliza meios legais para lá se chegar, daí que os indivíduos mais predispostos ao desvio, optam em recorrer a meios ilegais para a concretização dessas metas, praticando crime (MERTON, 1968). Outrossim, alguns desfavorecidos atribuem culpa do seu insucesso econômico aos da classe abastada, daí surgem “tensões sociais”, às vezes de forma sutil ou de forma “declarada”, podendo se manifestar em forma de assaltos contra a propriedade destes ou em homicídios em suas diversas modalidades.

Conforme a fala de um dos entrevistados, nestes municípios, as desigualdades sociais, resultam em crimes na medida em que alguns indivíduos sobretudo jovens de sexo masculino, almejam adquirir um determinado bem valorado pela sociedade e não dispendo de meios legais para obtê-lo, na sua maioria para serem reconhecidos socialmente pela ostentação, alguns deles partem para a prática de crimes, dentre eles conexos ao patrimônio (RENALDO, junho, 2018). Na mesma concepção, a pesquisa feita demonstrou que em áreas municipais com níveis não acentuados de desigualdades sociais (zonas centrais destes municípios) e zonas rurais destes distritos, a criminalidade em todas as suas modalidades encontra-se praticamente em índices relativamente baixos, mercê do fato de que todos tem as mínimas condições ou nível de vida quase igual, sendo assim, esses residentes sempre pautaram pelo controle social informal para preservar as suas conquistas, recorrendo para tal a algumas estratégias e dispositivos individuais de proteção⁹⁷ que impelem a ação criminosa. Ademais, algumas evidências da influência das desigualdades sociais na prática da criminalidade foram aferidas pelo pesquisador no momento em que analisava dados estatísticos policiais anível dos 12 distritos que compõe a província de Manica, onde constatou que alguns distritos (Macossa, Tambara, Machaze e Guro) considerados pobres em todas as áreas da vida social, a criminalidade⁹⁸ violenta era quase nula, registrando se de vez enquanto pequenos furtos e homicídios de natureza passional.

Outrossim, a falta de infraestruturas sociais básicas nestes municípios, com destaque para: iluminação pública, atividades comerciais diversificadas 24h/24h, locais de lazer e a intransitabilidade das vias de acesso, constitui um dos grandes motivos propenciadores apontados pelos entrevistados como sendo os que estão na origem de assaltos, principalmente

⁹⁷ Evitar conviver com indivíduos estranhos, montagem de câmeras de vigilância, criação de cães raivosos, colocação de cerca elétrica e contratação de agente de segurança privada.

⁹⁸ Departamento de Estudos, Informação e Planificação (DEIPLA) do Comando Provincial da Polícia em Manica, referentes ao período de 2007-2017.

os recorrentes a instrumentos contundentes em residências e em vias públicas, porque o criminoso encontra maior *chance* de não ficar preso, devido a escuridão e a falta de movimentos de pessoas no período noturno, que é seu horário preferencial de atuação. Este problema associa-se a intransitabilidade das vias de acesso, que impede o normal patrulhamento policial ou em caso de solicitação, dificulta a presença célere de agentes policiais. Este problema de vias de acesso deve-se a construção desordenada de casas, uma ao lado da outra na maioria das zonas residenciais periféricas. Por outro, devido a erosão do solo.

Nos municípios de Chimoio, Gondola e Manica, embora se registrem progressos assinaláveis no ramo industrial, infelizmente constata-se um nível de vida muito desigual por cada área residencial, sendo no mesmo bairro, onde a maioria da sua população é desempregada e vive na penúria (sem iluminação pública, sem saneamento do meio, sem água potável, vivendo em residências de construção precária) numa situação de mistura entre as distintas classes sociais. O desemprego em parte resulta do baixo nível de instrução técnico profissional, que dificulta o seu ingresso nestas indústrias existentes a favor dos imigrantes qualificados. Por outro lado, deve-se a selectividade de atividades por parte de alguns jovens nativos, que sem qualificações, ambicionam ou preferem viver de ostentação, sem ter para tal meios de sua manutenção. Ainda outros, mesmo sem meios legais de sobrevivência recorrem a meios ilícitos, como alternativa por eles encontrada de adquirir bens valorados socialmente de forma rápida. Abaixo as tabelas que mostram o nível de analfabetismo e o nível de agregados familiares que usam energia nas suas habitações, quer para iluminação residencial, quer para confeccionar os alimentos ou para outros fins, porque estes fatores estão fortemente ligados ao fenómeno em pesquisa.

TABELA-10: FONTE DE ENERGIA USADA PELA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHIMOIO E SUA PERCENTAGEM.

Fonte de energia	Percentagem dos usuarios (%)
Uso de petroleo de iluminação	65
Vela	03
Lenha	01
Electricidade	31
Total	100

Fonte: INE, 2013, p.16.

TABELA-11. TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE CHIMOIO

Faixas etárias	Total	Homens	Mulheres
-----------------------	--------------	---------------	-----------------

Total	100%	100%	100%
15-19	17.3	3.8	9.5
20-24	6.6	4.6	17.6
25-29	11.1	5.8	23.1
30-39	13.9	5.9	30.3
40-49	17.9	5.3	46.7
50-59	24.2	12.9	68.6
60 e +	37.1	29.9	85.8

Fonte: INE, 2013, p.18.

TABELA-12: FONTE DE ENERGIA USADA PELA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GONDOLA E SUA PERCENTAGEM

Fonte de energia	Percentagem dos usuarios (%)
Uso de petróleo de iluminação	68
Vela	01
Lenha	27
Electricidade	04
Total	100

Fonte: INE, 2012, p.13.

TABELA-13. TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE GONDOLA

Grupos etários	Total	Homens	Mulheres
Total	100%	100%	100%
15-19	18.9	9.4	28.5
20-24	33.4	13.8	51.4
25-29	41.5	20.1	61.7
30-39	45	22	66.6
40-49	51.4	21.9	80.9
50-59	61.3	33.4	89.9
60 e +	74.6	53	94.7

Fonte: INE, 2012, p. 15.

TABELA-14: FONTE DE ENERGIA USADA PELA POPULAÇÃO EM MANICA E SUA PERCENTAGEM

Fonte de energia	Percentagem dos usuarios (%)
Uso de petróleo de iluminação	71.6
Vela	4.2
Lenha	13.6
Electricidade	9.9
Gerador	0.4
Total	100

Fonte: INE, 2012, p.13.

TABELA-15. TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE MANICA

Grupos etários	Total	Homens	Mulheres
Total	100%	100%	100%
15-19	13.8	7.7	31.6
20-24	21.4	10.2	51.4
25-29	27.3	14.2	40.7
30-44	33.4	16.1	50.8
45 e +	57.2	35.7	79.2

Fonte: INE, 2012, p.15

No concernente ao uso de energia, constatou se que a maior parte da sua população usa petróleo de iluminação em substituição da corrente elétrica, o que mostra falta de uma vontade política, tendo em conta que a maior hidroelétrica do país, localizada na vizinha província de Tete, reverteu-se a favor do Estado⁹⁹ moçambicano há anos atrás. As condições sociais básicas apresentadas nas tabelas acima, mostram um nível socioeconômico baixo da população, contrariando com o que seria viável, tendo em conta que estes distritos são potencialmente agropecuários e com níveis elevados de recursos minerais. Por outro lado, nota se a falta de equidade na distribuição da riqueza, o que leva a que ela se concentre em um grupo relativamente pequeno, ou sem exagero, ela encontra se distribuida por laços familiares, constituindo uma autêntica herança familiar, tornando as famílias tradicionalmente pobres cada vez mais pobres, institucionalizando-a como algo herdado de geração em geração.

⁹⁹ Outrora estava sob gestão do governo português.

Estas desigualdades sociais são interpretadas pelos nossos entrevistados como resultado da falta de vontade por parte do Estado em implementar políticas públicas de forma inclusiva, eficiente e eficaz, dado que estes distritos dispõem de riqueza mínima para que a sua população periférica pelo menos tenha mínimas condições de saneamento do meio, iluminação pública e mesmo residencial. Nestas áreas periféricas, a escuridão que advém da falta de energia eléctrica, para além de impedir a escolarização noturna da população, também coíbe a prática de atividade comercial local e ao mesmo tempo constitui um potencial foco para a ocorrência da criminalidade, porque o criminoso sabe que as *chances* de ser descoberto e preso são menores.

Em relação a escolaridade, em todos os municípios, a maior incidência de analfabetismo centra-se no sexo feminino, o que contribui sobremaneira para a feminização da pobreza. Ainda no concernente ao baixo nível de escolaridade da sua população, a pesquisa constatou que isso aumenta a sua incapacidade de ingressar no mercado de trabalho formal, devido à falta de qualificações profissionais exigidas, sendo assim, origina o seu ingresso massivo no mercado informal e com números elevados de desempregados. O desemprego e a pobreza andam de mãos dadas. Ademais, o baixo nível de escolaridade faz com que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho formal menos remunerado, impossibilitando a satisfação das suas necessidades básicas. Neste contexto, a maioria das pessoas nesta situação, sobretudo jovens que ambicionam adquirir bens de luxo de maneira rápida, partem para a prática da criminalidade, com destaque para crimes contra o património, atividade essa, por eles considerada de rendimentos rápidos para lograrem os seus interesses económicos. Por outro, os do sexo feminino pautam pela prostituição e venda de estupefacientes.

O baixo nível de escolaridade foi também enxergado nestes municípios como responsável pela prática da violência, ou seja, é interpretado como a única forma por eles encontrada de impor o seu respeito e reconhecimento social, alia-se ao fato, a sua incapacidade de mensurar as consequências advindas destas condutas, casos frequentes de linchamentos públicos que quase diariamente ocorrem um pouco por estes municípios, envolvendo jovens menos escolarizados como vítimas e como promotores, exclusivamente em áreas residenciais da classe popular, com maior visibilidade nas áreas periféricas do município de Chimoio.

Ainda conforme os entrevistados, outra ação profícua da escola com um ensino de qualidade é o fato de servir de lugar de manutenção de adolescentes, ocupando-os em boas práticas sociais, prescindindo-se de interagir com marginais nas ruas, diminuindo assim, as grandes *chances* destes ingressarem de forma precoce ao mundo do crime. Salientaram que os efeitos da educação, normalmente não se fazem sentir a curto prazo, mas sim a médio e longo.

Por outro lado, a escolarização foi apontada pela pesquisa como responsável pela prevenção criminal violenta, por ela capacitar o indivíduo a ter várias oportunidades de ingressar no mercado de trabalho e ao mesmo tempo prever consequências das suas ações, ou seja, o indivíduo pelo seu *status* advindo da formação escolar, faz o balanço entre perder o seu emprego razoavelmente remunerado pelo período da sua prisão, risco da sua reputação e o lucro obtido deste crime. A través do setor de controle penal das cadeias municipais, a pesquisa constatou que todo o crime violento, menos lucro traz e sempre encontra-se ligado a indivíduos menos escolarizados. Esta constatação foi aferida de uma análise de relatórios das cadeias, com listas de presos e crimes por si cometidos, neste caso, inferiu-se que um escolarizado prefere pautar por crimes menos ou não violentos, mas com lucros astronômicos, como desvio de fundos, corrupção, fuga ao fisco, entre outros crimes (Controle penal das penitenciárias, 2018).

No contexto da criminalidade, constatou-se que a pobreza nunca deve ser entendida por si só como a causa da criminalidade, mas sim, ela associada a outros fatores, tais como: consumo excessivo de álcool, drogas ilícitas, baixo nível de instrução social e escolar, por serem fatores de risco são responsáveis pela influência no cometimento de crime. Um dos entrevistados, por sinal agente da Polícia, disse;

[...], quase todos os *nhamacatanas* (homens que usam facão) que se envolvem em assaltos tem um nível de escolaridade muito baixo, outros nem sabem escrever. De todos os casos que atendi desses *homens catana*, ninguém mostrou ter a 5ª classe [...], são indivíduos periféricos pobres e viciados em bebidas alcóolicas e surrume (maconha) e realizam esses assaltos simplesmente para alimentar seus vícios. Em alguns bairros desta cidade, os populares já tomam suas medidas *hards* “linchamentos públicos” contra os *gajos* (eles), porque já desconfiam na Polícia e nos tribunais em nada fazer para castigá-los bem, para não voltarem a serem *homens-catanas* (ALBANO, 24 julho, 2018).

Este posicionamento foi reforçado pelo magistrado judicial, que contou a sua experiência como juiz que julga casos criminais ocorridos no município, conforme ele;

Os ditos *nhamacatanas* ou acusados em assaltos com recurso a armas brancas ou mesmo os indiciados por ofensas corporais graves são indivíduos na sua maioria menos escolarizados e muitos deles nem sabem escrever e vem na sua maioria de bairros periféricos pobres e os seus roubos envolvem bens de menor valor para casos de assaltos na via pública (qualquer tipo de telefone, bolsas, brincos e até roupa de corpo) para vender e suportar seus vícios, eles usam agressão física e até matam a vítima perante uma resistência em entregar os bens por eles solicitados ou perante supostas ofensas morais feitas a eles em resultado da crítica de seu comportamento. São indivíduos muito violentos como se pode imaginar que até fazem violações sexuais durante os assaltos em residências, sem remorso, principalmente quando não encontram nada para roubar, porque muitos deles atuam sob efeito de drogas (LAVUMÓ, 28 julho, 2018).

Em relação as motivações do uso da violência, o magistrado disse que variam de acordo com a oportunidade, o nível de resistência oferecida pela vítima, interesse do criminoso e do seu estado emocional, uma vez que muitos deles atuam sob efeito de álcool e drogas proibidas,

sendo assim, o seu desagrado pelo atendimento é imprevisível. No concernente a diferenciação entre os criminosos que usam armas de fogo e os que usam *catanas* (facão), o magistrado disse que depende do seu nível socioeconômico, valor do bem em jogo, seu nível de instrução escolar, racionalidade e o nível de perspectiva do criminoso, sendo que para ele, os *nhamacatanas*, simplesmente o fazem para satisfazer as suas necessidades imediatas sem grande valor social (compra de roupa, pagamento de prostitutas, consumo de álcool e drogas proibidas) enquanto os que usam armas de fogo, o fazem como profissão, com o fito de ostentar bens socialmente valorados pela sociedade, a semelhança de proeminentes funcionários do Estado. Conforme ele, durante um assalto, raramente matam ou disparam. Essa forma é vista como alternativa racionalmente planejada de evitar que a vizinhança aperceba da sua presença no local do crime e como forma de economizar as exíguas munições, para além de ser uma forma por eles encontrada de evitar deixar fortes indícios que possam levá-los a sua descoberta pela polícia durante a investigação do delito.

No concernente ao consumo excessivo de bebidas alcóolicas, a pesquisa constatou que os seus consumidores sempre apresentaram-se configurados como vítimas e como transgressores. Como vítimas, na medida em que ao regressarem para as suas residências em estado de embriaguês, como não bastasse no período noturno, são facilmente assaltados, devido a sua incapacidade física de desafiar o transgressor. Por outro lado, são agredidos ou agredem outros fisicamente, na sequência da sua imprudência, caracterizada por ofensas morais (insultos) contra seus amigos ou pares da bebedeira, resultado do efeito desta droga em algumas pessoas. A maioria dos entrevistados, disse que, uma vez que o consumo excessivo de álcool e drogas proibidas vicia, tem sido apontado como responsável pela prática de crimes de furtos e roubos, alternativa encontrada pelos consumidores para alimentar seus vícios e sua ostentação social, porque a maioria deles é desempregado, simplesmente depende de pequenas atividades sazonais, localmente designada por *mutraquita* (biscate). Os nossos entrevistados, salientaram que muitos casos de assaltos na via pública e lesões corporais graves estão ligados ao consumo de bebidas alcóolicas e drogas. As drogas como *haxixe e cocaína* são recorrentemente consumidas na sua maioria por usuários de armas de fogo, por ser uma droga cara, enquanto que os recorrentes à armas brancas consomem na sua maioria *cannabis sativa* ou álcool. Todas as drogas são consumidas com objetivo de encontrar uma coragem para desafiar qualquer vítima sem remorso. A *cannabis sativa* é consumida maioritariamente por indivíduos da classe baixa por ser acessível às suas condições socioeconômicas. Nesta questão, um dos entrevistados, por sinal líder comunitário, disse;

É complicado falar de consumo de álcool e *suruma* (maconha), porque todas as belichadas feitas com garrafas e ferros (lesões corporais graves) sempre ocorrem entre bêbados, porque desentenderam-se no bar por causa de uma *dama* (menina) ou porque insultaram-se. Mesmo os *nhamacatanas* e esses que usam pistolas, antes de cometerem o crime, ou bebem um pouco ou fumam *suruma* para terem coragem de belichar às vítimas, às vezes até a morte, são pessoas anormais no período do crime, mostrando-se arrependimento no dia seguinte já no *xilindro* (celas da Polícia). Não só, mas também para suportar os seus vícios de bebida e droga, muitos dos seus consumidores recorrem a furtos e roubos, tanto em vias públicas como nas casas. É aí onde o governo devia regular a comercialização do álcool, porque para além de destruir relações conjugais, tem estado a provocar furtos e roubos (SALVADOR, 23 junho, 2018).

No mesmo diapasão, um outro entrevistado, por sinal preso por assalto a mão armada, contou a sua experiência como assaltante, dizendo;

Epha! Tenho 32 anos, comecei essa *cena* (coisa) durante a minha infância, subtraindo açúcar e dinheiro em casa e na escola vasculhava as mochilas dos colegas e subtraía *cenas* como: cadernos, lápis e canetas durante o recreio e trocava a capa e o bico das canetas para os donos não descobrirem. Fazia isso sempre porque a minha mãe comprava cadernos baratinhos e eu tinha vergonha de tirá-los em público. Quando fui apanhado, envergonharam-me e eu abandonei a escola e juntei-me a um grupinho de amigos que não estudava e comecei a fumar *suruma* (maconha) e beber *nipa* (bebida destilada). Já aos 20 anos, por intermédio de um amigo do meu amigo *nhamacatana* recém-chegado de Quelimane com *adidas e nike* (tênis de marca), convenceu-nos a entrarmos neste trabalho, assaltando no começo mulheres nas vias públicas pouco movimentadas à noite e depois na cadeia conheci um amigo que estava lá por assalto. Fiquei lá dois anos e depois da minha soltura, ele já estava fora por ter sido inocentado, daí planificamos dedicar a esse trabalho, porque não há outra coisa no mundo de corrupção [...]. Depois de vários assaltos já noutra grupo, fui pegue nesta *cena* e estou a qui a cumprir uma *cena* de (coisa) 8 anos, mas vou sair [...] (EMÍLIO, 11 de junho, 2018).

Neste depoimento, está claro que a falta de repressão ou penalização de indivíduos por cometer pequenas infrações, leva a que os mesmos se envolvam em infrações graves (WILSON, KELLING, 1982). Também ficou patente que a evasão escolar, as más companhias, o consumo de droga e o nível baixo de educação, quer formal, quer informal contribui de forma positiva para a formação da subcultura delinquente, resultando no cometimento da criminalidade (COHEN, 1963). Adiciona-se a isso a corrupção no sistema de justiça criminal que leva a que os indivíduos, mesmo condenados a pena de prisão efectiva, acabem não cumprindo, porque pagam dinheiro em substituição da pena de prisão aplicada. Essa falta de cumprimento ou concretização da pena aplicada, na interpretação dos entrevistados é responsável pela reincidência criminal em Moçambique em geral e nestes municípios em particular.

Outro detalhe constatado pela pesquisa é a relação existente entre o consumo de substâncias psicoativas e a criminalidade. Da pesquisa feita a nível das penitenciárias destes municípios, o setor de controle penal, neste caso, entidade que controla passo a passo a vida dos presos na cadeia, desde os seus antecedentes criminais, o tipo de pena em cumprimento, o

ano do término da pena e seu comportamento diário, constatou-se que muitos presos que dão entrada nestas penitenciárias são na sua maioria jovens do sexo masculino, cujos crimes (homicídios, assaltos à mão armada, furtos e lesões corporais), no qual são acusados, estiveram ligados ao consumo de drogas. Conforme os nossos entrevistados, por sinal policiais, o consumo destas drogas é feito segundo os objetivos de cada consumidor, por exemplo, alguns que consomem *cannabis sativa*, alegam encontrar na droga uma fonte de energia física para exercer uma atividade que pela sua natureza exige o uso da força física, é o caso de trabalhos no ramo de construção civil, prática da agricultura de subsistência com enxada de cabo curto, mas noutros casos, preferem consumi-la para encontrar uma tenacidade de praticar assalto ou homicídios sem nenhum remorço, no meio relaxante, como salientam os nossos entrevistados.

Por outro, conforme a fala dos policiais, as drogas ditas pesadas e caras, nomeadamente cocaína, mandraxi, haxixe, os seus consumidores natos, fazem parte da classe média e alta, sendo que os seus objetivos, traduzem-se no lazer, ou seja, estas drogas são vendidas e consumidas em locais de lazer de alto padrão: discotecas e em shows públicos, como forma de diversão “relaxamento”, para além de que alguns de seus usuários, o fazem para protagonizar crimes hediondos de alto rendimento sob o ponto de vista econômico, crimes estes, que não conseguiriam sem que tenham consumido as tais drogas, como: assaltos com recurso a armas de fogo, sequestros de empresários e homicídios, dentre eles premeditados em caso de vingança e também outros decorrem da resistência da vítima em atendê-los durante a sua abordagem criminosa.

A pesquisa constatou que a diferenciação no uso destas drogas está relacionada com o nível socioeconômico dos seus consumidores, bem como o tipo de finalidades, onde os *nhamacatanas* pelo seu nível socioeconômico débil, sempre recorreram ao uso de *cannabis sativa* (maconha) e álcool, como forma de diversão (relaxamento) e busca de energia para realizar atividades que exigem o uso da força física ou para ter coragem de cometer algo sensível, diferentemente dos consumidores de cocaína, haxixe e mandrax, que para além de usá-las como forma de relaxamento em discotecas e outros locais de lazer, consome-as para executar crimes hediondos (ex: homicídio e sequestros) com elevados rendimentos econômicos, dada a sua posição social situada entre a classe média e alta.

QUADRO-5. NÍVEL SOCIAL E OBJETIVOS PELOS QUAIS SE CONSOME DROGAS

TIPO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (DROGAS)		
Álcool	<i>cannabis sativa</i> (Maconha)	Cocaína, Mandrax e Haxixe
Objetivos alegados	Objetivos alegados	Objetivos alegados

-Relaxamento, distraindo se de alguns problemas sociais; -Diversão em grupos de amigos;	-Como fonte de energia para desenvolver atividades que exigem esforço físico; - Forma de se distrair de problemas sociais;	-Diversão e relaxamento em shows, bares, prostíbulos;
-Fonte de coragem para praticar alguns atos indecentes ou incivis (insultos, barulho, acusações infundadas, ...)	-Fonte de coragem para praticar atos indecentes; -Diversão ou relaxamento em grupos de amigos;	-Fonte de coragem para executar alguns crimes hediondos, mormente recorrentes à armas de fogo, sem remorso;
_____	-Para rituais de rastafari, considerada forma de adorar Deus Jah ¹⁰⁰	_____
Consequências nefastas		
-Práticas de delitos, dentre os quais: homicídios, assaltos, lesões corporais e ofensas morais;	-Práticas de delitos, dentre os quais: homicídios, assaltos, lesões corporais, recorrentes a armas brancas e de fogo, sem remorso;	-Práticas de crimes hediondos como: homicídios, sequestros, assaltos à grandes empresas, roubos de carros e a empresas com recurso a armas de fogo;
-Internamentos para desintoxicação.	-Internamento para desintoxicação;	-Internamentos;
- Demência e morte;	- Demência e morte.	-Demência, infecção por doenças transmissíveis e morte.
Nível socioeconômico dos consumidores		
-Todas as classes com destaque para a classe popular na sua maioria.	- Na sua maioria da classe popular, com pouca notoriedade a classe média e alta.	- Todas as classes, com mais incidência a classe média e alta.

Fonte: Controle penal das penitenciárias e boletins de ocorrências policiais municipais [2014/2018].

Do quadro acima e conforme relatórios e boletins de ocorrências criminais analisados, as evidências claras mostram que de todas as substâncias psicoativas ilegais consumidas pela população destes municípios, a *cannabis sativa* ou *Suruma* (maconha no Brasil) está na dianteira, porque para além de ser consumida com propósitos criminais e diversão por jovens, ela é a única substância que tem sido consumida pela maioria de seus psicodependentes para se ter energia de realizar uma determinada atividade benéfica para sociedade, como é o caso da prática da agricultura de subsistência, destroncar árvore ou mesmo algum trabalho no ramo de construção civil. A acessibilidade da *cannabis sativa* a maior parte dos consumidores, tem a ver com o seu baixo preço, devido a sua elevada oferta, ao passo que as restantes drogas (haxixe, mandrax e cocaína), são drogas caras, sendo assim, são consumidas pelos psicodependentes da

¹⁰⁰ Uma crença que emerge na Jamaica nos anos de 1930, vulgarizada pelas músicas do cantor Boby Marley e que tem sido seguido por milhões de pessoas a nível do mundo, com objetivo de exaltar os feitos de Deus Jah como representante de Jeová na terra, tendo se encarnado como imperador da Etiópia Haile Selassie I. Os rastafári caracterizam-se por serem vegetariano, criação de cabelos e barbas longos, preferindo se tratar com ervas medicinais, onde a *cannabis sativa* é a única droga sagrada, usada em rituais de meditação, quando interpretam passagem do livro de Gênesis, salmos e provérbios como convite para consumir *cannabis sativa*. Disponível em: <https://conceitos.com/rastafari/>. Acesso em: 23 julho de 2019.

classe média e alta, como forma de lazer/diversão e para ter coragem de praticar crimes hediondos rentáveis, sob o ponto de vista econômico. De forma geral, pelo elevado preço na sua aquisição, a cocaína, mandrax e haxixe, são drogas consumidas por indivíduos da classe média e alta, não obstante ao fato destas classes consumirem também *cannabis sativa* e álcool, dependendo do seu desejo, diferentemente dos da classe baixa que pela sua condição socioeconômica debilitada, pautam pelo consumo de álcool e *cannabis sativa*, sendo na sua maioria em simultâneo.

A suposta banalização da criminalização da *maconha* em quantidades insignificantes, como por exemplo: uma quantidade abaixo de meio quilo ou em pequenas bolinhas¹⁰¹ como tem sido o seu comércio informal a retalho, é apontada pelos entrevistados como fator que leva o aumento de jovens e adultos ao seu consumo, quer para realizar trabalhos socialmente valorados pela sociedade que exigem esforço físico, quer para jovens marginais, alegadamente para relaxamento e para se ter coragem de envolver se em práticas criminais sem remorso, mormente em áreas periféricas socioeconomicamente excluídas, onde o seu consumo se dá como algo legal.

FIGURA-13: JOVENS CONSUMINDO *CANNABIS SATIVA*, EM PLENA LUZ DO SOL



Fonte: autor, 2018.

A pesquisa junto dos entrevistados (policiais e magistrados) constatou que o tráfico e consumo de drogas na sua holisticidade é apontado como responsável pela prática de diversos delitos, dentre os quais, crimes contra patrimônio (roubo, furto, abuso de confiança,...) para

¹⁰¹Pequenos embrulhos de maconha em plástico ou cartolina numa quantia de cerca de um grama cada.

sustento do vício e contra pessoa (homicídios), podendo ser como alternativa por si encontrada de silenciar aqueles que se recusam a pagar as dívidas, advindas da compra dessas drogas. Por outro, esses homicídios ocorrem também em resultado do desequilíbrio emocional ou psicológico dos seus usuários, quer em lugares de lazer, quer no seio familiar. Ademais, o tráfico de drogas é igualmente apontado como responsável pelo financiamento na compra de armas de fogo para a sua autoproteção contra rivais e para a prática de outros crimes rentáveis sob o ponto de vista econômico, como é o caso de sequestros¹⁰² de empresários e assaltos de grande magnitude.

A desestruturação familiar pela separação ou pela morte de um, ou de todos os parentes, foi apontada pela maioria dos nossos entrevistados, como sendo um dos fatores de risco e terreno fértil para o envolvimento precoce de jovens no consumo de *cannabis sativa* e álcool, porque os petizes em idade escolar sentem-se desamparados e nesta sequência de falta de calor parental, abandonam a escola e socializam-se em ambientes de tráfico e consumo de drogas, tornando-se meninos na rua e da rua, sobrevivendo de pequenos biscates e furtos simples que realizam, onde dos valores monetários obtidos compram também *cannabis sativa* e álcool. Essa vulnerabilidade social a que estão expostos, condiciona o seu rápido envolvimento em crimes de maior magnitude, caso haja um convite dos mais experientes nestas práticas. Outrossim, verificamos que a delinquência juvenil tem a ver com alguns pais e encarregados de educação que passam a dar mais prioridade à busca pela sobrevivência dos filhos em detrimento da sua instrução social e escolar. Aliás, esquecem que a escola desempenha um papel preponderante para a vida eterna das crianças, por várias razões, dentre elas: pela sua capacidade de ocupá-las em atividades socialmente profícuas, evitando que elas entrem precocemente em contato com ambientes socialmente nocivos, dota as crianças para que saibam diferenciar o bem do mal, através da moldagem de sua conduta, para além de que assegura uma qualificação profissional de jovens para ingressar no mercado de trabalho razoavelmente remunerado.

Outro fator não menos importante, ligado à criminalidade nestes municípios, constatado pela pesquisa é a precariedade do sistema penitenciário, que consiste em não cumprir com as suas atribuições como uma instituição responsável pela ressocialização dos delinquentes, ou seja, esperava-se desta instituição a transformação de criminosos em indivíduos úteis à sociedade. Conforme a nossa observação direta e a fala de um recluso, aferiu-se que por falta de celas suficientes para albergar os presos, eles são misturados em celas sem a observância

¹⁰² Sequestram empresários ou seus familiares diretos com propósito de cobrarem avultadas somas em dinheiro para o resgate do refém.

das suas dimensões, da idade e da gravidade dos crimes de que são acusado, para além da mistura de condenados e não condenados, o que tem tornado esses presídios em uma autêntica “escola de criminosos”, ao permitir que um simples suspeito ou criminoso que tenha entrado por um crime de menor gravidade seja misturado com um homicida, e que depois de cumprida a pena, volte à mesma prisão por um crime de pena maior, por lá ter partilhado aprendizagens criminais sofisticadas e gravosas, através de fortes laços de amizade estabelecidos com os criminosos profissionais, salientou o nosso entrevistado (EMÍLIO, 11 junho, 2018). Na mesma aceção, um outro entrevistado, por sinal líder comunitário, disse;

Hahaha..., as cadeias viraram lares escolares dos *gatunos* (criminosos), onde eles entram por um crime menor e aí eles aprendem como melhor praticar crimes de sangue e mais lucrativos, porque não tem outra ocupação na cela, a conversa é sobre como ter uma vida melhor por meio da criminalidade. Tenho um vizinho que primeiramente entrava por roubar galinhas no bairro e passava lá um mês a dois e depois virou *nhamacatana* e agora ouvimos que está preso por ter cometido um homicídio durante o roubo, o que quer dizer que a primeira prisão que teve, não foi suficiente para lhe lavar a cabeça. O mais preocupante ainda é que lá na cadeia, eles têm acesso a *suruma* (maconha) e ao álcool o que é muito estranho e preocupante para uma cadeia (CARMONA, 26 junho, 2018).

Quando questionado sobre como é que as substâncias psicoativas proibidas e o álcool chegam às celas, o nosso entrevistado apontou a corrupção de alguns agentes penitenciários que fiscalizam a entrada de produtos destinados aos presos, após receberem dos seus familiares ou amigos durante as visitas. Por outro, a negligência destes agentes penitenciários em fiscalizar a comida e roupas que os familiares destes trazem, tem feito escapar as drogas e instrumentos contundentes, que frequentemente são introduzidos nestes bens. E com frequência tem-se relatado casos de fuga de presos condenados por crimes hediondos, através de serramento de grades das celas, usando folhas de serra, introduzidas nestas condições negligenciadas na fiscalização. Esta fala foi corroborada por um agente da Polícia.

Na mesma aceção da corrupção dos agentes penitenciários, um dos presos, disse;

Epha! Tenho 28 anos, estou há 2 anos preso aqui, cumprindo uma *cena* (coisa) de oito anos por assalto à arma de fogo, sinto-me à vontade, porque faço o que faria em casa. De noite saio para casa *ferrar* (dormir) com a minha *dama* (esposa) e volto pela manhã cedo para não ser reconhecido pela vizinhança. O segredo é ter confiança com esses *gajos* (agentes penitenciários), dando refresco (propina), quase todos já me conhecem. A visita de meus amigos e familiares leva 2 a 3 horas, mas dos outros leva cerca de 30 min, neste mundo com dinheiro ninguém sofre (ALFEU, 26 de junho, 2018).

Nas penitenciárias municipais, a pesquisa constatou que a superlotação das cadeias, a impunidade, resultante da corrupção perpetrada por agentes responsáveis pela aplicação da lei a todos os níveis, a ociosidade dos presos, maus tratos e a sua mistura, sem olhar a capacidade das celas, a idade e a gravidade de delitos de que são indiciados, constituem fatores responsáveis

pela reincidência criminal, dado que o encarcerado, devido ao meio deplorável e violento a que está envolvido, em vez de aprender modos de vida saudáveis, acaba aprendendo comportamentos cada vez mais criminosos e violentos. Isso traduz-se na incapacidade do Estado em ressocializar os presos por meio de implementação de políticas públicas socioeducativas, viradas para a sua formação técnico-profissional de qualidade. Por outro, a falta de formação profissional de qualidade dos seus agentes. A introdução de cursos profissionalizantes para os próprios presos em diversas áreas do saber, como construção civil, carpintaria, serralharia, eletricidade, mecânica, etc., seria um gás de oxigênio para evitar a sua reincidência criminal, dado que cumpriram as suas penas já com uma profissão nas mãos, o que possibilitaria-lhes a uma inserção de forma rápida e igualitária no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal e ao mesmo tempo reduziria o nível de discriminação a que os ex-apenados são sujeitos.

Outra constatação feita pela pesquisa é que pela ociosidade dos presos, o Estado tem vindo a gastar avultadas somas em dinheiro para o funcionamento dos presídios, desde o pagamento de energia elétrica, água, comida, vestuário, investimento em construção de novos presídios, formação de agentes responsáveis pela aplicação da lei (policiais, agentes penitenciários e magistrados) e sua remuneração mensal, sem no entanto tirar ganhos deste investimento. Neste contexto, acredita-se que uma das formas mais ideais de evitar estes gastos estatais estrondosos, seria implementação da política de penas alternativas à prisão para casos menos graves, tais como: prestação de serviço à comunidade, justiça restaurativa ou através de prisão em regime aberto, onde os presos de dia sairiam para realizar as suas atividades remuneráveis junto à comunidade e ao pôr do sol voltariam para as celas ou para a chamada casa de albergue.

Em relação à justiça restaurativa, os nossos entrevistados frisaram que os presos por crimes não hediondos, sem condições financeiras para pagar as suas vítimas, estariam submetidos a trabalhos em firmas privadas ou públicas, onde o valor pago pela prestação individual do serviço, uma parte iria servir para as suas famílias e para a sua manutenção no presídio e outra parte iria pagar pelos danos causados por estes às suas vítimas, permitindo assim, que o criminoso para além de cumprir a sua pena de prisão, resolveria também o problema com a vítima, criando desta feita uma reconciliação harmónica entre ambos, reservando-se o encarceramento, em princípio à criminosos envolvidos em crimes hediondos. Para além de descongestionar as cadeias, as prisões abertas, seriam uma forma de reintegrar os presos à sociedade, através de atividades coletivas e rentáveis que prestam à sociedade, uma

vez que o regime carcerário atual é muito ruim para a ressocialização do criminoso, não obstante a sua onerosidade para o Estado.

No tocante a prevenção e combate a criminalidade, a pesquisa aferiu junto dos entrevistados, duas posições contrárias, sendo uma, segundo a qual para acabar com a criminalidade seria necessário construir mais cadeias, aumento de mais policiais, restrição de alguns direitos humanos aos presos e aplicação imparcial da lei, o que na sua opinião seria uma dura realidade para o criminoso e que cumprida a pena, estes não teriam mais coragem de reincidir nestas práticas. Por outro lado, outros acreditam que a redução da criminalidade passaria necessariamente pelo investimento na educação de qualidade, principalmente para jovens, criação de variados postos de emprego para todos, mediante a formação profissional de cada um ou talento, para além da aplicação fiel da lei. Para eles, estas medidas inibiriam que os jovens predispostos ao desvio enveredassem pelas práticas criminosas como saída para a sua sobrevivência e como resultado não haveria necessidade de construir mais cadeias, nem formação de mais policiais. No entender destes entrevistados, a criminalidade é vista por jovens excluídos como uma alternativa de emprego “*ganha pão*” e também como meio que lhes tornam reconhecidos socialmente, através da ostentação de bens valorados na sociedade “*sonho americano*” (MERTON, 1968).

4.4 VARIÁVEIS QUE CONCORREM PARA A PRÁTICA DIFERENCIADA DE CRIMES.

Como dito acima, a criminalidade nestes municípios ocorre, tendo em conta a oportunidade que cada ambiente específico apresenta, ou seja, as motivações para a prática da criminalidade variam de região para região, devido em parte, aos aspetos culturais, densidade demográfica, extensão dos bairros residenciais, nível de incivilidade e condições sociais e económicas dos seus habitantes. Por outro, a situação geográfica da área (relevo) e o estilo de vida da vítima (Dados dos relatórios policiais e da observação direta, 2018).

QUADRO-6: VARIÁVEIS QUE CONDICIONAM A PRÁTICA DIFERENCIADA DA CRIMINALIDADE ENTRE ÁREAS MUNICIPAIS.

Variáveis independentes	Variáveis dependentes
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Densidade populacional ; ▪ Extensão de bairros; ▪ Consumo excessivo de drogas proibidas e álcool ▪ Nível de escolaridade ▪ Escuridão ▪ Idade e sexo 	Criminalidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assalto à facção; ▪ Assalto à mão armada; ▪ Homicídios;

▪ Crenças culturais	
▪ Clima do ar	
▪ Nível socioeconômico da população	
▪ Níveis de incivildades	
▪ Oportunidade oferecida pela vítima (Rotina)	
▪ Desorganização social e estrutural das áreas residenciais	
▪ Impunidade	

Fonte: Elaboração própria a partir dos boletins de ocorrências policiais, 2018.

A partir dos dados obtidos em boletins de ocorrências policiais, foi notório que o fenômeno criminal está associado em grande medida: a densidade demográfica dos bairros, sua extensão, nível de coesão social, nível de escolaridade, nível de incivildades, o nível socioeconômico das vítimas, idade e sexo da população. A par disso, as Políticas de Segurança Pública em Moçambique, para além de serem desenhadas pelo Comando Geral da Polícia, unificando as formas de atuação dos seus agentes, não olham para as especificidades de cada região do país e o tipo de motivações para cada tipo legal de crime, dado que uma atuação uniforme seria incapaz de prevenir e combater de forma eficaz e eficiente um tipo legal de crime se calhar raramente praticado em outras regiões.

Nos municípios em pesquisa, constatou-se a existência de ocupação socioespacial diferenciada, quer por questões da configuração do relevo, quer em função cultural e ainda em função da renda, embora seja no mesmo bairro residencial. Estas diferenciações ocupacionais do solo urbano, influenciam positivamente na prática diferenciada da criminalidade, dado que um determinado ato acaba tendo uma valoração diferenciada pela influência cultural, ou seja, algumas culturas conflituam-se na valoração negativa do ato, o que quer dizer que no mesmo município existem bairros com maior incidência criminal que outros ou um tipo legal de crime mais saliente que em outros bairros, por exemplo, o uso da dor como maneira de educar; mesmo os indivíduos que usam facão (*nhamacatanas*), os seus assaltos não tem incidências em todos os bairros periféricos, ainda que tenham o mesmo nível de exclusão socioeconômica. Conforme a fala de alguns entrevistados, esse fato deve-se a formas culturais diferenciadas de encarar o fenômeno criminal, pois, existem culturas conservadoras intolerantes ao crime, onde uma das medidas contra esta prática desviante é a sua imediata repressão física, através de uma ação colectiva de violência (linchamento) contra o prevaricador. Para os entrevistados, as áreas residenciais com a maioria da população de etnias *ndau e cena*, existem uma intolerância zero

destas práticas, porque acreditam que a falta de dor na pele do criminoso, motiva as tais práticas criminosas. Conforme um dos entrevistados, por sinal líder comunitário, disse;

Nesta cidade de Chimoio, existem bairros e zonas residenciais em que os próprios *nhamacantanans* sabem que quando encontrados são severamente batidos até a morte pelos residentes, sendo assim, eles preferem atuar em áreas onde as pessoas são bondosas demais quando são visitadas por eles, onde as vítimas ligam para a Polícia. Por exemplo nas áreas onde tem muitos *mandaus* (etnia *ndau*) e *macenas* (etnia *cena*), esses *gajos* (criminosos) nem experimentam. Os que experimentam são aqueles que desconhecem da situação da área ou conhecendo, mas sob efeito de drogas, *mbanje* (cannabis sativa) e *tontonto* (bebida destilada), mas acabam sendo queimados vivos com pneus e gasolina ou mesmo serem espancados até perder sentido ou morrer (PINTO DE ABREU, 26 maio, 2018).

Uma entrevistada circundando a fala dos outros entrevistados, disse;

Hahaha..., neste bairro 7 de abril, na área de nós os *mandaus* não brincamos com gatuno (criminoso), já matamos muitos gatunos aqui, através de bater e queima de pneus com gasolina, todos esses gatunos queimados foram reconhecidos como sendo moradores de outros bairros, fazem tempo em lugares de consumo de bebidas alcoólicas de fabrico caseiro “*tontoto ou nipa*” (bebida alcóolica destilada) às vezes com catanas (faca) escondidas na cintura e tapadas por sobretudo (casaco) ou esconde no lixo. Os *gajos* (bandidos) atuam à noite e sempre posicionam se nestes locais de consumo de *tontonto*, depois de identificar as casas a vandalizar, fazem tempo, observando as condições dos outros consumidores na bebedeira e quando chega a hora da sua atuação, retiram se para a ação começando pelos consumidores de *tontonto* quando se retiram para as suas casas. Eles nunca atuam sérios, ou bebem ou fumam *suruma* (ELISA, 16 de maio, 2018).

Conforme a fala dos nossos entrevistados, os linchamentos constituem uma forma eficaz de controle social informal do crime e mais recorrida em caso de um assalto com arma branca. Ainda conforme as falas, no mesmo bairro podem existir áreas mais vulneráveis a homens catana do que em outras por conta da cultura prevalecente na área. Os bairros 7 de abril, bairro 5, 25 de junho, Francisco Manyanga, 3 de fevereiro, Josina Machel, centro hípico e bairro 5, são os com áreas que tem registrado casos de *nhamacatanans*, mas os mais preferidos de todos são algumas dos bairros 7 de abril, 25 de junho, 3 de fevereiro, Josina Machel e bairro 5. Esses *nhamacatanans* ou *homens catana*, atuam com maior incidência em áreas residenciais por eles identificadas como pacíficas, onde a população pela força da cultura é passiva em aplicar a justiça pelas suas próprias mãos, as restantes áreas destes e de outros bairros com a população intransigente para com estas práticas desviantes, nota se uma redução considerável destes assaltos.

Um dos detalhes constatados pela pesquisa é que estes bairros residenciais (7 de abril, 25 de junho, bairro 5 e 3 de fevereiro) são mais extensos e com uma densidade populacional maior a nível da província de Manica e fazem limites com outros bairros através de riachos, usados como um vaso comunicante para o intercâmbio dos criminosos, uma vez que pela intransitabilidade das vias de acesso, a vigilância policial é quase nula e isso é do conhecimento

dos delinquentes. A maior parte da população dessas áreas limítrofes é desprovida de iluminação pública, tanto quanto residencial, para além de serem bairros com um nível elevado de outras carências e de coesão social, daí que os *homens catana* encontram esses ambientes como favoráveis para a sua atuação.

A situação geográfica de algumas áreas residenciais periféricas condiciona a ocorrência de vários delitos, principalmente os praticados com recurso à instrumentos contundentes, por exemplo; as áreas residenciais declinadas, devido a natureza do relevo, com problemas de vias de acesso, iluminação pública e edificação desregrada de residências, são as mais preferidas por assaltantes *nhamacatanas*, porque eles sabem que a possibilidade de serem identificados e presos pela Polícia é rara, acresce-se a isso, a ausência de coesão social e patrulhamento policial, mormente no período noturno, o período predileto de homens catana, conforme ilustra a fala de um dos entrevistados;

Epa, nós aqui estamos mal com *nhamacatanas*, não temos luz, nem estradas que se anda bem, por causa da erosão e das nossas casas juntas. Quando ligamos para a Polícia não nos atende, se nos atende é porque é tarde. Esse assunto de falta de luz e de estradas circuláveis é do conhecimento do governo, porque nas reuniões com eles sempre falamos, mas nada fazem para resolver o problema. Esse problema de vias de acesso já afeta outras áreas da vida social, quando alguém está doente ou a mulher quase para dar parto ficamos sem saber como evacuá-los para hospital, porque nem taxi chega aqui. Os *nhamacatanas* fazem e desfazem porque sabem que não vão ser apanhados e presos, mas um dia julgaremos sozinhos estes malandros (MIRIAMO, 27 maio, 2018).

Questionados sobre qual seria a forma ideal para se mitigar este problema de *Nhamacatanas*, os entrevistados foram antagônicos nas suas respostas, mas todas pertinentes. A maioria apontou a requalificação dos bairros e abertura de vias de acesso dentro destes bairros para permitir a intervenção policial, para além da iluminação pública e criação de oportunidades de emprego para jovens, independentemente da sua formação profissional. O outro grupo declinou-se defendendo a aplicação fiel da lei, ou seja, para eles, a impunidade está na origem das práticas criminais frequentes, no seu entender o criminoso devia ficar na cadeia. Este último grupo acusa de forma veemente as entidades de justiça criminal de não punir duramente e exemplar os criminosos, porque segundo eles, a concretização da pena embora branda, seria uma alternativa desencorajadora de comportamentos criminais reincidentes (prevenção especial do crime) e outros indivíduos com as mesmas pretensões (prevenção geral do crime), consubstanciando deste modo nas finalidades das penas.

Quando indagados sobre o surgimento de *Nhamacatanas* ou *homens catana* na província de Manica, os nossos entrevistados foram divergentes quanto ao ano em que fizeram se sentir nesta província, embora ambos dissessem que teve seu início na década de 2000, mas

de forma não precisa. A maioria disse ter se feito sentir em 2006, mas o outro grupo constituído por policiais, disse ter iniciado em 2002 no município de Chimoio, neste período, eles atuavam na via pública em número de dois a três indivíduos, os seus principais alvos, inicialmente eram mulheres que circulavam em áreas sem iluminação pública no período noturno, onde assaltavam telefones celulares, bolsas, dinheiro e outros artigos de valor, e com o decorrer do tempo foram atacando homens e invadindo residências na presença dos proprietários.

Um dos policiais que contou a sua experiência profissional em relação a homens *catana*, disse;

Quando iniciaram esses *nhamacatanas* nos meados de 2002, estava de oficial de permanência (oficial de plantão) na primeira Esquadra da Polícia, eles atuavam em locais escuros, sendo na sua maioria na via pública e suas preferenciais vítimas eram alunos do curso noturno quando regressavam das aulas, viajantes e indivíduos quando voltassem de locais de diversão noturna “discoteca”, as primeiras vítimas, porque não entendiam o fenómeno, mostravam resistência durante as abordagens e eram gravemente feridas e mais tarde em 2007, tornou se um caso geral, em que já invadiam residências um pouco por todos os bairros da cidade de Chimoio e nos municípios de Gondola e Manica, em 2008, na sequência do seu recrutamento, aliada a suposta inação da Polícia em prevenir tais ações, os populares tomaram a iniciativa de punir, usando as suas próprias mãos, dando lugar aos “linchamentos públicos em Chimoio”, tendo atingido proporções alarmantes em 2009, que até hoje fazem se sentir um pouco por toda a província de Manica (RAÚL, 27 de maio, 2018).

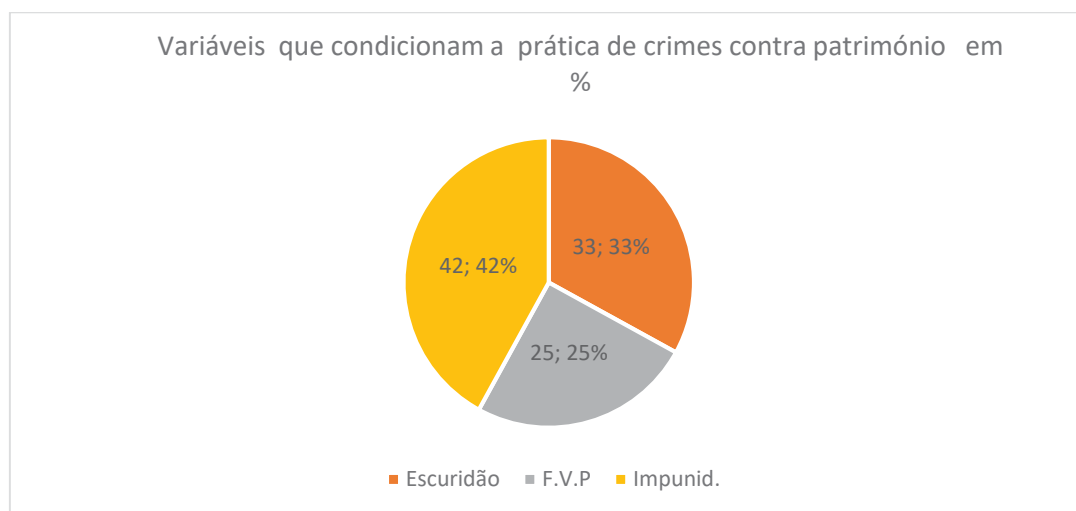
Nestes municípios, a prática de alguns delitos contra a vida, varia conforme as pretensões dos criminosos, podendo ser determinadas a partir de crenças culturais que defendem a superstição como forma mais ideal para ascensão em todos os aspectos da vida social. Por exemplo: no município de Manica, os homicídios protagonizados contra indivíduos não albinos para fins de magia negra também tem ganhado terreno, diferentemente dos municípios de Chimoio e Gondola, em que estes assassinatos para fins de magia negra tem incidido somente em indivíduos com problemas de pigmentação da pele (albinos), querendo dizer que, para os mesmos fins, a interpretação dessas crenças difere, dependendo daquilo que a cultura mais valoriza. Outrossim, no município de Manica, os assaltos com recurso a arma de fogo, tiveram o seu pico entre 2009 e 2014, momento em que o ouro e os diamantes eram amplamente extraídos e vendidos aos libaneses e esses eram principais vítimas destes assaltos.

Em relação aos *nhamacatanas*, a pesquisa constatou a existência de uma coincidência assinalável nestes municípios, em termos de seu modo de atuar e seu perfil, que é pertencer a classe popular, com um nível de escolaridade e moral muito baixo, para além de atuarem em áreas escuras e sob efeito de drogas, sobretudo nas vias públicas, em residências e em estabelecimentos comerciais, subtraíndo qualquer bem transportável que lá estiver disponível, independentemente do seu valor econômico. Na sua maioria praticam esses assaltos para

simplesmente suportar seus vícios, ainda que fúteis, diferentemente de assaltantes com recurso a armas de fogo que incidem sobre objetos de maior valor econômico e são selectivos na escolha das suas vítimas, ou seja, atuam sabendo na verdade o objeto a assaltar e seu valor econômico e não atuam na via pública, salvo em perseguição das vítimas. Normalmente nas suas incursões fazem se transportar em veículo para facilitar a fuga e o transporte de bens resultantes de seus assaltos, porque para além de assaltarem bens transportáveis em mãos, assaltam também bens pesados. A única coincidência existente entre *nhamacatanas* e aos recorrentes à arma de fogo é o fato de ambos atuarem em grupo, que normalmente varia de 3 a 8 membros, embora existissem grupos de *nhamacatanas* com 12 membros, os localmente denominados por grupo doze “G12”.

Em relação as variáveis condicionantes de crimes contra propriedade com recurso a facção, os nossos entrevistados são da opinião que estes variam, tendo em conta a: i) Escuridão em 28%, correspondente a 10 entrevistados; ii) Falta de vigilância Policial (F.V. P.) em 25%, correspondente a 9 entrevistados e iii) Impunidade (Impunid.) em 47 %, correspondente a 17 entrevistados, respectivamente.

GRÁFICO-7: VARIÁVEIS QUE CONDICIONAM A PRÁTICA DE CRIMES CONTRA PROPRIEDADE NOS MUNICÍPIOS, CONFORME A OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas.

O gráfico acima, mostra que os crimes contra propriedade praticados a facção acentuam se pela sensação de impunidade dos criminosos em 42% de entrevistados, seguido de ambientes sem iluminação pública em 33% e em terceiro lugar pela ausência de vigilância policial em 25%. A pobreza, conforme os nossos entrevistados, a sua influência na prática de crime contra propriedade mostrou-se insignificante. A impunidade foi igualmente descrita como o principal móbil de crimes contra pessoa, mormente homicídios e lesões corporais.

A impunidade neste caso, é interpretada pelos nossos entrevistados como fator mais responsável pelas práticas criminosas reincidentes, tanto em crimes contra propriedade quanto em crimes contra pessoa, na medida em que o criminoso é encontrado e encaminhado a Polícia, mas dois a três dias é visto deambulando pelas ruas, quer porque a vítima não quer procedimentos criminais por ter recuperado seus bens ou porque o criminoso foi flagrado antes da consumação criminosa, quer ainda pelo suposto mau atendimento policial. Por outro, encontra-se impunidade ao nível dos tribunais, quer pela substituição da pena de prisão aplicada por multa, com benefícios imediatos para o tribunal, quer pela absolvição deste por insuficiência de provas indiciárias. Outrossim, verifica-se impunidade ao nível das instituições penitenciárias, por estas não estarem qualificadas para fazer cumprir a lei, onde os presos, mesmo em cumprimento das suas penas em regime fechado, realizam as atividades mais perigosas ainda (tráfico de drogas) como se estivessem em liberdade, sem sentir remorso por aquilo que cometeram. Neste contexto, para eles, a prisão representa uma escola de aprendizagem de comportamentos criminosos mais sofisticados, lucrativos e violentos, permitindo que o ex-apenado torne-se cada vez mais perigoso do que o momento anterior a primeira reclusão.

A escuridão é interpretada pelos entrevistados como sendo uma das variáveis da criminalidade (crimes contra propriedade) pelo fato dela permitir que os *nhamacatanas* realizem as suas incursões criminosas noturnas com grandes possibilidades ou ciêntes de que não serão reconhecidos e presos, e em relação a ausência de policiamento, os entrevistados, são da opinião que apreensão policial seria um fator inibidor da prática de qualquer crime, porque o criminoso vê-se na iminência de ser preso ou morto. No geral, a criminalidade praticada em áreas periféricas pobres na sua maioria consiste em assaltos de bolsas, telefones em vias públicas, eletrodomésticos em residências e homicídios em locais de lazer, com notoriedade em barracas de venda e consumo de bebidas alcóolicas, com o uso recorrente de facões, diferentemente de áreas residenciais abastadas, onde com frequência ocorrem assaltos, recorrentes à armas de fogo com menos incidências para homicídios. A reduzida prática de homicídios nestes locais, é interpretada como sendo o resultado do grau de socialização dessas classes, que faz com que não reajam perante qualquer abordagem criminosa iminente. Aliás, os boletins de ocorrências policiais analisados mostram esta tendência.

A pesquisa apurou que dos homicídios praticados nestes municípios, alguns coincidem nas suas motivações, casos de assassinatos que decorrem da reação da vítima durante a sua abordagem, contradições em bares e problemas passionais. Outras motivações especiais de homicídios, decorrem da magia negra, sendo estas, subdivididas em suas variadas formas de

interpretação, dependendo da orientação do curandeiro e do desejo do paciente, sendo assim, temos : (i) assassinatos de qualquer indivíduo por questões de sorte no negócio, através do uso do espírito do finado ou partes do seu corpo; (ii) Assassinatos de indivíduos para uso do seu espírito em forma de fantasma, localmente designado por “*Anapachi*” com finalidades de desviar dinheiro em lojas e em bancos, práticas frequentes no município de Manica; (iii) Assassinato de indivíduos albinos para fins de enriquecimento ilícito, através do uso de seus cabelos, dentes, ossos, mãos e órgãos genitais, com incidência no município de Chimoio e Gondola; (iii) Ainda nestes municípios, alguns assassinatos ocorrem supostamente para tratamento de problemas sociais de natureza espiritual, tais como infertilidade em homens e mulheres, sorte no amor (mãos e órgãos genitais de crianças) e como forma de garantir que dirigentes a vários níveis tenham seu respeito e sua ascensão ou permanência garantida em cargos públicos ou privados, protegendo-se dos adversários em setores de atividade; (iv) ainda outros assassinatos são protagonizados com a finalidade de matar rivais, usando para tal o espírito do finado, já transformado em aquilo que localmente designam de “*Gamba*”¹⁰³.

QUADRO-7: RESUMO ILUSTRATIVO DAS DIVERSAS MOTIVAÇÕES DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS EM PESQUISA

Delito	Motivações
▪ Homicídios	-Decorrentes de roubo pela resistência da vítima durante abordagem criminosa;
	-Vingança durante contradições familiares e em bares;
	-Alegadamente para ter sorte em atividades comerciais, principalmente no ramo de transporte rodoviário, indústria moageira e vendas, por meio do uso do coração, pulmões, dedos, dentes e cabelos de crianças.
	-Alegadamente para o tratamento de problemas sociais: infertilidade (uso de órgãos genitais do finado/a), problemas no amor, ascensão e permanência em cargos públicos e privados, proteção do corpo contra adversários profissionais, políticos e inveja da vizinhança;
	-Desejo de matar de forma supersticiosa rivais em disputa de mulheres, de cargos políticos ou vingança, usando espírito designado em língua <i>chimanyica</i> ou <i>chiúte</i> de “Gamba”
	-Desejo de usar o espírito do finado já transformado em fantasma, localmente designado em <i>Chimanyica</i> por “Anapachi”, para subtrair dinheiro em bancos e lojas.
	-Supostamente para tratar espiritualmente algumas doenças crônicas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas, 2018.

¹⁰³ Nome atribuído supersticiosamente a um espírito do morto, depois de uma transformação feita pelo curandeiro para matar adversários. Neste caso, alguém que queira matar outro de forma supersticiosa (desaparecimento de sangue) usando Gamba procura curandeiros renomados nesta matéria, pagando para tal um valor determinado. É uma prática recorrente em todos municípios, com destaque para o de Manica.

O quadro acima mostra de maneira límpida que as motivações de homicídios nestes municípios, varia conforme as pretensões pessoais, baseadas na questão de crenças culturais prevalecentes em cada um dos municípios. A maior parte dos homicídios praticados nestes municípios, embora disfarsados de outras motivações, constatou se que em última instância, as motivações destes homicídios estão relacionadas com as questões econômicas.

As evidências detetadas durante a análise dos boletins de ocorrências policiais (B.O) e das entrevistas aos policiais sobre os bairros com maior incidência, ficou ilustrado que o índice de homicídios e assaltos a armas brancas, aumenta em bairros com maior densidade demográfica e territórios extensos, isso é interpretado como resultado da desorganização social, caracterizado pela presença heterogênea de culturas, maior parte de jovens desempregados, menos escolarizados, consumo excessivo de álcool e drogas proibidas, esses fatos ocorrem sob fraco poder de influência das lideranças locais. Todos esses fatores conjugados, na percepção dos entrevistados, impulsionam a prática destes atos, com forte impressão de que não serão reconhecidos, descobertos e presos. Boa parte destas práticas são efectuadas no momento em que seus autores encontram se sob efeito de álcool ou outras drogas.

Nestes termos, pode se dizer que a origem da violência criminal não deve nunca ser imputada a um único fator, mas sim a uma série de fatores interdependentes, sendo assim, a sua prevenção e combate implica atacar este conjunto de fatores de forma integrada e não isolada. O trabalho de campo, constatou que 72.2 % dos entrevistados, acreditam que os assaltantes nestes municípios praticam crimes sob efeito de álcool ou drogas proibidas, alegadamente por encontrar neles uma fonte de coragem. Igualmente apontou-se como fator da violência criminal: a baixa instrução social e nível de escolaridade que tem lhes impedido de aceder aos postos de emprego minimamente remunerados para suportar as suas inúmeras despesas, incluindo vícios de bebidas e drogas proibidas. Aferiu-se também que a prática da criminalidade embora dependesse do meio ambiente físico e social, igualmente depende de aspectos individuais, olhando para indivíduos residindo no mesmo bairro ou da mesma família em que uns são propensos a prática de crime do que outros, apesar de terem mesmas interações cotidianas.

5 O PAPEL DA COMUNIDADE NA PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME NOS MUNICÍPIOS

Como se sabe, o termo prevenção, refere-se a um conjunto de ações que visa coibir que se cometa algo indeeável que possa produzir danos (NATIONAL CRIME PREVENTION INSTITUTE, 2001; ELIAS, 2008) e é uma forma tradicional mais aconselhada em todos os âmbitos da vida social, desde as áreas de saúde, transporte terrestre, ferroviário, marítimo, aéreo até a área criminal, daí ovelho a dágio popular “vale mais prevenir do que remediar”. Para o caso dos municípios em pesquisa, a prevenção do crime a nível comunitário é vista sob dois ângulos interdependentes, neste caso temos: (i) prevenção primária ou social do crime, pautada pela sua incidência sobre a etiologia social do crime ou origem das suas causas sociais, com o fito de minimizar a sua incentivação. Ela é feita durante a socialização primária (educação dos filhos por parte dos pais ou encarregados de educação) e secundária (feita na escola, pela vizinhança, em grupos de amigos, na igreja), evitando que os jovens prematuramente se envolvam em ambientes socialmente inadequados e é feita em complemento a primária.

A prevenção social do crime envolve políticas públicas, como investimento na educação de qualidade, na saúde, no saneamento do meio, na habitação e na criação de emprego formal, mormente para jovens recém formados, numa total situação do Bem-Estar social (MORAES, BERLATTO, 2013), pois, conforme autores, num *Estado do Bem-Estar social*, a sociedade é coesa, as instituições de socialização primária e secundária melhor exercem o seu papel e todas condutas desviantes manifestadas por um membro da comunidade são imediatamente reprimidas e condenadas. Esta prevenção carateriza-se por monitoramento do comportamento de indivíduos, mormente em tenra idade, incidindo sobre as suas preferências, suas companhias e o tipo de diversão. Nestes municípios, na maioria dos casos, os país da classe média e alta preferem colocar seus filhos em tenra idade em escolinhas ou creche de qualidade, onde vão sendo munidos de condutas éticas que irão ao longo das suas vidas facilitar e nortear as suas interações e formação escolar de qualidade, uma vez que passarão a ingressar para o ensino primário público aos seis anos já com noções sólidas sobre o que é bom e o que é mau, para além de que terão noções daquilo que será ministrado nos primeiros anos escolares, suprimindo desta feita as grandes lacunas subejamente conhecidas em escolas públicas, mormente nos anos iniciais escolares. Estas duas formas de socialização são interdependentes, sendo que a secundária de jeito nenhum substitui a primária.

A segunda forma de prevenção comunitária do crime é a *situacional*, consistindo em minimizar as oportunidades para se cometer o crime, neste caso, consiste em incrementar uma sensação de riscos para os criminosos, através do aumento de custos, reduzindo as vantagens das condutas criminosas, sem se preocupar com as causas ou origens do crime, tal como defende Clarke (1997) na sua obra intitulada: *situational crime prevention: Successful case studies*.

Neste contexto de prevenção criminal comunitária, deve se ter em consideração que ela deve ser feita em paralelo com a prevenção formal (Secundária e terciária), aquela feita através das autoridades policiais e outros órgãos de justiça criminal por meio de denúncias de criminosos de que se tem conhecimento à estas autoridades Estatais. O outro elemento que deve ser devidamente equacionado é a forte ligação entre a Polícia e a comunidade ou policiamento comunitário (OLIVEIRA, 2006). Para o autor, o policiamento comunitário constitui uma arma crucial para coibir a prática de desordens sociais, uma vez que contribui para uma fácil localização dos delinquentes, dado que na sua maioria, são indivíduos sobejamente conhecidos pelas mesmas comunidades. Sendo assim, a confiança entre as autoridade responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade, seria um meio profícuo para a prevenção e combate aos comportamentos desviantes que possam existir neste meio social.

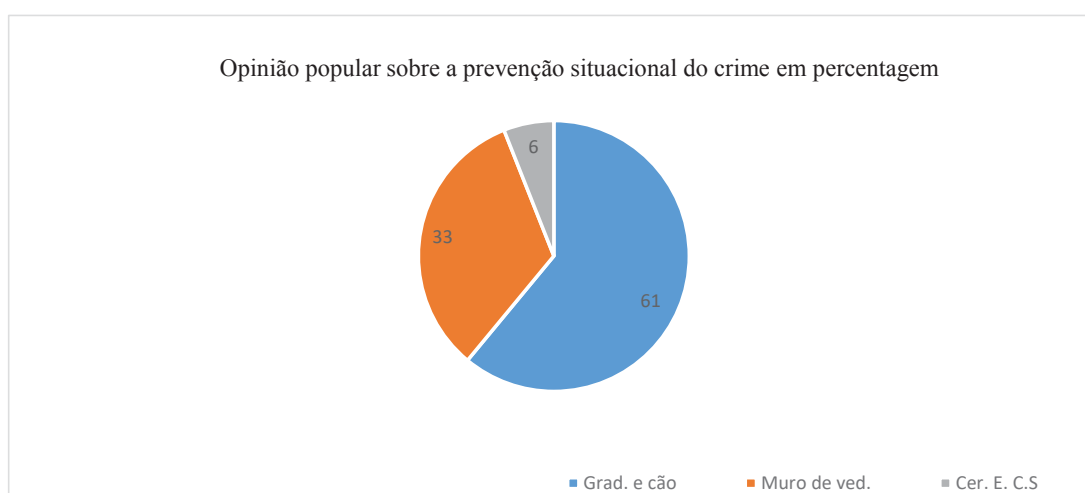
Como-se sabe, a condição *sine quanon* para que ocorra um determinado crime é a existência de alvo favorito, criminoso motivado e a oportunidade ou situação ambiental favorável, em forma tripartida e convergente num determinado tempo e espaço (FELSON; CLARKE, 1997). Uma das formas de prevenção ao crime recorrentes em alguns bairros urbanizados destes municípios é a fortificação das áreas residenciais, através da alteração das características físicas do ambiente, por forma a representar um ambiente verdadeiramente seguro, criando no delinquente a sensação de medo de estar sendo observado e com risco à vista de ser preso ou morto, quer pela população em forma de linchamentos públicos, quer pela Polícia.

Nestes municípios, a prevenção *situacional*, ocorre de forma diferenciada, dependendo do nível socioeconômico e do grau de coesão social, consistindo de forma geral: no *design* das suas habitações, construção de altos muros de vedação e instalação de cerca elétrica, numa autêntica situação de enclave urbano (CALDEIRA, 2000). Por outro, fazem o uso de cadeados, gradeamento de janelas e portas de residências, criação de cães de guarda, uso de câmeras de segurança, contratação de agente de segurança privada e até outras comunidades mais coesas organizam-se em grupos de vigilância, constituído por moradores de cinco a dez casas, que perante a presença do agente infrator numa determinada residência, tocam apitos e latas como sinal por si encontrado, de em conjunto neutralizar o infrator e dependendo da gravidade do

crime praticado, podem linchá-lo publicamente, caso de estupro e homicídios, por não achar outra forma ideal de recuperar o bem violado e também como forma de desencorajar a prática de futuros casos semelhantes.

Da observação direta feita no campo, a pesquisa constatou que a maioria das residências, independentemente de serem de alvenária, encontram-se construídas estrategicamente (existência de poucas janelas laterais e portas), tendo em vista a prevenção do delito, fortificadas sempre com algum dispositivo de segurança, como o uso de trancas e cadeados, ou seja, a maioria das residências existentes encontram-se totalmente gradeadas, forma encontrada para dificultar a prática de crimes contra propriedade. Dos 36 entrevistados planejados, 22, correspondente a 61 % afirmaram que muitos moradores para se sentirem seguros recorrem ao gradeamento das janelas e portas das casas (Grad.), mesmo precárias, reforçando com o uso de cães de guarda; 02 entrevistados, correspondente a 6 % disseram que a população sentia-se mais segura com uso de cerca elétrica e câmera de segurança (Cer. E. C.S.) e 12 entrevistados, correspondente a 31 %, afirmaram que a população sentia-se segura usando muros de vedação das suas residências (Muro de ved.), porque segundo o seu entender, o muro impediria a exposição dos bens da vítima e como consequência, os criminosos teriam enormes dificuldades em planejar o assalto, sem que tenham conhecimento daquilo que pretendem assaltar.

O GRAFICO-8: PERCENTAGEM DA OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO A PREVENÇÃO SITUACIONAL COMUNITÁRIA USADA.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas (2018).

Embora os pontos de vista dos entrevistados sejam diferentes em relação a forma mais segura de dificultar a ação criminosa, todos eles foram unânimes em considerar esses dispositivos de segurança como importantes para embaraçar a atividade delitiva, pese embora

uns pelo nível baixo de conhecimento, derivado da baixa escolaridade e nível de pobreza, tenham demonstrado o desconhecimento do funcionamento e vantagens dos modernos dispositivos de segurança (câmeras de vigilância e cerca elétrica), conhecendo apenas os dispositivos de segurança tradicionalmente usados, como o uso de cadeados nas portas, gradeamento das casas, deixar lampadas acesas durante à noite, criação de cães de guarda, muros de vedação, alocação de agente de segurança privada fortemente armado e evitar que a casa fique sozinha, quer de dia e quer de noite. Como recomendam Sykes & Matza (2018), todas as entrevistas foram acompanhadas por uma observação sistemática, baseando se na teoria de neutralização da culpa, segundo a qual o delinquente ou alguém que se sinta culpado, tenta justificar a sua ação gentilmente, com a finalidade de torná-la normal e legítima, neste caso a observação sistemática serviu de complementaridade e para limar algumas falas tendenciosas que podiam minimizar uma situação concreta grave, de modo a ter um sentido mais tranquilizador possível, escondendo a realidade que se pretende desvendar.

Nesta acepção, a pesquisa de campo, constatou que a prevenção situacional do crime encontra se enraizada em todas as classes sociais, quer pobres, quer ricas, caracterizando se pelo gradeamento de casas, colocação de fechaduras, cadeados em portas, criação de cães de guarda, independentemente do tipo e do material usado para a construção da casa, ou seja, cada cidadão recorre ao meio mais acessível, tendo em conta as suas condições financeiras.

FIGURA-14: EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS FORTEMENTE GRADEADOS NOS BAIRROS PERIFÉRICOS.



Fonte: Tirada pelo autor num dos bairros periféricos, 2018



Fonte: Tirada pelo autor num dos bairros periféricos do município de Chimoio, 2018.

A baixo, a figura ilustra uma forma simples e humilde de prevenção situacional do crime em uma casa precária de uma família desprovida de condições socioeconômicas satisfatórias entre residências da classe média, num dos bairros periféricos do município de Chimoio, onde se enxerga a porta com um cadeado trancado e uma janela pequena.

FIGURA-15. UMA CASINHA DE MATERIAL PRECÁRIO ILUSTRANDO A PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME



Fonte: Tirada pelo autor, 2018.

Conforme os entrevistados, os moradores destes municípios, preferem não receber dentro das suas casas, pessoas estranhas, mesmo estando chovendo, por desconfiar que elas

possam ser pessoas com interesses de reconhecer as condições socioeconômicas da casa, para depois protagonizarem assaltos já direcionados.

Sobre a circulação noturna nestes municípios, a maioria dos entrevistados sente-se mais segura circulando de carro nas áreas tidas como de risco do que circulando a pé, mas por falta de condições financeiras para usar este meio de transporte, preferem andar em grupo, caso de alunos do curso noturno quando regressam da escola ou das discotecas, embora em muitos casos, os assaltantes recorrentes à armas brancas, mesmo assim, ousam em atacá-los, dependendo do bem valorado que o tal grupo possui. Sendo assim, a única alternativa mais segura que os nossos entrevistados disseram é evitar ao máximo circular de noite e em caso de estar no centro da cidade até a noite sem carro próprio, a via segura é solicitar um taxi para evitar ser vítima, embora os taxistas tenham sofrido nos últimos tempos de assaltos a seus carros, quando os criminosos se fazem passar por clientes. Na impossibilidade de pagar taxi, os nossos entrevistados, apontaram como uma das alternativas, retornar para casa o mais cedo possível antes que entardeça e isso é do conhecimento dos membros da comunidade, salvo um e outro que mesmo com noções de perigo, resiste ao cumprimento desta medida profilática da criminalidade. As áreas não iluminadas se comparadas com as iluminadas, são tidas como as mais propensas ao cometimento de assaltos com recurso a armas brancas (BOLENTINS DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS, 2008/2017).

Ainda na prevenção situacional do crime, os nossos entrevistados, por sinal presos reincidentes em assaltos concorrendo com homicídios (latrocínios), disseram em unânime que optam em assaltar residências com muros altos, de preferência muros de blocos, por entender que existem por detrás deste muro algo valioso escondido e ao mesmo tempo permite a invisibilidade externa da casa, o que faz com que os transeuntes (vigilância natural) não interfiram na sua ação, mas primeiro necessitam de identificar os bens presentes na casa, tais como tv plasma, dinheiro, para além de verificar a existência de dispositivos de segurança presentes na residência, nomeadamente: câmeras de segurança, tipo de gradeamento de janelas, tipo de portas, cães de guarda e de agente de segurança, evitando a sua prática quando a casa estiver devidamente gradeada com ferros fortes e presença de cães raivosos. Para eles, a presença de cães raivosos e de muros de vedação baixos em zona movimentada, atrapalha a sua ação, dado que os cães ao ladrarem, chamam atenção ao proprietário de que algo anormal está acontecendo, às vezes muito antes de acederem ao quintal, o que leva a que o dono solicite a Polícia imediatamente ou mesmo os transeuntes facilmente enxergam tudo e podem com facilidade ligar para a Polícia ou solicitar socorro da vizinhança. Nesta acepção, um dos entrevistados, por sinal *nhamacatana*, disse;

Ihaaa pai!, o assalto na via pública é diferente do assalto numa residência, porque na via pública assaltamos qualquer pessoa desde que tenha mochila e exigimos logo telefone e dinheiro de maneira fácil, porque havendo perigo, facilmente fugimos, mas agora numa residência deve entrar bem preparado depois de ver como está a *cena* [situação] de dia, muitas vezes usamos crianças desta casa para sabermos o que eles tem em termos de segurança e bens, como televisor, dinheiro, senão phá, é catanado pelo dono. Daí verificamos também a qualidade de gradeamento e o nervosismo de cães se tiver e depois preparamos o material de trabalho para a ação. Os cães e muros baixos sempre nos empataram nas nossas atividades, porque fazem muito barulho, os pedestres que aí passam e os moradores despertam e ligam para a polícia, o grito de cão e muros baixos para nós é sinal de que o nosso papo não vai rodar [o nosso assunto não será satisfeito] daí deixamos, mesmo tendo boas *cenas* [bens de luxo] (ALFEU, 22 julho, 2018).

Relativamente ao uso de cerca elétrica e câmeras de segurança, os nossos entrevistados apontaram a cerca elétrica como obstáculo para a sua atividade criminosa, por falta de domínio de como funciona, estando especulando que cerca elétrica eletrocuta quando encostada, mas em relação a câmera de segurança, afirmaram que nunca atrapalhou a sua atividade, desde que tomem conhecimento antecipada da sua existência no local, porque durante as suas incursões criminosas, eles sempre andam mascarrados e com uma roupa exclusiva desta atividade que se usa aproximando o local da ação e depois da ação retira se imediatamente, o que sempre dificulta a sua descoberta pela polícia ou pelo dono em caso de análise das imagens. Perante estas astúcias muito sofisticadas, perguntou se como é que ficaram presos, tendo um deles dito que:

Sabe pai!!, Muitas vezes somos presos pela Polícia durante ou depois de assalto numa residência, porque o dono da casa ou vizinho ouviu o nosso barulho por causa de cães ou durante o arrombamento das grades e liga para a Polícia ou porque logo depois somos interpelados pela polícia quando fazem seus giros (patrulha), às vezes por falta de BI (documento de identidade) e com faca e *cenas* (coisas) roubadas, eles nos levam para a Esquadra e é lá na Esquadra onde eles tomam conhecimento que fomos nós que roubamos na casa X, às vezes os nossos vizinhos quando nos vê de madrugada chegando em casa nos denunciam e a polícia vem logo fazer vasculha. Às vezes somos apanhados porque a pessoa que comprou esses bens que roubamos foi apanhado com o dono das coisas. Eu fui apanhado, porque a pessoa que comprou umas calças que roubei num assalto foi encontrada com o dono e depois indicou me (BLACK NINJA, 22 Julho, 2018).

Ainda na prevenção situacional, a pesquisa constatou que os residentes de nível socioeconômico mais deplorável, para além do uso de tranca e cadeados, recorrem a formas de prevenção do seu nível econômico, tais como: cercamento de quintais por meio de plantas, localmente designadas por *muheji* e *mubutibuchi*, sendo que as primeiras quando espectadas na terra entorno do terreno, crescem, formando uma camada leitosa tóxica e as segundas são espinhosas, que impede a travessia, quer de pessoas, quer de animais, e na entrada principal do quintal, normalmente colocam um portão de chapa de zinco com a sua respectiva fechadura.

Outrossim, no âmbito da prevenção situacional do crime, constatamos que, o traçado de ruas e estruturas das quadras nos novos bairros periféricos urbanizados e em expansão estão

condicionando certas condutas, por exemplo as quadras menores tem estado a impelir as pessoas a caminharem pelas ruas, variar caminhos, proporcionando maior controle do espaço público, diferentemente das quadras longas que obrigariam que as pessoas circulassem de carro ou de ônibus, o que diminuiria as relações de vizinhança que são profícuas para uma vida comunitária (BONDDARUK [s/d]; JACOBS, 2011). Ademais, encontramos ruas retas, muros baixos, residências com janelas e portas viradas para as ruas, coibindo a prática de delitos na medida em que incrementam o campo de visão, criando no criminoso uma sensação de perigo de ficar preso ou morto.

Em algumas comunidades coesas destes municípios, a pesquisa constatou com frequência, o engajamento de populares na prevenção e combate ao crime, feito em grupos de vigilância, os chamados Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) que vigiam a zona residencial e em caso de movimentos estranhos, comunicam de imediato à Polícia. Ainda outras comunidades, com iniciativas solidárias, tem construído postos policiais com material local e depois solicitam às autoridades policiais a alocação de agentes policiais, ou através de setorização alocam um policial (Policiamento comunitário) que em coordenação com os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), trabalham com afinco para desbaratar os possíveis focos de desordem social local, casos ilustrativos de bairros 3 de fevereiro, Centro Hípico e 25 de junho, ambos do município de Chimoio, em que a população ofereceu a polícia três postos policiais construídos de material local (Dados da observação direta e entrevista com policiais, 2018).

A prevenção comunitária é a tradicional forma de prevenção do crime, quer em zonas residenciais rurais onde inexistente o patrulhamento policial, quer em zonas urbanas com ou sem vigilância policial. Em áreas rurais, esta prevenção sempre foi baseada na coesão social, dado que neste meio social, todos os residentes encontram-se ligados por mesmas crenças e ideais, e qualquer comportamento desviante apresentado pelo membro da comunidade é imediatamente reprimido e condenado por quem o deteta, sem depender exclusivamente do grau de parentesco entre o reprimidor e o reprimido. Diferentemente das áreas urbanas, onde pela mistura heterogênea de culturas dos seus habitantes, a coesão social tende a deteriorar-se consideravelmente, por conta da dinâmica da vida citadina, em que os indivíduos somente pautam pela busca individual de sobrevivência em detrimento das relações sociais.

A pesquisa constatou que a prevenção advinda da coesão social, embora crucial, ultimamente tem sido desleixada pela maioria das famílias, devido à sua desestruturação, quer pela separação dos pais, quer pela sua morte e quer pela pobreza, sendo essa última, em que eles priorizam a busca pelo sustento familiar, em detrimento da socialização primária, sendo

assim, as crianças passama a maior parte de tempo interagindo em ambientes vulneráveis ao desvio. Agrava ainda a sua vulnerabilidade, a sua exposição em meios socialmente carrentes, com maior facilidade em aceitar qualquer convite formulado para ingressar no mundo do crime, ainda de forma inocente e precoce. A miúdes vezes se assiste meninos da rua e na rua em idades pré-escolar, consumindo álcool e diversas substâncias psicoativas na companhia de indivíduos adultos, depois da realização de seus biscates (carregamento e descarregamento de produtos ensacados), embora pesados, tendo em conta a sua idade. A nossa pesquisa exploratória, aferiu que estes meninos, na sua maioria abandonam as suas casas por maus tratos que sofrem das madrastas, tias e avós, após a separação ou por morte de um ou de todos os parentes legítimos.

Ainda na senda da prevenção do crime, uma entrevistada contou a sua experiência em relação a crimes sexuais, dizendo que, por se conhecer a hora e locais onde isso ocorre com frequência, as mulheres tem pintado à vermelho os seus órgãos genitais, numa demonstração de que está menstruada, como forma de evitar que o criminoso lhes violem sexualmente, mas mesmo assim, outros nem se deixam intimidar, mesmo falando que é portadora de HIV/SIDA, segundo a sua fala;

Nhamacatana são indivíduos desumanos que só merecem matar, eles não tem pena de nada, roubam, matam, violam mulhes e crianças, às vezes bebés na frente dos parentes. Na zona, porque havia muitas violações sexuais nos caminhos ou nas casas que eles visitavam à noite, nós as mulheres sentamos e decidimos pintar nossos órgãos genitais, usando *mabeira* (uma fruta que tem suco vermelho) e depois colocamos *modess* como se estivéssemos na *lua* (mestruada), dormiamos assim ou andávamos assim, mas há outros que nem mesmo assim, fazem sem camisinha, sabendo que aquele sangue prejudica a saúde deles, mesmo dizer que tem SIDA não ouvem (MIRIAMO, junho, 2018).

Esta falta de medo em contrair doenças e sua insensibilidade pelo sofrimento das vítimas é interpretada como consequência do consumo de drogas, inclusive álcool antes das suas incursões criminosas, porque neste estado, encontram -se em desequilíbrio emocional, agindo sem distinguir o mal do certo, para além de serem indivíduos que não tem nenhuma perspectiva na vida e sendo assim, nada tem a perder em praticar tais atos sexuais arriscados e ao se envolverem em assaltos, porque desta atividade conseguem satisfazer as suas necessidades que eles acham que não conseguiriam de forma honesta.

5.1. FORMAS COMUNITÁRIAS DE REAÇÃO AO CRIME

A forma de reação ao crime depende muito da cultura e da gravidade do dano causado, tendo em conta a essência de duas culturas antagônicas, sendo uma tolerante e outra intolerante a comportamentos desviantes. Neste caso, dentre várias etnias existentes, as etnias *ndau* e

cena, são tidas como rígidas para corrigir uma conduta desviante, quer do filho, quer do criminoso, pautando pela agressão física, por elas institucionalizarem que é fazendo doer ao infrator que ele não volta repetindo o mesmo erro, embora esteja tipificado no código penal como lesões corporais, mas pela força da cultura, ninguém se atreve em denunciar. Em casos de crimes violentos (estupro e homicídios), essas culturas intolerantes recorrem a linchamentos público dos criminosos, através da queima de pneus sobre eles.

Nestas culturas *ndau e cena*, a pesquisa constatou que em caso de furto e roubo sem recuperação de bens, recorrem às autoridades policiais com a expectativa de identificar o infrator e recuperar os bens. Por outro, localizado o infrator, independentemente do valor do bem violado, por achar que o sistema de justiça criminal não toma medidas exemplares e drásticas para que os mesmos não voltem ao mundo do desvio criminal, recorrem a linchamentos públicos. A situação de linchamento público, agrava quando se trata de homicídio ou estupro. Ainda outras vítimas, perante crimes com autores desconhecidos, optam em não denunciar às autoridades, simplesmente por achar ser uma perda de tempo meter uma queixa, sem que nenhum bem fosse recuperado, e isso vem representando uma potencial fonte das *cifras ocultas* da criminalidade, que tem vindo a comprometer a fiabilidade das estatísticas criminais reportadas.

Algumas vítimas, mesmo remetendo a queixa às autoridades policiais, acabam anulando o processo crime após a recuperação dos bens, ora roubados ou furtados. Ainda outras vítimas, perante furto ou roubo envolvendo pessoas conhecidas, optam em fazer diligências tendentes a recuperar os bens e daí soltam-os mediante umas torturas físicas, por achar que o processo crime segue suas fases burocráticas (em que o tribunal de forma recorrente solicita a vítima em qualquer fase processual) que acabam prejudicando as atividades econômicas individuais da vítima. Conforme a fala de um dos entrevistados, por sinal comerciante;

Epha!! Eu quando recupero meus bens, john, não preciso mais de saber do ladrão e daí desisto do processo crime em caso da sua abertura, para evitar deixar meus haveres em atender um processo em tribunal que no fundo no fundo beneficia a este tribunal por meio de pagamento de custas judiciais. Para nós esta libertação do ladrão está condicionada a chapadas (bofetadas) bem dadas, para não pensar mais em surupiar bens alheios e às vezes queimamos o *gajo* (ladrão) vivo com pneus e gasolina para sentir bem a dor (CÉSAR, 7 agosto, 2018).

Constatou-se que a desconfiança das entidades responsáveis pela aplicação da lei em dirimir uma demanda criminal de forma célere e fiável, leva a que a população local paute pela resolução comunitária de seus casos, independentemente da sua gravidade. A pesquisa aferiu que, a falta de transparência e celeridade na resolução das inquietações criminais populares é

considerada como responsável pelas elevadas *cifras negras* da delinquência registradas nestes municípios, de forma particular e no país de forma holística.

De igual forma, verificou-se que a reação comunitária ao crime, varia de acordo com a gravidade do delito, avaliada pelo significado que este delito representa para a comunidade, embora de forma geral, para delitos como latrocínio, homicídio e estupro de menores, os populares, por acharem que são crimes de danos irreparáveis, preferem tomar as medidas que consideram pertinentes para fazer doer ao infrator, podendo ser agressão física, amputação de algum membro do corpo ou homicídio. Ou seja, existem significados subjetivos que cada cultura atribui a um determinado comportamento desviante, por exemplo, para as culturas conservadoras e intolerantes, um simples furto ou assalto, independentemente da devolução do bem subtraído, pode custar uma vida ao seu transgressor, mas em culturas tolerantes, perante estes cenários preferem ligar à Polícia e mandar lavrar o expedito, embora ciente de que este procedimento é ineficaz para penalizar o infrator. Para elucidar este fato, um dos entrevistados, por sinal líder comunitário, contando a sua experiência de vitimização, disse;

Tive um caso em 2009, em que o meu genro matou a minha filha a paulada por questões de ciúmes, levei o caso para a Polícia e levou muito tempo para chegar ao tribunal, porque o criminoso estava negociando com o policial para sair. Fui por cima do caso e chegou ao tribunal, julgado o caso, ele foi condenado a pena de 12 anos de prisão, mas cumpriu 3 anos, assim está fora. Já tem outra mulher e né quer tomar conta de 4 filhos com quem fez com a minha filha. Para mim é um fardo pesado sustentá-los e se ele tivesse morrido pelo menos diria que meus netos são órfãos de pais, mas ele está gingando, considerando-me de matreco “dóido”, porque não senti nada da lei por ter pago caução (fiança), confesso que estou com raiva dele e um dia alguma coisa de errada poderá acontecer com ele [...], a justiça moçambicana também não ajuda (SALVADOR, 25 julho, 2018).

É neste contexto de descrença das entidades de justiça criminal em dirimir litígios sociais, que surgem outras formas de prevenção criminal, tais como práticas linchatórias, vigias comunitárias em bairros residenciais, manifestações públicas com dícticos, apelando a necessidade do poder público colocar essas entidades ao serviço da sociedade, de forma isenta, eficaz e eficiente, em vez de funcionar de maneira incompreensível e absurda.

5.2 LINCHAMENTOS PÚBLICOS COMO FORMA DE PREVENÇÃO CRIMINAL COMUNITÁRIA

Uma das formas encontradas pela população destes municípios, mormente a periférica e pobre para se livrar das desordens sociais, dentre as quais a criminalidade, é a prática da justiça privada “linchamentos públicos” contra os supostos transgressores de normas e leis. Estas práticas ocorrem em resultado do descrédito do sistema de justiça criminal em intermediar de forma eficaz e satisfatória o conflito entre a vítima e seu ofensor. As práticas linchatórias

tem tomado diversos contornos alarmantes, desde as simples agressões populares até homicídios.

A palavra linchamento teve a sua gênese em *lynch*, nome de um norte-americano, na época grande latifundiário na Virgínia, que em 1790, aplicava torturas como punição a todos os suspeitos de infringirem às regras locais, sendo assim, amarrava-os numa árvore que localizava defronte de sua residência e as aplicava chicotadas (BENEVIDES, 1982; TOLNAY & BECK, 1995). Fower (1995) descreve linchamento como uma imposição de pena a um suspeito de ter cometido um delito ou supostamente acusado de feitiçaria, através de um “tribunal” constituído por autoridades ilegais. Outros autores definem linchamento como ações brutais e coletivas de aplicar a justiça por meio de julgamentos arbitrários, tais como agressões físicas ou execuções sumárias de indivíduos supostamente acusados de serem criminosos, desde que a participação nestas ações seja de multidões, sem que haja intervenção de autoridades legalmente legitimadas (MARTINS, 1995; SOUZA, 1999; GARLAND, 2005; SINHORETTO, 2009). Este comportamento popular violento é consequência do seu descontentamento face ao recrudescimento da criminalidade e outras desordens sociais, sem que o sistema de justiça criminal intervenha de forma satisfatória para a resolução do problema. Para os populares, linchar um criminoso é uma forma por si encontrada, eficaz e eficiente de substituir a justiça formal inoperante.

O mais grave nesta efervescência popular é que cada participante no momento de linchamento age como se a consciência fosse alienada pelos objetivos grupais, passando a agir sem distinguir o certo do errado enquanto membro do grupo, ou seja, os participantes atuam como se a sua racionalidade estivesse alienada pelo desejo coletivo, com o fito de lograr finalidades grupalmente planejadas (MARTINS, 1996; VERMA, 2007).

Em Moçambique, estas práticas violentas foram herdadas do tempo colonial e pós-colonial, onde as pessoas transgressoras de normas e leis, dependendo da gravidade do caso, eram publicamente torturadas ou executadas em praças públicas, como uma lição para si e ao mesmo tempo para desencorajar as futuras práticas idênticas, disse um dos nossos entrevistados (JAMAL, 2018). Eram práticas inflingidas recorrentemente aos que eram considerados criminosos ou traidores da pátria, e muitos deles foram vítimas de pena de morte por execução pública, independentemente de pertencer a FRELIMO, num claro ato de suplício (FOUCALUT, 2014) e são eles: Urias Simango, Lázaro Kavandame, Júlio Razão Nihia, Joana Simião, Mateus Ngwengere, entre outros considerados traidores da pátria [VIDE O ANEXO] (Lei n 5/83, de 31 de março, sobre penas mais severas contra o inimigo; JORNAL NOTÍCIAS,

4 de abril de 1983, intitulado, condenados à pena de morte seis bandidos e penas de cadeia e chicotada a 11 réus).

Nestes municípios, a pesquisa constatou que os linchamentos sempre ocorrem em zonas residenciais periféricas excluídas de condições sociais básicas. Indagados, o porquê da ocorrência deste fenômeno em locais deploráveis economicamente, os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que as injustiças governamentais, dentre elas se destacam as cometidas pelo sistema de justiça criminal, durante o atendimento das suas demandas sociais e criminais. Por outro lado, a exclusão socioeconômica de muitas famílias, são as mais apontadas como as que estão na origem da sua prática recorrente nestas áreas excluídas. Um dos entrevistados, por sinal comerciante, disse;

Epha! Nós chegamos a torturar ou queimar um ladrão, porque sempre que levamos o *gajo* (o ladrão) à esquadra (delegacia), mesmo com provas claras de que ele roubou ou violou uma mulher, dois a três dias é visto deambulando pelas ruas sem justificção a vítima, ficando na desconfiança se saiu porque pagou a polícia ou porque pagou caução ao tribunal, daí a comunidade decidiu que em caso de flagrar o gatuno (criminoso) deve se bater ou *linchá-lo*, usando paus ou fogo, para disciplinar os outros que nesta comunidade não se rouba. O governo é culpado disso tudo, porque sabendo que *nhamacatanas* atuam onde não há luz e vigilância policial, devia eletrificar estes bairros e colocar polícias a fazer rusgas, mas não faz (RUBEN, 27 de junho 2018).

Na senda da mesma questão, um outro entrevistado, por sinal agente da polícia, disse;

Na verdade, a polícia e os tribunais perderam a credibilidade do povo. A polícia sempre é acusada por toda a impunidade dos criminosos libertados e circulando pelas ruas dias depois da sua detenção, por ser o ponto de entrada do criminoso, mas às vezes os tribunais, mesmo com as nossas provas convincentes de que o infrator cometeu o crime, estes soltam, porque acham que a matéria é insuficiente, ou porque libertam o infrator para que responda em liberdade, mediante o pagamento de caução (fiança) ou sob termo de identidade e residência, mas na verdade a população tem razão, porque o criminoso conduzido a esquadra é encontrado dias depois circulando pelas ruas, tudo acontecendo fora do conhecimento da vítima. Como resultado, da próxima vez que a população prende um ladrão prefere *linchá-lo* (SAMUEL, dia 28 de julho 2018).

Destas falas, constatou-se que embora existisse corrupção durante a tramitação processual, a falta de esclarecimento da população sobre o andamento processual é também responsável pela desconfiança das entidades responsáveis pela aplicação da lei (sistema de justiça criminal), uma vez que a população, mormente da classe popular já institucionalizou que o criminoso quando é encaminhado a Polícia deve morrer na cadeia, descurando as leis, segundo as quais, a prisão é uma exceção e não a regra.

Indagados por que é que os linchamentos nestes municípios, mormente os recorrentes a queima de pneus, sempre ocorrem nos mesmos bairros residenciais e nos mesmos locais, podendo apenas variar de horas e dias da semana, a pesquisa constatou que apesar de serem bairros residenciais na sua maioria de indivíduos tradicionalmente conservadores e intolerantes

a qualquer comportamento desviante, a sua prática tem ocorrido em locais públicos sobejamente conhecidos, mas não porque os delitos são praticados naqueles locais, mas sim, num outro e os transgressores são trazidos nestes locais denominados de “matadouros”, como uma alternativa encontrada pelos linchadores de ludibriar a Polícia, coibindo a sua provável prisão. Tudo é feito de forma ritualizada em que cada linchador desempenha um papel específico no ato, com a consciência alienanda e guiada pelo espírito grupal, sem capacidade de discernir o bem do mal (MARTINS, 1996). Neste caso vertente, os linchamentos nestes municípios, ocorre independentemente do período do dia, estando condicionado a hora em que o criminoso é flagrado, mas a experiência mostra que tem ocorrido no período da noite e de madrugada.

A razão da sua recorrente prática neste período do dia, prende-se pelo fato de ser esse período em que os *nhamacatanas* atuam. Conforme um dos entrevistados, tudo ocorre da seguinte forma: Detetado o suposto criminoso em ação ou não, a vítima pede socorro a vizinhança e esta em socorro junta-se ao grupo que varia, normalmente de 8 a 10 pessoas e neutralizam-o, enquanto outros preparam gasolina, fósforo e alguns pneus de forma ritualizada, vão lhe torturando até ao local distante da zona da sua neutralização, de preferência em mercados informais ou vias públicas movimentadas, onde por meio de gritos do tipo “*ladão, vamos queimar ladrão*”, vão aparecendo pessoas desta zona, daí juntam-se ao grupo, onde vão ateando pneus sobre ele, e na medida em que outros populares aproximam-se da vítima, vão lhe saudando com pancadas. No momento em que a vítima se encontra em chama, de forma despercebida, os promotores deste linchamento abandonam o local. Os outros vão paulatinamente abandonar o local na medida em que a vítima vai se tornando moribundo e consequentemente, ficam curiosos que no fundo não conseguem dizer como é que tudo iniciou, o que tem recaído na impunidade dos seus verdadeiros praticantes. Ademais, mesmo sabendo quem são os promotores, raramente denunciam, porque encontram-se ligados pela mesma cultura e crenças, para além de que o comportamento da vítima ofende a todos.

Ainda que se identifiquem os seus promotores, a pena que se aplica tem sido muito branda em relação aquela que seria aplicada a um homicídio, devido a dificuldades de aferir a contribuição que cada um fez neste crime, dado que a responsabilidade criminal no país é individualizada, olhando para o grau de participação de cada indivíduo no crime. O outro fato impressionante neste processo, é que ninguém se digna a identificar o linchado, mesmo que alguém-o conheça. Este fato é interpretado pelos entrevistados como alternativa encontrada pelos conhecidos do linchado, de evitar prováveis rotulagens pelo comportamento socialmente

repugnante do linchado. Por outro, tem-se também o receio de prestar depoimentos às autoridades sobre o perfil do finado, durante o desenrolar do processo ligado a este linchamento.

Conforme a fala dos entrevistados, as práticas linchatórias diferem de município para município, por exemplo no município de Chimoio, concretamente no bairro 7 de abril, considerado palco destas práticas, ocorrem por meio do uso de queima de pneus e capim sobre o suposto criminoso e em lugares públicos periféricos. O lugar destas práticas, na maioria das vezes, tem sido diferente do lugar de neutralização da vítima. A diferenciação de lugar, é interpretado pelos entrevistados como forma de dificultar a localização dos seus protagonistas pela polícia, tendo em conta que este fenômeno constitui um crime tipificado e punido pelo código penal moçambicano (CÓDIGO PENAL, 2014, artigo 159). Nos municípios de Gondola e Manica, diferentemente de Chimoio, os linchamentos ocorrem por meio de agressões físicas, recorrendo para tal a paus, socos, pontapés e outros instrumentos contundentes. Nestes municípios, as vítimas raramente morrem no local, porque muitas vezes são prontamente socorridas para o hospital em estado grave ou leve, quer pela polícia, quer pela população sensível à violência.

A parte comum nestas práticas linchatórias na sua maioria, reside no fato destes ocorrerem em resposta a casos hediondos flagrados, com danos irreparáveis, como estupro de menores, assalto à mão armada e homicídios, sendo assim, os fazedores destas práticas acham que as instituições de administração da justiça nunca consegue reaver o direito violado. Em segundo lugar, por serem práticas protagonizadas nos mesmos locais (locais pré-definidos), de preferência em mercados informais ou ruas movimentadas, com o uso desproporcional da força física e por multidões, sem querer descurar aqueles protagonizados por grupos menores e por questões fúteis, às vezes recaindo sobre o bôde expiatório por simples suspeitas de ter protagonizado o crime. Todas as falas foram acompanhadas de forma minuciosa por uma observação direta e quase sistemática para se evitar qualquer distorsão da realidade, por parte dos entrevistados interessados em ocultar algumas verdades que ocorrem em seus bairros, alegadamente para se proteger da má imagem provinda dos comportamentos negativos localmente manifestados (SYKES e MATZA, 2018).

A pesquisa, através de dados constantes em boletins de ocorrências policiais, constatou que os linchamentos públicos em Moçambique, incidem como vítimas, jovens periféricos de 16 a 31 anos de idade, do sexo masculino e de condições socioeconômicas deploráveis. De forma holística, estas práticas ocorrem sempre que o crime praticado for doloso e hediondo, como: violação sexual de menor, assaltos com recurso à mão armada e homicídios, não obstante a ocorrência deste fenômeno em caso de prática de crimes não hediondos (furtos),

dependendo da cultura prevalecente na comunidade onde este crime é praticado. Por exemplo, alguns populares, perante um crime hediondo, como é o caso de violação de menor e homicídio, a única medida exemplar para desencorajar futuras práticas semelhantes e ao mesmo tempo fazer doer ao criminoso e a seus comparsas à solta é linchá-lo, através de queima de pneus sobre ele, porque no seu entendimento, a justiça sempre funcionou de forma absurda e incompreensível para às vítimas reaverem seus bens ou para minimizar o impacto negativo produzido pelo criminoso.

Pela análise feita, a prática de linchamentos públicos nestes municípios não está reduzindo a prática de crimes (não está se alcançando os propositos pelos quais são praticados), porque estes, não são praticados em locais de assaltos, mas sim em outros locais distantes, considerados públicos, ou seja, os criminosos são neutralizados numa determinada área e em seguida são encaminhados para uma outra área onde são linchados, fazendo passar falsamente a ideia de que o lugar do crime é o mesmo do linchamento, sendo assim, os potenciais criminosos acabam tendo conhecimento do falso local da prática de linchamento como perigoso para as suas atividades, em vez dos verdadeiros locais, razão pela qual sempre tem sido mesmos locais de práticas de crimes e mesmos locais de linchamentos.

6 PERFIL SOCIAL DAS VÍTIMAS E DOS CRIMINOSOS NESTES MUNICÍPIOS

A criminalidade é um fenômeno social de difícil compreensão e prevenção por ocorrer sob influência de muitos fatores. A sua prevenção e combate pleno requer atacar vários fatores a si ligados, envolvendo não só as entidades responsáveis pela aplicação da lei, mas também a sociedade, através de medidas preventivas individuais e coletivas. Tendo em conta que cada sociedade ou mesmo comunidade, pode apresentar um determinado tipo de delito, suas motivações específicas e seus *modus operandi*, dependendo das condições socioeconômicas e dos dispositivos inibidores de tais práticas, o criminoso motivado, sempre procura oportunidades para concretizar o seu intento. É nesta demanda pela oportunidade para delinquir que o criminoso motivado de forma disfarçada, controla a rotina da vítima, a fim de encontrar momentos em que ela se encontra desprevenida e daí concretiza os seus planos criminosos.

Nos municípios em estudo, conforme dados criminais constantes em boletins de ocorrências policiais (2007-2017) e relatórios policiais (2010; 2016), a prática da criminalidade varia de município para município e de bairro residencial para bairro, e de área residencial para área, tanto como das condições socioeconômicas da vítima e do criminoso. Essas condições socioeconômicas da vítima são as que melhor determinam o tipo de crime, tipo de criminoso e seus *modus operandi*, ou seja, as condições econômicas das vítimas e dos criminosos são determinantes para a ocorrência de um determinado tipo legal de crime, embora existissem motivações de ordem social e cultural. Assim sendo, dificilmente torna previsível a sua ocorrência, bem como a sua prevenção de forma eficaz.

Nestes municípios, constatou-se que os perfis das vítimas variam de crime para crime, do nível socioeconômico da vítima e do agressor, do local para local, ou seja, as vítimas de assaltos na via pública, tem sido na sua maioria, indivíduos trabalhadores, quer em setores informais, quer em setores formais e os seus agressores na sua maioria recorrem ao recurso à armas brancas e à mão livre, desses assaltos subtraem bens transportáveis e de menor valor econômico que as vítimas levam consigo. Conforme boletins de ocorrências policiais e do setor de controle penal, tratam-se de indivíduos mais empobrecidos em relação às vítimas na sua maioria, com baixo nível moral, drogados e de escolaridade, na maioria abaixo do 7º ano. A mesma fonte, adianta que em relação as idades¹⁰⁴ das vítimas, não tem sido estanque, uma vez que os criminosos se preocupam apenas com os bens ora portados pelas vítimas, como telefones celulares, bolsas, brincos, colares, relógios, etc, independentemente do sexo, idade e condições socioeconômicas delas, como a seguir veremos nos perfis das vítimas.

¹⁰⁴ Conforme boletins de ocorrências policiais, na sua maioria às vítimas são maiores ou igual a 18 anos.

Outrossim, os recorrentes à armas de fogo, a sua ação depende do nível socioeconômico das suas vítimas, ou seja, todas as suas incursões criminosas, incidem sobre vítimas economicamente estáveis e os seus praticantes possuem condições sociais mínimas, embora com o nível de escolaridade relativamente baixo, na sua maioria superior a 7º ano e inferior a 12º ano (Bolentins de ocorrências policiais, 2010-2016; Dados do setor de controle penal das penitenciárias, 2018).

6.1. PERFIL DAS VÍTIMAS

As vítimas da criminalidade em Moçambique variam, segundo as condições socioeconômicas delas e interesse dos criminosos motivados. Sendo assim, as suas motivações encontram-se subdivididas em econômicas na sua maioria. Por outro, tem se motivações aparentemente ligadas a problemas passionais e à crenças culturais (acusações de feitiçaria ou magia negra), mas que em última instância, acabam se traduzindo em motivações econômicas.

A partir de 782 boletins de ocorrências policiais das delegacias destes municípios, sendo 355 da delegacia do município de Chimoio; 218 da delegacia do município de Manica e 209 da delegacia do município de Gondola, a pesquisa constatou que as idades e sexo das vítimas, variam, dependendo do bem que dispõem, valorado pelo criminoso em função do seu *status*. Conforme boletins de ocorrências das delegacias municipais, na via pública, os assaltos com armas brancas ocorrem somente no período noturno e as suas vítimas na sua maioria são indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, muitas vezes mais velhas que os assaltantes e as mais preferíveis são mulheres quando regressam da escola ou das suas atividades econômicas informais. Trata-se de assaltos às suas bolsas, telefones celulares, dinheiro e outros artigos de valor comercial. Igualmente tem sido vítimas, indivíduos do sexo masculino, quando estes regressam da escola ou de locais de diversão noturna. O consumo excessivo de álcool por parte das vítimas, tem sido aproveitado pelos criminosos, na medida em que os efeitos do álcool reduz a capacidade reativa das vítimas em impedir o assalto.

Nos assaltos nas via públicas com recurso à armas brancas, um detalhe muito interessante constatado pela pesquisa durante análise de boletins de ocorrências policiais, foi o fato de ambos (vítimas e agressores) terem um nível de escolaridade igual ou inferior a 12º ano. O mais impressionante ainda é que mesmo sabendo da periculosidade dos locais, as vítimas arriscam se em frequentá-los em momentos de risco, sem no entanto, tomar as medidas cabíveis para evitá-los. Trata-se de indivíduos que pelo seu nível socioeconômico humilde, mesmo sozinho, prefere percorrer longas distâncias até em locais considerados de risco, pela falta de iluminação pública ou por serem vias públicas menos movimentadas no período

noturno. Estes dados foram obtidos durante análise de boletins de ocorrências e entrevistas com policiais de plantão nestes municípios (policiais que recebem queixas dos cidadãos durante às 24 horas ininterruptas), sendo que a proposito deste assunto, um deles, disse;

Situações de assaltos com *catanas* (facão) e violações sexuais na via pública, ocorrem *maning* (muitas vezes) para pessoas sem escola e teimosas, porque sabendo que é um local arriscado, não se precavem para evitar passar nestes locais a essas horas de risco e por sinal disso passam nestes locais à noite e grossos (embriagados), o que torna mais vulnerável aos assaltos. Mesmo com dinheiro, preferem pagar bebida do que pagar taxi. Desde que estou trabalhando na permanência (de plantão) nunca recebi um caso de assalto na via pública envolvendo um licenciado, mesmo sem carro, por serem atenciosos, talvez tratando-se de retirada do espelho ou bens do seu carro quando estacionado ao lado, por exemplo do bar, mas são casos raros, porque nestes bares, sempre tem estado um trabalhador do bar de olho aos carros de clientes, para além de que do seu patrão encontra se aí estacionado (SAMUEL, 27 junh. 2018).

Conforme a fala acima, a maior incidência de assaltos recorrentes a armas brancas na via pública, no período noturno, incide na maioria sobre indivíduos (vítimas) de nível socioeconômico e escolar baixos, e isso é interpretado como sua incapacidade de prever consequências nefastas das suas condutas, aliado ao desleixo em acatar as orientações das lideranças locais sobre os riscos de se fazer à queles locais em períodos noturnos e até outros desafiam os criminosos durante a sua abordagem, o que tem originado consequências mais drásticas, dentre elas, ferimentos graves e mortes. A falta de acatamento de conselhos dos pais ou de encarregados de educação em evitar se fazer presente em locais considerados de risco, é apontada pelos entrevistados como sendo um outro fator de risco para ambos os sexos, principalmente quando se trata de saídas noturnas. Um dos policiais entrevistados, disse;

[...], nos dias de hoje, aconselhar uma criança maior de 16 anos é difícil, porque acha-se crescido/a em resolver seus problemas econômicos de forma independente, muitas vezes despede dizendo que vai acertar algo de negócio e durante o percurso é assaltado/a ou envolve-se em crime, a independência precoce dos nossos filhos, motivado pela ambição de usar artigos de marca, como telefone, roupa e sapatos, aliada apobreza dos parentes em atender estas fantasias, virou um problema de difícil solução, porque eles já não se preocupam mais com a escola e nem ouvem mais aos pais, porque consideram-os de *matrecos* “atrasados”. Hoje em dia, lidar-se com um jovem analfabeto, bêbado e drogado é pior asneira, porque para além de ouvir bons conselhos ele é teimoso e como resultado é catanado (esfaqueado) pelos bandidos ou fica preso ou ainda morto com dentes ainda branquinhos “ainda novo” (MARTINS, 29 julho, 2018).

Ainda outros entrevistados, enaltereceram o papel da escola, em virtude desta, ser uma instância educacional e responsável pela socialização das pessoas, embora de forma unânime terem criticado a má qualidade de ensino vigente no país, movida pelo espírito que chamaram de “*deixa andar*,” alegadamente por falta de motivação dos professores, no tocante a condições de trabalho, inclusive salariais. Um dos nossos entrevistados sobre a formação escolar, disse: “a pobreza é um obstáculo para o desenvolvimento das crianças, porque uma criança que

frequenta a escolinha aos três anos, cresce, considerando todos os adultos de tios e tias e daí cresce com o respeito, sabendo diferenciar o bem do mal, para além de saber avaliar os conselhos dos outros. Por exemplo, a minha neta já se comporta como um autêntico adulto educado” (SAMUEL, 2018).

A educação escolar de qualidade foi vista por todos entrevistados como a única forma de complementar a educação dada em casa. Ainda salientaram que uma pessoa socialmente bem instruída e escolarizada, escolhe amizades segundo as boas práticas sociais do companheiro, para além de que sempre anda informada sobre tudo o que acontece à sua volta, como por exemplo: os locais mais arriscados da área, para melhor-se precaver, e querendo se deslocar e não tendo carro pessoal, solicita taxi e qualquer abordagem criminosa feita, essa pessoa tem tido paciência de atender o criminoso de forma passiva, evitando consequências desastrosas, na esperança de que a vida é um bem indisponível e mais importante, e com ela consegue-se mais bens materiais. Abaixo, o perfil das vítimas, conforme as condições socioeconômicas, idade e nível de escolaridade.

QUADRO. 8 –PERFIL DAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS, ASSALTOS À FACÃO E A ARMAS DE FOGO DE 2007-2017

Perfil das vítimas de assalto à facão				
Idade	Vítima	sexo	Escolaridade	Condições econômicas
18-28	169	F	Elementar	Pobre
18-38	134	M	Elementar	Pobre
18-35	75	F	Médio	Média
28-34	88	M	Médio	Média
Total	466	-----	-----	-----
Homicídios à facão e arma de fogo				
Idade	Vítimas	Sexo	Escolaridade	Condições econômicas
18-60	35	F	Elementar	Pobre
19-34	59	M	Elementar	Pobre
20-34	25	F	Elementar	Médio
25-35	40	M	Elementar	Médio
Total	159	-----	-----	-----
Assalto à arma de fogo				
Idade	vítima	sexo	Escolaridade	Condições econômicas
28-52	68	M	Médio	Média e alta
30-45	36	F	Médio	Média e alta

24-39	40	M	Licenciado	Média
41-52	04	F	Elementar	Pobre
30-57	07	M	Básico	Pobre
Total	157	-----	-----	-----

Fonte: Compilado pelo autor a partir dos boletins de ocorrências policiais das três autarquias (2007-2017).

Conforme boletins de ocorrências policiais analisados, as mulheres são as mais vítimas de assaltos recorrentes à armas brancas e os homens em homicídios. As motivações alegadas nos boletins de ocorrências policiais, deve-se ao fato da limitada reação das mulheres, por conta da diminuta força física e paciência em atender a abordagem criminosa. Para os casos de homicídios em homens, constam como principais motivações: conflitos passionais e reação a uma abordagem criminosa. Os homicídios em mulheres idosas decorrem de acusação de feitiçaria na sua maioria.

Ainda conforme boletins de ocorrências policiais analisados, os assaltos à armas de fogo nestes municípios, de princípio às suas vítimas são indivíduos da classe média e alta, ou seja, indivíduos que possuem bens valiosos, mas poucos casos de vítimas pobres constantes do quadro acima, são indivíduos que no momento de assalto possuíam dinheiro, resultante da venda de excedentes agrícolas ou da venda de gado bovino.

6.2 . PERFIL DOS CRIMINOSOS

Nos dias que correm, as instituições penitenciárias da província de Manica, tem registrado uma população carcerária de jovens, com idades que variam entre os 16 e 35 anos, reduzindo-se drasticamente com o aumento da idade. Neste grupo populacional, os jovens de sexo masculino lideram a contagem em cerca de 75%, seguidos de 15% de homens com mais de 35 anos e por último, cerca de 10% são de sexo feminino (Boletins de ocorrências policiais das autarquias, 2007-2017; Relatório anual da direção provincial da justiça e assuntos religiosos sobre a situação carcerária da província, 2017), mostrando inequivocamente que o comportamento criminoso é algo que não acompanha o indivíduo durante a sua vida, tal como defende a teoria interacional, na perspectiva evolucionária (ENTORF; SPENGLER, 2002).

As mesmas fontes, avançam que estes indivíduos na sua maioria são solteiros, uns sem e outros com filhos fora de casamento. Trata-se de indivíduos, uns da classe social economicamente baixa e outros da classe que diríamos de média, com uma instrução social e escolar baixa, à semelhança do perfil dos delinquentes nos EUA e no Brasil (FELIX, 2002). O envolvimento maioritário dos jovens do sexo masculino em práticas violentas é interpretado

pelos entrevistados como sendo a fase em que a preferência pelo consumo de bens valorados socialmente é maior diante de uma renda exígua, para além da sua vulnerabilidade em experimentar condutas arriscadas.

Como já se salientou em ocasiões anteriores, os criminosos engajam-se pelos interesses diferenciados. Sem querer generalizar, conforme análises dos dados registrados e disponibilizados pela Polícia e pelo setor de Controle Penal das Penitenciárias dos municípios em estudo, a maior parte de presos naquelas instituições prisionais, indiciados pela prática de assaltos e homicídios, são indivíduos, na sua maioria jovens e com um nível de escolaridade que varia de elementar a médio incompleto, sendo uns da classe baixa e outros da classe média. Nestas duas tipologias criminais, encontramos por sua vez a subdivisão destes em função dos seus *modus operandi*, determinado pelo seu *status* econômico, ou seja, os recorrentes à armas brancas e os recorrentes à armas de fogo atuam em circunstâncias dualmente antagônicas, quer em termos de áreas de atuação e horário, quer em termos de interesse e qualidade da vítima, medido pelos bens que possui, e essa qualidade da vítima determina o tipo de instrumentos de crime a usar-se.

Nestas práticas da violência criminal, os do sexo feminino aparecem em menor incidência. Conforme o relatório anual da penitenciária referente ao ano de 2016, isso em parte, deve-se à interiorização das crenças patrilineares falocêntricas prevalecente na província, segundo as quais o indivíduo de sexo masculino é dominante em relação ao do sexo feminino em termos de estrutura física e habilidades, para além de serem provedores de sobrevivência da família, reservando-se à mulher procriar e velar pela gestão da casa com menos cobranças em trazer sustento familiar. Não obstante a estas crenças, encontramos neste relatório anual da Penitenciária, alguma incidência de indivíduos do sexo feminino, indiciados pela prática de crimes de natureza passional (violência doméstica¹⁰⁵), infanticídios, envenenamento, furtos e venda de *cannabis sativa*. Por outro, o reduzido número de mulheres em práticas criminais violentas, como: homicídios e assaltos, não significa que elas não se envolvem, mas sim, pelo fato delas muitas vezes ocuparem papéis secundários nas quadrilhas criminosas, sobressaindo como simples mãe, mulher ou amante de criminosos.

Indagados sobre os porquê a violência criminal reduz de forma inversamente proporcional com a ultrapassagem da idade jovem, os nossos entrevistados foram antagônicos nas respostas, embora tenham se coincido em alguns pontos, sendo que uns defenderam a

¹⁰⁵ Casos motivados por ciúmes vividos, que tem levado algumas mulheres a queimarem seus maridos com recurso a óleo ou água quente, no momento em que eles se encontram dormindo ou distraídos, homicídios e infanticídios.

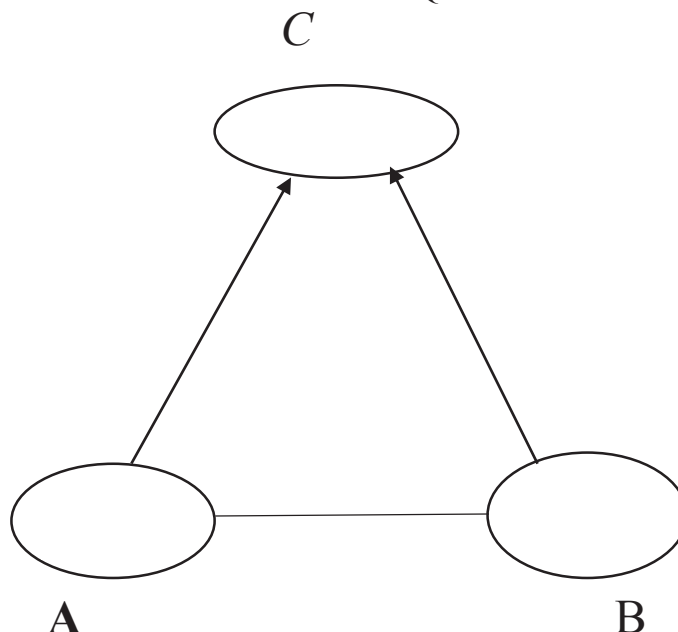
responsabilidade e maturidade (impostas pela cultura) que a maioria dos moçambicanos ganha ao ultrapassar os 35 anos, considerados como a idade máxima da fase jovem¹⁰⁶, em virtude de constituir suas famílias, daí acham vergonhoso para si e para sua família continuar praticando estes atos indecentes, para além de que receiam perder o casamento pelo tempo que estiver preso em um estabelecimento prisional. Outro grupo de entrevistados, embora aceitando a posição dos primeiros de forma indirecta, defendeu que com o avançar da idade, as energias físicas diminuem consideravelmente, o que-os tornam incapazes de desafiar as suas vítimas, bem como colocar se em fuga durante a perseguição policial ou popular.

As posições dos entrevistados, têm a ver com a cultura moçambicana, que institucionaliza de forma geral, que pessoas de ambos sexos, consideradas adultas são lhes exigidas o *status* de casado (tradicionalmente trata se de qualquer união marital estável), com uma obrigatoriedade social de gerar filhos a curto prazo. Esta é uma realidade inegável na sociedade moçambicana, pautada pela heteronormatividade sexual, ou seja, um casal gerando filho ou filha, espera dele (a) na sua fase adulta de netos ou netas biológicos.

A pesquisa constatou que os assaltantes de forma geral, tem sua peculiar forma de ação. Para elucidar esses seus *modus operandi* peculiares, o esquema abaixo mostra atuação desses criminosos, quer assaltantes com recurso à armas brancas, quer com recurso à armas de fogo nestes municípios. Pode se ver no esquema, que estes criminosos, moram em bairros diferentes (A) e (B) e se encontram num determinado ponto para assaltar no outro bairro (C), às vezes com a conivência de alguns moradores deste bairro. A razão de morarem em bairros distintos e atuarem em outro bairro, prende se com a necessidade de dificultar o seu reconhecimento pelas vítimas, bem como a sua localização depois do assalto.

¹⁰⁶ Lei nº 32/2006, de 21 de setembro que valida a estratégia de desenvolvimento integral da juventude moçambicana, considera jovem, um moçambicano com idade compreendida entre os 15 a 35 anos.

ESQUEMA-5: FORMA DE ATUAÇÃO DOS CRIMINOSOS EM CRIMES CONTRA PATRIMÔNIO NOS MUNICÍPIOS EM PESQUISA

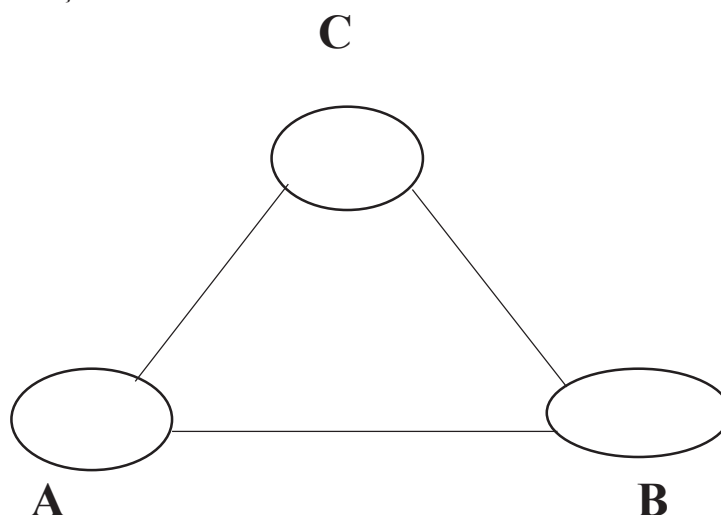


Fonte: Elaboração própria a partir dos boletins de ocorrências policiais (2018).

Nestes municípios, constatou-se que o município de Chimoio, como a capital central da província de Manica é o ponto de partida de todos os meios de transporte terrestre, interdistritais e interprovinciais. Os criminosos recorrentes à armas brancas, organizam-se de forma racional em paradas, quer interdistritais, quer interprovinciais, onde quando detetam alguém com elevadas somas em dinheiro durante o pagamento de passagem, sinalizam-o nas suas roupas no momento em que entra no autocarro, colando-lhe uma etiqueta, etiqueta esta, reconhecida pelo grupo criminoso que estará esperando na parada do local de destino. Neste caso, quando chega um autocarro, os criminosos do local de destino, preocupam-se em identificar os passageiros etiquetados e os perseguem até lhes assaltarem, convictos de que tem dinheiro. Essa astúcia criminosa tem sido feita aos passageiros de últimos autocarros que chegam aos seus destinos à noite. Os agentes policiais entrevistados, disseram ter descoberto estas artimanhas criminosas depois de várias vítimas sofrerem, sem se entender por que é que essas ações incidiam somente à todas elas portando bens monetários no ato da abordagem criminosa. Conforme os agentes policiais entrevistados, este problema minorou depois de várias palestras em paradas de ônibus, apelando para que os passageiros separassem o valor da passagem antes de chegar a parada, permitindo que os criminosos não se apercebam quantos valores monetários o passageiro leva consigo, embora alguns não estejam acatando estes conselhos.

Para os crimes contra pessoa, normalmente a vítima e o agressor conhecem-se mutuamente antes da prática do crime, podendo morar ou não no mesmo bairro. Esses crimes podem ser: homicídio, estupro, lesões corporais, entre outros crimes contra pessoa, salvo os casos que decorrem de um assalto. Abaixo o esquema demonstrativo de como ocorrem crimes contra pessoa nestes municípios.

ESQUEMA-6: ATUAÇÃO DOS CRIMINOSOS EM CRIMES CONTRA PESSOA NOS MUNICÍPIOS EM



Fonte: Elaboração própria a partir dos boletins de ocorrências policiais

Através do setor de controle penal das penitenciárias localizadas nestes municípios, a pesquisa constatou que a criminalidade ocorre de forma desigual, tendo em conta aos aspectos ambientais físicos, sociais, econômicos e culturais de cada região. Tanto os registros constantes nos boletins de ocorrências policiais (2007-2017) como os do setor de controle penal (2007-2017) sobre o tipo de delito, naturalidade e o nível socioeconômico dos indivíduos presos na sequência do seu envolvimento na prática da criminalidade, os dados que se teve acesso, apontam que nestas três autarquias, a maioria da sua população reclusória está ligada a crimes contra o patrimônio, embora em alguns casos estejam disfarçados de outras motivações. Atítulo exemplificativo, dos 162 presos na cadeia distrital de Manica, os dados apontam que cerca de 79.6% estão envolvidos em crimes contra patrimônio (furtos e roubos) e os restantes contra pessoa e contra a ordem pública. Na cadeia municipal de Gondola, dos 83 encarcerados, cerca de 77% dos casos estão igualmente ligados a crimes contra patrimônio e restantes contra pessoa e contra a ordem pública, os seus praticantes maioritariamente são jovens de sexo masculino para roubos e mulheres para furtos, variando de 17 a 40 anos de idade. A seguir, apresentamos as tabelas da criminalidade que mais provoca a sensação de medo e insegurança públicas, praticada por indivíduos que se encontravam encarcerados no momento do trabalho de campo

nestes municípios, todos desempregados e com um nível de escolaridade abaixo da 8ª classe completa.

TABEL-16: CRIMINALIDADE CONTRA PROPRIEDADE E CONTRA PESSOA POR FAIXA ETÁRIA DOS CRIMINOSOS PRESOS NA CADEIA DE MANICA

Idade	Criminalidade			
Faixa etária	Homicídios	Roubos	Furtos	Lesões corporais graves
15-20	_____	19	16	08
21-25	02	36	19	05
26-30	02	25	04	03
31-36	04	04	01	_____
37 e +	_____	03	02	02
Total	08	87	42	18

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo setor de controle penal da cadeia distrital de Manica, 2018.

Neste número de 162 presos, 07 não fazem parte do nosso estudo, porque encontram-se presos por crimes que não constituem motivos de muita apreensão da população, nomeadamente: abuso de confiança, burla e consumo de *canaabis sativa* (maconha). Dentre os 162 presos, encontram-se encarceradas 05 mulheres, das quais três por furto qualificado e duas por lesões corporais qualificadas, sendo duas na faixa etária de 21-25 anos, duas na faixa de 26-30 e uma na faixa de 37 e mais anos de idade.

TABELA-17: CRIMINALIDADE CONTRA PROPRIEDADE E CONTRA PESSOA POR FAIXA ETÁRIA DOS CRIMINOSOS PRESOS NA CADEIA DE GONDOLA

Idade	Criminalidade			
Faixa etária	Homicídios	Roubos	Furtos	Lesões corporais graves
15-20	_____	10	12	03
21-25	02	06	07	02
26-30	_____	13	05	01
31-36	03	05	03	03
37 e +	01	01	02	_____
Total	06	35	29	10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo setor de Controle penal da cadeia de Gondola, 2018.

Dos 83 presos encontrados na cadeia de Gondola, 3 presos não fazem parte do nosso estudo, por terem cometido crimes que não constituem motivos de muita apreensão da população, por serem de natureza individual (abuso de confiança e burla). Nesta cadeia, sete

mulheres encontram-se presas, das quais duas por furto qualificado, três por lesões corporais graves na bebedeira e duas por homicídio, sendo quatro na faixa de 26-30 anos, duas na faixa de 21-25 e duas na faixa de 31-36 anos, respectivamente.

Em relação a naturalidade dos envolvidos nas práticas delitivas, conforme o setor de controle penal das penitenciárias de Manica e Gondola, não existe um número estanque, ou seja, os números sempre diferem um pouco, sendo que para o município de Manica, uma percentagem maior de presos por assaltos com recurso a instrumentos contundentes são naturais do vizinho distrito de Vanduzi, seguidos dos de manica, mas que tiveram sua infância na vizinha República do Zimbabwe, ao passo que os homicídios, são na sua maioria protagonizados por naturais ou residentes no mesmo distrito, salvo alguns que decorrem durante os assaltos (Setor de controle penal, 2018). Em relação aos assaltos praticados com armas de fogo, através da mesma fonte, constatou-se que muitos envolvidos não são naturais deste distrito, embora morassem ali de forma pendular (temporária). Para o município de Gondola, conforme a mesma fonte, os recorrentes à armas brancas são naturais de Chimoio, Manica e distrito vizinho de Nhamatanda, mas constatou-se que os recorrentes à armas de fogo na sua maioria são de outras províncias ou países vizinhos, podendo haver convivência dos naturais ou por estarem morando nestes locais de forma pendular.

Contrariamente o que se constatou na penitenciária de Chimoio, com 1650 presos internados contra 1200 que é a sua capacidade normal, todos do sexo masculino. Por ser a maior penitenciária da província de Manica, acolhe todos os presos condenados em todos os distritos da província a uma pena de prisão efetiva igual ou superior a 2 anos. Um detalhe muito interessante constatado durante a análise de boletins de ocorrências policiais no município de Chimoio é a distribuição da violência criminal pela naturalidade dos seus praticantes. Constatou-se que os assaltos recorrentes ao uso de facão foram na sua maioria protagonizados por naturais da província da Zambézia (conhecidos localmente por *maquelimanes*), seguido por naturais de Sofala (nhamatanda) e *matewes* (os naturais de Chimoio) ao passo que os praticados com recurso à armas de fogo, foram protagonizados na sua maioria por naturais da Beira, Nampula, Gaza, Inhambane e Maputo¹⁰⁷, todos residindo na cidade de maneira pendular.

Por outro, os praticantes de homicídios encontram-se distribuídos um pouco por todas as naturalidades, uma vez que as suas motivações variam segundo as pretensões individuais, ou seja, existem os que decorrem de fatores econômicos, como morte de um dos cônjuges para se apropriar da herança patrimonial, questões mágico religiosas, roubo seguido de assassinato

¹⁰⁷ Dados fornecidos pelo setor de controle penal sobre o perfil dos reclusos encarcerados, 2018.

para impedir o seu reconhecimento pela vítima ou autoridades policiais, questões de ciúmes e recusa de paternidade, que leva muitas mulheres a cometerem o infanticídio (casos de algumas mulheres presas na cadeia feminina de Chissui¹⁰⁸-Chimoio), forma por elas encontrada de se livrar do recém nascido, alegadamente por insuficiências de condições socioeconômicas para suportar o bebé. Furtos, envenenamento e violência doméstica, configuram também como outras motivações da prisão de muitas mulheres nestas cadeias femininas municipais.

TABELA. 18. DISTRIBUIÇÃO DA CRIMINALIDADE CONTRA PROPRIEDADE E CONTRA PESSOA POR FAIXA ETÁRIA DOS CRIMINOSOS NA CADEIA PROVÍNCIAL DE MANICA

Idade		Criminalidade			
Faixa etária	Roubos	Homicídios	Furtos	Lesões corporais graves	Estupro
18-20	102	21	210	32	21
21-25	231	153	111	23	08
26-30	247	110	73	17	03
31-36	64	96	52	12	05
37 e +	20	05	10	05	01
TOTAL	674	385	456	89	38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo setor penal da Cadeia provincial de Manica em Chimoio, 2018.

Dos 1650 reclusos internados nesta penitenciária, 15 não interessam a nossa pesquisa, porque encontram-se envolvidos em crimes de natureza individual, como burla, abuso de confiança, venda e consumo de estupefaciente, em virtude de não representarem de forma direta o sentimento de medo e insegurança pública para a população. As mulheres encontram-se presas numa cadeia feminina especial, localizada fora deste estabelecimento penitenciário, a chamada “cadeia feminina de Chissui”. A seguir a tabela ilustrativa de 47 mulheres presas no período em que se fez a entrevista no município de Chimoio, na chamada cadeia feminina de Chissui, área periférica do mesmo município.

TABELA -19. DISTRIBUIÇÃO DA CRIMINALIDADE PRATICADAS POR MULHERES POR FAIXA ETÁRIA NA CADEIA FEMININA DE CHISSUI-CHIMOIO

Idade		Criminalidade	
Faixa etária		Homicídio e infanticídio	Furtos
17-20		11	08
21-25		04	06

¹⁰⁸ As mulheres condenadas na cidade de Chimoio e as condenadas a pena de prisão maior pelos tribunais distritais, cumprem as suas penas privativas de liberdade na cadeia feminina de Chissui arredores do município de Chimoio, ou seja, não são encarceradas na penitenciária agrícola cabeça de velho, a semelhança dos homens.

26-30	02	04
31-36	03	02
36-40	01	01
41 e +	_____	05
Total	21	26

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo setor de controle penal da cadeia feminina, 2018.

Ora, a pesquisa constatou que nestes municípios, o grau de envolvimento das mulheres em atos criminais violentos e não violentos é muito baixo se comparado com o dos homens em todas as suas faixas etárias. Constatou-se também que o envolvimento de pessoas de ambos os sexos em atos criminais diminui na medida em que elas se tornam velhas (+35 anos), o que pode ser interpretado como resultado de responsabilidades acrescidas que esses indivíduos passam a ter com a sua maturidade, como por exemplo criação de filhos, evitar ferir seu orgulho perante a vizinhança e filhos, para além de que com a idade acima dos 35 anos, as pessoas pela tradição local, já são moralmente obrigadas em terem família constituída. Ademais, entende-se que o seu esforço físico com o avançar da idade encontra-se em estado reduzido ou limitado para enfrentar algumas situações que exigem aplicação de força física, como é o caso de desafiar algumas vítimas ou fugir das autoridades policiais.

No cerne da questão de naturalidade na prática de crimes, a pesquisa constatou que a prevalência de naturais da província da Zambézia-Quelimane na prática da criminalidade, mormente a praticada com recurso à armas brancas, deve-se ao fato da sua população institucionalizar nas suas culturas o trabalho agrícola, trabalho doméstico e comércio informal (venda ambulante de artigos) como caminho para o sucesso econômico enquanto jovens crianças, o que faz com que se sintam socializados por uma atividade comercial durante a sua vida adulta, desprezando o ensino, alegadamente por acreditar em algumas crenças, segundo as quais o resultado dos estudos só se reflete positivamente em indivíduos da classe rica, pela sua facilidade em obter um emprego, por via de nepotismo. Neste contexto, quando não conseguem alcançar essas aspirações por falta de recursos financeiros, como diz Merton (1968), alguns recorrem a meios ilegais para a sua concretização. Estas constatações surgem das entrevistas feitas, onde um dos entrevistados, por sinal natural da Zambézia e comerciante há mais de 40 anos, disse;

Nós na zambézia desde o tempo colonial, fomos considerados como empregados doméstico dos brancos, trabalhávamos nos seus quintais, lavando roupa, cortando relva e também éramos obrigados a trabalhar na plantação de café e arroz no distrito de Gilé, para além de outros trabalhos ligados a construção civil e aí, do pouco dinheiro que recebíamos, comprávamos pequenos produtos e revendíamos nos mercados informais para aumentar a renda e suportar a casa. Os nossos filhos é que

se ocupavam destas atividades, porque não tinham outras atividades. Os brancos mostravam nos que os negros sempre morrerão sacrificando para sobreviver e daí fomos crescendo assim. Nos dias de hoje, mesmo com uma classe feita para ter emprego, deve falar como homem [pagamento de prorina no Brasil] e para nós, estudar é perder tempo e dinheiro (JAMAL, 25 julho, 2018).

Deste depoimento, ficou claro que uma das razões do nível baixo de escolaridade da maioria dos naturais da província da Zambézia é a institucionalização da cultura de corrupção ou nepotismo na obtenção de emprego formal depois que alguém da classe baixa termine um curso, ainda que profissional. Esta crença é resultado de uma herança falsamente enraizada pelos portugueses durante a colonização, dado que uma das suas sede durante a colonização foi a província da Zambézia, onde usavam-os na plantação de chá, café e arroz. Neste contexto, esta crença foi sendo disseminada de geração em geração dos naturais da Zambézia e como prova disso em quase todos os mercados informais visitados dos bairros do município de Chimoio, nomeadamente; bairro cinco, 7 de abril, josina Machel, Bairro centro hípico, 25 de junho e Nhamaonha, sendo este último com um mercado denominado “*maquilimane*¹⁰⁹“, a maioria dos que se dedica ao comércio informal são naturais da zambézia, conhecidos localmente por *maquelimanes* e coincidentemente tem sido na sua maioria vítimas de linchamentos públicos.

Em relação aos assaltantes com recurso à armas de fogo, a nossa pesquisa constatou uma situação dual, sendo que uns são semi analfabetos e outros são alfabetizados, sem nível médio completo, ambos com uma parte em comum que é o desemprego, ou seja, constatamos que neste grupo de assaltantes, conforme relatórios policiais e das cadeias municipais, ninguém dos envolvidos nestes crimes violentos tinha o nível superior, sendo que o grau de escolaridade encontrado nestes praticantes, situava-se entre o nível de 7^a classe à nível médio incompleto e como não bastasse desempregados.

Acredita-se que o baixo rendimento do comércio informal para suprir as necessidades sociais básicas da maioria dos jovens, associado ao baixo nível de escolaridade, que dificulta o ingresso no mercado de trabalho formal, razoavelmente remunerado e a falta de capacidade de discernir o bem do mal ao se envolver no mundo da criminalidade, vulnerabiliza-os a envolverem-se constantemente em crimes contra propriedade, por encontrar neles uma forma de satisfazer de forma rápida os anseios que eles acham que não conseguiriam de forma honesta, devido as barreiras/exigências impostas pela burocracia vigente no mercado.

Em todas as penitenciárias municipais, constatamos que a população reclusória feminina encontra-se em número reduzido, sendo que na penitenciária de Manica, dos 162 reclusos,

¹⁰⁹ Nome dado aos residentes da cidade de Quelimane, província da Zambézia.

apenas cinco mulheres encontravam-se presas, três por furto e duas por violência doméstica (lesões corporais graves contra seus maridos) que resultou em ferimentos graves, ambas não tinham sido ainda condenadas. No distrito municipal de Gondola, conforme dados concedidos pelo setor de controle penal, dos 78 presos encontrados, apenas sete mulheres se encontravam presas, duas acusadas de homicídio qualificado, três por lesões corporais e duas por furto qualificado, todas ainda sem desfecho de seus casos. Por outro, a penitenciária feminina de Chimoio, albergava no momento que se fez a pesquisa um total de 47 mulheres, dentre elas por infanticídio, homicídio e furtos qualificados. Deste número, parte significativa vem transferida das penitenciárias distritais já condenadas a penas de prisão maior efectiva de dois ou mais anos e que por norma de funcionamento, as penitenciárias distritais não devem internar condenados a penas iguais ou superiores a dois anos, alegadamente por questões de segurança e monitoramento das suas condutas cotidianas.

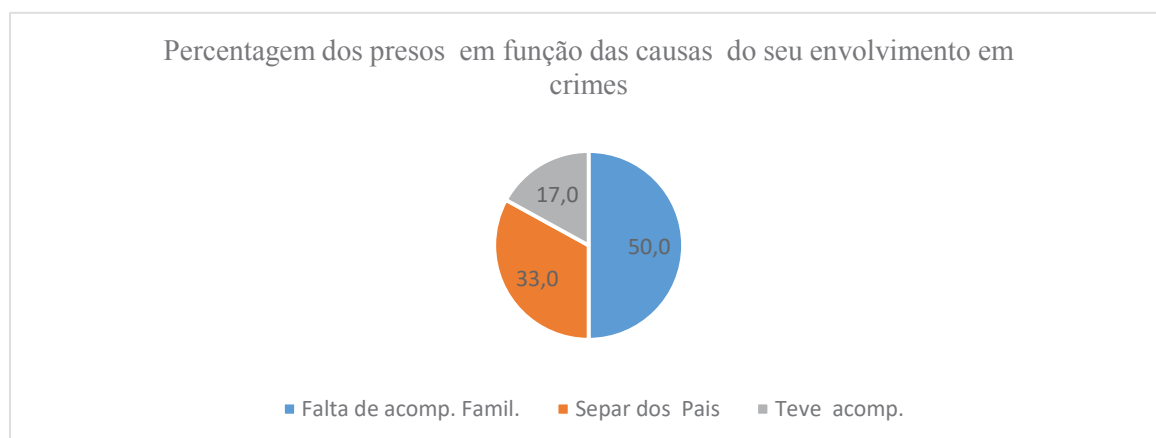
Esta redução no envolvimento de indivíduos do sexo feminino nas práticas criminais, conforme os nossos entrevistados, é interpretada como sendo resultado de pouca coragem que muitas mulheres têm em praticar crimes e também pelo fato de serem as donas de casa, com exclusiva responsabilidade de criar filhos, dado que o sistema prevalecente na maioria da sua população é patrilinear, onde nesta vertente, o homem continua sendo visto como o mais forte e caracterizado pelas tarefas mais agressivas em termos de força física. Ainda outros entrevistados, defendem que a dependência económica das mulheres nestes municípios tem sido uma razão principal delas não se enveredarem por estes crimes, por achar que estes comportamentos podem comprometer os seus casamentos e conseqüente falta de assistência por parte dos seus companheiros. Essa dependência económica das mulheres, associada ao fato de atribuição do valor social pejorativo às mulheres “*mães*” solteiras, colocam-as numa submissão total aos seus companheiros, ainda que agressivos, com intuito de preservar o seu lar e cuidar de forma salutar os seus filhos em conjunto.

No concernente ao histórico de alguns entrevistados, dos seis presos perigosos entrevistados, 3 presos, cerca de 50%, disseram não ter tido nenhum acompanhamento familiar adequado durante a sua infância e pela influência de amigos, envolveram-se precocemente em consumo de álcool e cigarros, incluindo *cannabis sativa* (maconha) e mais tarde dedicaram-se a pequenos furtos e roubos, em busca de sustento de vícios. Dois presos, cerca de 33% disseram ter um acompanhamento humanizado e feliz, durante toda a infância, mas com a separação dos pais, tudo alterou-se, em vez de ir para a escola já frequentava bares e consumo de drogas com o uso da pequena mesada que recebia dos pais, diferentemente de um, correspondente a 17% que disse ter tido toda ajuda parental adequada, ainda com fortes proibições para não se

envolver em álcool e más companhias, mas disse não saber de certo como é que se mergulhou nesta situação de consumo de drogas e assaltos. Todos acreditam terem sido o consumo excessivo de álcool e droga, as principais vias para o ingresso precoce no mundo da criminalidade, dependendo das motivações para a sua prática, dentre elas: simples discussões em bares, necessidades econômicas e resistência da vítima em atendê-los durante a sua abordagem.

A pesquisa constatou que embora algumas crianças tivessem uma infância normal, em termos de condições socioeconômicas, recheadas de educação escolar e proibições em ter más companhias, a falta de acompanhamento ou supervisão comportamental do seu cotidiano por parte dos pais, por conta da busca de condições de vida ou sobrevivência, aponta se como um dos responsáveis foco de desvio, visto que o calor parental e a educação de qualidade são a base fundamental para a socialização da criança, daí o adágio popular “a educação parte de casa ou é de pequeno que se torce o pepino”.

GRAFICO-9: PERCENTAGEM DE PRESOS ENTREVISTADOS EM RAZÃO DO SEU INGRESSO NO MUNDO DO CRIME



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas (2018).

Conforme a fala dos entrevistados, a falta de acompanhamento familiar (F.A.Famil.), quer pelo abandono, quer pela morte ou pela busca de sustento, está na dianteira das causas da delinquência, seguido de separação dos pais (Separ. dos pais) e o acompanhamento completo. Conforme entrevistados, as más companhias e a falta de escolarização adequada, foram responsáveis pelo seu ingresso no mundo da droga e consequente ingresso no crime, ainda que alguns tivessem um acompanhamento familiar aparentemente bom, deixaram se levar pelas más companhias. Dos presos entrevistados, todos são desempregados, com o nível de escolaridade que varia de 4ª classe a 12ª classe incompleta, dentre eles solteiros e separados, sem e com filhos fora de casamento.

6.3 RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E A VIOLÊNCIA CRIMINAL

A escolarização e a socialização primária de qualidades, representam um papel extremamente importante na orientação de condutas de indivíduos, mormente para jovens adolescentes e jovens adultos, dada a sua capacidade de influenciar ou moldar o comportamento humano, quer individual, quer coletivo, tornando-o socialmente útil, quer através de boas práticas sociais, quer pela inserção no mercado de trabalho de forma fácil e com uma remuneração condigna.

Conforme INE (2015, p.19), o país apresenta cerca de 85% de pessoas economicamente ativas¹¹⁰ e cerca de 14% de não ativas, restando 1% para os casos desconhecidos. Conforme a mesma fonte (p.29), no ensino secundário (primeiro e segundo ciclos, neste caso da 8ª a 12ª classes), as taxas de indivíduos encontrando-se a frequentar este subsistema de ensino está abaixo de 24%, o que mostra a existência de muitos jovens adolescentes em idade escolar fora do ensino, principalmente os de sexo masculino. Este decréscimo verifica-se de forma acentuada para o nível universitário, devido entre outros fatores como: critérios menos limpidos em processos selectivos para o ingresso nas universidades públicas por conta de poucas vagas existentes, mesmo entrando, muitos deparam-se com a falta de condições financeiras para pagar as suas mensalidades, quer nestas públicas, quer em privadas. Outrossim, a fonte mostra que no ensino primário, os do sexo feminino representam uma maior percentagem na sua participação escolar. São apontadas dentre outras razões de evasão ou desistências ao longo da sua formação, longas distâncias da escola à casa, casamentos prematuros, gravidez precoce, busca de trabalho doméstico e a institucionalização de quem prospera depois dos estudos é quem pertence a classe elitista.

Ainda conforme dados do INE (2012), Moçambique possui na sua globalidade cerca de 54% da população analfabeta, subdividida por faixa etária, sendo de 8-20 anos em 15% e cerca de 39% com mais de 20 anos de idade, ou seja, este estudo foi feito tendo em conta o início do ensino primário, em que o aluno entra pela primeira vez com 6 anos de idade até ao nível médio, em que termina por volta dos 20 anos, regra geral. Entrando para a faculdade depois dos 20 anos de idade.

¹¹⁰ Refere-se a indivíduos com idade acima de 15 anos que estão em condições de dar ou dispostas a dar o seu contributo para o desenvolvimento do país através da sua inserção no mercado de trabalho remunerável, quer formal, quer informal, ao passo que pessoas não economicamente ativas compreendem todos aqueles indispostas para a sua contribuição no mercado de trabalho, podendo ser em razão da idade ou por razões estudantis, desde que exerçam atividades não remuneradas (INE, 2015).

Moçambique possui oficialmente 42¹¹¹ Instituições de ensino Superior, distribuídas por todo o país, sendo 12 públicas e 30 privadas. Nos municípios em estudo, a distribuição destas instituições é a seguinte: Município de Chimoio conta com 8 instituições superiores, sendo 4 públicas (Universidade Púngue, Universidade Zambeze, Escola Superior de jornalismo e Instituto Superior Politécnico) e 4 privadas (Universidade Católica de Moçambique com vários cursos, dentre eles à distância; Escola Superior de Economia e Gestão-ESEG; Instituto Superior Mutassa e Instituto Superior de Ciência de Educação à Distância-ISCED) e temos também neste município 4 escolas secundárias. No município de Manica temos três instituições de ensino superior (Universidade pedagógica; Instituto Superior Mutassa e Instituto superior Armando Guebuza) e três escolas secundárias (Jécua, Messica e Chinghamapere). Ademais, cada bairro residencial dos municípios em estudo possui uma escola de ensino primário, ou seja, de 1ª a 7ª classes.

Conforme análise feita em boletins de ocorrências policiais, no país, as motivações ligadas ao cometimento da violência criminal (assaltos e homicídios) sempre estiveram ligadas a fatores de natureza econômica e educacional, ou seja, são crimes cometidos com interesses ou retonos econômicos, em virtude de seus praticantes não possuírem qualificações profissionais que possam-lhes dar oportunidade de um emprego com remunerações satisfatórias. Neste caso, os seus praticantes, antes de se envolverem no crime, fazem uma análise de custo e benefício dessas práticas delituosas, embora variasse de criminoso para criminoso. O mais impressionante ainda, é o fato de que muitos crimes de natureza violenta localmente cometidos, são na sua maioria praticados por indivíduos menos escolarizados, muito abaixo do sétimo ano

¹¹¹ Públicas: Instituto Superior de Relações Internacionais, Instituto Superior Politécnico de Manica, Instituto Superior Politécnico de Gaza, Instituto Superior Politécnico de Tete, Instituto Superior de Ciências de Saúde, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Lúrio, Universidade Pedagógica, Universidade Zambeze, Escola Superior de Jornalismo, Escola Superior de Ciências Náuticas, Instituto Superior de Artes e Cultura Maputo e privadas: Instituto Superior de Educação e Tecnologia, Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique, Instituto Superior de Transportes e Comunicações, Instituto Superior Dom Bosco, Instituto Superior de Ciência e Tecnologia Alberto Chipande, Instituto Superior de Gestão de Negócio, Instituto Superior de Ciência e Gestão, Instituto Superior de Gestão, Instituto Superior de Ciências de Educação à Distância, Instituto Superior de Desenvolvimento Local, Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças (ISGECOF), Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Guwaza Muttini, Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande, Instituto Superior de Administração Pública, Instituto Superior Politécnico de Songo, Instituto Superior Monitor, Instituto Superior Maria Mãe de África, Universidade do Índico, Universidade Católica de Moçambique, Universidade Jean-Piaget de Moçambique, Universidade Metodista Unida de Moçambique, Universidade Mussa Bin Bique, Universidade Pedagógica Sagrada Família, Universidade Politécnica de Maputo, Universidade São Tomás de Moçambique, Universidade Técnica de Moçambique, Universidade Wutivi, Universidade Adventista de Moçambique e Instituto Superior Mutassa. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_institui%C3%A7%C3%B5es_de_ensino_superior_em_Mo%C3%A7ambique. Acesso em 23 nov. 2018.

de escolaridade. Estas constatações foram feitas depois de uma análise do perfil dos detidos e presos em boletins de ocorrências policiais (2007-2017) e relatórios do setor de controle penal¹¹² destes municípios, sobre a criminalidade violenta, praticada pelas pessoas sob sua custódia.

Conforme o relatório policial anual (2016), referenciando as ocorrências criminais registradas durante os meses de janeiro de 2016 à dezembro do mesmo ano, os crimes violentos mais praticados ao nível da província de Manica, tiveram motivações econômicas, embora em alguns casos aparecessem disfarçados de outras razões, como contradições familiares (ciúmes) em que uma mulher assassina seu marido ou amante, mas que na verdade tudo está em volta de interesses em usurpar os bens ou herança patrimonial do finado. Dessas envolvidas, segundo a fonte, todas apresentam um perfil socioeducacional baixo, máximo de sétima classe e na sua maioria desempregadas e viciadas em bebidas alcóolicas ou drogas ilegais (Relatório policial, 2016).

Outras constatações, igualmente foram verificadas nas penitenciárias municipais, através do setor de controle penal e durante as entrevistas efetuadas aos presos envolvidos em assassinatos e assaltos, onde um dos presos por latrocínio, disse;

Sou um dos 10 filhos dos meus pais, tenho 5ª classe, agente faz isso por falta de oportunidade, durante a nossa vida, crescemos mal, sem condições para estudar por falta de condições, assim desarrascamos a vida toda, desde menininhos para comprar roupa, sapatos e comida, porque os nossos pais foram e são analfabetos e pobres. Sempre foram bebedores de *nipa* (bebida destinalada) com dificuldades de comprar um lápis para nós estudarmos e com a introdução de uniforme escolar pago e distâncias longas para chegar à escola de chapa ou machimbombo (onibus), a situação cada vez mais piorava, mas do pouco que estou fazendo ajudo meus filhos estudando para não serem o que eu sou por culpa dos meus pais e do governo que não nos gosta por sermos pobres (ARTUR, 20 maio, 2018).

Uma das motivações do envolvimento em práticas de crimes violentos, alegadas pelos presos é a falta de oportunidade em singrar na vida e essa falta de oportunidade deve-se ao nível baixo de escolaridade que dificulta o seu ingresso em postos de trabalhos ou em empregos razoavelmente remunerados, dificuldade está, que lhes empurram para o mundo da pobreza. É neste caso que a pobreza associada a outros fatores, como a falta de formação profissional, vícios em bebidas alcoólicas e outras drogas, dificulta a integração social desses indivíduos, constituindo um motor de sua vulnerabilidade para engajarem se em atividades criminosas. A mesma pesquisa, através dos dados do controle penal das penitenciárias municipais, constatou

¹¹² É um setor da penitenciária que controla o perfil de cada preso, desde a sua identificação, o nível de escolaridade, o tipo de crime de que foi condenado, a pena aplicada, o dia do término da pena, os seus antecedentes criminais e o seu comportamento durante o período da reclusão. Neste caso este setor faz relatórios diários do comportamento de cada preso e mediante o seu bom comportamento depois de cumprida a metade da pena pode se beneficiar de liberdade condicional para que cumpra o resto da pena em liberdade.

que poucos indivíduos mais escolarizados presos, são funcionários públicos e de empresas privadas, encontrando-se os seus casos ligados aos crimes não violentos, tais como: burla, abuso de confiança e corrupção (ativa e passiva).

Este fraco envolvimento de escolarizados no mundo do crime violento é interpretado como resultado da sua educação social e escolar que mune-os de capacidades e habilidades individuais que permitam que eles analisem as consequências das suas ações antes de seu envolvimento, não só, mas também, a escolarização mune os indivíduos de conhecimentos que facilita a obtenção de um emprego com uma remuneração razoável, capaz de satisfazer de maneira positiva as suas necessidades sociais básicas, sendo assim, eles preferem-se distanciar da criminalidade por achar que a sua privação de liberdade pode-lhes a fastar de várias possibilidades que tem de obter um emprego estável e bem remunerado. É neste contexto que os entrevistados defendem que a formação escolar molda indivíduos a não desobedecerem as leis legalmente estatuídas de forma leviana. Para além de que as escolas funcionam como uma plataforma profilática da criminalidade, mormente para jovens, em virtude delas ocuparem maior parte do tempo desta camada social, evitando que ela se exponha nas ruas e interaja com marginais.

Estas e outras constatações surgem das entrevistas e da análise dos relatórios policiais sobre a criminalidade praticada por jovens, onde se aferiu que muitos furtos, agressões físicas e roubos, são praticados na sua maioria por jovens da classe popular fora da escola. Emprestando as palavras de Cohen (1963), as desistências escolares tem sido o resultado da reprodução das desigualdades sociais entre as classes distintas, com consequências nefastas para os da classe popular, que normalmente não enxergam a escola como continuidade dos seus valores e normas ensinados pela família, mas sim, uma cultura alheia e de difícil adaptação. Ainda conforme o autor, os da classe alta são socializados a potencializar a sua ascensão social, pautada na responsabilidade, no trabalho e na compensação a médio e longo prazos ao passo que os da classe popular normalmente são socializados a acreditarem na crença da sorte, no destino, no uso da força física e na obtenção de recompensas de forma imediata.

Ainda na senda desta ideia, constatou-se que muitas vítimas de assaltos com arma de fogo são indivíduos da classe média e alta, variando do seu nível de escolaridade, mas na sua maioria sem o ensino superior, isso pode ser interpretado como resultado da sua condição socioeconômica elevada. Por outro, os homicídios incidem sobre indivíduos de baixa escolaridade abaixo da 7ª classe (elementar) e isso interpreta-se como falta de ponderação e paciência em a tender o criminoso durante a sua abordagem. Outrossim, os menos escolarizados normalmente encontram no uso da força física como uma alternativa de impor o seu respeito e

como autodefesa dos seus direitos alegadamente violados, casos inequívocos de linchamentos públicos recorrentes em bairros periféricos deploráveis destes municípios.

A esse respeito, um dos prefeitos, disse;

A população periférica pobre desta cidade recorre a queima de ladrões e violadores de mulheres, porque acha que levados a justiça são soltos sem nenhuma justificação aos ofendidos e eles saem e vem gabando na frente da mesma população que lhe encaminhou a justiça e isso cria nervosismo e desconfiança desses órgãos em tomar medidas dolorosas para que eles deixem de vez essa atividade criminosa [...]. Os *nhamacatanas* na verdade são indivíduos de baixo grau de instrução social e escolar, terroristas por excelência, em caso de resistência matam e violam mulheres em grupo. Apesar disso, temos tentado conversar com a população e com os chefes das zonas para evitarem estas práticas linchatórias, mas às vezes ela nos acusa de sermos amigos dos ladrões e daí só olhamos [...], na verdade a justiça deve ser transparente aos olhos do cidadão (ADRIANO, junho, 2018).

Perguntado por que é que esses indivíduos “*nhamacatanas*” são somente jovens de sexo masculino, um dos entrevistados, por sinal prefeito, iniciou dizendo;

Mesmo com a subida do nível de vida, os casais continuam fazendo muitos filhos, sem o devido acompanhamento educacional por serem pobres, neste município, tem muitos casais com mais de 10 filhos e eles somente confiam na agricultura de subsistência. Quando há estiagem ficam incapacitados em alimentá-los, para além de dizer que essas crianças aos 13 anos, tornam-se independentes em termos de compra de roupa, cadernos e para isso, são obrigadas a fazer pequenos trabalhos informais para ganharem dinheiro e quando são meninas, envolvem-se precocemente na prostituição para arcar com as despesas individuais, às vezes com o conhecimento das mães, e assim nem priorizam a escola por achar que não traz benefícios aos pobres senão gastos. Essa vulnerabilidade a que estão expostos, facilmente aceitam um convite para fazer parte do grupo de *nhamacatanas*, porque em parte a nossa justiça não ajuda na socialização do criminoso, solta ladrões que depois vem nos gozando (se achando), em vez de tomar medidas desencorajadoras destas práticas. Em parte a população tem razão, mas não posso ser eu a dizer isso...(ROMEY, junho, 2018).

No concernente ao nível de instrução social e escolar, um dos entrevistados, por sinal comerciante, disse;

É difícil educar um filho de hoje, porque ele tem muitos amigos marginais que né você como pai chega a conhecer, que fumam e bebem em idade menor e quando encontram um amigo que não bebe é isolado e chamam-lhe de *matreco* (ultrapassado) e para evitar ser chamado de *matreco*, alia-se ao grupo. Outro problema é o fraco controle da companhia dos filhos (saber com quem anda, brinca e como estuda) pela dinâmica da vida, porque imagine, sou vendedor, entro às 7h30 da manhã e saio às 23h, volto à casa enquanto estão a dormir e saio enquanto estão a dormir, finais de semana a história repete-se, falta de tempo, se não faço isso, o prato não fica na mesa e agrava a situação familiar (RUBEN, 28 jun, 2018).

Das falas acima, fica claro que a boa instrução social, a escolarização de qualidade, supervisão dos filhos, criação de postos de trabalho e a justiça formal imparcial, seriam cruciais para a redução das incidências criminais, mormente na camada jovem que sente na pele os efeitos da exclusão social. Ademais, a empregabilidade dos jovens em idade de trabalho, independentemente da sua qualificação profissional, seria uma saída para reduzir o envolvimento desta camada social em atos criminais, porque a simples ocupação em atividades

socialmente relevantes, já seria um passo extremamente importante para evitar alguns desvios. Por exemplo, conforme dados obtidos do setor de controle penal da penitenciária agrícola de Chimoio (2018), 95% dos que se encontravam internados por crimes violentos, são jovens do sexo masculino e possuem abaixo de 10º ano de escolaridade, desempregados ou com trabalho precário no momento da sua prisão. A mesma fonte aponta que 3% dos internados homens/mulheres possuem um emprego formal, dentre eles com formação técnico profissional ou superior e encontram-se respondendo pelos crimes ligados à sua profissão, como corrupção. Essa realidade reclusória de mulheres desempregadas e com baixo nível de escolaridade foi confirmada nas cadeias municipais e na cadeia feminina de Chissui, onde por exemplo, das 47 reclusas, 75% (cerca de 35 mulheres) são semi analfabetas e encontram-se presas por diversos crimes, dentre eles contra pessoa (homicídios e lesão corporal) e contra propriedade (furtos), sendo 25% (cerca de 12 mulheres) presas por mesmos motivos não são analfabetas.

6.4 CRIMINALIDADE E A INCIVILIDADE NESTES MUNICÍPIOS

O meio ambiente físico e social contribui de forma decisiva para a manifestação de comportamentos antissociais, com destaque para a criminalidade, por oferecer uma determinada oportunidade para o criminoso motivado. Um dos fatores ligados à prática da criminalidade nestes municípios, conforme a nossa pesquisa, é a incivilidade prevalente nestes e um pouco por todas as cidades moçambicanas. A incivilidade, pode ser entendida como ações que vão contra as normas e regras de convivência social, neste contexto fazem parte delas, diversas manifestações de condutas delinquentes, inclusive a insensibilidade em relação aos direitos alheios (DEBARBIEUX, 1996). Ela subdivide-se em social e física e é caracterizada por ações vexaminosas, ausência de respeito e pequenas violências (VALÉRIO, 2006). Esta incivilidade é vista como responsável pela existência de sentimento de medo e insegurança¹¹³ nestes locais, e caracteriza-se por :

a) Abandono irresponsável de obras inacabadas e terrenos baldios¹¹⁴- A existência de obras inacabadas e terrenos baldios um pouco por todos os bairros municipais, sempre representou para os moradores uma enorme preocupação no que concerne a sua segurança,

¹¹³ O sentimento de insegurança resulta de vários fatores, dentre eles, destacam-se: (a) de natureza criminal, ligados a sensação de vulnerabilidade e risco de ataque que, devido a fragilidade de segurança no meio físico; (b) desorganização social-resultante da percepção da quebra de relações sociais entre a vizinhança, tornando difícil os processos interativos e solidários; (c) de natureza incivil-resultante da falta de controle social e sinaliza as pessoas de que um determinado meio ambiente físico e social é perigoso e de práticas criminosas, onde elas consideram de incapazes para evitar a sua possível vitimização. A incivilidade subdivide-se em social e física (VALÉRIO, 2006).

¹¹⁴ Na medida em que estes terrenos encontram-se invadidos por capim, servindo de esconderijo de bens roubados e dos próprios bandidos, durante a perseguição policial ou emboscando as suas vítimas.

dado que diversos indivíduos, dentre eles marginais, encontram nelas um lugar para programar e praticar as suas atividades criminosas, desde o consumo e venda de diversas drogas, para além de ser um lugar de comando de *nhamacatanas*, onde são realizadas operações de distribuição e posterior destino final dos bens roubados.

b) Constante barulho produzido pelo toque de aparelhagem ao mais alto volume em música 24/24h, em quase todos os bairros periféricos, durante a venda e consumo de bebidas alcoólicas, quer de fabrico tradicional, quer de fabrico convencional. Este problema para além de ter sido testemunhado pelos entrevistados, a nossa observação direta constatou que a venda de bebidas alcoólicas, mormente a de fabrico tradicional, transformou-se num negócio preferível e rentável para as classes populares periféricas e para galvanizar a sua venda, tocam aparelhagem como forma por si encontrada de chamar atenção a qualquer consumidor que por ali circula, sobre a presença da bebida à venda e ao mesmo tempo serve como forma de apimentar o convívio entre os seus consumidores, tornando-se um local predileto de lazer, dada a falta destes lugares em quase todas as áreas residenciais periféricas. Embora traga benefícios económicos para algumas classes populares, outras classes sociais circunvizinhas, enxergam estas práticas como nocivas ao seu bem estar, por proporcionar um momento de incomôdo para o seu descanso noturno, por um lado. Por outro lado, pelo fato destes ambientes servirem de locais onde os criminosos aguardam seus momentos oportunos para delinquir e ao mesmo tempo selecionam dentre as vítimas, as mais rentáveis pelos bens materiais que exibem, principalmente dinheiro durante o momento em que pagam as suas contas.

A pesquisa de campo constatou que o momento oportuno para eles desencadearem as suas ações criminosas é madrugada, considerada *hora morta* em que as vias públicas tornam-se menos movimentadas, e com ausência de patrulhamento policial, ficam sob seu total domínio. Ademais, este barulho proveniente do toque de aparelhagem ao mais alto volume, impede que às vítimas escutem as ações criminosas, como arrombamento das portas das suas residências, para além de que mesmo pedindo socorro em gritos, não sejam ouvidas pela vizinhança, e isso tem colocado por terra o caráter solidário de compatriotas ali residentes. Um dos entrevistados a respeito disso, por sinal, líder comunitário, disse; “não dormimos bem por *chinguere* (música tradicional) que se toca a alto volume sem respeitar a hora do dia e da semana, o Conselho municipal nada faz para impedir o barulho que já até chama ladrões de outros bairros para a nossa zona, [...]” (ANDICENE, 23 Junh. 2018).

A prevalência de barulho proveniente de toque de aparelhagem em bairros residenciais periféricos, 24/24h, sem se respeitar a hora do dia e dia da semana, é interpretada pelos nossos entrevistados como resultado da incompetência do Conselho Municipal em por em prática as

normas contidas no código da postura camarária, sobre o combate a poluição sonora, onde determina num dos seus pontos o período em que deve se tocar aparelhagem, sendo: domingos às quinta feiras, das 7h da manhã às 19h da noite e nas sextas e sábados, das 7h da manhã às 22h30 e prevê multas e confiscação de aparelhagem para quem ousar infringir as tais normas (Lei sobre a postura camarária, 2012), mas na prática o barulho acontece sob seu olhar impavido. Para os nossos entrevistados, o problema não é a venda de bebidas alcoólicas de fabrico tradicional, por ela representar uma fonte de sobrevivência de muitas famílias, sobretudo senhoras separadas e viúvas, mas sim que respeitem a hora do toque de aparelhagem, por forma a que ninguém se sinta perturbado. Este barulho de aparelhagem foi considerado pela unanimidade dos nossos entrevistados (policiais, líderes comunitários e comerciantes) como uma fonte inequívoca de atração de marginais de outros bairros circunvizinhos para depois protagonizarem seus assaltos. Para além de que este barulho impede que a vizinhança oiça o grito de socorro e se solidarize com as vítimas em momentos de assalto, uma vez que pela natureza a população nativa destes municípios é solidária.

c) Falta de limpeza ao longo dos caminhos que fazem ligações entre áreas residenciais, foi apontada como responsável pela subida de *nhamacatanas* nestes municípios, porque conforme líderes comunitários entrevistados, estes locais servem de esconderijos desses meliantes durante as suas incursões criminosas, quer durante as abordagens na via pública, tanto quanto durante assaltos em residências. Conforme os entrevistados, o capim e montões de lixo espalhados um pouco por todos os bairros, servem como esconderijo de facões e drogas, durante o dia, sendo facões, para serem utilizados durante incursões criminosas no período noturno.

d) Despejo desregrado de lixo em locais públicos, sem a devida urgente remoção, é apontado como responsável pela proliferação de diversas drogas, dentre elas a *cannabis sativa*. O uso de montões de lixo como esconderijo de drogas é interpretado como estratégia dos seus usuários de ludibriar a atenção policial, por se considerar um lugar longe de imaginar que seria o seu esconderijo, porque tradicionalmente os seus consumidores e vendedores guardavam em suas casas, mas pelas sucessivas apreensões policiais destas drogas e consequente prisão destes, preferiram mudar de seus *modus operandi*, disfarsando desta feita das atuações policiais. Em relação ao lixo como esconderijo de drogas, um dos entrevistados, por sinal comerciante, disse: “Os *mbanjeiros* (Consumidores da *cannabis sativa*), pelas suas sucessivas detenções policiais por causa dessa droga, já escondem no lixo que há tempo não se remove e vão levando na medida em que aparece o cliente e de forma muito clandestina” (PINTO DE ABREU, junho, 2018).

e) Proliferação de caracaças ou carros abandonados-Tal como as obras inacabadas e abandonadas de forma irresponsável, as caracaças de carros estacionadas um pouco por todas as esquinas destes municípios, tem estado acolher marginais como suas residências e vezes sem conta são usadas como lugares preferíveis de venda e consumo de drogas, para além de violação de mulheres que transitam pelas ruas.

QUADRO-9: RESUMO DAS PRINCIPAIS INCIVILIDADES E CRIMES A ELAS LIGADOS

Tipos de incivilidades	Tipologias criminais
-Aparelhagem ligada ao mais alto volume em música 24/24h; -Falta de limpeza que origina capim ao longo das vias públicas (caminhos);	-Roubos ou assaltos à armas brancas e de fogo; -Violação sexual de mulheres; -Homicídios;
- Insultos envolvendo consumidores de bebidas alcóolicas; -Consumo excessivo de álcool e drogas proibidas	-Agressões físicas; -Homicídios; -Assaltos à mão armada;
- Abandono de obras inacabadas, caracaças de carros, despejo irresponsável de lixo e existência de terrenos baldios;	- Consumo e venda de drogas; -Assaltos à mão armada; -Violação sexual de mulheres;

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de campo, 2018.

A prevalência das incivilidades resulta da falta de atuação do poder público (municípios) em matérias de políticas públicas de segurança e em Políticas sociais, que possam tornar os meios ambientais físico e social invulneráveis a tais práticas sociais nocivas e que não prevaleça a sensação de medo e insegurança públicas. Ainda em relação as incivilidades, um dos entrevistados por sinal líder comunitário, disse;

Os *nhamacatanas* atuam em grupo de 4 a 12 integrantes e ultimamente sobem as árvores com ramos não cortados que estão nos principais caminhos com problemas de escuridão. Eles fazem da seguinte maneira, um grupo fica na estrada principal com luzes, onde nascem os caminhos que vão aos bairros, este grupo fica parece que está a conversar, enquanto controla o movimento da polícia para os bairros e os bens que as vítimas trazem e depois comunicam os que estão em cima das árvores e estes que estão nas árvores ao ver que as vítimas estão aproximar descem das árvores e posicionam-se no capim para atacar (roubar) as pessoas. As mulheres costumam passar muito mal, porque fora de sofrer roubo são puxadas para o capim que está ao lado da estrada. e são violadas sexualmente. Já atendemos estes casos, mas nada termina e até comunicamos as estruturas do município para cortar de vez essas árvores, mas não dão resposta até hoje (ANDICENE, junho, 2018).

Outra incivilidade que é responsável pela instalação de medo e insegurança pública notória um pouco por todos os municípios é a pichação de paredes de residências e muros de vedação com dizeres de violência, mostrando uma sensação de que a área está sob controle de marginais, representando a ideia da ausência do poder do Estado nestes locais em impor a ordem, aliás, conforme Wilson & Kelling (1982), a degradação do meio ambiente físico

conforme estudos feitos, representam para a comunidade uma sensação de medo e insegurança, este sentimento é uma oportunidade para a ocorrência do delito, tal como explica a teoria das janelas quebradas¹¹⁵.

¹¹⁵ Preconiza que o crime é resultado da desordem, ou seja, ele é mais praticado em áreas onde o descuido, a incivilidade, a desordem são visíveis, por exemplo a quebra de um vidro de uma residência ou carro, no entendimento do criminoso, transmite uma sensação de falta de preocupação e responsabilidade dos proprietários ou das autoridades (WILSON; KELLING, 1982) e assim, faz entender que estamos perante um Estado de anomia de Durkheim, sendo assim, a possibilidade de se partir mais vidros e retirar se tudo o que nele se encontra é muito maior (GIDDENS, 2001).

7 SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E A POLÍTICA CRIMINAL EM MOÇAMBIQUE

Pode se entender como sistema de justiça criminal, o conjunto de entidades responsáveis pela aplicação da lei, que visa coibir ou obrigar a reposição de danos causados, através do uso fiel da lei. Neste caso, fazem parte do sistema de justiça criminal no país: “a Polícia, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, o Tribunal e o sistema penitenciário” (FERREIRA, FONTOURA, 2008. p. 8). Estas entidades conseguem surtir efeitos profícuos somente quando atuarem de forma a mistosa, buscando alcançar as finalidades das penas, por meio de Políticas criminais, neste caso, temos como finalidade das penas: (i) prevenção geral, que consiste em intimidar os potenciais candidatos ao mundo do crime por uma aplicação fiel da lei. Por outro, temos: (ii) a prevenção especial que recai sobre o condenado, consistindo na sua ressocialização como maneira de evitar a sua reincidência criminal. Conforme Delmas-Marty (2004, p. 42), a política criminal é o “conjunto de procedimentos por meio dos quais o Estado organiza as respostas ao fenômeno criminal”, convista a garantir a segurança de pessoas e seus bens.

O sistema de justiça criminal moçambicano difere de órgãos de administração da justiça, na medida em que neste último, a Polícia não faz parte, simplesmente por ser uma entidade de manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, permitindo a livre circulação de pessoas e seus bens, através da prevenção e combate ao crime, ou seja, esta entidade nunca discute matérias processuais, nem presencia a condenação ou absolvição do réu, tal como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados e o Tribunal. Em Moçambique a Polícia é utilizada apenas como ponto de entrada e esclarecimento de casos criminais, é na Polícia onde são lavrados os boletins de ocorrências criminais e daí são remetidos ao Ministério Público que promove a ação penal, seguindo posteriormente para o tribunal, onde intervêm todos outros órgãos de administração da justiça com vista a aferir a veracidade dos fatos, podendo terminar pela condenação do réu e posterior condução a penitenciária, dependendo dos casos .

7.1 POLICIAMENTO E A PREVENÇÃO FORMAL DO CRIME NESTES MUNICÍPIOS

A comumente forma tradicional de prevenção e combate ao crime exercida pela Polícia é o patrulhamento policial, mormente em áreas consideradas propensas ao cometimento de delitos, servindo como efeito inibidor, podendo ser apeado ou a viatura, dependendo das condições económicas da Polícia local, localização geográfica da zona em patrulha e de como é cometido o delito. No domínio da prevenção formal do crime, tem se dois tipos de Policiamento, nomeadamente: Policiamento Comunitário, feito pela Polícia, compartilhando as

suas responsabilidades de prevenção ao crime com a sociedade civil (OLIVEIRA, 2006). Por outro lado, tem-se o policiamento de proximidade, feito exclusivamente pelo Estado, através das forças policiais, sem no entanto necessitar de delegar as suas competências que lhes cabem por lei, nem menosprezar as parcerias que possam surgir, caracteriza-se simplesmente pela sua ostensividade.

Formalmente, as medidas profiláticas do delito enquadram-se no âmbito da sua prevenção secundária e terciária:

- (i) Prevenção secundária do delito- consiste em medidas tendentes a impedir ou coibir a ação criminal onde ela possa se manifestar, caracterizando-se pelas palestras de sensibilização contra a criminalidade e patrulhamento policial ostensivo em áreas propensas ao seu cometimento, detendo os possíveis prevaricadores [repressão].
- (ii) Prevenção terciária do delito, incide sobre os prevaricadores da lei já condenados, por forma a ressocializá-los, evitando a sua reincidência criminal.

Estas formas de prevenção do delito complementam-se e ao mesmo tempo são compatíveis no que concerne a ressocialização do delinquente, desde que os atores que intervêm em cada uma das formas de prevenção sejam atores coordenados e com interesses de alcançar os objectivos previamente estabelecidos para cada nível de prevenção. A polícia moçambicana, vezes sem conta é acusada de limitar-se em policiar as áreas iluminadas e pavimentadas, deixando as não à mercê dos moradores, que muitas vezes pertencem à classe popular. Nesta acepção, ela pauta pela espera de denúncias vindas da população ou das respectivas vítimas, numa clara priorização do policiamento comunitário em detrimento do policiamento de proximidade, o que no seu entender, devia-se combinar em simultâneo os dois tipos de policiamento (OLIVEIRA, 2006).

A Polícia moçambicana é uma entidade de natureza paramilitar com as únicas e exclusivas atribuições legais de garantir a manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, permitindo a livre circulação de pessoas e seus bens patrimoniais, através de expurgamento da criminalidade, embora a opinião pública mostre-se céptica quanto ao cumprimento dessas atribuições, devido aos constantes casos de assaltos com recurso à armas de fogo envolvendo alguns agentes policiais desonestos, quer pela sua participação direta, quer pelo aluguel das armas que detêm em função da sua profissão.

Relembrar que antes da independência, a manutenção da segurança pública estava encarregue à Polícia portuguesa, tendo terminado com assinatura de acordos de Lusaka em 1974 e após a independência nacional, a Polícia moçambicana passou por três fases cruciais

do seu desenvolvimento. Na fase da independência, o governo de transição em cumprimento da cláusula 11 dos acordos de Lusaka, criou o Corpo de Polícia moçambicana [C.P.M], com a responsabilidade de garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas durante a fase de transição (Boletim oficial, I Série, 1974; Decreto Lei nº 54/75, de 17 de Maio). Porque não se podia substituir toda a polícia portuguesa de uma única vez, foi preciso uma substituição gradual.

O Corpo de Polícia moçambicana estava integrado no Ministério de Administração Interna, como outrora vigorava, mas numa heterogeneidade de forças policiais. Neste Corpo de Polícia, fizeram parte das fileiras guerrilheiros da FRELIMO, embora sem formação policial. Anos depois, foram recrutados jovens para integrarem um grupo que teve uma formação policial no centro de preparação Político-militar de Nachingueia com a ajuda da Polícia Tanzaniana. Continuando a formação policial, alguns jovens beneficiaram de treinamento policial na então República Democrática Alemã e na Zâmbia, e outros tiveram treinos em Moçambique em Maputo, então Lourenço Marques e no Dondo, distrito de Sofala, com ajuda das Forças Populares de Libertação de Moçambique e da Polícia portuguesa (Decreto Lei nº 54/75, de 17 de Maio).

Com a dinâmica do sistema político que o país vivenciava na área socioeconômica, a FRELIMO pautou pelo marxismo –Leninismo¹¹⁶ como filosofia do desenvolvimento político e social, tendo impondo novos paradigmas na Polícia em termos estruturais e funcionais [ideologia e filosofia] para se adequar a nova realidade política e social. Neste processo de adaptação ao sistema político socialista, o Corpo de Polícia moçambicana, por não adequar a dinâmica imposta pelo sistema, acabou sendo extinto e substituído por Polícia Popular de Moçambique [P.P.M], aluz do decreto lei nº 5/79, de 26 de Maio.

Por sua vez, a Polícia Popular moçambicana por não ter correspondido com as exigências da época, movidas pelas mutações sociais e políticas, apenas funcionou de 1979 à 1992. Neste período que vigorou a Polícia Popular de Moçambique, toda a estrutura policial portuguesa foi completamente substituída pela nova estrutura em que faziam parte os moçambicanos, assim sendo, pelo decreto lei nº 5/79, de 26 de Maio, a Polícia Judiciária [PJ] foi substituída pela Polícia de Investigação Criminal [PIC]; a Polícia de Caminhos de Ferro [PCF] por Polícia de Transporte e Comunicações [PTC]; a Guarda Fiscal [GF] por Polícia

¹¹⁶ Tratou-se de uma estratégia encontrada na época pelo regime da FRELIMO que consistiu em substituir o sistema capitalista, coibindo a propriedade privada a favor do socialismo, caracterizado inicialmente por criação de aldeias comunais e células do partido FRELIMO nas instituições estatais, áreas agrícolas do povo, cooperativas do povo e empresas públicas, em detrimento da propriedade privada de meios de produção (MALOA, 2011).

Aduaneira [PA] e passaram a trabalhar sob alçada do Ministério do Interior, funcionando de forma integrada em seus principais ramos, a saber: Polícia de proteção; Polícia de Trânsito; Polícia de Transporte e Comunicações e Polícia de Investigação Criminal, sob único comando policial (Decreto lei nº 5/79, de 26 de Maio).

A Polícia Popular de moçambicana foi criada como uma entidade unitária do Estado, com o fito de manter a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, respeitando a Constituição, a proteção da conquista, prevenindo, combatendo e investigando as violações da lei (Decreto Lei nº 5/79, artigo 1 nº 2).

Com o término do conflito armado em 1992 e consequente introdução do multipartidarismo, o sistema socialista foi inadequado para continuar e na sequência destas transformações sociais e políticas, mais uma vez a Polícia Popular de Moçambique, sofreu uma transformação, onde ela foi substituída pela Polícia da República de Moçambique (PRM), pela força do Decreto lei nº 19/92, de 31 de Dezembro, definindo-a como uma entidade com atribuições exclusivas de Garantir a Manutenção da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, permitindo a livre circulação de pessoas e seus bens. Por seu turno, a Constituição da República de Moçambique [CRM] de 2004, no seu artigo 254 nº 1, atribui a mesma, a responsabilidade de garantir a observância da lei e ordem, salvaguardando a segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade de fronteiras estatais, o respeito pelo Estado de Direito Democrático, dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Ainda o mesmo dispositivo legal, no seu nº 2, diz que a Polícia é apartidária (CRM, 2004, art.254; Lei nº 16/2013, artigo 3, de 12 de Agosto).

Embora tenha se registrado várias transformações no seio da Polícia moçambicana, resultante das mutações sociais e políticas que o país viveu, na contemporaneidade há vozes que continuam mostrando cépticas quanto ao alcance das suas atribuições, mormente a sua atuação apartidária. Ademais, devido a insuficiência ou má aplicação de recursos materiais e humanos disponíveis, geralmente esse patrulhamento é disponibilizado de forma ineficaz e discriminatória para prevenir e conter a criminalidade, pautando na sua maioria por dar seguimento a delitos já praticados em função da valoração de objetos econômicos subtraídos ou qualidade da vítima ou ainda por se prever retraimento de investimentos socioeconômicos de maior impacto social, quer público, quer privado, numa autêntica situação daquilo que se designa vulgarmente por “correr atrás do prejuízo”, contrariando o velho adágio popular, segundo o qual “vale mais prevenir do que remediar”, salientou um dos entrevistados.

No concernente ao desempenho da Polícia, os entrevistados, em particular, líderes comunitários e comerciantes, apontaram, por exemplo que os agentes policiais sempre

patrulham em locais iluminados e pavimentados, deixando a população das áreas não iluminadas a mercê da sorte, para além de alguns agentes policiais cobrarem valores monetários às vítimas de crimes, alegadamente para comprar combustível para viaturas ou supostamente para pagar taxi, afim de efetivar as diligências necessárias a seu favor. Ainda outros policiais pedem aquilo que se designa vulgarmente por “refresco” que significa gorjeta, tal como salientaram os nossos entrevistados (SALVADOR; CARMONA; ELISA; JÚLIO, 2018). Para Salvador, líder comunitário, “a Polícia termina patrulhando nas zonas com luz e outros polícias pedem dinheiro às vítimas de roubo para se procurar o ladrão, ainda outros exigem dinheiro para os indocumentados (indivíduos encontrados sem identificação na rua) alegadamente para não ficarem presos, enquanto andar sem documentos não é crime”, rematou o entrevistado.

Sobre o trabalho da Polícia, a pesquisa constatou através das entrevistas com agentes policiais, que ela perante um caso criminal hediondo com autores desconhecidos, opta em prender qualquer indivíduo suspeito, quer pelo seu passado criminal, quer pelas suas características físicas, somente para justificar o esclarecimento do caso “bode expiatório” porque um caso hediondo sem esclarecimento resulta na destituição do comandante da Esquadra policial (delegacia) da área onde o delito ocorreu, supostamente pela sua inoperatividade policial e na sequência destas detenções arbitrárias, durante as investigações, tem se concluído que ele é inocente, práticas que corroboram com as constatações de Wacquant (2003), na sua obra intitulada: *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Conforme a fala dos entrevistados, este procedimento tem sido usado frequentemente por alguns comandantes das unidades policiais, como forma por si encontrada de mostrar uma aparente operatividade policial perante os seus superiores hierárquicos e ao mesmo tempo representa sua estratégia segura para se manter nestes postos de comando (MAGODI; ALBANO, 2018). A respeito das detenções arbitrárias, ainda o oficial de permanência, disse;

[....] ultimamente não estamos a trabalhar bem, porque as nossas chefias a nível das bravias [delegacias policiais] não estão preocupadas em trabalhar para esclarecer o crime, porque havendo roubo, pegam qualquer indivíduo não morador da área que encontrarem na via pública perto do local do crime e na impossibilidade de encontrar alguém perto optam em pegar alguém da zona que um dia já esteve preso por roubo, tudo isso para justificar que são *wawa dele* (operativos). Isso não é bom, porque a criminalidade nunca vai acabar, porque os que roubam sempre não são apanhados e eles já sabem desse falso truque da polícia [...], outra vergonha disso é que encaminhado ao tribunal, o indivíduo é solto por falta de provas, deixando a vítima desapontada inocentemente com o tribunal, daí que algumas vítimas preferem caçar o *gatuno* [criminoso] e queimar, para além de que o falso acusado passa a ser conotado e desconfiado na zona como *gatuno* [ladrão] (ALBANO, junho, 2018).

Conforme as mesmas fontes, a detenção de indivíduos meramente suspeitos para depois investigá-los é considerado como rotineira em esquadras policiais (delegacias policiais)

moçambicanas e como resultado, tem vindo a trazer consequências imensuráveis para as vítimas destas detenções arbitrárias e para a imagem da Polícia, pois, descredibiliza a sua atuação como instituição de justiça, uma vez que este fato para além de consubstanciar em violação dos direitos humanos, tem enfraquecido a ligação polícia e comunidade, por falta de confiança. Vezes há em que agentes policiais o fazem simplesmente para extorquir dinheiro das vítimas. A respeito deste assunto, um dos nossos entrevistados, por sinal um comerciante, contou a sua experiência de vitimização nos seguintes moldes:

Foi no mês de dezembro de 2016, a data me foge da cabeça, mas numa sexta feira, dias depois das festas do natal. Meu filho, um jovem de 32 anos de idade, saía do convívio familiar cerca das 23h a pé e quando foi parado pela polícia em patrulha foi lhe exigido o BI [Bilhete de identidade], porque havia esquecido em casa, acusaram-me de ter assaltado uma residência naquela noite, alegando que alguém havia se queixado de ter sido assaltado com recurso à armas brancas. Levado à esquadra, levantou-se o auto contra meu filho, sem o conhecimento da suposta vítima. Numa segunda feira solicitaram a vítima para que assinasse o processo crime, mas a vítima recusou se a assinar, porque havia reconhecido os rostos e as alturas dos que haviam lhe assaltado. Depois da recusa em assinar o processo, os policiais insistiram –na a assinar, alegando que estavam a lhe investigar, mas por fim tiraram lhe das celas 4 dias depois da prisão e sem mandado de prisão e com uma conotação de ser *mbava* [ladrão] ao nível do bairro (JÚLIO, 25 de junho, 2018).

A descredibilidade do sistema de justiça criminal, resultante da sua ineficiência e ineficácia em dirimir conflitos populares de maneira satisfatória, leva a que a comunidade considere a sua atuação de absurda e incapaz de pôr cobro as suas demandas criminais. Em face das supostas injustiças praticadas sob olhar cúmplice destas instituições, ela tem decidido tomar a lei de punir de forma exemplar, usando desta feita as suas próprias mãos, recorrendo para tal aquilo que se designa comumente de “justiça privada ou linchamentos públicos”, como se viu em capítulos anteriores.

O envolvimento dos agentes da polícia na prática da criminalidade, tem estado a agravar o nível de medo e insegurança pública nas comunidades, porque tem sido difícil prevenir e combater o crime, pelo fato deles conhecerem melhor os pontos fortes e fracos da corporação em cobrir de forma eficiente e eficaz todas as zonas residenciais em seus patrulhamentos, e em função disso engendram diversas ações criminosas com certeza de que não serão encontrados. Aliado a isso, diversos entrevistados, por sinal policiais, são da opinião que a fraca fiscalização de armas de fogo durante os turnos em serviço é responsável pela ousadia de se usar armas sem a respectiva justificativa de munições usadas e uma boa parte destas munições são entregues aos criminosos pelos policiais desonestos e em troca recebem dinheiro ou através de aluguel destas, durante o período em que durar o seu turno de trabalho, procedendo a sua entrega logo ao largar como se nada tivesse acontecido. Um dos entrevistados por sinal, policial, disse;

O problema da criminalidade é um caso complexo, porque a sua ocorrência sempre tem uma mão de um agente da Polícia, que de forma direta, quer indireta usa arma de que dispõe em razão de serviço, para praticar assaltos a empresas ou residências ou por meio de aluguel destas mesmas armas aos criminosos, dando pistas em função do conhecimento das áreas não patrulhadas, sendo assim, estes criminosos atuam em razão da programação policial que obtêm de policiais infiltrados (REGAN, 23 junh, 2018).

Este envolvimento de agentes policiais em quadrilhas, faz com que os criminosos conheçam perfeitamente os locais não abarcados pela vigilância policial, mesmo tratando-se dos policiados, eles conseguem controlar os giros policiais, atuando logo que o grupo de patrulha tiver passado pelo local onde eles pretendem atuar, fazendo-se confundir de policiais em serviço, permitindo deste modo o seu atendimento por parte das vítimas.

Fora do envolvimento de alguns policiais no cometimento de delitos, a polícia tem sido assolada por problemas de falta de recursos humanos e materiais. Por um lado, por má gestão de efetivos que anualmente são formados na escola prática da Polícia em Matalane, que pela regra deviam estar patrulhando, mas por razões absurdas ligadas a nepotismo e corrupção encontram-se fazendo trabalhos burocráticos. Por outro, os oficiais que terminam suas formações na escola superior da Polícia, não são dados oportunidades de mostrarem o seu conhecimento obtido na academia, esquecendo se que a prevenção e combate ao crime na contemporaneidade exigem novas abordagens científicas. Ainda, a pandemia do HIV/SIDA, no seio policial, representa um enorme obstáculo e tem reduzido drasticamente a mão de obra ativa jovem, quer por sua inaptidão, quer por sua morte. A respeito deste assunto, um dos policiais, disse ;

Agora a polícia já não representa uma instituição de prevenção e combate ao crime, mas sim um lugar de corrupção que acomoda filhos e prostitutas das chefias, porque não faz sentido que um jovem de 20 anos recentemente formado na escola policial básica em Matalane, seja colocado em serviços burocráticos e ser promovido a outra patente, mas eu com 53 anos de idade e 32 anos de serviço continue com a mesma patente e a fazer patrulha. Essa corrupção já está fora de controle das elites políticas e administrativas, porque é lá onde inicia essa corrupção. Esses miúdos recém formados estão morrendo de SIDA, porque por falta de ocupação, metem se em consumo de álcool e depois envolvem-se com putas sem camisinhas, o que reduz o esforço do governo pela sua formação sem retorno (NITO, 27 de Junho, 2018).

Este ponto de vista foi igualmente rebatido por um outro policial, tendo acrescentado que a situação agrava-se quando esses aconchegados das chefias entram para a Polícia sem seguir as formalidades e sem vocação para tal, porque primeiramente tentam em opções de seus gostos sem sucesso, e por fim acabam sendo colocados na Polícia, ficando de fora os candidatos com vocação. Na sequência desta corrupção, assiste se policiais com condutas incompatíveis com a função. Conforme a sua fala;

“[...], casos de extorção de dinheiro aos cidadãos por não apresentarem bilhete de identidade durante a sua abordagem, para além de que alguns trabalham em estado de embriaguês, sem nenhum medo de expulsão, porque quem lhes meteu na Polícia é o tio, pai, amante, em fim, dentro do nepotismo, às vezes abordam menina sem bilhete de identidade e forçam lhe a fazer sexo sem camisinha e daí contrai HIV/SIDA ainda guarda estagiário” (REGAN, 27 de junho, 2018).

Destas falas, ficou claro que a ausência de rigor no processo seletivo dos candidatos à formação Policial é considerada calcanhar de aquiles pela maioria dos nossos entrevistados, tendo salientado que pela corrupção e nepotismo prevalentes na Polícia, acaba se recrutando indivíduos com uma ficha cheia de antecedentes criminais e esses acabam entrando para a polícia simplesmente com interesse de verem facultados os seus objetivos de dar continuidade aos assaltos, usando a farda e a arma de fogo, com toda a segurança de que dificilmente serão descobertos. Um dos policiais, contando a sua experiência de vitimização, disse;

O processo de admissão dos candidatos para a formação básica da Polícia enferma de corrupção por parte da direcção do pessoal e formação. Esses corruptos não tem vergonha, vê na corrupção uma bolada [négocio], cobram até colegas policiais quando estes pretendem meter seus familiares e os valores variam de 15.000,00 MT [cerca de 1000 reais] a 20.000,00MT [cerca de 1400,00 reais], sem dinheiro não passa, mesmo sabendo, porque são estes que controlam todo o processo selectivo. Há duas pessoas da direcção do pessoal e formação, sendo um guarda e uma oficial sem vergonha na cara. Acredito que comem esse dinheiro com as altas chefias do Comando Provincial, mas um dia esta corrupção terá um desfecho infeliz (MARCOA, 28 julho, 2018).

Aliado a corrupção, uma das questões elucidativas que apresentaram é a extorsão perpetrada aos cidadãos por alguns policiais, alegadamente por não dispor de bilhete de identidade quando circulam pelas ruas da cidade, embora a lei de forma clara faz menção que a falta deste documento não constitui infração nenhuma. Esta extorsão é entendida pelos entrevistados como forma de recuperar o dinheiro por eles pago (propina) durante o processo selectivo para a sua formação básica policial.

Por outro lado, a Polícia tem sido acusada de prender indivíduos por simples suspeitas de cometer crimes e estes por falta de condições financeiras para pagar um defensor officioso acabam ficando muito tempo detidos sem nenhum processo, alegadamente porque a Polícia esta investigando o caso. Estas recorrentes detenções arbitrarias de suspeitos para depois investigar são interpretadas pelos entrevistados como um procedimento ilegal, uma vez que a lei preconiza que qualquer indivíduo somente deve ser detido com bastantes indícios de ter cometido algum delito e quando comprovadas as razões que justifiquem tal procedimento, como: a gravidade do delito, receio de fuga ou quando se notar que este estando em liberdade pode atrapalhar o processo de investigação.

Ademais, depois destas ilegais detenções e aferida a inocência do detido, o Estado não tem se responsabilizado por danos morais causados ao suspeito pelos seus agentes, violando a Constituição da República de Moçambique (2004, artigo 58 n° 2), segundo a qual “ o Estado é responsável pelos danos causados por atos ilegais de seus agentes no exercício das suas funções”. Estas detenções consideradas arbitrárias tem vindo a aumentar a quebra de confiança entre a comunidade e as entidades responsáveis pela aplicação da lei, com destaque para a Polícia, comprometendo a necessária colaboração na denúncia de criminosos de que ela tem conhecimento.

Conforme os nossos entrevistados em unânime, as entidades responsáveis pela aplicação da lei, deviam primar por uma atuação imparcial e exemplar para que ganhem credibilidade do público e isso incentivaria a sua participação no combate a criminalidade. Um dos entrevistados, por sinal líder comunitário disse não entender o funcionamento da Polícia, porque segundo ele, quando solicitada não comparece e quando comparece é tarde, o que tem criado na população um sentimento de desconfiança na comparticipação dos seus agentes nos crimes, sendo que, nesta sequência as relações amistosas entre elas tendem a resfriar-se consideravelmente. Alia-se ao fato, a falta de sigilo profissional por parte de alguns agentes da Polícia, mormente no que tange as denúncias feitas pelos terceiros que acabam sendo tornadas públicas ao ponto do preso tomar conhecimento de quem o denunciou, o que tem acarretado elevados riscos aos denunciantes e ao mesmo tempo tem dificultado denúncias, principalmente quando se trata de crime sem ofendido [venda e consumo de entorpecentes] ou casos relacionados com maus tratos a menores pelos seus progenitores. Conforme a fala de um dos entrevistado;

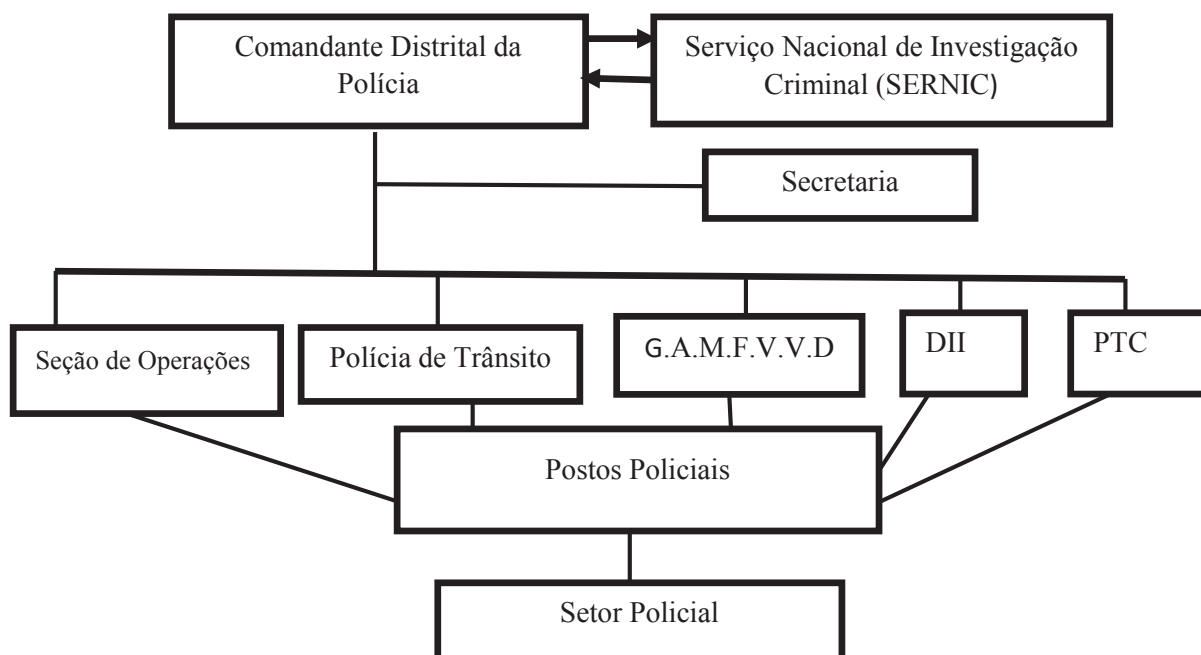
[...], nós da zona sem iluminação pública, com estradas esburacadas passamos mal quando somos visitados por *nhamacatanas*, mesmo levando bom tempo lutando com a porta bem gradeada e agente ligar para a polícia, você ouve dizer não temos efectivo ou o carro não tem combustível ou o carro está a variado e às vezes o polícia que atende diz ahah!! estou sozinho, sempre contam filmes parecem serviços privados quando você não tem dinheiro para pagar [...], às vezes quando querem atender chegam tarde de mais. Outro problema fora de pedir crédito ou refresco [gorgeta] é a falta de segredo nas denúncias, você denuncia um criminoso, a polícia em vez de investigar os gatunos e prender, eles prendem e depois diz que quem denunciou foi fulano de x e você fica mal com eles para sempre, com risco de ser morto ou enfeitado pela sua família, é por essa razão que muitos não fazem denúncias quando o caso é do vizinho (DOUGLAS, 22 julho, 2018).

A pesquisa constatou que o outro fator extremamente importante que tem estado a contribuir para aprática da criminalidade em áreas residenciais, sem pronto socorro de policiais ali residentes, inclusive com a sua vitimização, prende-se com aproibição de policiais em folga portarem armas de fogo, por desconfiá-los de se envolver em atos criminais recorrendo as

mesmas armas de fogo. Esta proibição de porte de armas de fogo ocorre também com policiais de reserva e esta situação já é do conhecimento dos criminosos. Para os policiais entrevistados, a falta de direito de porte e uso de armas de fogo para policiais em folga e em reserva impede a solidariedade do vizinho em pleno assalto, embora reconhecesse que atribuição de armas a qualquer policial em folga geraria caos, devido a conduta indecente de alguns policiais, como tem acontecido um pouco por todo o país, mas defendem que a atribuição seria uma forma de minorar a exiguidade de efectivo, uma vez que o rácio policial-cidadão é de 1.089 habitantes por policial e está aquém do desejado (PEPRM, 2003, p.31; SHABANGO, 2012, p.16) entretanto propõem a atribuição dessas armas a policiais que nunca apresentaram antecedentes disciplinares e criminais. Esta situação faz com que o assalto praticado ao policial ou sob seu olhar não tenha uma devida resposta pontual, esperando-se pela resposta de policiais em serviço que raramente chegam em tempo oportuno, devido a vários fatores, dentre eles: alheios aos agentes policiais em serviço, como falta de efectivo e viatura para atender de imediato estas demandas criminais.

O estudo constatou que nos últimos tempos, o Estado tem reconhecido a sua incapacidade em fazer uma cobertura satisfatória para conter a criminalidade, mormente contra propriedade, daí deixou de ser monopólio da prevenção e combate ao crime, e nesta sequência, tem vindo a legitimar a criação de indústrias de empresas de segurança privada e considerá-las como um importante parceiro na protecção de objetos socioeconómicos públicos e privados. Em linhas gerais, a Polícia moçambicana é unitária e centralizada com representações a nível provincial por um comandante provincial, a nível distrital por um comandante distrital, a nível do posto Administrativo por um chefe do posto policial e a nível da localidade por um chefe de setor policial. Esquematicamente podemos representar a estrutura da polícia moçambicana a nível do distrito ou município.

ESQUEMA-7: ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA POLÍCIA MOÇAMBICANA A NÍVEL MUNICIPAL



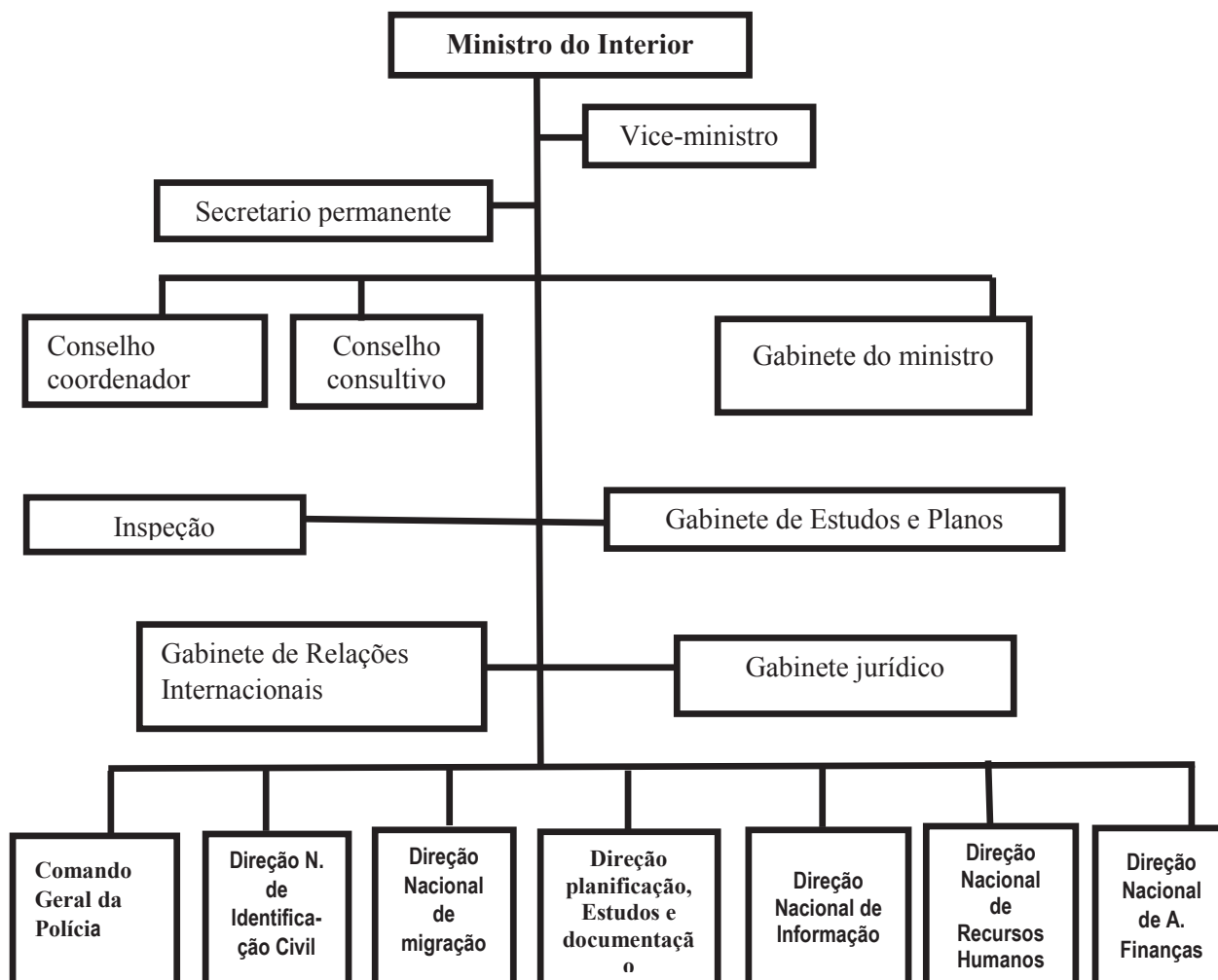
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da nova estrutura orgânica da Polícia /2018

Neste esquema pode se ver que o processo crime ou relacionado com transgressão é lavrado a nível das subunidades policiais, todas ligadas a Polícia de manutenção da Ordem pública, dependendo da sua área específica de atuação e remete se ao despacho do comandante distrital e este por sua vez remete ao Ministério Público. O Ministério público achando que o processo crime necessita de alguns elementos esclarecedores, remete ao Serviço Nacional de Investigação Criminal [SERNIC] que é seu legítimo auxiliar em termos investigativos, embora subordinado ao Ministério do Interior a semelhança da Polícia, outrora chamava se de Polícia de Investigação Criminal e subordinava-se ao Comandante Geral da Polícia a nível central e a local ao comandante provincial e distrital, mas aluz da Lei nº 2/2017 de 9 de janeiro de 2017, passou a chamar se de Serviço Nacional de Investigação Criminal, subordinando-se diretamente ao ministro do interior em vez de se subordinar ao comandante geral da Polícia. Os representantes do SERNIC passaram a ser nomeados pelo primeiro ministro ouvido o ministro do interior, diferentemente do passado em que eram nomeados pelo ministro do interior ouvido o comandante geral da Polícia.

A mudança da polícia de investigação criminal (PIC) para SERNIC, bem como a alteração das entidades que nomeiam a sua liderança, esteve a ver com as supostas reclamações do Ministério Público que davam conta de que a Polícia de Investigação Criminal era usada para os fins estranhos às suas atribuições, como patrulhamento e escalas por turno, comprometendo assim os prazos de instrução de um processo e ao mesmo tempo acusava-se o Comando Geral da Polícia de estar a interferir nas suas atividades em detrimento da lei e a favor

de interesses particulares das elites policiais. Ademais, alguns aspectos que pesam sobre o desempenho da Polícia estão ligados ao sistema político moçambicano que é presidencialista, onde o controle da Polícia é feito pelo governo através do ministro do Interior, nomeado pelo presidente da República. Aliás, o presidente da República é cumulativamente comandante em chefe das forças de defesa e segurança, com prerrogativa de nomear para além do ministro do interior, seu vice, seu comandante geral e seu vice comandante geral, ainda ele é alto magistrado da nação, com competências de nomear presidentes do supremo tribunal, do conselho constitucional, do tribunal administrativo, provedor de justiça, procurador e vice procurador geral da República, e outros órgãos de soberania (CRM, 2004, artigos 146 n° 4 e 159), deixando desta feita cepticismo em relação a atuação imparcial quando em jogo estão os interesses do presidente.

ESQUEMA-8: ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR



Fonte: Diploma ministerial nº 8/2018, de 21 de março sobre estatuto orgânico do Ministério do Interior *[online]*.

No tocante ao ministério do Interior, conforme o artigo 1 do Estatuto orgânico deste ministério (2018, p. 375), trata-se de um órgão central do Estado, que cumpre os planos do

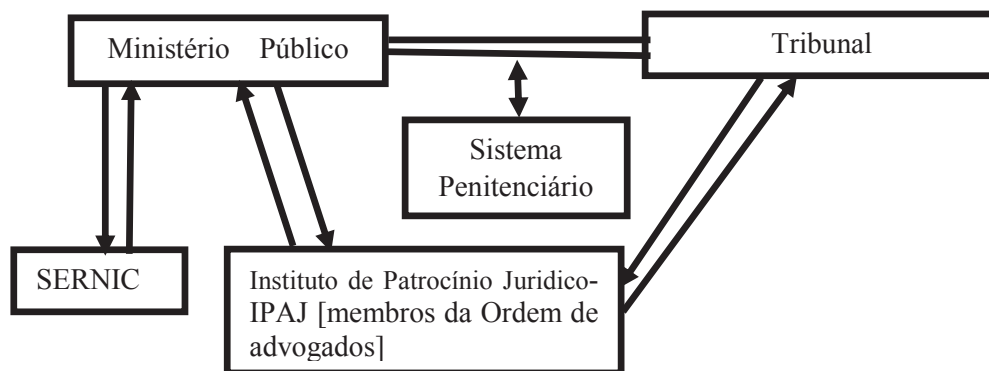
governo, através da planificação, coordenação, direção e desenvolvimento de todas ações relacionadas com a segurança pública, identificação de cidadãos, controle migratório, assistência aos refugiados e solicitantes de asilo, combate a incêndios e salvamento de pessoas e seus bens, em casos de acidentes e calamidades naturais.

7.2 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL E A PREVENÇÃO DO CRIME EM MOÇAMBIQUE

Para o presente estudo, órgãos de administração da justiça criminal compreendem todas entidades que tem como atribuição, interferência na aplicação do direito penal e são eles: o tribunal, o ministério público, ordem dos advogados e o sistema penitenciário (FERREIRA, FONTOURA, 2008). Neste caso, a Polícia não faz parte do órgão de administração da justiça, pois, a sua atribuição é garantir a manutenção da Segurança pública, prevenindo e reprimindo a criminalidade, e posterior encaminhamento dos prevaricadores aos órgãos que administram a justiça criminal. No cotidiano, os tribunais tem sido vistos como ineficazes para dirimir demandas criminais, ao ponto de serem acusados de soltarem criminosos, através de pagamento de fiança para que os criminosos respondam os seus casos em liberdade, às vezes substituem a pena de prisão por multa, sem nenhum benefício à vítima, para além de serem acusados de julgarem os casos criminais de forma parcial (seletividade), tendo em conta as influências políticas e socioeconômicas dos envolvidos em processo penal.

Em matéria processual, as atribuições policiais terminam após o envio do processo crime ao ministério público. A seguir apresentamos o esquema dos órgãos que administram a justiça no país, nomeadamente: Ministério Público, Ordem dos advogados, Tribunal e sistema penitenciário.

ESQUEMA-9: MOSTRA ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da relação real desses órgãos/2018

Nota-se neste esquema que a Polícia é a única instituição que não faz parte do órgão de administração da justiça, mas sim faz parte do sistema de justiça criminal, ou seja, a pós a

entrega do processo-crime ao ministério pública não intervê mais no processo de forma recíproca, mas sim, o processo passará a ser discutido entre as instituições indicadas pelas duplas setas (SERNIC e MP; MP e TRIBUNAL). Na administração da justiça, a magistratura do ministério público é paralela a magistratura judicial, na medida em que ninguém dá ordem ao outro, apenas funcionam de forma harmónica, visando a busca da verdade material e responsabilização do infrator.

O Serviço Nacional de Investigação Criminal [SERNIC] criado ao abrigo do Decreto lei nº 2/2017, de 9 de janeiro de 2017, tem como atribuição principal auxiliar ao ministério público em matéria de investigação criminal, visando a purar a veracidade dos fatos criminais. Em relação a Ordem dos advogados, para além de ser um órgão de iniciativa da sociedade civil, o governo criou o Instituto de Patrocínio jurídico a indivíduos economicamente carentes, fazendo parte alguns membros da Ordem dos advogados. O SERNIC intervêm naqueles casos em que o processo crime lavrado na delegacia apresenta lacunas ou naqueles casos em que os autores são desconhecidos, visando a identificação dos mesmos e esclarecimento do caso.

7.3 SAZONALIDADE CRIMINAL NESTES MUNICÍPIOS

Nestes municípios moçambicanos, tanto como em outros, o período da prática da criminalidade varia de acordo com o tipo de crime, instrumentos a usar se, oportunidade oferecida pela vítima e o estado do tempo. Neste contexto temporal, os crimes contra propriedade praticados em residências com recurso à armas brancas (facão) sempre ocorreram no período noturno, em lugares desprovidos de iluminação pública e de preferência de madrugada (00h-04h), enquanto que os praticados nos mesmos moldes, mas nas vias públicas, ocorrem das 19h-04h, sendo as preferenciais vítimas, viajantes, alunos do curso noturno quando vão e regressam das aulas, indivíduos quando regressam das discotecas, shows noturnos, cinemas, dependendo do mês e dia da semana, mas com frequência no final de semana Sextas, Sábados e Domingos (Boletins de ocorrências e relatórios policiais, 2007-2016).

Nos finais de semana e no período de verão, tem ocorrido com regularidade crimes contra pessoa, na sua maioria motivados por consumo excessivo de álcool e drogas proibidas. Conforme análise feita, isso se justifica pelo fato do final de semana representar um período em que muitos indivíduos entregam-se ao álcool como forma de “relaxamento e refrescamento” e por não ter o que fazer em termos de atividades. O consumo de álcool e outras drogas é considerado como fator chave na prática de crimes, porque os indivíduos em estado de embriaguês encontram-se com um raciocínio paralisado e uma censura enfraquecida em

discernir o bem do mal, ou seja, toda a sua consciência fica alienada pelo poder das drogas, agindo pelo prazer do momento.

É nesta acepção e sem descurar a influência da natureza “estado de tempo” sobre o comportamento humano que Mendonça (2001), salienta que no verão observa-se maior incidência na prática de delitos, sem dissociar-se de aspectos socioculturais. Para ele, registra-se neste período uma mobilidade social crescente, por exemplo no Natal e no Reveillon aceleram as diversas sociabilidades, sendo algumas delas carregadas de aspectos criminógenos, como é o caso de consumo excessivo de bebidas alcóolicas e drogas proibidas.

Conforme relatórios de ocorrências policiais analisados, os assaltos praticados com recurso à armas de fogo, não tem um período estanque, ou seja, não dependem da hora, dia, mês ou da semana, mas sim, da disponibilidade do bem predileto dos criminosos e da oportunidade oferecida pela vítima. Constatou-se que este grupo de criminosos, premedita as suas ações delitivas e raramente atuam em vias públicas, salvo em perseguição da vítima, diferentemente de *nhamacatanas* que são menos racionais, atuando de forma ocasional e sem saber de concreto o valor do bem que vai assaltar, uma vez que frequentemente emboscam suas vítimas na via pública, pautando por assaltar tudo o que encontram com a vítima, independentemente de ser ou não bem de sua preferência.

Conforme a fala de um dos entrevistados, por sinal agente policial;

Os *nhamacatanas* atuam no período noturno, das 00h às 03h de madrugada, podendo ser em caminho com becos e sem iluminação pública, e também atuam em residências periféricas com as mesmas condições, roubando bens insignificantes, como tv corcunda [tv com curvas salientes], roupa, telefones celulares, bicicletas e outros bens facilmente transportáveis nas mãos. Eles assaltam na sua maioria indivíduos pobres como eles mesmos só para conseguir dinheiro para pagar puta, *nipa* ou *tchokuchena* [bebida destilada] e *suruma* [cannabis sativa] (MARCOA, 28 julho 2018).

O *modus operandi* dos assaltantes recorrentes à armas brancas de atuar nos finais de semana e no período noturno, e em lugares desprovidos de iluminação pública, é interpretado como sendo o momento de menor circulação de pessoas em relação ao meio de semana e como não bastasse as vítimas encontram-se em estado de embriaguês, menos policiais em patrulhamento nas ruas, sobretudo em áreas periféricas mal iluminadas e não pavimentadas. A preferência pelas áreas escuras e não movimentadas está intimamente ligada ao desproimento de meios de transporte nas suas atuações que pudessem-lhes ajudar a colocar-se em fuga após um assalto, daí têm receio de serem descobertos e presos de dia, quer pela polícia, quer pela população. Para eles o período noturno, principalmente nos finais de semana é um período favorável para o sucesso das suas práticas delitivas, dado ao reduzido movimento de pessoas na via pública e também pelo fato da maioria delas encontrar-se nas suas residências em estado

de embriaguês ou em festas por se tratar de final de semana. A ausência de policiamento nas vias públicas é a chave motor para a sua atuação, porque encontram neste ambiente um momento ímpar para perpetrar as suas ações criminosas com menores riscos de serem descobertos, presos ou mortos pela polícia ou pela população em linchamentos públicos.

Em relação a estação do ano, conforme dados extraídos dos relatórios policiais (2012; 2014; 2015; 2016), os assaltos à facção com arrombamento em residências ocorrem com mais frequência em períodos de frio (maio-gosto), em período chuvoso, tanto como nas vésperas das festas do natal e do ano novo ao passo que os assaltos à facção nas vias públicas tendem a diminuir no período chuve e frio por falta de vítimas neste período. Um dos entrevistados, por sinal policial, comentando o período de frio e de chuva como sendo o pico na prática de assaltos em residências, disse “isso traduz se na impossibilidade das vítimas terem o pronto socorro, devido ao fraco movimento de pessoas nas vias públicas e ao fato das pessoas se encontrarem nas mantas em sono profundo o que impossibilita ouvir qualquer grito de socorro”(SAMUEL, 27 junho de 2018).

No tocante ao período de verão, os entrevistados foram antagônicos, mas a maioria salientou que tem sido um momento de pico na prática de homicídios e agressões físicas, seguido de assaltos à facção na via pública. Neste caso, os assaltos à facção ocorrem com menos frequência, devido ao elevado risco de serem descobertos e presos, porque as pessoas encontram se despertadas, conversando ou divertindo se devido a ação do calor, mesmo as ruas tem registrado um movimento desusado de pessoas que procuram se refrescar e isso representa um elevado risco para um *nhamacatana* atuar, para além de que por conta da mobilidade social acentuada, a Polícia sempre faz se presente em todos locais de maior aglomerado populacional o que coíbe assaltos do gênero, mas esta presença policial no local não impede com eficácia homicídios e ofensas corporais que resultam de contradições em lugares de lazer. Confrontando se os dados das falas dos entrevistados com os da análise documental feita, aferiu se que neste período de verão, contrariamente aos assaltos à facção, registram se com mais intensidade crimes contra pessoa, sobretudo homicídios e agressões físicas, em lugares de consumo de bebidas alcóolicas e em outros lugares de diversão, devido as intensas interações sociais heterogêneas que terminam gerando desentendimentos (Bolentins de ocorrências policiais, 2010; 2012; 2014; 2016). Outrossim, registram se furtos, porque muitas residências tem se encontrado abandonadas pelos donos em busca de refrescamento em praças públicas, bares, ruas e em outros locais de diversão noturna, para além de dormirem fora das casas (no recinto), permitindo que o criminoso motivado, de forma fraudulenta se introduza dentro de casa sem que ninguém se aperceba (Dados extraídos de relatórios mensais da Polícia, 2014-2017).

É neste contexto que baseando-se nos estudos de Mendonça (2001), existem uma relação positiva entre o clima e a incidência da criminalidade, ou seja, das entrevistas constatou-se que o período noturno e chuvoso com tempestade em comparação com o período não chuvoso, a tendência do crime contra propriedade (roubos com arrombamento das portas) é de subir drasticamente no tempo chuvoso com tempestade. Neste caso, o período chuvoso com tempestade é interpretado como sendo o momento em que muitas pessoas encontram-se confinadas dentro das suas residências e com menos probabilidade de escutar tudo o que possa acontecer no exterior das suas residências. Aliás, vezes sem conta tem sofrido arrombamentos das suas portas sem se aperceberem pelo barulho da tempestade, para além de que as ruas sempre encontram-se despovoadas, porque os moradores dormem cedo, o que dificulta a prestação de socorro às possíveis vítimas.

7.4 PROVENIÊNCIA DE ARMAS DE FOGO USADAS EM CRIMES

Conforme o Protocolo relativo a Armas de fogo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral [SADC], no seu artigo 1, define armas de fogo como qualquer arma portátil mortífera que dispare, ou feito para disparar um tiro, uma bala ou projétil por ação de carga propulsora. Elas classificam-se em *armas de pequeno porte* que integram armas do tipo metralhadoras ligeiras, submetralhadoras, inclui também pistolas metralhadoras e espingardas automáticas. Por outro lado, temos *armas ligeiras*, integrando armas portáteis feitas para serem usadas por diversos indivíduos e fazem parte delas: metralhadoras pesadas, canhões automáticos, morteiros de calibre inferior a 100 mm, lança granadas, armas antitanque e suas rampas de lançamento, armas sem recuo, lança foguetes de ombro, armas antiaéreas e suas rampas de lançamento e armas de defesa antiaérea (CROSS et al, 2003, p. 2).

Neste contexto, em Moçambique, as armas de fogo que legalmente são concedidas pelo Estado à civis, quer para a sua defesa pessoal, quer para a proteção do seu património são armas de pequeno porte, nomeadamente: caçadeiras, espingardas semiautomáticas de calibre 12 e pistolas semiautomáticas de diversos calibres. No entanto, algumas dessas armas são frequentemente usadas pelos criminosos para protagonizarem diversos delitos violentos, com destaque para sequestros, assaltos e homicídios. As armas de fogo do tipo AKM-47 (*fuzil automático kalashnikov* de calibre 7.62x39 mm de fabrico Russo) são consideradas de guerra e nunca são legalmente concedidas à civis, as que estão em mãos alheias, ou são de policiais e militares de má fé, ou são oriundas do conflito armado ou ainda provenientes da África do Sul.

Os assaltos recorrentes a essas armas, pela forma como são cometidos, representam maior sentimento generalizado de medo e insegurança pública em Moçambique, dado que a

ocorrência de um caso, quer de homicídio, quer de um assalto à arma de fogo, quer ainda de um latrocínio, num determinado local e divulgado pelos órgãos de comunicação social sensacionalista, torna-se um medo aparente em real por todas as regiões, devido à disseminação rápida e acentuada do sentimento de medo e insegurança pública pelas diversas áreas, como antevê Glassner (2003) na sua obra “cultura de medo”. Com frequência a mídia sensacionalista tem sido responsável pela proliferação dessa insegurança pública pela forma como tem reportado determinados casos criminais violentos praticados à mão armada, mormente os cometidos com armas de fogo, com intuito de ganhar mais audiência pública, e no meio desta insegurança pública alguns indivíduos propensos ao desvio, aproveitam a vulnerabilidade de quem está com medo e inseguro para experimentarem os seus assaltos que em parte resultam em sucesso, dado que a vítima já se encontra com uma mente abalada pelo medo e insegurança do crime (GLASSNER, 2003).

Conforme o relatório sobre armas em circulação a nível da SADC feito por Cross, Caris, Hennop e Urquhart (2003), aponta que Moçambique possui um número desconhecido de armas de fogo em circulação, dado que entre 1974-1989 houve uma parada na emissão de novas licenças de porte e uso de armas de fogo para civis e todas as licenças que outrora haviam sido emitidas foram revogadas e apreendidas, sem no entanto conseguir-se fazer a apreensão de todas as armas que haviam sido entregues. Conforme a fonte, a nova emissão de licenças de porte e uso de armas de fogo reiniciou em 1989 com pequenas exigências.

O controle de armamento no país tem sido difícil, devido em primeiro lugar à sua localização geográfica entre países onde as armas com frequência circulam, quer de forma legal, quer ilegal, através da sua fácil comercialização aos civis, caso concreto da África do Sul, para além do conflito armado entre o governo da FRELIMO e a RENAMO que devastou o país desde 1976-1992, que de forma direta ou indireta contribuiu para a proliferação desenfreada de armas de fogo em mãos alheias, devido à falta de controle, quer a nível do Estado, quer a nível dos guerrilheiros da RENAMO.

Outrossim, o país tem uma longa fronteira terrestre, cerca de 4.000 km² e 2.000 km² de fronteira marítima, o que representa um problema sério no seu controle de forma eficaz e eficiente (CROSS et al, 2003). Na época, não havia capacidade do seu controle, o que permitiu a entrada e saída de armas de fogo de outros países do *interland* para Moçambique e vice versa, por exemplo: com a fragilidade das fronteiras moçambicanas, tais como: (i) Fronteira de Ressano Garcia com África do Sul; (ii) Fronteira de Pafuri com a República do Zimbabwe e (iii) Fronteira moçambicana de Tete com a república do Malawi e Zâmbia, constituem locais de elevado volume de tráfico de armas de fogo (CROSS et al, 2003, p. 31).

Em 1992, após o conflito armado que durou cerca de 16 anos, diversas medidas foram postas em prática para a recolha de todo o material bélico por meio de um programa de comabte a difusão de armas de fogo no país, sendo o primeiro designado de RACHEL que integrava Moçambique e África do Sul, consistindo na apreensão e destruição de todo o material bélico, independentemente do seu calibre e baseava-se nos incentivos mometários aos informantes fieis e a quem –as devolia de forma voluntária. O segundo envolvia a sociedade civil, representado pelo Conselho Cristão de Moçambique, trivialmente conhecido por projeto “troca de armas por enxada-TAE”. Este projeto teve seu início em 1995 e tinha como intuito retirar armas de fogo da sociedade civil, pretendendo promover uma cultura de paz no país (CROSS et al, 2003, p. 32).

Conforme Cross et. al (2003), de 1995 a 2003, o programa “troca de armas por enxada-TAE” , embora com uma cobertura territorial de 26% em todo o país, conseguiu apreender um total de 256.000 armas de fogo de diversos calibres com as suas respectivas munições.

No concernente a disseminação de armas no país, o comandante geral da Polícia moçambicana defendeu que outras armas pertenciam a Polícia e as forças armadas, e algumas foram apreendidas pela Polícia das mãos de policiais e militares desonestos e outras provinham de empresas de segurança privadas, onde seus agentes, em vez de as usar devidamente, usavam-as para protagonizarem assaltos e às vezes por negligência eram lhes despossuídos por assaltantes. A fonte referiu que a maior parte das armas de fogo, quer de forma legal, quer ilegal provinham da África do Sul (JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 de setembro, 2018-*online*).

Neste contexto, a fala do comandante geral da Polícia moçambicana consubstância ou convergem com os estudos feitos por Cross et al (2003), segundo a qual a maior parte de armas de fogo que pululam em Moçambique tem como principal origem policiais e militares desonestos, para além da África do Sul. A vulnerabilidade do país pela sua localização no corredor de países do *interland* é apontada também como responsável pela tal proliferação de armas de fogo.

Em relação a legislação que nortea a concessão de porte e uso de armas de fogo em Moçambique é a lei número 1/73, de 6 de janeiro, lei sobre armas e munições (CROSS et al, 2003). Trata se de uma lei promulgada no tempo colonial. Os responsáveis do setor de emissão de licença de porte e uso de armas de fogo em Moçambique, dizem haver uma necessidade de reformular a legislação por forma a adequar a realidade atual e que esteja em conformidade com acordos internacionais em geral e de forma particular ao protocolo da SADC sobre armas de fogo (CROSS et al, 2003).

Outrossim, mesmo reformulando a legislação de armas para que se adeque a realidade atual e em conformidade com acordos internacionais e regionais, conforme os entrevistados sempre haverá problemas, uma vez que algumas armas usadas para protagonizar assaltos provêm das esquadras policiais, postos militares e empresas de segurança privada bem registradas, o que quer dizer que o fator humano é que está na origem de uso indevido deste material bélico. Conforme a fala de alguns entrevistados, quando questionado sobre se a reformulação da legislação de concessão de armas de fogo impediria o seu uso indevido por civis, disseram;

Opha, é uma situação complicada pensar que o simples fato de mudar de legislação muda o comportamento humano, porque muitas armas usadas no crime são armas de policiais, de militares e de empresas de segurança, o que acontece por ganância em ter mais lucro, os mesmos policiais, militares e guardas de empresas de segurança privada, ou fazem aluguel em seu tempo de serviço ou eles mesmos ausentam se do serviço e juntam se aos seus comparsas e juntos fazem assaltos [...], e assim não basta somente mudar a legislação, mas também é necessário mudar o comportamento dos que em razão de serviço usam armas para que não pautem por estas vergonhas (ALBANO, 22 junho, 2018).

Um outro entrevistado por sinal líder comunitário e desmobilizado de guerra, circundando a fala anterior, disse;

[...] é difícil combater o espalhamento de armas de fogo sem termos portadores sérios dessas armas, um documento bonito sobre como se dá armas aos civis não resolve o problema, porque os grandes distribuidores destas armas são policiais, militares e guardas noturnos malcriados que só usam a farda para roubar o povo. Imagine, todos os casos que envolvem assaltos a armas de fogo sempre está lá ou um policial ou militar ou guarda noturno ou desmobilizado do serviço militar obrigatório, todos esses sabem usar bem arma de fogo e tiveram um treino paramilitar, o que significa que a seleção desses para a sua preparação paramilitar devia ser muito rigorosa para que seja policial, militar ou guarda noturno quem realmente não é bandido (PINTO DE ABREU, 25 julho de 2018).

Quando perguntado sobre o que devia ser feito para coibir a incorporação de bandidos para esses lugares, o nosso entrevistado apontou a erradicação da corrupção e nepotismo durante o processo selectivo, quer para as fileiras da Polícia, quer para o serviço militar e ainda para ser agente de segurança privada. Na sua ótica, a corrupção generalizada nestes setores faz com que se recrute falsos candidatos em detrimento dos verdadeiros, em segundo lugar a pontou a impunidade dos agentes flagrados protagonizando assaltos, o que para ele motiva a sua reincidência ou motivação de outros. No seu entender a rigorosidade no recrutamento e seleção de candidatos, a expulsão e a punibilidade severa de promotores desses assaltos, impediria a sua reincidência e ao mesmo tempo serviria de lição para os que teriam essas intenções e assim seria uma forma de prevenção geral e especial do crime.

Quanto a disseminação de armas de fogo na África do Sul, as motivações variam, sendo que umas estão relacionadas com o fato de ter indústrias armamentistas e a forma fácil de como

se adquire essas armas, para além do *apartheid* que é indiciado de ter deixado armas de diversos calibres de forma descontrolada após a sua derrota e que estas armas acabaram sendo apoderadas por civis, muitos deles com condutas inadequadas para finalidades criminosas no país e em outros países da SADC, mormente em Moçambique e no Zimbabwe (CROSS et al, 2003).

Outrossim, o conflito armado que Moçambique experimentou durante 16 anos, fez com que muitas armas parassem nas mãos de civis desonestos, quer pela morte dos guerrilheiros da Renamo e das forças armadas durante os confrontos, quer por perda das mesmas nas matas. Ademais, aventa se que as operações militares ocorridas em 2016 entre as forças governamentais e os guerrilheiros da Renamo no centro do país, com imensuráveis perdas humanas, tanto do lado das forças governamentais, tanto como do lado dos guerrilheiros da Renamo, e sucessivos assaltos às bases de ambos, tenham contribuído de maneira acentuada para a disseminação de armas de diferentes calibres em mãos alheias (ALBANO, 22 junho, 2018; SALVADOR, 24 de julho, 2018).

Neste contexto de disseminação de armas em mãos estranhas no país, os nossos entrevistados frisaram que as armas recorrentemente usadas para assaltos em residências, quer em empresas, são do tipo: AKM-47 mm, pistolas makarov 6 mm e algumas espingardas semi automáticas destinadas para a caça, sendo muitas delas sem registros, o que reforça a ideia de que tenham sido achadas em locais de confrontos armados, quer durante os 16 anos do conflito armado, quer o de 2016. Um dos entrevistados, por sinal policial, disse;

Não há dúvidas nenhuma que estes conflitos que assolaram o país de 1976-1992 e os recentes de 2016 contribuíram para a perda de armas nas matas, devido a morte dos envoltos em conflito ou mesmo por abandono destas armas nas matas por ver que a situação não está boa [...], digo que a polícia tanto militares perderam muitas armas nas matas de zimpinga quando atacaram a caravana do líder da Renamo, morreu se muito nas matas do lado do governo, assim como os guerrilheiros da Renamo, deixando armas nas matas e assim que estou a falar devem estar muitas armas espalhadas por lá e algumas saem das mãos de polícia-Bandido (ALBANO, 27 junho, 2018).

Um outro entrevistado por sinal preso por latrocínio com arma de fogo, disse;

Na verdade pai, as armas que agente usa são AKM-47, algumas levamos das mãos de policiais que gostam de *taco* [dinheiro] e depois da missão agente dá um x em *taco* ou em coisas roubadas como tv, cadeiras plásticas, às vezes alugamos de um bosse, às vezes trabalhamos para ele e assim sempre procuramos roubar coisa grande [bens de valor] para termos uma boa cena [uma grande vantagem] para não arriscarmos em vão. Há três anos passados [referia 2014] usávamos de um bosse que foi militar há *time* [há tempo] ele diz que achou na machamba dele com uma caixa de munições, numa zona que houve conflito entre esses homens da RENAMO (guerrilheiros) com militares e assim trabalhamos para o sustento das nossas famílias, pai [*pai* é um um tratamento de respeito] (EMÍLIO, 29 de julho, 2018).

No mesmo dispasão, um entrevistado por sinal líder comunitário, disse;

Ahhh! Não há controle de armas de fogo no país, imagine só, os policiais, apesar de não levarem armas para casa durante as folgas, alugam-as no tempo de serviço e por falta de controle de munições nada se descobre, senão quando a arma é apreendida junto com os bandidos. Mesmo essas armas do tipo caçadeiras, não são controladas, é normal você ter arma via legal e morrer e a mesma ser usada pelo seu filho sem nenhum documento, porque a licença tem prazo de 5 anos, mas ninguém faz nada (SALVADOR, 24 de julho, 2018).

Nestas falas, constatou-se que a falta de uma séria fiscalização de armas de fogo usadas por policiais em delegacias durante o fim de cada turno e os confrontos armados registrados, quer durante os 16 anos do conflito armado, quer durante os recentes de 2016, são responsáveis pela disseminação ilegal de armas e consequente uso em assaltos recorrente as mesmas no país de forma geral e nestes municípios de forma peculiar.

O mais impressionante é que todos os assaltantes à armas de fogo entrevistados, mostraram ter um domínio total do seu manuseio, uns porque são desmobilizados do serviço militar obrigatório e outros porque fazem parte de uma quadrilha em que seus comparsas em razão profissional tiveram uma preparação militar ou paramilitar e que ao longo do tempo iam paulatinamente ensinando os leigos em seu manuseio. Conforme alguns entrevistados em unânime, a falta de integração profissional dos que cumprem o serviço militar obrigatório (SMO) em áreas socialmente úteis para a sua sobrevivência está na origem da sua participação em assaltos, pelo que recomendam ao governo no sentido de integrá-los, quer na Polícia, quer na carreira militar, quer em outros setores econômicos, dado que muitos deles já tem uma família constituída e precisam de condições financeiras para manter a sua sobrevivência (MIRIAMO; SAMUEL; RENALDO, junho, 2018).

A disseminação da indústria de segurança privada armada com seus agentes espalhados pelas propriedades públicas e privadas nestes municípios está ligada ao elevado sentimento de medo e insegurança em propriedades, pela forma brutal de como tem se praticado alguns assaltos, sendo assim, foi uma alternativa viável encontrada de prover uma segurança eficaz e eficiente nestas empresas, tal como antevê Glassner (2003) em seus estudos sobre a percepção do aumento da criminalidade nos EUA. A mídia sensacionalista tem proliferado em parte o sentimento generalizado de medo e insegurança pública ao noticiar de forma enfática alguns casos criminais, às vezes de menor gravidade, ainda outros, transformam falso medo ou medo líquido em aparente realidade (TAVARES DOS SANTOS, 2002; GLASSNER, 2003; BAUMAN, 2008), demandando a população apreensiva em adquirir arma de fogo para a defesa pessoal, para além de evitar circular em algumas áreas consideradas de risco. Aliás, para Tavares dos Santos (2002, p. 2), na vida cotidiana vive-se um ambiente de brutalidade, cuja difusão encontra-se ligada aos meios de comunicação de massa, que produzem e

reproduzem a sua dramatização, espalhando a espetacularização dos fatos de forma a “produzir o extraordinário no mundo ordinário”, numa total violência difusa protagonizada pela área jornalística.

Conforme análise documental, entrevistas formais e informais feitas, a proveniência de armas de fogo que proliferam um pouco por todo o país é desconhecida, devido a vulnerabilidade das fronteiras moçambicanas, em particular com o principal mercado de armas de fogo “África do Sul” e o próprio passado histórico conflituoso que o país experienciou desde 1976-1992, que fez com que o controle das armas de fogo, quer por parte das forças governamentais, quer por parte dos guerrilheiros da Renamo não fosse eficiente para contê-las ao ponto de não pararem em mãos alheias, mas também aventa-se a possibilidade da fonte residir na desonestidade de alguns agentes policiais, militares e agentes de segurança privada que as alugam aos criminosos ou as usam em período de trabalho ou ainda são lhes despossuídos por criminosos, não descurando as proveniências da África do sul de maneira ilegal e legal.

CONCLUSÃO

A criminalidade é um fenômeno multifatorial e complexo, isto é, a motivação para a sua prática nunca se deve a um único fator, mas sempre ligado a um conjunto de fatores interligados, sendo assim, a sua prevenção e combate requer atacar fatores a ela ligados. Para tal, deve-se aplicar de maneira integrada as políticas públicas de segurança e as de segurança pública, deixando de considerar a Polícia como monopólio da prevenção do crime, pois, muitos crimes ocorrem em meio privado, o que dificulta a sua prevenção quando não há envolvimento de todos atores sociais. A pesquisa de campo constatou que os fatores sociais da criminalidade violenta moçambicana, tem-se manifestado recorrentemente de forma tripartida, nomeadamente: (i) Baixo nível de escolaridade; (ii) Desemprego, e (i) Consumo de drogas.

Nos municípios em estudo, da análise documental feita, notou-se uma relação entre a criminalidade e os gastos públicos, na medida em que o aumento de delitos tem implicado no aumento de gastos pela segurança pública, mormente no que toca a formação de policiais, magistrados, agentes penitenciários, não descurando gastos pelo aumento de presídios, alimentação de presidiários e em salários destes funcionários públicos, sem retorno, devido a falta de mudança de conduta desses presidiários após o cumprimento das penas. Por outro, tem resultado em prejuízos imensuráveis para o mesmo Estado em termos de redução do capital humano, por serem jovens principais protagonistas e vítimas de óbitos, para além de afetar o desenvolvimento socioeconômico do país, por retrain investimentos públicos e privados por conta dos constantes assaltos às empresas, o que força o seu encerramento por medo e insegurança instalados.

A pesquisa de campo demonstrou que a criminalidade encontra-se distribuída socioespacialmente, tendo em conta as condições socioeconômicas das áreas e dos criminosos, ou seja, os assaltos recorrentes à armas de fogo sempre tiveram como vítimas, indivíduos da classe média e alta, e se não são, no momento do assalto traziam algo por eles valorado e seus protagonistas são indivíduos de *status* socioeconómico médio se comparados com os que usam armas brancas. Ademais, constatou-se que a criminalidade nestes municípios tem uma relação com o nível de escolaridade, isto é, os que recorrem à armas de fogo na sua maioria são alfabetizados e tem níveis de escolaridade que variam entre 7º e 12º anos incompletos, ao passo que os recorrentes à armas brancas, na sua maioria são analfabetos e possuem um nível de escolaridade abaixo do 7º ano e suas preferenciais vítimas são indivíduos das áreas periféricas mal iluminadas e pobres tal como eles. Um detalhe importante é que os usuários de armas brancas atuam exclusivamente no período noturno, tanto nas vias públicas mal

iluminadas quanto em residências, diferentemente dos recorrentes à armas de fogo que atuam em qualquer lugar e qualquer hora, dependendo da oportunidade oferecida pela vítima e dificilmente atuam na via pública, salvo em perseguição da vítima. Constatou-se que muitos homicídios praticados nestes municípios encontram-se camuflados de outras motivações, mas que no fundo são de natureza econômica.

No tocante ao perfil das vítimas e transgressores, a pesquisa aferiu que difere muito, tendo em consideração a tipologia criminal, pois, para casos de estupro, normalmente as suas vítimas são jovens se comparadas com os seus ofensores ao passo que nos casos de assaltos às vítimas são na sua maioria mais velhas, ambos morando em áreas residenciais distintas. Os homicídios que advêm das abordagens criminosas tem maior incidência em indivíduos jovens de sexo masculino, menos escolarizados como vítimas e interpreta-se como sendo consequência da sua impaciência em atender o criminoso durante a sua abordagem.

A prática criminal nestas autarquias varia de área para área, podendo ser no mesmo bairro residencial e depende do nível de tolerância da cultura hegemônica, sendo que em áreas onde as etnias são intolerantes ao crime, a criminalidade tende a reduzir-se, deslocando-se para áreas onde as etnias são mais tolerantes, porque as não tolerantes pela sua bravura, recorrem a linchamentos públicos contra criminosos, e isso faz parte da sua cultura socializadora, segundo a qual para corrigir o erro de uma criança é-lhe dar uma chapadinha e ao adulto uma chicotada. Ademais, algumas crenças culturais contribuem para a prática de homicídios, sendo uns para suposto enriquecimento ilícito (casos de assassinatos de indivíduos albinos e calvos) e outros supostamente para tratar problemas de natureza espiritual (sorte no amor, infertilidade e doenças crônicas). Para além de serem responsáveis por homicídios, são responsáveis pela elevada cifra oculta da criminalidade na medida em que a conflitualidade entre a lei e a cultura no meio social, faz com que um fato que a lei considere criminoso, uma cultura-o considere como algo culturalmente aceite e naturalmente incentivado pela força desta cultura.

As desigualdades socioeconômicas oriundas da má distribuição da riqueza, o consumo excessivo de drogas, baixo nível de escolaridade e a privação relativa, de forma combinada, foram aferidas como principais responsáveis pela prática da criminalidade nestes municípios, uns em busca do sustento de vícios e outros em busca de aspirações culturais “o sonho americano”. Notou-se também que nestas autarquias, as taxas da criminalidade, mormente a praticada com armas brancas aumentam com ausência de: iluminação pública, policiamento ostensivo, saneamento do meio, escolas organizadas, urbanismo, locais de lazer, perspectivas para jovens, entre outros.

A pesquisa aferiu que a criminalidade não deve ser estancada apenas pelo simples aumento de policiais e cadeias, dado que a experiência encontrada no terreno, mostrou ser difícil ter-se agentes policiais suficientes para fazer uma cobertura necessária, olhando para as taxas de natalidade, extensão territorial e da densidade populacional crescente. Por outro, alguns crimes não são facilmente evitados via intervenção policial por ocorrerem em meios privados, necessitando igualmente da colaboração de toda a sociedade, inclusive das instituições de socialização primária e secundária, numa situação combinada com o investimento na educação de qualidade. Ademais, essa prevenção e combate, também passa necessariamente pela criação de postos de emprego para jovens vulneráveis, conforme a sua área do saber, para além da promoção local de atividades recreativas, culturais e desportivas, pois, a indisponibilidade destas condições provoca tensões sociais que em última instância conduzem os jovens desocupados a serem vulneráveis à prática de diversos delitos.

Observou-se que a prisão massiva de criminosos embora aparentasse ser uma maneira de manter reduzido o índice criminal sob o ponto de vista popular, de forma alguma não deve ser considerada como solução acabada, porque no momento em que são liberados por diversas razões, voltam reincidindo nas mesmas práticas delitivas ou nas proporções mais sofisticadas, o que demonstra que as cadeias moçambicanas tem servido de “escola de criminosos”. Por outro lado, o encarceramento massivo representa gastos astronômicos do orçamento do Estado. Ademais, a recorrente prisão de jovens que se envolvem em atos criminais como uma alternativa viável, em detrimento de medidas socioeducativas, é apontada como responsável pela reincidência criminal, dado que as instituições penitenciárias sempre mostraram ser irrelevantes para a ressocialização do delinquente, se não aumentar a sua periculosidade criminal, daí a necessidade de fazer uma ação combinada destas duas formas para se alcançar efetivamente o fim das penas, neste caso, prevenção geral e especial do delito

Os boletins de ocorrências policiais analisados, demonstraram que os assaltos com recurso a armas brancas ocorrem com maior incidência em áreas periféricas mal iluminadas e desprovidas de outras condições sociais básicas, exclusivamente no período noturno e madrugada, tanto em residências como em vias públicas, com viajantes e estudantes do curso noturno como vítimas preferenciais. Em termos de dias da semana, constatou-se que os *homens catana* atuam preferencialmente nas sextas-feiras e sábados, mormente no final do mês e do ano, e em dias de tempestade e frio, o que denota uma relação positiva entre o clima e a criminalidade, ao passo que os recorrentes a armas de fogo, ocorrem em qualquer período do dia, dia da semana e estação do ano, dependendo da disponibilidade do bem por eles valorado e da oportunidade oferecida pela vítima. Outrossim, os homicídios e outros crimes contra

pessoas ocorrem na sua maioria em período de verão, devido à maior interação de indivíduos em locais públicos (bares ou barracas) consumindo bebidas alcóolicas, o que para a sua prevenção, sugere-se uma maior atenção da vigilância policial ostensiva nestes locais e neste período.

As evidências demonstraram que os assaltantes recorrentes à armas de fogo racionalizam as suas ações. Um dos truques desses assaltantes é que perante uma detenção sempre identificaram-se por nomes falsos como forma de permitir que em cada prisão, sejam considerados como réus primários para beneficiarem de uma pena sempre branda por cada ato praticado, inversamente aos recorrentes à armas brancas que são maioritariamente analfabetos, com um nível de vida miserável, para além de revelarem ser menos racionais, ou seja, suas vítimas são escolhidas normalmente de forma aleatória e do dinheiro adquirido do roubo satisfazem desejos imediatos, como a compra de drogas, alimentos e pagamento de prostitutas.

Ausência de intervenção policial proativa diante de casos criminais eminentes reportados, em razão de falta de efetivo ou viatura, a parcialidade dos órgãos de justiça criminal na resolução das demandas criminais, tem sido interpretada como principal móbil de práticas reiteradas de crimes e nesta sequência tem ocorrido de forma cíclica os linchamentos públicos um pouco por todos municípios moçambicanos contra suspeitos de crime. Ademais, a desarticulação ou ausência de uma atuação integrada do sistema de justiça criminal, concorre para a impunidade dos criminosos e como consequência, o nível de confiança destas instituições por parte da sociedade civil tende a esfriar-se, resultando em elevadas *cifras* ocultas da criminalidade em decorrência deste descrédito. Por outro, a ausência da ostensividade policial em algumas áreas periféricas vulneráveis a criminalidade concorre para a instalação do medo e da insegurança pública e conseqüentemente para a prática continuada de delitos, porque o criminoso sente-se longe de ficar preso e responsabilizado, dado que a polícia mesmo solicitada, muitas vezes justifica-se da ausência de meios materiais e humanos, e se for para o local do fato, sempre chega tarde.

A pesquisa constatou que as diversas formas de nepotismo e pagamento de gorjeta “propina” às direções de pessoal e formação policial a nível do país durante o processo de recrutamento e seleção de candidatos a policiais, resulta em apuramento de candidatos sem vocação para atividade e isso configuram-se como móbil da sua má atuação, uns em benefício próprio, através de extorsão e assaltos, e outros sob outras formas de inércia policial. Alia-se a este mau desempenho policial, as promoções profissionais à incompetentes, baseadas em “teias familiares”, sem mínimos conhecimentos teóricos e práticos, revelados em algum momento pelo uso excessivo e indevido de arma de fogo em suas atuações desnecessárias. Neste contexto,

sugere-se uma reforma profunda em programas de formação policial, mormente na básica, podendo consistir na exigência para o ingresso para a Polícia de indivíduos desmobilizados do serviço militar obrigatório, com a 12ª classe, boa conduta, vocação e implementação de medidas rígidas e imparciais no processo seletivo para coibir o ingresso de marginais para as fileiras policiais via nepotismo ou gorjeta.

A ocorrência massiva de crimes violentos em áreas periféricas pobres, não se explica por pobreza em si, mas devido à maior densidade populacional dos bairros, suas extensões territoriais que contribuem para a desorganização social, aliada a isso, temos a inexistência de perspectivas para jovens, falta de infraestruturas sociais básicas, tais como: vias de acesso transitáveis, energia elétrica, escolas organizadas, saúde e lugares de lazer, pois, estas condições são grandes amortecedores de conflitos ou tensões sociais que geram todo o tipo de desordem social.

O estudo constatou que as *cifras* ocultas da criminalidade de modo geral, tende a aumentar, devido a diferenças culturais existentes nestes municípios, ou seja, as culturas existentes em algum momento são conflitantes em relação a atribuição do significado a um determinado ato, onde um determinado fato numa cultura é severamente considerado repugnante, mas na outra, o mesmo é considerado normal ou *modus vivendi*, dificultando a denúncia, são casos elucidativos de casamentos prematuros, agressões físicas usadas como forma de educar, circuncisão masculina a sangue frio e sem esterilização do material, que muitas vezes termina pela contaminação do HIV/SIDA ou morte das suas vítimas por procedimentos mal sucedidos.

No âmbito da prevenção social e situacional do crime em áreas periféricas excluídas destes municípios, sugere-se a observância de políticas públicas de segurança durante o planejamento urbano, tais como redução das quadras, com existência de ruas curtas e retas para permitir que as pessoas optem pela caminhada e não pelo uso de meios de transporte, o que proporcionaria um policiamento natural do espaço; as ruas e as quadras devem ter um traçado reto para permitir maior campo de visibilidade de quem passa por elas, prover a iluminação pública; revitalização de zonas degradadas; evitar terrenos baldios e abandono de obras inacabadas; evitar a construção de altos muros de vedação, porque promove o isolamento social, impedindo a ação do policiamento comunitário natural que os transeuntes podem desempenhar. Ainda no planejamento urbano deve se separar o espaço público do privado, criando ao longo das principais ruas dos bairros, locais de diversão ou que possam atrair maior circulação de pessoas, tanto de dia como de noite, nomeadamente: cinema, teatro, restaurantes, mercados, lojas, bares etc., representando uma verdadeira prevenção natural do delito.

O descrédito da atuação policial é interpretado como consequência do uso de armas de fogo de forma indiscriminada, embora se saiba que a Polícia tem o dever de fazer o uso da força, até letal, em caso de outros meios se revelarem ineficazes para preservar a vida em perigo, mas tem se assistido o uso gratuito de armas de fogo, porque o agente policial está em estado de embriaguez ou por questões passionais. Outrossim, a *maquiagem* (omissão) de dados criminais pela Polícia, que infelizmente ocorre em suas estatísticas oficiais mensais, quer anuais, alegadamente para evitar a destituição das suas chefias por suposta inação, contribui de forma negativa para o planejamento das políticas de segurança pública e as públicas de segurança condizentes com a realidade, porque esta falsidade permite que essas políticas sejam traçadas num contexto irreal. Esta infidelidade de dados criminais ocorre também pela ausência de um padrão universal e fiável de coleta de dados criminais por diversas instituições, quer estatais, quer privadas.

As evidências demonstraram que a desonestidade de alguns policiais em usar armas de fogo para protagonizarem assaltos fez com que se determinasse que nenhum policial, salvo casos excepcionais, devia levar consigo arma de fogo em período de folga. No entender dos policiais, a permissão de portá-la em períodos de folga, resolveria as lacunas deixadas por falta de efetivos policiais, porque no seu entender, o policial embora de folga, interviria prontamente em todos os casos que ocorressem, onde quer que esteja.

A generalização da atuação policial no país em forma de ordem de serviço, partindo do comando geral da Polícia, sem olhar para as realidades específicas de cada região ou bairro, são tidas como responsáveis pela difícil prevenção e combate de alguns crimes peculiarmente praticados nestes locais, devido à limitação em implementar as iniciativas locais, conforme a realidade da região, por estarem “atados” às diretrizes preventivas superiormente emanadas.

A prática reiterada da violência criminal numa determinada área do que em outra, para além de depender da cultura, da organização social e estrutural dos bairros, depende também da existência de incivildades na zona, ou seja, provou-se que quanto mais incivilidade for, maior será a delinquência, o aumento do estado de ansiedade, o medo e consequentemente tem-se menor nível de envolvimento coletivo, ocasionando a prática de crime. As principais incivildades aferidas pelo estudo em áreas com registro de casos criminais são o consumo excessivo de bebidas alcóolicas nos bairros periféricos, acompanhado por toque de aparelhagem a som elevado, sem obedecer o horário do dia, dia da semana; o consumo de drogas, presença de montões de lixo nas vias públicas, obras abandonadas, terrenos baldios e sucatas de veículos abandonados. Estes fatores criminogênicos ligam-se a outros, tais como:

baixo nível de escolaridade dos jovens, grau de sua empregabilidade, sexo, faixa etária, dimensão de bairros e sua densidade populacional.

Da análise de 782 boletins de ocorrências policiais, a pontou-se o nível baixo de escolaridade como principal responsável por homicídios e assaltos com recurso à facção, concentrando-se em jovens de até 35 anos de idade, cessando na medida em que os criminosos ultrapassam os 35 anos, período final da fase da juventude, e isso é interpretado como corolário dos seguintes aspectos: (i) perda de força física do criminoso para desafiar às vítimas e de se colocar em fuga durante a perseguição policial ou popular e pelo fato da cultura moçambicana instituir que alguém com essa idade tenha uma família constituída, sendo assim, teme perder o casamento pelo tempo de reclusão, para além do receio de perder a confiança da vizinhança e de ter dificuldade de conseguir qualquer emprego por conta da rotulagem de ser criminoso.

Aferiu-se que a recorrente rotulagem social dos ex-presidiários como criminosos pela sociedade e pelas instituições de controle social formal, leva os etiquetados à marginalização social, representando custos elevados para a sua inserção no mercado de trabalho e na interação social em geral, daí alguns para legitimar tal rotulação optam em envolver-se definitivamente em condutas criminosas, uns para alcançar o “sonho americano” e outros para a sobrevivência. Por outro lado, a falta de ensino profissionalizante na maioria das penitenciárias em áreas tais como; Carpintaria, eletricidade, mecânica, construção civil, entre outros, contribui para que o apenado após o cumprimento da pena não esteja em condições de concorrer vagas de emprego nas diversas firmas existentes em pé de igualdade com os não condenados.

Concluiu-se que a teoria das atividades rotineiras tem sua aplicação na realidade moçambicana, isto é, quanto mais as pessoas ficam em casa menor tem sido praticado delitos de furtos e assaltos na via pública, e quanto mais as pessoas saem de casa mais tem sido praticado delitos de furtos em residências, homicídios e assaltos na via pública, vice-versa.

Os crimes violentos na sua maioria, encontram-se concentrados nos espaços periféricos, onde os novos bairros vão surgindo com imigrantes nacionais e não nacionais, em um processo de urbanização extensiva, possuindo uma grande associação com as carências na infra-estrutura urbana e com as desigualdades sociais e econômicas, sendo seus protagonistas na sua maioria jovens de sexo masculino.

Os fatores que sistematicamente estão relacionados a percepção da criminalidade e insegurança pública, por ordem decrescente de importância, aferidas são os seguintes: índices de desigualdade econômica (áreas com maior desigualdade apresentam taxas mais elevadas do crime – dando ênfase a desigualdade de condições socioeconômicas nos espaços urbanos). O crime seria resultado de privação relativa; índices da estrutura populacional (áreas maiores/mais

densas têm taxas maiores); índices de desemprego; sociedade com estrutura etária juvenil (jovens cometem mais crimes violentos do que os adultos), mostrou-se estatisticamente significativa.

Os assaltantes com recurso à armas de fogo, são jovens, cuja quadrilha é composta sempre, pelo menos por um militar ou policial ou ainda por um desmobilizado do serviço militar obrigatório, o que mostra que esse tipo de crimes sempre envolve alguém com uma formação sólida em manuseamento de armas de fogo. Logo, é premente que as instituições paramilitares durante o recrutamento e seleção de seus candidatos se baseiem em princípios imparciais, incluindo em todo o processo as lideranças locais e a sociedade civil, pelo fato desses jovens pertencerem as mesmas comunidades que muito bem os conhecem. Ademais, deve se dar maior primazia o enquadramento profissional dos desmobilizados do serviço militar obrigatório como forma de reduzir a sua vulnerabilidade socioeconômica.

A falta de supervisão de alguns jovens adolescentes pelos pais por conta da sobrevivência, a evasão escolar no ensino primário, o consumo precoce de bebidas alcóolicas e drogas proibidas, tem estado na origem do ingresso precoce de jovens adolescentes em atividades criminosas. Embora alguns pais dê conselhos educativos aos seus educandos, estes conselhos quando não são acompanhados por uma supervisão do seu cumprimento, os efeitos caem por terra.

A pesquisa constatou que os crimes contra patrimônio tanto como os contra pessoa, as suas motivações sempre residem na satisfação das necessidades econômicas, embora para alguns homicídios as motivações encontrem-se disfarçadas de outras causas, como contradições familiares e vingança, mas após a consumação criminosa, o agressor pauta pela usurpação dos bens da vítima. Os homicídios incidem nos jovens, na sua maioria desempregados e com o nível de instrução social e escolar baixo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n.1, p. 19-47, 1998.
- ALVAREZ, M. C. **Controle social: notas em torno de uma noção polêmica**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n.1, p. 168-176, 2004.
- ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. **Geografia dos Povoamento. Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos**. Maputo: Livraria Universitária, UEM.1997.
- _____. **Cidade de Maputo-Espaços contrastantes: Do urbano ao Rural**. FENISTERA, XXXIV, 67-68, Maputo, p. 175-190, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/40841730_A_cidade_de_Maputo_Espacos_contrastantes_do_urbano_ao_rural. Acesso em 12 dez. 2017.
- _____. **Os espaços Urbanos em Moçambique**. GEOUSP-Espaço e tempo, São Paulo, nº 14, p. 165-182, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123846/120016>. Acesso em 10 de dez. 2017.
- BEAUREGARD, Eric & LECLERE, Benoit. **An application of the rational choice approach to the offending process of sex offenders: A closer look at the decision-making**. Sage Publications Sexual abuse: a journal of research and treatment, 2007.
- BECKER, Howard S. “Notes on the concept of commitment”, **American Journal of Sociology**, v. 66, n.1, julho, 1960.
- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BEATO, Cláudio. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BEATO, Filho; et al. **Crime, oportunidade e vitimização**. Revista brasileira de ciências sociais vol.19 nr 55 junho, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010269092004000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 25 jan. 2018.
- BONDDARRUK, Roberson Luiz. **Nossos municípios mais segurança: O papel do município na segurança do cidadão**. CREA-PRM, s/d. Disponível em: http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/cartilhas/cartilha_mun_seguros.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2019.
- BORDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1997
- BORGE, COELHO, J. Da violencia Colonial ordenada a ordem violenta: **Sobre um legado das guerras coloniais nas excolônias portuguesas**. Lisope, 2003.
- BORSODORF, Alex. **Como modelar el desarroll y la dinamic de la ciudad latino americana**. EURE (Santiago), Santiago.v.29 nr. 86, Mayo, 2003.

BURGESS, Ernest W. **Residential Segregation in American Cities**. Annals of the American Academy of Political and Social Science, 1928, vol. 140. Reproduzido in Burgess, 1973.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. Edição 34/Edusp, 2000.

CANO, Ignacio & SANTOS, Nilron. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

CAREGNATO, Rita Catalina A.; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v15, n.4, p.679-684, out/dez, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A segregação como fundamento da crise urbana. In Sposito, ME.B. (Org). **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente prudente: GasPEER, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (CIP). **Gestão do solo urbano e corrupção em Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2009.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Condicionantes Sociais, poder de polícia e sector de produção criminal**. IPEA, 2002.

———. Determinantes da Criminalidade: **Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos**, 2004.

CLARKE, Ronald V. & FELSON, Marcus. **Routine activity and rational choice: Advances in criminological theory**. Transaction Publishers. New Brunswick and London, 1993.

CLARKE, Ronald V. **Situational crime prevention: Successful case studies**. New York (2nd ed.) Harrow and Heston Publisher, 1997. Disponível em: http://www.popcenter.org/library/reading/pdfs/scp2_intro.pdf. Acesso: 09 jun. 2018.

———. **Situational crime prevention: Theory end practice**. Em British Journal of criminology, 1980.

CLOWARD, Richard A.; OHLIN, Lloyd E. D. . **Delinquency and Opportunity: A Theory of delinquent Gangs**. New York: The Free Press, 1960.

COHEN, Albert K. **Delinquent Boys: The culture of the gang**. Glenco New York: The Free Press, 1963.

COHEN, Stanley. As sociedades estão sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. In: Editora Globo S.A. (Org.). **O livro da sociologia**. 1ª Edição, São Paulo: Globo Livros, 2015.

COHEN, Lawrence E; FELSON, Marcus. **Routine Activity Theory**. In: CULLEN, Francis T.; AGREW, Robert. *Criminological Theory. Past to Present (Essential Readings)*. Third Edition. Los Angeles: Roxbury PublishingCo, 2006.

———. **Social change and crime rate trends: a routine activity approach**. V. 44. *American Sociological Review*, 1979.

COLLINS, Randall. **A conflict Theory of Stratification Selected Readings**. New York: Oxford University Press, 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Pedro. **Cidades e urbanização e Portugal: uma sociologia, geografia ou economia urbana?** Centro de investigação em Sociologia Economica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade tecnica de Lisboa, 1993.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1995.

CROSS, Peter, et al. **A Lei das Armas: Auditoria à legislação sobre o controle de armas de fogo na região da SADC**. Saferfrica e Saferworld, junho, 2003.

CUNHA, R. **Arrumadores de automóveis: Do sentimento de insegurança à utilidade social**. (Dissertação de mestrado). ISCPsi, Lisboa, 2013.

DAHRENDORF, Ralf. **A lei e a Ordem**. [Brasília, DF]: Instituto Tancredo Neves; Fundação Friedrich Naumann, 1987.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução a psicologia**. 3ª Ed. Buenos Aires.1989.

DAVIDSON, E. J. **Evaluation methodology basics**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Três homens linchados pela população após assaltos no centro de Moçambique**. 24 de março, 2015. Disponível em: <https://www.dn.pt/globo/interior/amp/tres-homens-linchados-pela-populacao-apos-dois-assaltos-no-centro-de-mocambique-4471999.html>. Acesso em 12 julho de 2018.

DEBARBIEUX, E. **La violence em milieu scolaire: Perispectives comparatives**. Bordeaux. 1996.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Os grandes sistemas de política criminal**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

DE SÁ, Alvíio A. **Criminologia Clinica e Psicologia Criminal**. 4ª ed. rev.e ampl.-SP: Editora Revistados Tribunais, 2014.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Três homens linchados pela população após assaltos no centro de Moçambique**. 24 de março, 2015. Disponível em: <https://www.dn.pt/globo/interior/amp/tres-homens-linchados-pela-populacao-apos-dois-assaltos-no-centro-de-mocambique-4471999.html>. Acesso em 12 julho de 2018.

DIAS, Jorge Figueredo; ANDRADE, Manoel da Costa. **Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra, 1997..

DO AMARAL, Diogo Freitas. **Manual de Direito Administrativo**. Volume II, 2ª Reimpressão. Almedina, 2003.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. 5ª ed. Lisboa. Presença, 1992.

ENTORF, H.; SPENGLER, H. **Crime in Europe Causes and Consequences**. Berlin: Edição Springer, 2002.

ELIAS, L. **A gestão da prevenção criminal**. In M. M. G. Valente, M. T. P. Martins (Coord.), Estudos de homenagem ao professor doutor Artur Anselmo. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2008.

EUFRASIO, Mario A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP. Editora 34. 2ª Edição. 2013.

FELIX, S.A. **Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília –Unesp-publicações, 2002.

FOLHA DE MAPUTO. **Desconhecidos esquartejam albino em Chimoio**. Moçambique, 7 de junho, 2016. Disponível em: <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/desconhecidos-esquartejam-albino-em-chimoio/>. Acesso em 26 jan. 2018.

FREITAS, Wagner C. Paula. **Espaço Urbano e a Criminalidade: lições da Escola de Chicago**, SP: IBCCRIM, 2002.

FERES, F. **Desigualdade Regional, Migração e Urbanização: tres ensaios sobre o desenvolvimento**. Tese apresentada ao curso de Doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Economicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Sistema de justiça Criminal no Brasil: Quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação**. Textos para discussão nº 1330, Brasília, março, 2008.

FILOCRE, D'Aquino. **Classificação de Políticas de Segurança Pública**. Revista brasileira de Segurança. Edição 5, agosto/set/2009. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/57/5>. Acesso em 08.06.2018.

FLICK, Uwe. **Introdução a Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes**. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FOLHA DE MAPUTO. **Desconhecidos esquartejam albino em Chimoio**. 7 de junho, 2016. Disponível em: <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/desconhecidos-esquartejam-albino-em-chimoio/>. Acesso em 26 jan. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 Edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

GARLAND, David. **Acultura do Controle: Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008, 1ª reimpressão, 2014.

GARLAND, David. **The limits of sovereign state: Strategies of crime control in contemporary society**. p. 445-471, 1996.

GARLAND, David. **Penal excess and surplus meaning: Public torture, lynching's in twentieth-century America**. Low and society review. Pro Quest Criminal Justice. P. 793-833, 2005.

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. **Um modelo restaurativo de censura como limite ao discurso punitivo**. (Tese de Doutorado em Direito pelo programa de pós graduação em Direito da Universidade Federal do Parana). 2014.

GIDDENS, Anthony. **Teorias Sociológicas do crime**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

———. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

———. **Sociologia**. 4ª edição Revista e atualizada. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Altas, 2008.

GOMES, Luis Flávio. **Na dúvida, condena-se o réu mais feio**. Revista jurídica, João Pessoa, a III, nº 92, 19/09/2006. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI40694,61044-Na+duvida+condenase+o+reu+mais+feio>. Acesso em 17 de out, 2019.

GOTTFREDSON, M.R; HIRSCHI, T. **Positive Criminology**, Beverly Hills: Sage Publications, 1990.

GRANJO, Paulo. linchamento como reivindicação e afirmação de poder. In: **Linchamentos em Moçambique** (Org.). 2a Edição, Maputo, 2015 [online]. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20822/1/ICS_PGranjó_Linchamento_CLI.pdf. Acesso em 10 de jun. 2018.

HAYWARD, Keith. **Situational crime prevention and its discontent: Rational choice theory versus the cultural of now**. V. 41 nº 3 Blackwell publishing, 2007.

HIRSCHI, Travis. **Causes of Delinquency** (Berkeley: University of California Press. 1969.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. Editora: Companhia das Letras. 1ª Edição (7 de agosto), 2013.

HOYT, Hamer. **The Struture and Groweth of Residential Neighborhoods in American Cities**. Washington: United States Governament Printing Office.1939.

HUMAN DEVELOPMENT [ID]. **Indices and Indicators - 2018 Statistical Update** (PDF). Human Development Report (Human Development Report Office) - United Nations Development Programme, 2018. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf.

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE. **Código penal moçambicano**. 2014. Disponível em: http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei-35_2014Codigo_Penal.pdf. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA-MOÇAMBIQUER. **Resultados definitivos referentes ao recenseamento da população e habitação de 2017**. Maputo, 2017.

_____. **Estatísticas de crime e Justiça, 2020-2011**. Maputo, 2012.

_____. **Mulheres e Homens em Moçambique**. Maputo, 2015.

_____. **Estatística de crime e Justiça de 2017**. Maputo, 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de grandes cidades**. 3ª edição, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JORNAL DOMINGO [online]. **Chimoio lidera índices de roubos em propriedade**. Moçambique, 2017. Disponível em: <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/9127-chimoio-lidera-indices-de-roubos-em-propriedades>. Acesso 26 jun. 2018.

JORNAL O PAÍS [online]. **Desconhecidos violam e matam uma jovem em Chimoio**. Moçambique, 2018. Disponível em <http://opais.sapo.mz/individuos-desconhecidos-violam-e-assassinam-jovem-de-19-anos>. Acesso: 09.04.2018.

JORNAL VOA [online]. **Justiça popular volta assolar Manica**. Moçambique, 15 de agosto, 2015. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/justica-popular-assolar-manica/3986889.html>. Acesso em 12 julho de 2018.

_____. **A Polícia prende homens com ossadas de albino em Manica. Moçambique, 2017**. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/policia-prende-homens-com-ossadas-de-albino-em-manica/3892327.html>. Acesso 14 junho de 2017.

JORNAL MÁCUA [online]. **Os campos da vergonha: A história inédita dos centros de reeducação em Moçambique**. Disponível em:

http://macua.blogs.com/.shared/image.html?/photos/uncategorized/2008/01/06/magazine1995camposfrelimo_img_0a.jpg. Acesso em 14 de agosto de 2018.

JORNAL NOTÍCIAS. **Condenados à morte por execução seis bandidos e pena de cadeia e chicotada a 11 réus**. Maputo, 4 de abril de 1983.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 5ª Edição. Perspectiva. São Paulo, 1998.

LAKATOS, E. M; Marconi, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 1985.

LEUNG, S.F. **Dynamic Deterrence Theory**. *Economia*, nº 62, 1995, pp.65-87.

LIMA, Renato. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LINDEN, Rick. **Situational crime prevention**: Its role in comprehensive prevention initiatives. V. 1, 2007. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=788C7916FE6882CAB980A607F4223E65?doi=10.1.1.512.9594&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 24 mar.2018.

LIRA, Bruno Carneiro. **O Passo a Passo do Trabalho Científico**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

LOURENCO, Nelson,. **Violência, Criminalidade e sentimento de insegurança, Textos, 2** (revista do centro de Estudos Judiciários), Lisboa, 1999, p.45-64.

MACHADO, Helena. **Manual de Sociologia do Crime**. Porto: Afrontamento, 2008. Disponível em: [http://ManualdeSociologiadoCrime%20\(1\).pdf](http://ManualdeSociologiadoCrime%20(1).pdf). Acessado em: 25 de março, 2018.

MALOA, J. M. **O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994**. Revista Espaço Acadêmico-Nº 122 –Julho, 2011. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10413/7216.pdf>. Acessado em 24 julho, 2019.

_____. **O lugar da Desordem: Um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique, na cidade de Lichinga**. (Dissertação de mestrado em Sociologia), 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18191992-O-lugar-da-desordem-um-estudo-sociologico-sobre-o-assalto-a-mao-armada-em-mocambique-na-cidade-de-lichinga.html>. Acessado em: 24 de julho de 2019.

MALUA, Rajabo, et al. **Etnologia dos povos Africanos-Ndau**. Jornal Sapo, 2014.

MANNHEIM, H. *Criminologia Comparada*. Vol.II. Lisboa: Fundação Calouste, Gulbenkian, 1985.

MANICA. **Relatório das actividades realizadas na província de Manica referentes ao ano de 2016**. Chimio, 2017.

MARTINS, J. de Souza. **Linchamentos**: A justiça popular no Brasil. São Paulo, contexto, 2015.

_____. **As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil**, 1995.

_____. **Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora**. Tempo social Ver. Social. São Paulo, 1996.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. Goitempo, 2013. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf>. Acessado em 17.07.2016.

MEAD, G.H. **Espíritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social**. Barcelona: Paidós, 1973.

MENDONÇA, Francisco. **Clima e Criminalidade: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência de criminalidade urbana**. Curitiba: Editora UFPR, 2001

MEQUE, J. **Apontamentos da cultura do povo sena**. IDLC, Beira, 1999.

MERTON, R. K. Sociologia. **Teoria e Estrutura**, São Paulo: 1968.

_____. Social Structure and Anomie. In: **American Sociological Review**, Vol.3, nº 5 1938. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/matsueda/courses/517/Readings/Merton%201938.pdf>. Acesso em 25 març. 2018.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutoramento em Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Brasil, 1999.

_____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudo da sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro, 2006.

MILLER, W. "The lower class culture as a generating milieu of gang delinquency". In: Wolfgang, M. e Ferracuti, F. (Orgs) **The sociology of crime and delinquency**. New York, John Wiley Sons, inc., 1970. (351-63).

MINAYO, Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 13ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2013 .

MOÇAMBIQUE. **Lei 10/97-aprova a criação de municípios de cidade e vilas em algumas circunscrições territoriais**. Maputo, 1997.

_____. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo, 2004.

_____. **Decreto Lei nº 16/2012, de probidade pública**. Maputo: Imprensa

Nacional, 2012.

_____. **Plano estratégico da Polícia da República de Moçambique-PEPRM.** Maputo, 2003.

_____. **Decreto-Lei nº 54/75, de 17 de maio, cria o Corpo da Polícia de Moçambique-C.P.M.** Maputo: Imprensa Nacional, 1975.

_____. **Decreto Lei nº 5/79, de 26 de maio, cria a Polícia popular de Moçambique-PPM.** Maputo: Imprensa Nacional, 1979.

_____. **Decreto Lei nº 19/92, de 31 de dezembro, cria a Polícia da República de Moçambique-PRM.** Maputo: Imprensa Nacional, 1992.

_____. **Códigos de posturas municipais.** Ilha de Moçambique, 2010. Disponível em: https://www.ilhademocambique.co.mz/sites/default/files/anexos/codigo_de_postura_camararia_do_conselho_municipal_da_ilha_de_mocambique.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2019.

_____. **Decreto nº 58/2019, de 1 de julho, altera e Republica o Estatuto Orgânico da Polícia da República de Moçambique, aprovado pelo Decreto nº 85/2014, de 31 de Dezembro.** Maputo: Imprensa Nacional, 2019.

_____. **Lei nº 16/2013, de 12 de Agosto, Lei da Polícia da República de Moçambique** e revoga o Decreto nº 5/88, de 27 de Agosto e Lei nº 19/92, de 31 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2013. Disponível em: <http://www.mint.gov.mz/images/pdf/PRM/LEI%20n%C2%BA.%2016.2013%20de%2012%20de%20AgostoLei%20da%20Policia%20da%20Republica%20de%20Mo%C3%A7ambique.pdf>. Acessado em: 24 de julho de 2019.

_____. **Decreto-Lei n.º 19/1997, de 1 de outubro, sobre uso e aproveitamento de terras –DUAT.** Maputo, 1997. Disponível em: https://www.sheltercluster.org/sites/default/files/docs/lei_terras_mocambique.pdf. Acessado em 28 junho de 2017.

_____. **Lei nº 35/2014, de 31 de Dezembro. Lei de revisão do código penal de 1886.** Maputo, 2014. Disponível em: <https://abortion-policies.srhr.org/documents/countries/01-Mozambique-Penal-Code-2013.pdf>. Acessado em 10 de março de 2016.

_____. **Lei nº 10/97, de 31 de Dezembro. Lei que cria municípios de cidades e Vilas em algumas circunscrições.** Maputo, 1997. Disponível em: <https://lei%20das%20autarquias%20locais.pdf>. Acessado em 22 de junho de 2016.

_____. **Lei nº 3/2008, de 2 de Maio. Lei nº 3/2008, de 2 de Maio, que criou autarquias locais nas vilas de Namaacha, Macia, Massinga, Gorongosa, Gondola, Alto Molócuè, Ulónguè, Ribáuè, Mueda e Marrupa.** Maputo, 2008. Disponível em: <https://acórdão%20n.º%2002CC2009.pdf>. Acessado em: 23 de junho de 2016.

_____. **Lei nº 11/2013, de 3 de junho. Lei que cria autarquia de Sussundenga.** Maputo, 2013.

_____. O Presidente da República popular de Moçambique, Samora Moisés Machel. In: **Bolentim da República, I SÉRIE-Nº 13**, de quinta feira, 31 de março, 1983.

_____. **Lei nº 5/83, de 31 de março. Lei sobre penas mais severas contra inimigo.** Maputo: Comissão permanente da Assembleia popular, 1983.

_____. **Resolução n 8/2018, de 21 de março, aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Interior.** Maputo, 2019[online]. Disponível em: [http://www.mint.gov.mz/images/pdf/MINT/Estatuto%20Organico%20do%20MINT%20\(Recente%202018\).pdf](http://www.mint.gov.mz/images/pdf/MINT/Estatuto%20Organico%20do%20MINT%20(Recente%202018).pdf). Acesso em 17 out, 2019.

_____. **Relatório anual da Penitenciária.** Chimoio, 2016.

_____. **Relatório policial anual.** PRM-Manica, 2 janeiro, 1997.

_____. **Relatório policial anual.** PRM-Manica, 3 janeiro, 2006.

_____. **Relatório policial anual.** PRM-Manica, 4 janeiro, 2009.

_____. **Relatório policial anual.** PRM-Manica, 4 janeiro, 2014.

MORAES, Pedro Rodolfo. B.; PESCAROLO, Joyce. K. **Criança e adolescente. Quem tem medo dos jovens?.** MPPR, 2009. Disponível em: <http://www.naoviolenca.org.br/pdf/quemtemedodosjovens.pdf>>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

MORAES, Pedro Rodolfo .B.; BERLATTO, Fábila. **Controle Social (verbete).** Globo, 2013.

MORAIS, Reis de. **O que é a violência Urbana.** 5ª ed. 1985.

NATIONAL CRIME PREVENTION INSTITUTE. **Understanding crime prevention** .(2nd ed.). Kentucky, USA: National Crime Prevention Institute, 2001.

OLIVEIRA, A.S.S. Políticas de segurança e Políticas de segurança pública: Da teoria a pratica. In: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança.** São Paulo: Ilanud, 2002.

OLIVEIRA, José. F. As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: **a emergência do policiamento de proximidade.** Coimbra: Edições Almedina, SA, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa.** 6ª Edição. Editoras vozes. Rio de Janeiro. 2005, p.69.

OLIVEIRA, I. I. de M. C. & PAVEZ, G. A. **Reflexões sobre justiça e violência, o atendimento de vítimas de crimes fatais.** São Paulo: Educ/ Imprensa Oficial, 2008.

PANAPRESS. Moçambique e Argélia reajustam cooperação. **Maputo, 30 junho, 2003.** Disponível em: <http://www.panapress.com/Mocambique-e-Argelia-reajustam-cooperacao--3-410794-47-lang3-index.html>.

PEDRAZZINI, Yves. **A Violência das Cidades**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editoras Vozes. 2006.

PATTON, Michael. **Qualitative evaluation and research methods**. Newbury Park, Sage, 1990.

PRETÓRIA. **South África Statistics**. ISBN, 2012. Disponível em: <http://www.statssa.gov.za/publications/P0302/P03022018.pdf>. Acessado em 17 de dezembro de 2018.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2016.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio Grande do Sul, SC: Nova Era, 1999.

REBELO, De Sousa Marcelo. **Lições de Direito Administrativo**. Volume I. Lisboa: Lex, 1999.

RECKLESS, W. C. **Encyclopedia of Criminological Theory: Containment Theory**, SAGE Publications, Inc, 1961.

RESMAN, Lainie; LALÁ, Aly. Open Society Foundations Crime and Violence Prevention Initiative (OSFCVPI & Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA): **Avaliação do Crime e Violência em Moçambique-Recomendações para a redução da Violência**. Março, 2012.

———. **Assessment of crime and violence in Mozambique and recommendations for violence prevention and reduction**. Johannesburg: CVPI and OSISA, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jerry et. Al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**, 2.^a Edição; Lisboa: Atlas AS, 1999.

ROBERTO, Paulo. **Países mais seguros do mundo em 2017**. 19 outubro, 2017[online]. Disponível em: <http://trabalhandonoexterior.com.br/paises-mais-seguros-do-mundo/>. Acesso: 24 maio, 2018.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do Crime**. 3^a ed- Petrópolis, Rj: vozes, 2011.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. São Paulo, Francisco Alves, 1989.

SAMPIERI, Roberto H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5^a Edição. Penso Editora. São Paulo, 2013.

SANTOS, Márcia Andéia F. **Abordagens Científicas sobre as causas da criminalidade: Uma análise da Ecologia Humana**. Revista do Laboratório da Violência da UNESP, 7^a Edição, 2016.

TONDINELLI, Tiago. **A diferença entre fator e Causa para o entendimento da justiça e do direito**. UENP, 2009.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SENTO-SÉ, João Trajano (Org). **Prevenção da violência –o papel das cidades**. Rio de Janeiro, 2005.

SCOTT, John. **Rational choice theory**. Sage Publication disponível, 2000. Disponível em: <http://private www. Essex.ac.uk/scottj.pdf>. Acessado em: 21 de Dezembro. 2017.

SHABUNG, Themba. **A comparative inquiry into the nature of violence and crime in Mozambique and South Africa**. Arcadia, South Africa: IDASA, 2012.

SHAW, C; MCKAY, H.K. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do Espírito. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SINHORETTO, Jaqueline. **Linchamentos: Insegurança e revolta popular**. Revista brasileira de segurança pública, 2009. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/41>. Acessado em 22 de junho, 2017.

SKINNER. B.F . **Ciência e Comportamento humano**, 11ª ed.-SP: Marins Fonte, 2003.

SYKES, Gresham M.; MATZA, D. **Técnicas de neutralização: Uma teoria da delinquência**. In: do Grupo de Estudos em Criminologias Contemporâneas – Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2018.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUTHERLAND, Edwin. **A theory of differential association**. 2ª ed. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 2003.

_____. **Crime de colarinho branco**: Versão sem cortes. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Revan, 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Microfísica da violência, uma questão social mundial**. Revista de Ciência e Cultura, vol.54 nº 1, São Paulo, 2002 [*Online version* ISSN23117-6660]. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100017. Acesso em 28 de set., 2019.

THOMAS, William I. **On Social Organization and Social Personality** (selected papers, edited and with an introduction by Morris Janowitz). University of Chicago Press, Chicago, 1966.

TISSOT, Céline. **Les axes prioritaires face à l'émergence de phénomènes criminels en banlieue québécoise : L'exemple d'un quartier de Laval**. Université de Montréal. École de Criminologie. Faculté des arts et des sciences. Mémoire présenté à la Faculté des études supérieures-Canada. En vue de l'obtention du grade de maitre ès sciences (M. Sc.) en criminologie, 2015.

TURNER, Jonathan H. **The Structure of Sociological Theory**. Belmont, CA, Wadsworth Publishing Company (5.^a edição), 1991.

UN-HABITAT. **Mozambique urban sector profile: Maputo, Nacala and Manica**. Nairobi: UN-HABITAT, 2010.

VALÉRIO, M. A. F. M. **O Sentimento de Insegurança: variáveis e enquadramento teórico**. 2006. Disponível em .Disponível em: http://paginas.ispgaya.pt/~mvalerio/9999pgcrim/teoria_monografia.pdf. Acesso em: 24 fev. 2018.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
VERMA, Arvind. **Anatomy of riots: A situational crime prevention approach**, 2007.

VILLAÇA, Flavio, **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2^a Edição, Studio Nobel Ltda: FAPESP, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: F. Bastos, Revan, 2003.

WEBER, M. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WILSON, James; HERRNSTEIN, Richard. **Crime and human Nature**. Nova Iorque; Simon and Schuster, 1985.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. **Broken Windows**. Atlantic Monthly, p. 29-38. mar. 1982.

WIRTH, Louis. Human Ecology. In: **American Journal of Sociology**, vol. 50, n. 6, Maio 1945. Traduzido in Pierson 1970.

———. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

World Refugee Survey. U.S. **Committee for Refugees and Immigrants**. 19 de junho de 2008. Disponível em: <https://www.ecoi.net/en/source/11555.html>. Acessado em: em 24 de março de 2017.

YIN, Roberto K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 7) 3^a reimpressão, 2015.

ZALUAR, Alba. **Democracia Inacabada: O fracasso da Segurança Pública**. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 21, p. 31-49, 2007.

ZHANG, J. The Effects of Welfare Programs on Criminal Behavior: A Theoretical and Empirical Analysis. In: **Economic Inquiry**. Vol. 35, 1997.

ANEXOS

Condenados à morte seis bandidos

Penas de cadeia e chicotadas para 11 réus

Publicamos em seguida, na íntegra, o comunicado do Tribunal Militar Revolucionário, tornado público ontem em Maputo:

Nos termos da Lei n.º 3/79 de 29 de Março, o Tribunal Militar Revolucionário reuniu-se nos dias 25, 26, 29 de Março e 1 de Abril de 1983, na cidade de Maputo, a fim de julgar Réus acusados em processos-crime contra a Segurança do Povo e do Estado Popular.

No decurso dos seus trabalhos, o Tribunal Militar Revolucionário procedeu ao julgamento dos seguintes elementos:

1. GOOLAM NABI, casado, de 31 anos de idade, comerciante, filho de Essope Fakir e de Fátima Ibraimo, natural de Maputo e residente nesta cidade, de nacionalidade moçambicana;

2. ZACARIAS IBRAÍMO CHITARA, solteiro, de 31 anos de idade, motorista, filho de Ibraimo Cassamo Chitará e de Habiba Nurdine, natural de Chibuto — Gaza, residente em Maputo, de nacionalidade moçambicana;

3. JOSÉ JACOPO MANDERERO, casado, de 34 anos de idade, filho de Jacopo Manderero e de Cassicon Alice, natural de Manica, residente em Maputo, maquinista dos CFM;

4. JOSÉ ISAIAS PENICELA, casado, filho de Isaias Penicela e de Saquelina Naene, natural de Massinga, de 28 anos de idade, ajudante de tracção, residente à data da prisão em Maputo;

5. SALOMÃO RAUL, solteiro, de 23 anos de idade, filho de Raul Nhacuombe e de Ester Isaias, trabalhador de via dos CFM, natural de Inharrime e residente à data da prisão em Maputo;

6. THEISSON FILIPE MACUÁCUA, casado, de 26 anos de idade, servente, filho de Filipe Macuácuá e de Titasse Mutombene, natural de Chibuto, residente em Maputo, de nacionalidade moçambicana;

7. ANTONIO CENTRAL MBOMBI SIGAUQUE, solteiro, de 32 anos de idade, desempregado, filho de Armando Central Sigauque e de Felismina Mbalane, natural de Chókwe, Província de Gaza, residente em Maputo, de nacionalidade moçambicana;

8. EZEQUIEL ZAVANHANE SITO, de 47 anos de idade, natural de Chibuto — Gaza e residente à data da prisão em Maputo, filho de Zavanhane Sito e de Thavasse Manusse, de nacionalidade moçambicana;

9. DELFINO ESTEVÃO AMBRIZA, solteiro, de 20 anos de idade, estudante: filho de Estevão Ambriza Canicie e de Gamonaje Forquela, natural de Maganja da Costa — Zambézia e residente em Maputo;

10. CASSAMO SULEMANE, solteiro, de 20 anos de idade, filho de Sulemane Issá Uca e de Anífa Cassamo, natural de Mocimboa da Praia — Cabo Delgado e residente em Maputo;

11. NEVES ALBERTO MACUÁCUA, solteiro, de 20 anos de idade, estudante, filho de Alberto Macuácuá e

de Maria Macuácuá, natural de Manjacaze e residente em Maputo;

12. LUIS ARRONE FIJAMO, solteiro, de 20 anos de idade, estudante, filho de Arrone Fijamo Gafar e de Duvina Paiva Mutando, natural de Maputo;

13. SAIDE ABIBO SAIDE MOMADE, solteiro, de 21 anos de idade, estudante, filho de Saide Momade e de Anafiata Issufo, natural de Mosuril — Nampula e residente em Maputo;

14. JERÓNIMO CALADO XAVIER ZANDAMELA, solteiro, de 20 anos de idade, estudante, filho de Xavier Zandamela e de Elisa Langa, natural de Morrumbene — Província de Inhambane, residente em Maputo;

15. LEONARDO RAUL MABUNDA, solteiro, de 21 anos de idade, filho de Raul Abel Mabunda e de Rute Vilanculos, natural de Xai-Xai — Gaza e residente à data da prisão em Maputo, de nacionalidade moçambicana;

16. JÚLIO SALOMÃO TAUZENE, solteiro, de 22 anos de idade, filho de Salomão Tauzene Nhacuongo e de Amélia Mabande, natural de Zavala e lá residente à data da prisão, de nacionalidade moçambicana;

17. JOSÉ ZICUIMA MUCHANGA, de 31 anos de idade, filho de Zicuima Muchanga e de Nhime Maiasse, natural e residente em Mazungo — Chibabava, de nacionalidade moçambicana.

Terminada a audiência de julgamento e em face da prova produzida, o Tribunal Militar Revolucionário deliberou:

1. GOOLAM NABI e ZACARIAS IBRAÍMO CHITARA

O Réu GOOLAM NABI, na qualidade de membro activo numa rede de contrabando de camarão e televisores, subornou funcionários da Alfândega e de Migração afectos no Posto de Namaacha.

A partir daí e estabelecidos os contactos no exterior do País, nomeadamente na Suazilândia, África do Sul e Portugal, onde estava garantida a entrega ou o recebimento dos produtos traficados, o Réu passou então a agir em prossecução do seu objectivo.

Neste sentido, o Réu Goolam Nabi passou a transferir grandes quantidades de camarão, vindo da Beira, para a Suazilândia, usando a sua carrinha privada, conduzida pelo seu motorista ZACARIAS CHITARA, coarguido neste processo.

Mais ainda o Réu NABI cedeu por várias vezes a sua carrinha a dois outros contrabandistas, para transporte de camarão para os frigoríficos da PESCOM, obtendo assim altas comissões que variavam entre 50 e 250 contos, para além de certo montante em divisas. As comissões eram pagas pelo facto de o camarão se destinar a ser exportado ilegalmente, totalizando as mesmas 1 milhão e cinquenta mil meticals e ainda três mil rands (depositados no estrangeiro).

O Réu NABI participava também

numa rede de contrabando de aparelhos de televisão e vídeo-tape, que recebia de um elemento da Suazilândia, revendendo-os em Moçambique a 350 contos cada aparelho.

Fruto dos seus actos de contrabando, o Réu possuía, embora sendo moçambicano, três contas bancárias no estrangeiro nomeadamente em Portugal, Londres e África do Sul.

Quanto ao Réu ZACARIAS CHITARA, foi cúmplice consciente do Réu Goolam Nabi no transporte de camarão obtido ilegalmente. Era ele que, como motorista, transportava o camarão vindo da Beira para Maputo nos aviões das LAM, levando-o do aeroporto para os frigoríficos da PESCOM e daí para a fronteira da Namaacha. No regresso, transportava por vezes alguns produtos traficados da Suazilândia e África do Sul para Maputo, pertencentes ao seu patrão Goolam Nabi — para o que recebia comissões.

Após a detenção do seu patrão, o Réu Zacarias Chitará transportou grandes quantidades de tecidos e cones de linhas de um tal Assalamo e do Nabi, obtidos ilícitamente, e foi escondê-los no Bairro Triunfo, em Maputo.

Com estes actos, o Réu Goolam Nabi provocou a saída ilegal de bens e valores contrariando e perturbando gravemente a actividade económica.

Estes actos são puníveis pela Lei n.º 2/79 tal como foi alterada pela Lei n.º 1/83.

Quanto ao Réu ZACARIAS IBRAÍMO CHITARA, o Tribunal considerou-o cúmplice nos actos de sabotagem económica praticados pelo seu patrão Goolam Nabi.

Nestes termos, o Tribunal Militar Revolucionário deliberou condenar:

— O Réu GOOLAM NABI, dada a gravidade dos actos por ele reiteradamente cometidos na pena de morte por fuzilamento;

— O Réu ZACARIAS IBRAÍMO CHITARA, tomando o facto da confissão espontânea de acordo com o artigo 50 da Lei n.º 2/79, o Tribunal decide aplicar-lhe a pena de 12 (doze) anos de prisão e 45 chicotadas, nos termos da Lei n.º 2/83.

3. JOSÉ JACOPO MANDERERO, JOSÉ ISAIAS PENICELA e SALOMÃO RAUL

Em 19 de Janeiro de 1983, o Réu JOSÉ MANDERERO conduzindo o comboio n.º 757 com destino à Suazilândia e quando eram aproximadamente zero horas, parou pouco depois de ultrapassar o apeadeiro de Estevel.

Aqui, o Réu contactou um tal MANASSES MOCUMBI (ora evadido), para que no seu regresso da Suazilândia este arranjasse elementos de confiança, a fim de naquele local descarregarem do comboio sacos de açúcar e milho para utilizar em seu proveito, ou vendê-los nos circuitos de cándonga.

Efectivamente, quando o Réu JOSÉ MANDERERO, conduzindo o comboio n.º 757 já de regresso a Maputo, chegou ao Km 26, viu uma bandeira vermelha (sinal de paragem) justamente no local onde tinham combinado descarregar açúcar e milho do comboio.

Parado o comboio, o Réu iniciou o descarregamento de açúcar, ajudado pelo co-arguido JOSÉ ISAIAS PENICELA, que fora aliciado a colaborar no roubo.

Os Réus foram detidos pelas milícias em flagrante delito quando já tinham descarregado mais de 15 sacos de açúcar, de 60 kgs cada.

O Réu JOSÉ JACOPO MANDERERO, para além de dirigir o descarregamento de mercadoria do comboio, procedia também ele próprio à venda dos produtos no próprio local. Vendia cada saco de milho a 1.000,00 MT e cada saco de açúcar a 5.000,00 MT.

Por várias vezes, havia já o Réu MANDERERO anteriormente realizado este tipo de descarregamento e venda de produtos (açúcar e milho).

Em 1981 o Réu JOSÉ MANDERERO esteve envolvido num caso idêntico de desvio de mercadorias transportadas no comboio que conduzia. Foi levado a julgamento e condenado pelo Tribunal Popular Provincial de Maputo.

Quanto ao Réu JOSÉ ISAIAS PENICELA, o Tribunal considerou o facto da confissão espontânea e o facto de ter sido involuntariamente envolvido no roubo.

O Réu SALOMÃO RAÚL teve conhecimento antecipado de que o roubo iria ter lugar, mas não alertou tal facto às autoridades.

Mais ainda, o Réu Salomão Raul na qualidade de trabalhador de Via e Obras dos CFM, teve conhecimento de que o José Manderero vendia açúcar e milho (produto do roubo) e recebia em troca dinheiro, cabritos e outros produtos.

Perante estes factos, o Tribunal considerou os Réus:

- JOSÉ JACOPO MANDERERO como autor do crime do desvio de comboio e da prática de actos que provocaram graves perturbações e prejuízos da actividade económica, actos esses punidos nos termos do artigo 26 da Lei n.º 2/79.

Nestes termos, o Réu JOSÉ JACOPO MANDERERO foi condenado na pena de morte por fuzilamento.

Quanto aos Réus JOSÉ ISAIAS PENICELA e SALOMÃO RAÚL, o Tribunal considerou as circunstâncias especiais do seu envolvimento e as atenuantes provadas pelo que condenou-os na pena de 6 (seis) anos de prisão e 6 (seis) anos de prisão bem como na pena de 45 e 30 chicotadas respectivamente.

3. THEMISSON FILIPE MACUÁCUA e ANTÓNIO MBOMBI:

No dia 3 de Maio de 1982, cerca das 15 horas, os Réus Themisson

Macuácuva e António Sigauque, dirigidos por um tal Januário (actualmente evadido) e que na altura era portador de uma pistola, introduziram-se no quarto do proprietário da Padaria «Europeia», em Maputo, de nome CONSTANTIN TIODOR TSONACK, de 72 anos de idade e de nacionalidade grega.

Depois de ameaçarem de morte a vítima, amarraram-na fortemente nos braços e nas pernas, obrigando-a a dizer onde estava guardado o dinheiro destinado ao pagamento de vencimentos aos trabalhadores da padaria.

Acto contínuo, amordaçaram a vítima, para evitar que gritasse, espancaram brutalmente, estrangulando-a até à morte.

Assassinada a vítima, os réus furtaram então 65 mil meticais, bem como um par de sapatos e um relógio automático. Da divisão do dinheiro, coube ao Themisson Filipe e ao António Mbombi a quantia de 20 contos cada, e ao Januário como chefe da quadrilha, a quantia de 25 contos e os restantes bens.

Com estes actos criminosos de violência os Réus causaram um estado de terror, pânico e instabilidade social puníveis nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 24 da Lei n.º 2/79.

Assim, o Tribunal condena os Réus THEMISSON FILIPE MACUÁCUA e ANTÓNIO MBOMBI na pena de morte por fuzilamento.

4. EZEQUIEL ZAVANHANE SITOE

O Réu era motorista da Sede Nacional da OJM.

Numa segunda-feira, dia 24 de Maio de 1982, o Réu faltou ao serviço por motivo de forte embriaguez.

No dia seguinte o Réu apresentou-se ao serviço. Quando perguntado porque faltara no dia anterior, o Réu alegou que tinha sido impedido de sair pela acção de elementos que, a pretexto de estarem a proceder ao recenseamento, estavam a fazer reconhecimento no Bairro.

Com estas informações falsas e tendenciosas, o Réu Ezequiel Sitoe provocou grave agitação e clima de insegurança. Praticou um crime de propalação de boatos por negligência punido nos termos do artigo 36 e 14 da Lei n.º 2/79.

Perante estes factos, o Tribunal considerou o Réu como autor do crime de propalação de boatos por negligência e condenou-o na pena de 2 (dois) anos de prisão, cumulativamente com 10 chicotadas.

5. DELFINO ESTEVÃO AMBRIZA, CASSAMO SULEMANE, NEVES ALBERTO MACUÁCUA, LUÍS ARNONE FIJAMO, SAIDE ABIBO SAIDE MOMADE e JERÓNIMO CALADO XAVIER ZANDAMELA.

Todos os Réus eram estudantes da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane. Em 1982, organizaram-se em grupo e decidiram elaborar um plano de acção subver-

siva e agitadora no seio da Universidade.

Elaborado e aprovado o plano por todos os componentes do grupo, decidiram então, adoptando o pseudónimo de «REBELDES DO AQUA. RIO», elaborar dois cartazes panfletários, que foram mais tarde colocados na Faculdade de Educação e na Faculdade de Direito, em Maputo.

Estes cartazes de um conteúdo altamente reacçãoário, instigavam os estudantes a acções subversivas.

Mais ainda, os Réus escreveram e enviaram três cartas anónimas de conteúdo reacçãoário, insultuosas e em tom ameaçador a dirigentes da Faculdade de Educação e da Universidade Eduardo Mondlane.

Esta acção era coordenada por um tal Constantino Reis que recebia instruções da África do Sul. Na altura em que os outros elementos foram detidos ele é alertado e consegue fugir tendo sido recebido, já fora do território nacional, por agentes da «Boss».

Perante estes factos o Tribunal considerou todos os Réus como autores do crime de agitação previsto e punido pela Lei dos Crimes contra Segurança do Povo e do Estado Popular.

Nestes termos, o Tribunal Militar Revolucionário condenou os Réus:

DELFINO ESTÉVÃO AMBRIZA,
CASSAMO SULEMANE,
NEVES ALBERTO MACUÁCUA,
LUÍS ARNONE FIJAMO,
SAIDE ABIBO SAIDE MOMADE e
JERÓNIMO CALADO XAVIER
ZANDAMELA,

na pena de 8 (oito) anos de prisão e 45 chicotadas cada um.

6. LEONARDO RAUL MABUNDA:

O Réu concluiu os seus estudos em 1980, após o que foi colocado na Escola Noroeste-2 como professor de português.

Em Outubro de 1981, enquanto decorriam provas gerais naquela Escola, o Réu foi designado para assistir a uma turma da 6.ª classe, durante um exercício da disciplina de Educação Política.

E assim que o Réu, no enunciado de um exercício e ao responder às questões formuladas, escreve palavras insultuosas contra o Partido Frelimo, o Estado e a Revolução Moçambicana.

O Réu com esses escritos reacçãoários pretendeu fazer passar o seu escrito como a resposta de um dos alunos que fizera a prova.

Perante este facto o Tribunal considerou o Réu como autor do crime de agitação, agravado pela especial responsabilidade do Réu dada a sua qualidade de docente e educador. Nestes termos, foi o Réu LEONARDO MABUNDA condenado na pena de 8 (oito) anos de prisão e 45 chicotadas.

7. JÚLIO SALOMÃO TAUZENE:

O Réu juntou-se a um grupo de bandidos armados após o que foi conduzido a um acampamento em Maculava onde foi submetido a treinos militares durante 3 meses.

Findos os treinos, foi-lhe atribuída a responsabilidade de chefiar um grupo de bandidos.

Este grupo de bandidos realizou várias actividades criminosas nas Províncias de Gaza e Inhambane onde raptou e assassinou elementos da população, destruiu escolas, hospitais, lojas e aldeias comunais.

Mais ainda, o Réu e seu grupo queimaram 2 machimbombos, assassinando todos os passageiros e destruíram uma ponte.

Na qualidade de chefe de grupo, o Réu deslocou-se por duas vezes de helicóptero para África do Sul, para trazer material de guerra.

O Réu JÚLIO TAUZENE foi capturado pelas nossas Forças na zona de M'puzi, quando ia entregar armas a outros bandidos que se encontravam nessa zona.

Perante estes factos, o Tribunal considerou o Réu como autor dos crimes de pertença a organização clandestina, na qualidade de chefe; e autor do crime de rebelião armada e da terrorismo.

Nestes termos, o Tribunal Militar Revolucionário condenou o Réu JÚLIO SALOMÃO TAUZENE na pena de morte por fuzilamento.

8. JOSÉ ZICUIMA MUCHANGA:

Em Junho de 1981, o Réu juntou-se a um grupo de bandidos armados, após o que foi encaminhado para um acampamento do inimigo, onde foi submetido a treinos militares.

Concluídos os treinos, foi o Réu transferido para outro acampamento onde foi de novo submetido a treinos militares.

Findos os treinos, o Réu recebeu uma arma tipo AKM.

O Réu, na companhia de outros bandidos assaltou várias lojas, de onde roubou diversos produtos de 1.ª necessidade que lá se encontravam.

Em Janeiro de 1982, o Réu e o seu grupo receberam ordens para avançar para a Província de Gaza.

Para além da tarefa de guarnecer jovens raptados, o Réu participou também em vários saques, assaltos, arrombamentos e raptos de mulheres e no assassinato de populações civis indefesas.

Foi o Réu capturado em Gaza num combate contra as Forças Armadas de Moçambique (FPLM) em Novembro de 1982, após uma permanência junto dos bandidos armados durante 17 meses.

Perante estes factos, o Tribunal Militar Revolucionário considerou o Réu como autor dos crimes de pertença e colaboração com organização clandestina, rebelião armada e terrorismo.

Nestes termos, foi o Réu JOSÉ ZICUIMA MUCHANGA condenado na pena de morte por fuzilamento.

Maputo, aos 2 de Abril de 1983.

Lei sobre penas

mais severas contra inimigos da Revolução

Publicamos em seguida, na íntegra, a Lei n.º 5/83 da Comissão Permanente da Assembleia Popular:

LEI N.º 5/83
de 31 de Março

Vivemos na República Popular de Mocambique uma fase de luta de classes particularmente aguda. O povo mocambicano implanta e reforça o poder popular. A contra-revolução age com uma crescente agressividade criminosa.

Tomámos o poder político, fruto da luta heróica vitoriosa de libertação nacional e iniciámos, com a independência, a edificação em todo o País de uma sociedade livre da opressão e da exploração do homem pelo homem.

Fizemos da tomada do poder político um meio de realizarmos o objectivo supremo da luta armada revolucionária de libertação nacional e da conquista da Independência Nacional: criar a Nação mocambicana, edificar um Estado soberano, democrático e popular, vencer o subdesenvolvimento e construir o socialismo, alcançando o bem-estar material e moral para todo o povo mocambicano.

Perante o avanço firme da nossa Revolução o inimigo resseque violentamente e pratica barbaridades, perturba a ordem social e a tranquilidade dos cidadãos, sabota a economia, na tentativa de minar os fundamentos do poder popular.

Os bandidos armados massacram, mutilam, violam e rapiam cidadãos nacionais e estrangeiros, destroem bens materiais, arrasam aldeias comunais, queimam culturas e celeiros, destroem sementes, roubam gado, atacam comboios e macthos, bombardeiam, e assassinam os seus passageiros, destroem escolas e o seu material, assaltam centros de saúde, destroem fábricas e lojas, sabotam os centros de abastecimento de água, sabotam as centrais e linhas de transmissão de energia eléctrica, depósitos e condutas de combustível.

Os bandidos armados, são preparados e apoiados pelo inimigo externo, actuam como instrumento para causar o terror no seio da população e provocar destruições e gerar a fome. O objectivo é paralisar a produção e desestabilizar o nosso Estado, destruir o poder popular.

No seio da nossa sociedade actuam também bandidos não armados: os cangaceiros, especuladores e acambradores, saboteadores, assaltantes, raptores, malfatores, violadores de menores, aliciadores e utilizadores de menores na prática de delitos,

traficantes de divisas e de estupefacientes, contrabandistas, boateiros, intriguistas e calculadores, lançadores de panfletos, ladrões e fomentadores de negligência, desorganização e indisciplina.

Este tipo de bandido actua para provocar a fome, a carência, a baixa de produção, a fuga de divisas e a corrupção, para lançar o caos económico e criar o desordem social, a intranquilidade e mal-estar dos cidadãos, particularmente nos centros urbanos.

Todos estes bandidos são o inimigo directo do povo mocambicano. Estão contra as conquistas populares, contra o nosso povo que é o autor destas conquistas e contra o Estado que é o seu instrumento para o exercício do poder popular. Os bandidos servem os exploradores, a quem impedimos de continuar a humilhar e explorar o povo.

Com a sua acção, todos estes bandidos corrompem os valores da sociedade que estamos a construir, o valor do trabalho honesto, o respeito pela propriedade estatal ou pessoal, a ética profissional, o estabelecimento de relações sãs entre os cidadãos, que são a base de qualquer sociedade.

O viver e enriquecer rapidamente, à custa do sofrimento e exploração daqueles que têm fome, passa a ser a forma de vida de uma camada de gente sem escrúpulos, sem vergonha e sem moral.

Mais grave ainda, estende-se essa corrupção de valores às próprias crianças e jovens que são envolvidos nas actividades criminais, que podem dar lugar a uma verdadeira casta de marginais, atingindo a própria esperança e o futuro da Nação.

Contra estes criminosos, o povo mocambicano tem expressado de maneira vigorosa o seu ódio. A Assembleia Popular na sua 11.ª Sessão realinou a necessidade de punir severamente todas estas actividades que afectam quotidianamente a vida e a tranquilidade de pacíficos cidadãos, ameaçam a Pátria e a Revolução.

O poder duramente conquistado pelo povo mocambicano deve exercer-se com implacável severidade para com todos os seus inimigos e por todos os meios.

Porque as medidas punitivas até agora praticadas, nomeadamente a prisão, se têm revelado inadequadas para deter a onda de crimes, torna-se necessário introduzir medidas punitivas e educativas que pelo seu significado e carácter público reprimam com eficácia os criminosos.

3. Não se aplicará a pena de chicotada quando o criminoso tiver sido condenado a pena de morte.

ARTIGO 4

A pena de chicotada será de três a trinta chicotadas por série, podendo aplicar-se até ao limite de três séries espacadas por períodos não inferiores a 8 dias.
A pena será graduada de acordo com a gravidade social dos delitos.

ARTIGO 5

A pena de chicotada será aplicada pelos Tribunais Populares em todos os escalões e pelo Tribunal Militar Revolucionário, de acordo com as respectivas competências definidas na lei.

ARTIGO 6

A pena de chicotada será executada em lugar público com leitura prévia da sentença.

ARTIGO 7

1. Atendendo à natureza e circunstâncias do crime, os antecedentes criminais ou a personalidade do criminoso, os Tribunais poderão decidir a aplicação da pena de interdição de residência como pena acessória das demais penas que lhe forem aplicadas.

2. A pena de interdição de residência estabelecerá a área ou áreas territoriais em que o criminoso não poderá residir nem frequentar durante um período de seis meses a cinco anos.

3. Quando o julgue mais adequado, o Tribunal poderá fixar residência ao criminoso.

ARTIGO 8

A presente Lei entra imediatamente em vigor e aplica-se aos casos ainda não julgados.

Aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular.
PUBLIQUE-SE.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA
Jemora Moisés Machel

Nestes termos, ao abrigo do artigo 44 da Constituição, a Comissão Permanente da Assembleia Popular determina:

ARTIGO 1

A pena de chicotada será aplicada aos autores, cúmplices e encoberidores dos seguintes crimes consumados, frustrados ou tentados:

- a) crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular;
- b) calúnia em todas as suas formas, nomeadamente, especulação e acambramento, crime contra o abastecimento público, tráfico ilegal de divisas, contrabando;
- c) assalto à mão armada, perseguição a organização, quadrilha ou bando de malfatores;
- d) roubo;
- e) estupro e violação de menores.

ARTIGO 2

Quando a particular gravidade política, económica e social do delito, os antecedentes criminais ou a personalidade do delincente o exija, os Tribunais poderão decidir aplicar a pena de chicotada aos autores, cúmplices e encoberidores dos seguintes crimes:

- a) furto;
- b) homicídio voluntário;
- c) violação;
- d) aliciamento, incitamento e utilização de menores na prática de delitos;
- e) tráfico de estupefacientes;
- f) cobrança de preços manifestamente desproporcionados ao tipo e natureza do serviço prestado.

ARTIGO 3

1. A pena referida nos artigos anteriores será aplicada cumulativamente com as penas fixadas nas leis penais em vigor e não pode ser suspensa na sua execução ou substituída por prisão ou multa.

2. Se o crime for de pequena gravidade, o Tribunal poderá decidir aplicar autonomamente a pena de chicotada.